

Cecilia de Oliveira Ewbank

**A PARTE QUE LHE CABE DESTE PATRIMÔNIO:
O projeto indigenista de Heloisa Alberto Torres para o
Museu Nacional (1938-1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.

Orientadora: Prof. Dr. Letícia Borges Nedel

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ewbank, Cecilia de Oliveira

A parte que lhe cabe deste patrimônio : o projeto indigenista de Heloísa Alberto Torres para o Museu Nacional (1938-1955) / Cecilia de Oliveira Ewbank ; orientadora, Leticia Borges Nedel, 2017.
296 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. História. 2. Heloísa Alberto Torres. 3. Museu Nacional. 4. Etnografia indígena. 5. Museologia. I. Nedel, Leticia Borges . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Cecilia de Oliveira Ewbank

**A PARTE QUE LHE CABE DESTE PATRIMÔNIO: O PROJETO
INDIGENISTA DE HELOÍSA ALBERTO TORRES PARA O
MUSEU NACIONAL (1938-1955)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de
“Mestre em História Cultural” e aprovada em sua forma final pelo
Programa de Pós-Graduação em História

Florianópolis, 6 de outubro de 2017.

Prof.^a Dr.^a Beatriz Gallotti Mamigonian
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Letícia Borges Nedel
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Fontes Piazza
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Jeremy Paul Jean Loup Deturche
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes
Universidade Federal de Santa Catarina

A Maria Teresa (in memoriam) e Luiz Antonio, que tramam os fios da minha história.

A Bruno, que escolhe comigo os motivos deste bordado.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível graças à contribuição e ao estímulo de pessoas e instituições ao longo do mestrado.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Prof. Dr. Letícia Borges Nedel pela confiança, estímulo, generosidade e argúcia com que conduziu a orientação de uma iniciante nos terrenos da História. A parceria interdisciplinar, reflexo do presente trabalho, com o estímulo à reflexão sobre o mal de arquivo a partir dos museus tornou a experiência do mestrado assaz proveitosa e satisfatória.

Em segundo lugar, aos professores Thainá Castro, Jeremy Deturche e Lucas Bueno, pelas considerações feitas ao trabalho na ocasião de sua qualificação. Agradeço ainda à Thainá pela disponibilidade com a qual me atendeu para discutir questões museológicas e pelas indicações bibliográficas relacionadas à disciplina.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, sobretudo a Maria de Fátima Fontes Piazza pela sapiência e alegria com o qual conduziu os encontros no grupo de pesquisa do Labharte, frutificando o aprendizado acerca dos intelectuais e suas mediações. O interesse pela temática foi ainda aprimorando durante as discussões com os integrantes do grupo do Laboratório de Pesquisa Social METROPOLIS.

Aos professores Manuel Ferreira Lima Filho e a Antonio Carlos Sequeira Fernandes que, cada qual através da sua especialidade, me apresentaram o Museu Nacional por meio da história das suas coleções, cientistas e diretores. No que se refere a Lipkind e Heloísa Alberto Torres, personagens centrais desta pesquisa, devo meu conhecimento à possibilidade de trabalhar em um projeto de pesquisa coordenado por Manuel, de forma que lhe sou especialmente grata. A projeção que ganham com este trabalho decorre dos fios tecidos anteriormente.

A pesquisa em arquivos e bibliotecas foi fundamental para a realização deste trabalho. No Museu Nacional, agradeço à: equipe do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional, em especial a Gustavo Moreira; equipe do Setor de Etnografia e Etnologia, em especial à Michelle Barcellos; Monica Soares, do Arquivo de Antropologia Biológica; Antonio Carlos, da Biblioteca do Museu Nacional; Dulce Carvalho, da Biblioteca Francisca Keller, pela atenção e disposição com a qual me receberam na instituição nas minhas estâncias de pesquisa no Rio de Janeiro. Agradeço ainda a Eric Schnittke e Timothy Horning, do Penn Museum Archives, e a Caitlin Haynes, do National

Anthropological Archives que, à distância, se disponibilizaram a colaborar na busca de documentos para a minha pesquisa. Agradeço à amiga Stephanie Sardinha pela revisão dos trechos traduzidos do inglês. Na UFSC, agradeço à equipe da Biblioteca Central e da Coordenadoria de Inclusão Digital, cujo suporte foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

A experiência ilha foi tanto mais proveitosa por contar com a amizade de tantos outros que também escolheram Florianópolis por residência. Agradeço a Talita, Sílvia, Karine, Maíra, Nadia, Jenny, Letícia, Tom e Fábio por expandirem o universo da ilha dentro da ilha. A Milena, Silvana e Thaís pelo acolhimento essencial na chegada em terra firme.

Como as bordas da ilha têm sempre como referência o continente, agradeço aqueles cujo amor e confiança foram essenciais para manter esse vínculo. A minha família, Luiz Antonio, Alice e Dulce pelo zelo constante. Às amigas, Eduarda, Luiza, Pamela, Valéria e Natália pelos momentos de descontração. À segunda família, Sonia, Luiz Antonio e Louise pelo cuidado. Ao meu companheiro Bruno, pelo amor e compreensão fundamentais para encontrar o equilíbrio no processo de pesquisa e escrita da dissertação.

Agradeço finalmente a CAPES pelo apoio financeiro para este trabalho, sem o qual sua realização seria indubitavelmente mais complicada.

Fique certo de que permaneço muito grata a você pelo interesse que sempre demonstrou no trabalho antropológico que estamos tentando desenvolver aqui, e espero que no futuro tenhamos o prazer de ter você trabalhando conosco.

Heloísa Alberto Torres, 1944.

RESUMO

Entre 1938 e 1955, Heloísa Alberto Torres assumiu a direção do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Especializada em etnografia e sucessora de Edgar Roquette-Pinto na instituição, seu cargo de gestora facultaria a elaboração e a implantação de um novo projeto formador para os naturalistas da Seção de Antropologia e Etnografia. Por outro lado, sua atuação múltipla e proeminente em diversos órgãos do aparelho estatal vinculados ao campo indigenista, ampliaria a margem de alcance dos projetos científicos e museológicos da instituição em âmbito nacional e internacional. Esta dissertação busca analisar a implementação de um projeto indigenista por Heloísa Alberto Torres a partir e em prol do Museu Nacional no período de sua gestão. Some-se a isto o estímulo que a criação concomitante das primeiras universidades no país trouxe ao aprimoramento técnico e científico da formação antropológica na instituição. Com o início da Segunda Guerra Mundial e a implantação da Política da Boa Vizinhança feita pelo governo estadunidense, a mediação por ela desenvolvida com os antropólogos norte-americanos foi outro fator relevante para esta análise. Seu principal parceiro foi a Universidade de Columbia que enviou seus antropólogos a fim de realizarem pesquisa de campo no Brasil em colaboração com os jovens naturalistas do Museu Nacional, o que deu ênfase à vertente culturalista da antropologia na instituição. A decorrência do projeto indigenista nas atividades de pesquisa e de gabinete promovidas pelos naturalistas é analisada a partir da finalidade precípua do museu de expor e tem como foco a Exposição de Arqueologia e Antropologia e a I Reunião Brasileira de Antropologia, ocorridas no Museu Nacional em 1947 e em 1953, respectivamente.

Palavras-chave: Heloísa Alberto Torres. Museu Nacional. Indigenismo. Etnografia indígena. Museologia. I Reunião Brasileira de Antropologia.

ABSTRACT

Heloisa Alberto Torres was director of the Museu Nacional from 1938 to 1955. Specialised on ethnography she was the successor of Edgar Roquette Pinto at the institution where her management position facilitated the elaboration and the implementation of a new achieving program for naturalists at the Anthropology and Ethnography Section. At other hand, her multiple and prominent activity in several federal agencies related to the indigenist field helped to deploy the museum scientific and museological projects nationally and abroad. This work looks forward to analyse the implement of a indigenist project by Heloisa Alberto Torres from and on behalf of Museu Nacional during her administration. Besides that, stimulus brought with the founding of the firsts universities in the country conveyed technical and scientific improvement to the anthropological career in the institution. With the eclosion of the second World War and the start of the Good Neighbor Policy conducted by American government she developed an exchange with North American anthropologists, a fact was a meaningful point for the present analysis. Columbia University the main partner in such program sent a team of anthropologists to realize field research in Brazil in collaboration with young naturalists of Museu Nacional, what reinforced the culturalist bias of the anthropology carried on in the institution. The indigenist project print on the research and cabinet activities promoted by the naturalists is contemplated from the museum main target – to expose - focusing on both the Archeology and Anthropology Exhibition and the 1st Brazilian Meeting on Anthropology which occurred in 1947 and 1953, respectively.

Key-words: Heloisa Alberto Torres. Museu Nacional. Indigenism. Indigenous ethnography. Museology. I Brazilian Meeting on Anthropology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Curso de Etnografia Indígena, ministrado por Curt Nimuendajú, 1943	134
Figura 2 - Curso de Etnografia Indígena, ministrado por Curt Nimuendajú, 1943	135
Figura 3 – Planta expográfica da sala de etnografia dedicada aos quatro grandes grupos lingüísticos-culturais	196
Figura 4 – Sala de antropologia física	197
Figura 5 – Programa da I Reunião Brasileira de Antropologia	233

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFE – Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil
CNPI – Conselho Nacional de Proteção ao Índio
DAE – Divisão de Antropologia e Etnografia
DAP – Divisão de Antropologia e Psicologia
DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política
EUA – Estados Unidos da América
FBC – Fundação Brasil Central
FCS – Faculdade de Ciências Sociais
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia
ICOM – Conselho Internacional de Museus
IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
IIHA – Instituto Internacional da Hiléia Amazônica
LAIRCS – Latin American Institute for Race and Culture Studies
MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins
MES – Ministério da Educação e Saúde
MN – Museu Nacional
NRC – Conselho Nacional de Pesquisas
ONICOM – Organização Nacional de Museus
RBA – Reunião Brasileira de Antropologia
SAE – Seção de Antropologia e Etnografia
SBAE – Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia
SEC – Seção de Extensão Cultural
SEF – Sociedade de Etnografia e Folclore
SEMEAR – Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
UB – Universidade do Brasil
UDF – Universidade do Distrito Federal
USP – Universidade de São Paulo
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	HISTORIOGRAFANDO O CAMPO ALHEIO: ANTROPOLOGIA E INDIGENISMO NO MUSEU NACIONAL	33
1.1	HELOÍSA ALBERTO TORRES	39
1.2	OS DESDOBRAMENTOS DO MUSEU NACIONAL NO CAMPO INDIGENISTA	43
1.2.1	O patrimônio no campo indigenista	44
1.2.2	A representação do Museu Nacional por Heloísa Alberto Torres	50
1.2.3	O Conselho Nacional de Proteção ao Índio	62
2	EM BUSCA DA CHAVE: OS NORTE-AMERICANOS NO MUSEU NACIONAL	67
2.1	A AMÉRICA LATINA EM FOCO: O LATIN AMERICAN INSTITUTE FOR RACE AND CULTURAL STUDIES	69
2.2	O ACORDO COM A UNIVERSIDADE DE COLUMBIA	76
2.2.1	William Lipkind e Charles Wagley: expedições, cursos e coleções em jogo	86
2.2.2	O trava língua: a coleção etnográfica William Lipkind ..	97
2.3	A COOPERAÇÃO COM O OFFICE FOR COORDINATION OF COMERCIAL AND CULTURAL RELATIONS BETWEEN THE AMERICAS	107
2.4	O MUSEU E A GUERRA	118
2.4.1	Antropólogos no contexto de guerra	125
2.5	ALAVANCANDO OS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO À MODA BRASILEIRA	129
2.5.1	Domínios correlatos	140
2.6	O FIM DA GUERRA E A RETOMADA DAS ATIVIDADES NO MUSEU: EXPEDIÇÕES, PUBLICAÇÕES, CURSOS, ATIVIDADES DE GABINETE E ATIVIDADES MUSEOLÓGICAS	143
2.6.1	Os dilemas da publicação no Museu Nacional	146
2.6.2	Da <i>tupimania</i> para o Xingu	150
3	A MARCHA DE RETORNO DO OESTE: A SEÇÃO DE ANTROPOLOGIA E ETNOGRAFIA PELAS VITRINES DO MUSEU	159

3.1	A NAÇÃO E A CIÊNCIA EM EXPOSIÇÃO	161
3.2	UM MUSEU MODERNO	166
3.3	A EXPOSIÇÃO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA DE 1947	171
3.4	A CONTRIBUIÇÃO DE ESPECIALISTAS ESTRANGEIROS PARA A MUSEOGRAFIA: CARLOS CUMMINGS, CORNELIUS OSGOOD, RALPH LINTON E GERMAIN BAZIN	178
3.5	A ETNOGRAFIA BRASILEIRA	188
4	A I REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	200
4.1	COMPILANDO A ANTROPOLOGIA NACIONAL	200
4.2	DINAMIZANDO OS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA	206
4.3	ORGANIZANDO A I REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	210
4.4	A ANTROPOLOGIA NACIONAL ESBARRA EM SALVADOR	215
4.5	TIRANDO A CONFERÊNCIA DO PAPEL	224
4.5.1	A Antropologia a meio caminho entre o museu e a universidade	232
4.5.1.1	A falta que nos une	245
4.5.2	Projetando a Reunião	253
4.5.3	A pauta da casa	257
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
	REFERÊNCIAS	271
	FONTES DOCUMENTAIS, JORNALÍSTICAS E ARQUIVÍSTICAS	286

1 INTRODUÇÃO

Espaços de múltiplas potencialidades, os museus decodificam e reverberam as questões eminentes do seu tempo e contexto por meio de ações que o situam social, simbólica, histórica e politicamente. Manuelina Cândido¹ argumenta que a atenção à abrangência do papel do museu implica em considerar a inter-relação de três conceitos básicos, a saber: o Homem (público/sociedade), o Objeto (coleção/patrimônio) e o Cenário (museu/território). Por sua vez, Maria Cristina Bruno² identifica as quatro funções centrais que consagram os museus como instituições singulares de contribuição pública para as sociedades que as criam e sustentam, a saber: a herança do colecionismo; a transmutação do ‘objeto documento’ ao ‘objeto diálogo’; a potencialidade, o equilíbrio e o aprimoramento das suas funções; e a educação da memória. O acionamento destas funções permite aos museus colaborarem para transformar as referências culturais em estímulo à produção de conhecimento e à educação, ensejando a interrogação sobre as dependências e as conveniências que regulam as suas práticas cotidianas, como nos ensina Certeau³.

A decisão de realizar o mestrado em História em um diálogo com a Antropologia e a Museologia através do museu se concretizou a partir das conversas com o Prof. Manuel Ferreira Lima Filho da Universidade Federal de Goiás, no âmbito do projeto Kanaxywe⁴. Desenrolado no Setor de Etnografia e Etnologia do Museu Nacional, o projeto abordava a coleção etnográfica Karajá reunida pelo antropólogo norte-americano William Lipkind, quando da sua pesquisa de campo no Brasil entre 1937 e 1939, ou seja, nos primeiros anos da direção de Heloísa Alberto Torres na instituição (1938-1955). Dividido em diversas etapas de pesquisa histórica, atividades etnográficas e museológicas, coube a mim,

¹CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Imagens de vida, trabalho e arte. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 12, n. 12, p. 28-30, 1998.

²BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Os museus servem para transgredir: um ponto de vista sobre a museologia paulista. In: SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS (SÃO PAULO, SP) (Org.). **Museus: o que são, para que servem?** São Paulo: ACAM, 2011. p. 29-42.

³CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁴Projeto *Kanaxywe e o mundo das coisas Karajá: Patrimônios, museus e estudo etnográfico da coleção William Lipkind do Museu Nacional (RJ)*, contemplado pelo CNPq.

enquanto museóloga, o levantamento e a atualização do registro catalográfico da referida coleção. Permaneci no projeto por um ano (2014), período em que pude me aprofundar na história da coleção e das personagens presentes nas diferentes etapas da sua trajetória, criando neste ínterim uma relação afetiva e de curiosidade com elas.

A imersão no arquivo, campo “vizinho” ao do museólogo e, portanto acessado com menos frequência, ocorreu como forma de suprir as demandas dos demais integrantes do Projeto, sediados em Goiânia. Transposição frutífera. O levantamento sobre a trajetória social da coleção no Setor de Memória e Arquivo do MN fez emergir a trama de personagens que alinhavaram o projeto de desenvolvimento da antropologia e das práticas museológicas na instituição durante a gestão de Heloísa A. T.. A percepção acerca deste *outro* lugar que o Museu Nacional ocupa na esfera acadêmica e na memória disciplinar da antropologia e da museologia incentivou o presente trabalho. Neste sentido, busco dar prosseguimento à recuperação da trajetória acadêmica e profissional desta personagem, entremeada por meio da elaboração de trabalhos⁵, de um projeto arquivístico⁶ e da nomeação de um prêmio⁷, tomando o museu como espaço privilegiado de análise, haja vista a minha formação nesta área. O interesse pelo tema foi aceito – e lapidado – pela Prof^a. Letícia Borges Nedel, com quem iniciei meu trabalho na

⁵CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos 60. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 6, v. 3, p. 79-98, 1988; CORRÊA, Mariza. Dona Heloísa e a pesquisa de campo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 11-54, 1997; CORRÊA, Mariza. **Antropólogos e Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003; CORRÊA, Mariza; MELLO, Januária (Orgs.). **Querida Heloísa: cartas de campo para Heloísa Alberto Torres**. Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU. Série Pesquisas. Campinas: Unicamp, 2008; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Heloísa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v.5, n° 3, Belém, Nov./Dec. 2010; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no RJ**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

⁶Projeto de digitalização do arquivo da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres em parceria com o Museu de Astronomia e Artes Afins, ainda em andamento.

⁷O Prêmio Heloísa Alberto Torres foi implementado em 2014 pela Associação Brasileira de Antropologia com vistas a estimular novas carreiras e dar visibilidade à produções originais e relevantes realizadas por alunos e formandos de programas de pós-graduação em Antropologia.

pesquisa histórica, e pelo programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina.

Conduzido a partir da Seção de Antropologia e Etnografia do MN, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar, historicamente, o impacto exercido por uma antropologia aplicada a partir do museu em um período em que as ciências no Brasil começavam a se expandir para órgãos e conselhos do aparelho estatal – como o Serviço de Proteção ao Índio, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e o Conselho Nacional de Proteção ao Índio, e centros especializados de ensino e pesquisa de extensão universitária – como as universidades do Distrito Federal, de São Paulo e do Brasil, e a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Neste contexto, Castro Faria ressaltou, em 1942, que o Museu Nacional era o “único instituto de pesquisa onde a antropologia é cultivada em todos os setores do seu amplo domínio”⁸, assertiva que expõe a defasagem que a formação em âmbito universitário vinha impondo à formação antropológica. Dito isso, as questões que provocaram inicialmente esta investigação foram: Qual o papel que o Museu Nacional exerceu no processo de dita institucionalização das ciências sociais no país no que tange à etnografia? De que forma uma tradição de ensino e pesquisa forjada no contexto do museu contribuiu para esta especialização? No sentido inverso, de que forma esta institucionalização contribuiu para a especialização dos métodos e práticas implementados no museu – haja vista a posição periférica da museologia no Brasil também neste período⁹? De que forma a especialização da pesquisa impactou no plano de Heloísa A. Torres para o Museu Nacional?

A atenção ao potencial dialógico do museu decorre do meu lugar de fala enquanto museóloga. Propícia à ampliação e à multiplicação dos olhares com vistas a aprimorar o potencial argumentativo e inclusivo das instituições museológicas¹⁰, a apreensão dos museus como objeto de

⁸FARIA, Luiz de Castro. “A Antropologia no Brasil e na tradição do Museu Nacional”. In: FARIA, Luiz de Castro. **Antropologia**: escritos exumados. Espaço circunscrito: tempos soltos. Niterói: EdUFF, 1998. p.25.

⁹CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IBRAM, 2009. p. 99.

¹⁰BRUNO, Maria Cristina Oliveira. 2014. Processos museológicos: os caminhos para a gestão em museus. In SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM MUSEOLOGIA. **Fronteiras regionais e perspectivas nacionais: museologia**,

estudo enseja críticas e demandas sobre as formas pelas quais as narrativas foram construídas no tempo histórico, como atenta Letícia Nedel¹¹. Resultante de ações e atores múltiplos, heterogêneos e nem sempre convergentes, há que se ter cautela na sua análise, pois, como nos lembra a historiadora,

[...] a redistribuição de tarefas [de preservação, aquisição e curadoria] aumenta a margem de incerteza a respeito do que cabe ou não guardar, em função de quais “memórias” comunicar em tais “lugares”, [sendo que] muitas vezes intervir em acervos implica romper um contrato antigo de familiaridade do público e dos profissionais com a instituição, pondo em risco a própria capacidade de ressonância (Gonçalves, 2005) dos bens culturais sob a sua guarda¹².

Mais complexos do que apenas lugares de memórias, os museus perfazem e refazem sua existência sobre camadas múltiplas de subjetividades, poder, memória, esquecimento, resistência, fala e silêncio, cuja permanente palpitação garante a continuidade da sua vida social e, ao mesmo tempo, abre para o pesquisador diferentes vieses de análise, como pontua Chagas¹³. Nessa intermitente reconfiguração de sentidos e significados deve-se estar atento ao fato de que a mediação nos museus ocorre em cadeias variadas e interdependentes cujo liame está na cultura e no cotidiano das pessoas, atrelando estas instituições ao contexto social e às redes de memória na qual se inserem¹⁴.

história, moda, sociologia, educação e turismo/ Coordenação Marília Xavier Cury. Blumenau: Museu Hering: Fundação Herman Hering, 2014. p. 100-105.

¹¹NEDEL, Letícia Borges. Da coleção impossível ao espólio indesejado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.38, p. 11-31, 2006.

¹²Ibid., p. 12.

¹³CHAGAS, Mario de Souza. Memória e poder: focalizando as instituições museais. **Interseções: Revista de estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, ano 3, n.2, p. 5-23, 2001.

¹⁴MARTÍN-BARBERO, 1997 apud CURY, Marília Xavier. Museu comunicação e exposição: o que há de novo? In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM MUSEOLOGIA **Fronteiras regionais e perspectivas nacionais: museologia, história, moda, sociologia, educação e turismo/** Coordenação Marília Xavier Cury. Blumenau: Museu Hering: Fundação Herman Hering, 2014. p. 35-49. p. 38.

A metodologia utilizada consistiu na pesquisa nos arquivos - SEMEAR, Arquivo de Antropologia Biológica do MN, MAST, CCHAT¹⁵, *American Philosophical Society* e *Pennsylvania University Museum Archives* - e na revisão bibliográfica, a partir da qual elenquei os seguintes aspectos para serem problematizados: a atuação concomitante de Heloísa A. T. no MN e em órgãos e conselhos do aparato estatal vinculados à temática indigenista como meio de possibilitar a extensão das finalidades precípuas do museu no que tange à etnografia; a introdução do aporte teórico-metodológico da antropologia cultural *boasiana* no MN e suas reverberações nas pesquisas, no ensino e na especialização dos naturalistas da SAE; a função social do museu por meio de uma exposição - Exposição de Arqueologia e Antropologia, em 1947 - e de uma conferência - I Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953 - e os significados mediados nestes eventos. Para alcançar este objetivo, fundamentaram essa trama a documentação e a correspondência institucional da diretora no Museu Nacional, bem como os relatórios e ofícios dos demais naturalistas e técnicos da SAE, a saber: Eduardo Enéas Galvão, Luiz de Castro Faria, Pedro Lima, Tarcísio Messias, Alfredo de Azevedo e Eduardo Rio Soares. Foram igualmente relevantes para a pesquisa as correspondências trocadas entre Heloísa A. T., Galvão e os antropólogos norte-americanos vinculados ao museu neste período, sobretudo: Franz Boas, Buell Quain, William Lipkind, Charles Wagley e Jules Henry.

Privilegiando a História das Ciências com foco sobre os museus como eixo de pesquisa, busquei, como afirma a historiadora Margaret Lopes, compreender essas instituições como “ideais em funcionamento”, direcionando a análise para “[...] os processos por meio dos quais eles definiram e redefiniram esses ideais na dinâmica que lhe impôs a realidade”, a fim de aprendê-los enquanto expressão institucional das ciências que implementaram¹⁶. E, ao eleger a História Cultural como abordagem teórica, focando em aspectos socioculturais - que envolvem tanto as formas e os motivos pelos quais os atores agem no mundo, como as posições e os interesses que descrevem a sociedade de forma objetiva ou subjetiva - durante a pesquisa e na análise das fontes, buscamos contribuir para inserir o Museu Nacional entre as

¹⁵ A pesquisa no arquivo da CCHAT foi pontual em virtude do mesmo encontrar-se em processo de digitalização e, portanto, com o acesso restrito para consultas.

¹⁶ LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

instituições acadêmicas que conduziram a antropologia em um período de constituição da disciplina e emergência das universidades no país. A partir da recomendação de Roger Chartier de que “[...] qualquer reflexão sobre os desvios e os afrontamentos próprios de uma disciplina supõe necessariamente a identificação da sua posição no campo universitário e a verificação dos legados interiorizados e das posturas compartilhadas que constituem o cerne da sua especificidade”¹⁷, busquei pormenorizar a percepção de que as fronteiras entre a disciplina, seus atores e espaços eram mais fluidos do que supôs parte da bibliografia sobre o tema¹⁸. A reflexão sobre os conceitos e as metodologias de um domínio disciplinar a partir da análise do trabalho de representação, ou seja, “das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço”, além do estudo dos processos pelos quais se constrói um sentido¹⁹, teve como eixo a formação acadêmica e as pesquisas, exposições e o simpósio.

Rejeitando a tendência reducionista de atrelar o debate intelectual à sua condição de aparente confronto de poder, Chartier chama a atenção para que a análise sobre as divergências oriundas do espaço acadêmico e a evolução das disciplinas seja conduzida a partir do espaço social na qual se inserem²⁰. Tal perspectiva visa identificar historicamente a construção da realidade social por meio das variáveis compartilhadas e determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam e que definem suas representações imagéticas, textuais e teatrais de modo a fazer crer que a identidade do ser não seja outra coisa que senão a do signo que a exhibe. Fica claro o papel de destaque que os modelos e as práticas de museu têm na discussão sobre a identidade de *si* e do *outro* e o lugar que estes ocupam na sociedade nacional. O caso do Museu Nacional sob a administração de Heloísa A. Torres torna-se ainda mais complexo, pois ele não se restringiu à instituição, mas se

¹⁷CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 2002. p. 15.

¹⁸Essa perspectiva foi apontada por autores como: NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005; VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

¹⁹CHARTIER, 2002. p. 27.

²⁰Ibid., p. 16-17.

beneficiou do fortalecimento de uma política científica exercida via Estado²¹. Isso facilitou-lhe a presença concomitante em diversos conselhos e órgãos do aparato burocrático vinculados à temática indigenista do período e cujo alcance tange a questão colocada por Chartier: “será necessário identificar como símbolos e considerar como <simbólicos> todos os signos, actos ou objectos, todas as figuras intelectuais ou representações colectivas graças aos quais os grupos fornecem uma organização conceptual ao mundo social ou natural, construindo assim a sua realidade apreendida e comunicada?”²². Cabe aqui pontuar que a abordagem da pesquisa sobre a política indigenista se refere às ações políticas governamentais com foco sobre a população indígena então vigente no período, divergindo do seu funcionamento atual protagonizado pelos próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.

Em tempos onde os museus buscam o equilíbrio entre sua proposta conceitual e os valores socioculturais por meio da diversificação de sentidos e significados patrimoniais, democratização das instituições, complexificação de modelos de gestão e valorização da perspectiva de qualidade e avaliação²³, as balizas intelectuais colocadas por Chartier mostram-se de suma importância para repensar a própria missão dos museus.

Apesar de a pesquisa tratar de elites intelectuais e dos mecanismos e condicionantes que definem a ocupação de posições mais ou menos dominantes, optei por não utilizar o conceito de campo de Pierre Bourdieu. Se por um lado a concepção de um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, e que é influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo é propício para refletir acerca da atuação de Heloísa A. Torres no meio científico e indigenista do período, entendo que a ênfase sobre o conflito entre os agentes reduz as margens de compreensão dos investimentos feitos no sentido de expandir e flexibilizar o meio de atuação dos antropólogos a partir do museu. Conquanto o conflito não seja descartado da análise, os

²¹DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Minas Gerais: Editora da UFMG, 2010.** DOMINGUES, Heloísa Bertol. Heloísa Alberto Torres e o inquérito sobre ciências naturais e antropológicas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 5, n. 3, p. 625-643, 2010.

²²DUARTE, op. cit., p. 19.

²³BRUNO, 2014.

conceitos de estratégia, tática e “não dito” definidos por Certeau²⁴ foram mais úteis ao meu esforço de pormenorizar as imbricações entre microcosmos relacionais, concorrenciais e contingencialmente plasmados na direção de parcerias, estabelecendo um contraponto à perspectiva reducionista de alocar este gênero de instituição em um pretense tempo pré-científico.

Buscando trazer estas reflexões para o contexto da atividade antropológica na SAE do Museu Nacional, passamos a perguntar à documentação: Quais fatores contribuíram para que a vertente *boasiana* da antropologia cultural passasse a representar o argumento científico predominante entre esses técnicos e naturalistas? Existiram fatores educacionais que contribuíram para este processo? Como os naturalistas e técnicos perceberam e atuaram no meio científico através das suas atividades práticas e de gabinete? Quais as estratégias e interpretações que estes cientistas tecem diante do contexto museal da sua atividade laboral? Qual o papel de Heloísa A. Torres na condução dessas diretrizes no escopo do MN? Quais visões acerca do método etnográfico circulam nos discursos governamental, científico e educacional que também atravessam as representações feitas pelos atores sociais enquadrados? Estas foram algumas das questões que perpassam esta dissertação.

Nesta pesquisa, a percepção do silenciamento como algo que também trama a história dos museus foi útil para pensar no saber fazer da antropologia a partir das instituições acadêmicas que margeiam o campo universitário, mas onde também se desenrola seu exercício. Refutando a pressuposição da obsolescência de métodos e práticas antropológicos e museológicos associados ao MN neste período²⁵,

²⁴ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²⁵Lília Schwarcz atribui a obsolescência dos museus nacionais na década de 1920 a fatores como: dependência em relação à figura do diretor; perda dos mecenas; dificuldade na conformação de quadros; e o alinhamento a um paradigma evolucionista. Por sua vez, Jayme Aranha Filho identifica os direcionamentos de Heloísa Alberto Torres no Museu Nacional sobre a estrutura educacional e museológica antes ao despreparo da diretora do que a especialização destas áreas na estrutura organizacional do museu. Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. O nascimento dos museus brasileiros 1870-1910. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP, v.1, 1988. P. 30-90; FILHO, Jayme Moraes Aranha Filho. **Guia da impermanência das exposições: uma investigação sobre transformações do Museu Nacional do Rio nos anos 1940**. 2011. Tese (Doutorado em

buscamos pormenorizar a discussão sobre o papel que este gênero de instituição teve no desenvolvimento da etnografia no espaço de produção científica daquele tempo. Como ressalta Adriana Keuller, até a sua investigação durante o doutorado em História Social na USP, defendido em 2008, não se havia estudado uma história institucional da antropologia no Brasil, lacuna que dificultava a definição de um contorno quanto à sua natureza epistemológica²⁶. Partindo da vertente da antropologia física para analisar o processo de consolidação e institucionalização da disciplina no Museu Nacional no período entre 1876 e 1939, Keuller analisa como: a ampliação dos contatos com outras instituições no Brasil e no mundo, a ênfase no papel educativo, no crescimento das publicações científicas além da expansão do acervo contribuíram para o despontar da disciplina dentro da instituição e da própria modernização desta. Corroboram esta ascendência a indicação de dois antropólogos à direção no que seriam as últimas gestões a ultrapassar mais de cinco anos – Edgar Roquette-Pinto (1926-1936) e Heloísa Alberto Torres (1938-1955) – facultando a permanência da relevância da etnografia e da antropologia física no Museu Nacional ainda na década de 1940, malgrado sua inserção nos cursos de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia na década anterior.

Igualmente atenta ao protagonismo dos diretores de museus de história natural brasileiros - conjunto no qual se insere o MN – Lopes amplia os modos de representação pelos quais estes contribuíram para a institucionalização das ciências no país ao atentar para modos mais diversificados de difusão das pesquisas, traduzidas em forma de publicações, mas também de cursos públicos, conferências, exposições comemorativas e outros, dando publicidade a estas instituições no meio científico nacional e internacional e contribuindo para a troca de conhecimento²⁷. Neste sentido, a profissionalização dos diretores – concomitante a sua crescente especialização e ubíqua presença nos postos das novas instâncias profissionais então abertas – contribuiu para a concentração de poderes e a intensificação do peso exercido pelas formas de reconhecimento interpessoal sobre esse mesmo processo de especialização, profissionalização e institucionalização da antropologia.

Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

²⁶KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939)**. São Paulo: Humanitas, 2012. 354 p.

²⁷LOPES, 1997, p. 21.

Com Mariza Corrêa entendemos que o protagonismo de Heloísa Alberto Torres no início da institucionalização da antropologia no país resultou da interlocução e do acordo estabelecidos a partir do MN com antropólogos norte-americanos, sobretudo aqueles da Universidade de Columbia, e que possibilitaram a formação de jovens pesquisadores através da experiência da pesquisa de campo e o desenvolvimento da etnologia²⁸. O artigo pioneiro de Manuel Ferreira Lima Filho sobre a participação do antropólogo norte-americano William Lipkind contribuiu para compreender de forma mais clara os interesses em jogo nesta parceria²⁹.

Além disso, é necessário ponderar o caráter fluido da institucionalização da antropologia no Brasil como nos ensina Marisa Peirano quem, considerando a problemática ideológica da antropologia sobre a construção nacional como eixo inerente ao desenvolvimento das ciências sociais, assinala a continuidade entre o pensamento social no pré e no pós década de 1930, desvinculada de sua identidade cognitiva ou institucional³⁰. Na concepção de Corrêa a antropologia assumia ares de projeto, acionada no escopo estendido dos diversos caudatários institucionais e temporais da disciplina e ajustado a uma análise atenta às sequências e aos impasses da sua trajetória no país³¹. Ao considerar a comunidade de cientistas e profissionais conformada por agrupamentos sociais, vínculos pessoais, linguagem comum e com uma atuação profissional de acordo com as regras determinadas pelo campo, tal noção dá subsídio à análise dos paralelismos institucionais desenvolvidos no período. O modelo proposto por Corrêa permite avaliar a circulação do saber entre os espaços institucionais – preexistentes e emergentes – e a mediação estabelecida por seus agentes, aferindo um caráter mais dinâmico e fluido ao exercício da antropologia. Conforme assinalou a antropóloga,

²⁸CORRÊA, 1988, 1997, 2003; CORRÊA, MELLO, 2008.

²⁹ LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Coleção William Lipkind do Museu Nacional: trilhas antropológicas Brasil-Estados Unidos. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 2017. [no prelo].

³⁰PEIRANO, Mariza. **The anthropology of anthropology: the brazilian case**. 1981. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Harvard, Cambridge, Massachusetts, 1981.

³¹CORRÊA, Mariza. **História da Antropologia no Brasil (1930-1960) – testemunhos**. São Paulo: Vértice, Editora dos tribunais, 1987.

[...] parecia-nos que antropólogos eram aqueles que tinham contribuído para a construção do “nicho antropológico” em museus, universidades, agências financiadoras, centros de pesquisa, ainda que depois tenham passado a denominar-se, ou a serem denominados, sociólogos (passagem mais comum), educadores ou administradores³².

O alargamento do “nicho antropológico” denotado por Corrêa permite inferir sobre a permeabilidade institucional da disciplina por meio de redes de sociabilidades em atuação.

No Brasil, onde o engajamento cultural e político dos atores sociais tende a caminhar junto e a continuidade de projetos institucionais está, não raro, sujeita à flutuação das redes de reciprocidade em que se inserem os mandatários, é significativo que a figura de Heloísa Alberto Torres associada ao desenvolvimento da antropologia seja mencionada em diversos estudos. Além dos trabalhos de Corrêa e Keuller supracitados, com Heloísa Bertol Domingues aprendemos sobre a proposta da diretora do Museu Nacional de instalação de um inquérito nacional sobre as ciências naturais e antropológicas³³. Interessados nas atividades dos antropólogos nos Conselhos de agências estatais inseridas no campo indigenista, Carlos Augusto Rocha Freire³⁴ compreendeu em sua análise a atuação da antropóloga no CNPI, e Luís Groupioni³⁵ perpassou o período na qual foi consultante do CFE. Personagem onipresente das ciências sociais cariocas, Heloísa A. T. teve seu percurso profissional analisado por Adelia Miglievich-Ribeiro³⁶. Coordenando sua atuação no MN, no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e na Universidade do Distrito Federal (UDF), a autora diverge da institucionalização comumente pregada na análise histórica da

³²Ibid., p. 16.

³³DOMINGUES, 2010.

³⁴FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Indigenismo e Antropologia: O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)**. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

³⁵GROUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e científicas no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

³⁶MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015. p. 22.

disciplina, pautada pela sua especialização a partir da criação das universidades no Brasil³⁷.

Atenta ao caráter polivalente do campo científico e de seus agentes, Miglievich-Ribeiro inverte o foco da análise da condução do campo das ciências sociais das agências para o exercício dos agentes na instituição, observando o lugar que ocupam na rede social e política do campo. Sua base teórica se define sobre o conceito weberiano de **rotinização do carisma**, que concatena a regência de dado espaço institucional ao desempenho da atuação de determinado personagem. Em outras palavras, implica em uma dada ordem social fazer reconhecer sua autoridade perante outras iniciativas igualmente inovadoras, se valendo do carisma como instaurador e mantenedor de uma nova missão. De caráter lável, sua efetivação depende do reconhecimento, da obediência e da adesão daqueles a quem se destina, sendo este círculo a baliza do seu limite. Tendo em vista a aplicação do modelo conceitual de Weber do carisma - poder político e antieconômico por excelência - à missão indigenista de Heloísa A. Torres a partir do Museu Nacional, gostaria ainda de destacar outros três aspectos relevantes: a busca do espólio como uma das suas finalidades e base material; a obtenção de recursos por meio de patrocínios, doações e prestações voluntárias daqueles a quem se dirige – em oposição a um ressarcimento econômico pessoal; a problemática da definição de um sucessor legitimado em reconhecimento à sua qualificação carismática pessoal³⁸.

Nesta pesquisa, o enfoque de uma fase da atuação institucional do Museu Nacional foi definido como uma cronologia possível para a compreensão da questão museal na trajetória de Heloísa Alberto Torres, uma vez que infere sobre a “permanência das concepções, escolha de coleções, prioridades de investigações e de construções de redes de sociabilidades pelas quais coleções, catálogos, investigações viajaram entre os construtores do museu”³⁹. Assim, se por um lado as abordagens

³⁷A ampliação do estatuto epistemológico das ciências sociais para além da sua institucionalização nas universidades foi reclamada por diversos autores, atentos à abrangência de linhas disciplinares no seu escopo. Ver: NEDEL, 2005; VILHENA, 1997; PEIRANO, 1981.

³⁸WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 2.

³⁹LOPES, Maria Margaret; MURRIELLO, Sandra Elena. *Ciências e Educação em Museus no final do século XIX. História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 12. p. 13-30, 2005. p. 16.

mencionadas possibilitam a aproximação de diferentes instituições através do protagonismo de um mesmo agente, conferindo maior maleabilidade ao cenário da antropologia nacional, por outro a atenção ao MN como espaço iniciático da formação e do trabalho de Heloísa A. Torres e centro convergente da sua atuação profissional permite ainda problematizar a **imaginação museal** da personagem, isto é, o “conjunto de pensamentos e práticas que determinados atores sociais desenvolvem sobre os museus e a museologia”, como nos ensina Mário Chagas⁴⁰. Neste sentido, os desdobramentos da trajetória de sujeitos como Heloísa A. T., que “construíram instituições culturais, envolveram-se com práticas educativas e de vulgarização técnico-científicas, empenharam-se na constituição de dispositivos de proteção do patrimônio cultural e foram demiurgos de museus”, pode contribuir para iluminar a dimensão política dos museus no que se refere à mediação entre mundos, tempos, significados, funções, indivíduos e grupos sociais diferentes⁴¹. Ao focar a dobradinha que se estabelece entre o lugar que Heloísa Alberto Torres aferiu ao MN durante a sua gestão e, no sentido inverso, o papel que o MN ocupou na trajetória profissional multifacetada desta personagem, tomamos por eixo condutor a etnografia e a museologia no que diz respeito ao delineamento de uma narrativa profissional veiculada em prol de questões relacionadas à esfera do museu no espaço mais amplo do indigenismo e da institucionalização das ciências sociais no Brasil. Cabe ressaltar que utilizo o conceito museologia segundo seu referencial na época, a saber, um conjunto de metodologias e procedimentos voltados para a organização e a gestão dos museus e seus acervos⁴², ao tempo em que o conceito de museografia diz respeito à arte da exposição, abrangendo “a definição do conteúdos da exposição e os seus imperativos, assim como o conjunto de relações funcionais entre os espaços de exposição e os outros espaços do museu”⁴³.

Com base nos dados levantados organizei este trabalho em quatro capítulos com os seguintes objetivos. O primeiro aborda o percurso profissional e as redes estabelecidas por Heloísa Alberto Torres no

⁴⁰CHAGAS, 2009, p. 58.

⁴¹Op. cit. p. 25.

⁴²SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e patrimônio: interfaces disciplinares entre a França e o Brasil. **Ciência & Trópico**, Recife, v.33, n.2, p.313-334, 2009.

⁴³DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Florianópolis: FCC, 2014. p. 59.

Museu Nacional no período prévio à sua indicação para a direção do instituto, em 1938. Sua especialização em etnografia, a concepção do patrimônio indígena, o apelo pela profissionalização da antropologia no país e o desdobramento da sua atuação sobre as agências de controle da pesquisa acadêmica no país, criadas no âmbito da reformulação política levada a cabo na década de 1930 e que ensejaram novas tramas para o Museu Nacional no campo indigenista, são os tópicos desenvolvidos. São consideradas as participações de Heloísa Alberto Torres no CFE, no SPI e no CNPI em função do papel que desempenharam na potencialização política do Museu Nacional na disputa pelo direito à autoridade indigenista. Para compreender o papel do Museu Nacional no campo indigenista, contamos com as obras de Antonio Carlos Lima, *Um grande cerco de paz*, Maria Cecília Londres Fonseca, *O patrimônio em processo*, Carlos Augusto Rocha Freire, *Indigenismo e Antropologia*, e de Luís Groupioni, *Coleções e expedições vigiadas*, além da documentação arquivística pesquisada.

É a partir do segundo capítulo que adentramos na discussão sobre o plano formador implementado por Heloísa Alberto Torres no Museu Nacional dentro da antropologia. O direcionamento da narrativa e das práticas sociais da instituição no que se refere ao desenvolvimento de uma etnografia alinhada à concepção de antropologia cultural norte-americana justifica-se pela implantação da Política da Boa Vizinhança⁴⁴ pelos Estados Unidos neste período, com ênfase sobre a América Latina, e que exerceu influência substantiva sobre os rumos econômicos, da saúde, científicos e culturais no Brasil. O foco é analisar o desdobramento do plano em cursos de aperfeiçoamento técnico-científico, pesquisas de campo, publicações e aquisição de coleções. Tomando como ponto de partida o acordo informal estabelecido entre o MN e a Universidade de Columbia, em 1937, busco analisar o impacto que a eclosão da Segunda Guerra Mundial teve sobre reformulação do plano, sobretudo no que se refere à contratação de especialistas. Isso porque, além da ênfase sobre a etnografia e a concepção de patrimônio no campo indigenista abordada no Capítulo I, os cursos de aperfeiçoamento abrangeram sobre as demais sub-áreas da antropologia, agregando disciplinas correlatas e ainda a museologia. O estímulo ao

⁴⁴A Política da Boa Vizinhança consistiu em uma estratégia de relacionamento implementada pelos Estados Unidos em relação aos países latino americanos através da colaboração nas áreas econômica, militar, cultural e de saúde, tendo por fim assegurar a liderança estado-unidense no hemisfério ocidental.

desenvolvimento teórico-metodológico da disciplina no período em que ocorre a institucionalização das ciências sociais e da museologia no Brasil é discutido neste capítulo. Além da correspondência institucional de Heloísa Alberto Torres com o *corpus* acadêmico de Columbia e dos ofícios e relatórios dos naturalistas e técnicos da SAE, outras fontes importantes são os estudos de Mariza Corrêa sobre o referido acordo com os antropólogos norte-americanos, e os de Antonio Pedro Tota acerca da influência norte-americana sobre o Brasil no contexto da Política da Boa Vizinhança.

O delineamento de uma narrativa visual da etnografia é incorporado à análise da função social do museu no terceiro capítulo. O histórico de exposições do MN é analisado através das camadas de sentido impresso nas temáticas e nas tipologias expográficas no que tange a tradução da cultura indígena e a representação do campo dos etnógrafos visando a veiculação de um panteão disciplinar da antropologia no Brasil. As particularidades de uma antropologia desenvolvida a partir e em prol do museu, onde a sua existência, circulação e funcionamento tangenciam a imaginação museal dos naturalistas, e o ensino à especialização museográfica do instituto são algumas das questões trabalhadas. A este quadro de modernização do museu soma-se a sua articulação como lugar de memória e espaço institucional privilegiado da representação da nação idealizada pelo Governo Vargas. Para reimaginar a Exposição de 1947 contamos com a obra de Castro Faria, *As exposições de Arqueologia e Antropologia do Museu Nacional*, intercalando-a com a pesquisa na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e com os estudos museológicos publicados no periódico *Museum*, do *International Council of Museums* (ICOM), referenciais para um delineamento da trajetória histórica da disciplina no mundo.

Para enfeixar os últimos anos da administração de Heloísa Alberto Torres no MN, dedicamos o quarto capítulo à análise da I Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na instituição em 1953. O projeto da conferência e as reformulações ensejadas pela adequação dos membros da comissão organizadora e dos seus propósitos com vistas a delinear o recorte do evento sobre a antropologia, o estatuto epistêmico da disciplina e o papel do museu na consolidação das suas práticas e metodologias são discutidos neste capítulo. Sua realização no contexto de investimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em pesquisas antropológicas no Brasil é problematizada a partir das redes de sociabilidade em atuação. Para

compreender os fatores que possibilitaram a realização da I RBA no Museu Nacional, contamos com a documentação institucional do museu e com algumas das conferências, publicadas na Revista de Antropologia da USP.

Prestes a completar duzentos anos de fundação, o Museu Nacional continua a se refazer enquanto uma instituição devotada ao desenvolvimento das ciências naturais e antropológicas, da educação e da museologia. O recorte delineado nesta pesquisa buscou contribuir para uma melhor interpretação acerca do lugar que a instituição ocupou durante a administração de Heloísa Alberto Torres, e que caracteriza apenas uma das peles que os museus, enquanto instituições do presente, são capazes de vestir. Nesse percurso, a imaginação museal da diretora e seu potencial catalizador dentro do campo indigenista e do campo das ciências sociais no Brasil são fundamentais para compreender a concepção, o arranjo e o desenvolvimento de um projeto indigenista delineado a partir e em prol do Museu Nacional.

2 CAPÍTULO 1 – HISTORIOGRAFANDO O CAMPO ALHEIO: ANTROPOLOGIA E INDIGENISMO NO MUSEU NACIONAL

Fundado em 1818 por D. João VI, o Museu Real do Rio de Janeiro, posteriormente convertido em Museu Nacional, tem antecedente em outra experiência museológica implantada no país: a Casa de História Natural, popularmente conhecida como Casa dos Pássaros⁴⁵. Criada em 1784 como parte do investimento científico do governo português no período, funcionou durante trinta anos como entreposto colonial, colecionando, armazenando e preparando produtos naturais e etnográficos para serem enviados a Lisboa. A transição para o modelo de museu destinado a identificar e difundir os conhecimentos e os estudos das ciências naturais no Brasil sem prejuízo da sua colaboração com Portugal e com o resto do mundo insere o Museu Nacional no conjunto dos espaços institucionais onde se desenvolveria uma tradição de pesquisa científica no Brasil. Atuando em conformidade com a especialização das ciências definida ao longo dos séculos, a pesquisa na instituição encontra-se hoje organizada em seis departamentos, a saber: Botânica, Entomologia, Vertebrados, Invertebrados, Geologia e Paleontologia, e Antropologia. Neste, as atividades científicas se desdobram entre os setores de Antropologia Biológica, Antropologia Social, Arqueologia, Linguística e Etnologia e Etnografia, refletindo o aprimoramento do domínio antropológico no decorrer da história da instituição. Na presente pesquisa é relevante o desenrolar científico neste último setor.

Coletados no mundo ocidental com vistas à acumulação⁴⁶, a incorporação de objetos aos museus e a continuidade do processo de *musealização*⁴⁷ propicia, por um lado, a transformação do objeto em um documento passível de comunicação e, por outro, o desenvolvimento

⁴⁵ LOPES, 1997, p. 25-42.

⁴⁶ CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 69-89, 1994.

⁴⁷ Marília Xavier Cury compreende o processo de musealização como o conjunto de ações dirigidas sobre os objetos (aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação) e com respaldo das atividades administrativas do museu onde o início é determinado pela sua seleção e a finalização pela sua apresentação através de exposições, atividades educativas ou outras formas. CURY, Marília Xavier. **Exposição - concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 26.

das demais finalidades do museu, qual sejam conservar e expor⁴⁸. Tendo em vista o potencial dos objetos na configuração das instituições museológicas, Margaret Lopes destaca a presença de objetos etnográficos no acervo primevo da outrora Casa dos Pássaros, enquanto Heloísa Alberto Torres identifica uma coleção esquimó trazida por um combatente russo, em 1823, como o primeiro material etnográfico recebido pelo Museu Nacional⁴⁹. No que se refere à pesquisa etnográfica na instituição, Adriana Keuller identifica o direcionamento dos estudos para os “usos e costumes das nações indígenas”⁵⁰ na conformação da quarta seção em 1842, fator que redundaria na criação de uma seção de antropologia em 1876, marco da constituição da disciplina antropológica no museu.

A ciência do Homem, a Antropologia *latu sensu*, buscava aprimorar o contorno do seu objeto por meio das diferentes perspectivas que iam se afigurando no panorama científico. Uma tentativa de sintetizar seus contornos foi realizada por Arthur Ramos na obra “Introdução à Antropologia brasileira”, publicada em 1943⁵¹. Compreendida como o estudo dos aspectos naturais e sociais do homem, a Antropologia *latu sensu* se dividia em dois sub-eixos complementares. O da antropologia física (tradição anglo-saxã) ou antropologia *strictu sensu* (tradição francesa e alemã), voltado para os aspectos biológicos e raciais do homem, e o da antropologia cultural (tradição anglo-saxã) ou etnologia (tradição francesa), voltado para o estudo da cultura enquanto a soma das criações humanas. No transcurso de definição dos parâmetros científicos, o trajeto histórico e o contexto nacional em que se desenvolveram cada sociedade científica, associação ou museu determinou a relevância que os domínios etnológico e antropológico assumiram em cada época. Como salientou Ramos, entre os brasileiros, a etnografia enquanto a técnica que estuda os povos primitivos foi apropriada como o estudo dos índios até a década de 1940, quando então passou a ser empregada para significar aspectos descritivos e particulares da etnologia, é dizer, de todos os povos.

⁴⁸BARROSO, Gustavo. **Introdução à técnica de museus**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Museu Histórico Nacional, 1951.

⁴⁹Ofício de 12 abr 1950. Cópia de avisos e ofícios, RA 139, of. 325/326. SEMEAR.

⁵⁰KEULLER, 2012, p. 57.

⁵¹RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Brasileiros, 1943. v. I.

No Museu Nacional, seus cientistas compreendiam o conhecimento antropológico enquanto o conjunto dos estudos de antropologia física, etnografia, etnologia e arqueologia, caracterizados como a busca pela compreensão do homem dentro da sua natureza social, biológica, cultural e também racial⁵². Estudioso da história da disciplina, Stocking Jr. argumenta que a manutenção desta unidade foi possível em razão da orientação comum sobre o objeto material, fonte principal de conhecimento e bem essencial à constituição dos museus⁵³. Para este autor, seria ela a responsável pela construção da tradição anglo-americana fundamentada nos *quatro campos* definidos por Franz Boas em 1904: a história biológica da humanidade em todas as suas variedades; a linguística aplicada aos povos ágrafos; a etnologia dos povos sem registros históricos e a arqueologia pré-histórica⁵⁴. Observando pelas lentes da museologia, o que está posto nesta relação é a constituição do museu enquanto uma categoria de pensamento da antropologia, em outras palavras, o museu como um possível *quinto campo* do relativismo antropológico proposto por Boas⁵⁵.

Remodelada diversas vezes desde a sua implantação, a vinculação das três subáreas da antropologia foi problematizada pelos diretores e cientistas do Museu Nacional em virtude da relevância que assumiam em determinados períodos, como verificou Keuller na análise empreendida sobre a história institucional da disciplina⁵⁶. Criada por Ladislau Netto em 1876, a 1º Seção de Antropologia, Zoologia, Anatomia e Paleontologia foi instituída aos moldes da Sociedade de Antropologia de Paris, que compreendia a antropologia enquanto uma “atividade como a história natural do homem com uma ou mais espécies do mundo animal”⁵⁷. A Europa e, sobretudo a França, eram o modelo cultural e científico privilegiado no século XIX e início do século XX, exercendo grande influência sobre países como o Brasil. Na redefinição do organograma por Netto, o critério de antiguidade respaldou a

⁵²CORRÊA, Marisa. **As ilusões da liberdade**: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: Estudos CDDPAH, 1999. p. 35-40.

⁵³STOCKING JR., George W. **The ethnographer's magic and the other essays in the history of anthropology**. Winsconsin Press, 1992. p. 346.

⁵⁴BOAS, Franz. The History of Anthropology. **Science**, v. 21, n. 512, p. 513-524, 1904.

⁵⁵ Agradeço a observação feita neste sentido pelo Prof. Manuel Ferreira Lima Filho por ocasião da defesa da dissertação.

⁵⁶KEULLER, 2012.

⁵⁷Ibid, p. 73.

inserção da arqueologia e da etnografia em uma seção anexa junto com a numismática, onde representavam a antiguidade das populações indígenas, o reconhecimento do potencial informativo da cultura material⁵⁸ e o estatuto de origem das coleções institucionais, respectivamente⁵⁹. Com a especialização do Museu Nacional enquanto museu de ciências naturais e antropológicas e o surgimento de novos museus no país dedicados à história nacional a partir da década de 1920, o acervo de numismática seria paulatinamente transferido para outras instituições museológicas⁶⁰.

A contraposição da antropologia *strictu sensu*, isto é, a antropologia física, inscrita em uma seção específica, com a conjunção das outras duas subdisciplinas em uma seção anexa incide sobre a importância que a primeira assumia neste período. Para Keuller, a remodelação da 1ª Seção com a subsequente instalação de um Laboratório de Fisiologia, em 1880, pautou o início do desenvolvimento de estudos antropológicos desassociados da tradição anterior e fundamentados sobre a indução e a fundamentação científicas com base na observação e na experimentação de métodos anatômicos e fisiológicos⁶¹. Neste ímpeto, a antropologia, a etnologia e a arqueologia

⁵⁸BARRETO, Crstiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, 1999-2000.

⁵⁹Segundo Lopes, as medalhas e moedas originaram as primeiras coleções institucionais, sendo suplantadas pelos objetos de História Natural a partir do século XVIII. LOPES, 1997, p. 13.

⁶⁰A coleção de numismática do Museu do Imperador foi incorporada ao Museu Nacional em 1894, e transferida para o Museu Imperial em 1942. A implantação de um trilho ligando o Palácio de São Cristovão ao Museu Nacional, localizado no Campo de Santana, possibilitou a transferência do acervo do monarca, constituído por coleções botânicas, mineralógicas, zoológicas, antropológicas, etnográficas, arqueológicas e de numismática e mobiliário em 1890. A apropriação do acervo e consequente apropriação do edifício imperial com a instalação do Museu Nacional, em 1892, foi sendo revista ao longo das reorganizações do Museu Nacional, incorrendo na transferência de acervo para o Museu Histórico e Militar e para o Museu Imperial, ao longo do século XX. Ver: DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador**: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 218-220.

⁶¹KEULLER, 2012, p. 75.

são conjugadas na 4^a Seção a partir de 1888, permanecendo vinculadas até a década de 1930.

Com a demanda por uma maior objetividade científica dos estudos antropológicos, ocorre a expansão e o craquelamento da sua unidade nas primeiras décadas do século XX, reclamando uma reordenação teórica e institucional dos ramos de conhecimento em acorde com a sua especialização. Impulsionada por Boas, a vertente da antropologia cultural ascende no meio científico mundial alavancando o desenvolvimento do método etnológico baseado no estudo das mudanças dinâmicas na sociedade através da sua observação no presente. Ao propor a interpretação da cultura como um problema histórico, circunscrevendo as causas sociais e psicológicas que condicionam a dinâmica cultural a um grupo social particular, Boas permitia o questionamento de uma suposta estabilidade de longa duração destas dinâmicas nas populações primitivas. Primando pelo estudo da parte em detrimento do todo da civilização humana, o método proposto colocava em xeque a fundamentação antropológica baseada em um único esquema evolucionário⁶².

Entre 1912 e 1925, a antropologia vivenciou um período de prosperidade na instituição, marcado pela sua modernização científica, institucional e museológica e pela ampliação das redes de contato com cientistas e museus⁶³. Amalgamados pelo estudo da História Natural e, mais especificamente, pelo caráter generalizante da antropologia, os naturalistas do Museu Nacional buscavam avançar nas suas especialidades aspirando a um maior reconhecimento em determinada área⁶⁴. Em 1931, o diretor e antropólogo Edgar Roquette-Pinto (1927-1935) determinou a divisão da SAE entre a antropologia e a etnografia, ficando a arqueologia compreendida nesta última. Como destacou Keuller, a reorganização acentuou uma maior necessidade de especialização científica e museológica na instituição ao mesmo tempo em que aprimorou sua função educacional⁶⁵. Quanto à arqueologia, a gestão anterior já havia verificado a necessidade de uma maior independência nos quadros do Museu Nacional, sugerindo sua desvinculação da antropologia em prol de uma seção própria dedicada à

⁶²BOAS, Franz. Os métodos de etnologia. In: CASTRO, Celso (Org.). **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. p. 41-52.

⁶³KEULLER, op. cit.

⁶⁴DUARTE, 2010, p. 85.

⁶⁵Keuller identifica o período de 1912 a 1925, como a Era de Prosperidade da Antropologia no Museu Nacional. KEULLER, op. cit., p. 195.

arqueologia clássica e americana⁶⁶. Com a aposentadoria de Alberto Childe, em 1937, responsável pelas coleções de arqueologia clássica, os estudos nesta vertente seriam temporariamente interrompidos abrindo espaço para uma abordagem mais culturalista voltada para a compreensão da interação homem, ambiente e cultura no território brasileiro.

No Museu Nacional, o balanceamento e o aprimoramento das subáreas da antropologia variou em relação às especialidades dos naturalistas da SAE e dos diretores da instituição, e ao grau de protagonismo que cada um deles obteve em determinados contextos políticos. A tessitura e a consolidação de uma rede científica com instituições nacionais e internacionais congêneres por meio do intercâmbio de publicações científicas e da participação dos naturalistas em congressos e viagens ao exterior os manteve sintonizados às tendências em voga no pensamento científico ocidental, contribuindo para modernizar o museu e a pesquisa científica no Brasil. O reconhecimento sobre o capital científico acumulado e sobre a importância social do museu facultou a expansão das prerrogativas científicas dos seus naturalistas. Foram implementados acordos de intercâmbio científico com instituições internacionais e inaugurados novos meios de atuação científica junto às agências do aparato estatal, fortalecendo o legado da instituição para as futuras administrações.

O estímulo ao potencial educativo do museu por meio de ações sistemáticas e engajadas como o ensino de ciências naturais, coordenado pela Seção de Assistência ao Ensino de História Natural, criada em 1934, implementou de forma efetiva a função educativa no museu⁶⁷. A ampliação das publicações científicas com a criação dos periódicos *Boletim do Museu Nacional* e *Revista Nacional de Educação*, bem como a publicação dos *Guias das Coleções* e dos Quadros Murais de História Natural⁶⁸, destinadas ao público de pesquisadores, professores primários e escolares, logrou contemplar os propósitos de pesquisa e instrução do museu. Soma-se a esses dispositivos o uso de fotografias, filmes e rádio transmissão, ampliando a publicidade dos trabalhos da instituição como

⁶⁶Ibid., p. 152.

⁶⁷OLIVEIRA, Sabrina Soares. **A função educativa da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional na gestão do Educador Paschoal Lemme (1943-1946)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. p. 28.

⁶⁸KEULLER, 2012, p. 259.

testemunho da sua vitalidade e utilidade social⁶⁹. Os benefícios que o desenvolvimento destas atividades trouxe à consolidação da Antropologia na instituição, conforme ressaltou Keuller, contribuiriam para dar novo ensejo à aliança entre ensino e pesquisa dentro e fora da instituição durante o percurso profissional de Heloísa A. T. na SAE do Museu Nacional.

1.1 HELOÍSA ALBERTO TORRES

Personagem ubíqua das ciências sociais cariocas, o nome de Heloísa Alberto Torres (1895-1977) é presença frequente em diversos estudos realizados na área, e em outras correlatas, sendo relevantes para o entendimento da sua trajetória profissional aqueles de Miglievich-Ribeiro e de Corrêa. É no estudo da primeira que descobrimos que o interesse de Heloísa A. T. pela antropologia surgiu do contato com a biblioteca do pai, o sociólogo e político Alberto Torres, dono de uma das raras bibliotecas que possuíam obras de antropologia naquele tempo. Com o falecimento do pai em 1917, Heloísa A. T. ficaria encarregada da parte de antropologia, sociologia e ética da biblioteca, tarefa que impulsionaria na jovem estudante o apreço pelas ciências do homem⁷⁰. Para além das ciências, a influência paterna também sobressairia no seu posicionamento político. Tal qual seu mentor no Museu Nacional, Edgar Roquette-Pinto, Heloísa A. T. partilhava do forte sentimento de nacionalidade e da orientação positivista, que devotava às ciências neutras e internacionais, a solução para os problemas do país. Conforme ressaltou Domingues, ambos “Acreditavam e proclamavam o valor social das ciências, daí o engajamento político de Heloísa Alberto Torres na luta para impor a visão, ainda hoje atual, de que as ciências naturais e antropológicas operavam diretamente sobre a sociedade por meio de projetos políticos do governo”⁷¹, sendo fundamental para essa ressonância a sua atuação a partir do museu.

Partícipe de instituições do aparato estatal vinculadas às temáticas da antropologia e do patrimônio, a trajetória profissional de Heloísa A. T. tem lugar central no Museu Nacional, instituição na qual iniciou sua formação profissional e à qual dedicou mais tempo e esforços. Seu

⁶⁹BARROSO, 1951, p. 25.

⁷⁰MULHERES contam sua vida (XVII): com a Diretora do Museu Nacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 6 fev. 1952. 2ª Seção, capa.

⁷¹DOMINGUES, 2010, p.629.

ingresso na instituição ocorreu em 1919, quando contava vinte e quatro anos. Junto com sua irmã, Maria Alberto Torres, e outras três colegas do Colégio Sion, solicitaram a Roquette-Pinto que este ministrasse um curso de ciências naturais, datando desta época seu início nas atividades práticas no museu⁷². Em 1922, Heloísa A. T. iniciou o treinamento em técnicas antropométricas com o naturalista tomando parte como auxiliar na pesquisa sobre Tipos Antropológicos do Brasil e aprimorando e ampliando seu conhecimento antropológico na instituição. Com a aprovação no concurso para professor substituto da SAE, em 1925, estende a sua formação para a arqueologia e a etnografia. Realiza escavações em sambaquis, jazidas e cemitérios indígenas e estuda a cultura sertaneja e a cerâmica indígena no Brasil, dedicando-se com maior afinco à etnografia da arte marajoara. Parte das tarefas cotidianas de um naturalista de museu, tais atividades de pesquisa foram ainda conjugadas às atividades de manuseio, catalogação e restauração das coleções arqueológicas e etnográficas da SAE⁷³. Assim, quando a década de 1930 despontou no horizonte definindo a separação da antropologia e da etnografia na SAE, Heloísa A. T. já era considerada pelos seus pares uma das especialistas brasileiras em etnografia marajoara, sendo promovida ao cargo de professor chefe da referida seção⁷⁴.

Decorre deste período o aprimoramento da sua formação didática com o acúmulo de experiência profissional, conciliando o trabalho na SAE com a docência no Instituto Lafayette e a aplicação de cursos de extensão universitária voltados para a etnografia, como “Estudos nacionais de etnografia do Brasil” (1932), “Evolução das teorias etnográficas” (1933), e “A mulher entre os índios do Brasil” (1934). Incentivadas durante as gestões de João Batista de Lacerda (1895-1915) e de Bruno Lobo (1915-1923) como forma de promover o papel pedagógico do Museu Nacional, a participação dos funcionários do

⁷²Formavam o grupo de estudantes duas filhas de João Batista de Lacerda, ex-diretor do Museu Nacional, e uma sobrinha de Pacheco Leão, diretor do Jardim Botânico. MULHERES, 1952, capa.

⁷³FARIA, 1998, p. 204.

⁷⁴Com domínio na língua inglesa propiciado pela estância de estudos na Inglaterra quando ainda era adolescente, Heloísa A. Torres realizou ainda a tradução de trabalhos sobre a situação social do índio na América do Norte, em 1935. Relatório do ano de 1935, Fundo diretoria, classe 146.4, cx 1, Relatórios de Antropologia 1846-197. Sobre a infância de Heloísa A. T. consultar: MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015.

museu em conferências públicas e na elaboração de guias das seções reforçava o propósito do museu de divulgação científica, contribuindo para “[...] introduzir no Brasil o ensino superior e especializado em Ciências Naturais”, segundo Keuller⁷⁵. A antropologia seguia seu curso de especialização no museu.

Ademais, a promoção de Heloísa A. T. ao referido cargo também deflagra o seu potencial administrativo. É o momento em que se inicia a transição do que Luiz de Castro Faria apontou como o “ritual de formação de novos naturalistas”, percurso delimitado pelos padrões já consagrados de “trabalhos de campo, que devem confirmar sua capacidade como pesquisadora, capaz de levar adiante o conhecimento acumulado, de descobrir novos fatos, de colecionar peças, de propor explicações mais consistentes para as questões postas em dúvida”⁷⁶, para uma trajetória ascendente e profícua como representante e gestora do Museu Nacional. Concomitante à saída de Roquette-Pinto da direção da instituição, a antropóloga assume a vice-diretoria em 1935. O aumento das atribuições burocráticas e administrativas reclamadas pelo novo cargo é paralelo à ampliação da sua visibilidade no meio científico nacional e internacional, sendo convidada para tomar parte em outras instituições enquanto membro associado e conselheira e, no sentido inverso, à redução das suas atividades de pesquisa na SAE⁷⁷.

Tais mudanças ocorrem paralelamente ao conturbado deflagar da Revolução de 1930 e o golpe que deu início ao governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), caracterizado pelo viés intervencionista e centralizador e pelos significativos investimentos na estrutura burocrática e administrativa do Estado. Sob o comando de Vargas são criados novos ministérios e o trabalhador é enquadrado no centro de

⁷⁵KEULLER, 2012, p. 83; 150.

⁷⁶FARIA, 1998, p. 203.

⁷⁷No primeiro trimestre de 1935, Heloísa A. T. realiza excursões a Mauá, Piranga e Ilha do Governador, não sendo referidas quaisquer atividades de sua autoria no relatório de 1936. A duplicação das suas funções no Museu Nacional e a conseqüente sobrecarga dos funcionários da SAE ocasionaria o realocamento temporário da 2ª oficial da Diretoria geral de informações, estatística e divulgação e irmã de Heloísa, Maria Alberto Torres, para a seção com vistas a auxiliar Eduardo Rio Soares no arrolamento geral do material em depósito e do material das oficinas em 1935. A transferência da irmã entre o quadro de funcionários da instituição baliza os limites das relações pessoais nos trâmites burocráticos. Relatório de Antropologia 1935. Fundo diretoria, classe 146.4, cx 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974, SEMEAR/MN.

uma série de decretos e leis de proteção que regulamentam as jornadas e as aposentadorias. É instituída a Justiça Eleitoral com a adoção do sufrágio universal, direto e secreto, se alavanca o processo de industrialização e é promulgada a Constituição em 1934, intervenções que definem novos rumos na economia, na sociedade e na cultura do país. No que tange a intelectualidade brasileira, o estímulo à sua participação na administração pública federal com a ocupação de cargos chave no governo favorece um compromisso social com o envolvimento na questão nacional. Neste contexto, a atuação de Heloísa Alberto Torres se desdobra sobre as agências de controle da pesquisa acadêmica no país criadas no âmbito da reformulação política levada a cabo na década de 1930. São elas: o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, o Serviço de Proteção ao Índio, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Conselho Nacional de Proteção ao Índio, além da Organização Nacional de Museus/International Council of Museums (ONICOM).

O acionamento da rotinização do carisma por Heloísa A. T. também se verifica no seu papel de membro da Sociedade de Amigos de Alberto Torres, Sociedade Botânica do Brasil, Sociedade de Amigos de Alexandre Rodrigues Ferreira, e sócia do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Sua participação nestas agências perpassaria o período em que assumiu a direção do Museu Nacional, entre 1938 e 1955, consolidando a última gestão a ultrapassar o período de cinco anos⁷⁸.

Indicativa do lugar privilegiado que a personagem assumiu na condução da antropologia no país como uma das bases de fortalecimento da cultura brasileira⁷⁹, esta ubiquidade teve como ponto de convergência o Museu Nacional. Iniciada três anos após o término da gestão de Roquette-Pinto (1926-1935), a gestão de Heloísa A. T. daria continuidade à de seu mestre⁸⁰, em um aceno para o fortalecimento da

⁷⁸Com o término da gestão de Alberto Betim Paes Leme no Museu Nacional (1935-1938) em virtude de seu falecimento, a vice-diretora Heloísa A. T. assumiu interinamente o cargo até ser efetivada, ainda em 1938. OS DIRETORES do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2008. Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf. Acesso em: 14 jul 2016.

⁷⁹MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015.

⁸⁰No intervalo entre a gestão de Roquette-Pinto e a de Heloísa Alberto Torres, assumiu a direção Alberto Betim Paes Leme. Em sua tese, Miglievich-Ribeiro atenta para a ascensão profissional de Heloísa Alberto Torres na instituição

Antropologia entre as demais Ciências Naturais desenvolvidas no Museu Nacional e, sobretudo, à etnografia. No ensejo da remodelação feita por Roquette-Pinto na SAE, Heloísa A. T. demarca a distinção entre antropologia biológica e etnografia em uma nova remodelação da seção em 1939, reforçando a abordagem culturalista da antropologia *boasiana* na instituição a partir de então⁸¹. Epistemologicamente, também deu sequência à relação das ciências naturais com a sociedade, atentando para a função social e educacional do museu. Desenrolada em um período de consolidação das primeiras universidades implementadas no país, a gestão da antropóloga buscava sintonizar as demandas de desenvolvimento científico dos funcionários do museu com a especialização educacional e museológica da instituição.

1.2 OS DESDOBRAMENTOS DO MUSEU NACIONAL NO CAMPO INDIGENISTA

Em Antonio Carlos de Souza Lima⁸², o campo indigenista brasileiro é definido como um espaço específico de disputas entre agentes e agências que, em suas estruturas, temas e problemas, se mostra tributário do campo político. Segundo o autor, o domínio do capital político é o que permite a negociação sobre os limites de intervenção do Estado sobre a sociedade civil no que se refere à concepção de nação, situada no ideário positivista enquanto indivíduo coletivo tutelado pelo Estado e na qual o indígena passa a ocupar um lugar de destaque. Delimitado cronologicamente a partir do momento em que o Estado põe em prática uma política leiga de proteção aos grupos indígenas, diferentes interações organizam o discurso do indigenismo⁸³ em um campo específico. Para a nossa abordagem é especialmente relevante a observação de Luís Groupioni acerca do estatuto atribuído pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no

concomitante ao afastamento de Roquette-Pinto para se dedicar à educação no Brasil.

⁸¹KEULLER, 2012.

⁸²LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da Proteção Fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora Marco Zero, 1987. p. 149-204.

⁸³LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Brasil aos grupos indígenas. Órgão do aparelho do Estado executado por cientistas vinculados a institutos acadêmicos de pesquisa - atuando, portanto, na interface do campo político com o campo intelectual - sua posição, segundo esse autor, leva

[...] ao problema da nacionalidade e do patrimônio histórico e cultural que lhe dá suporte, onde o que interessa não são os *índios reais*, mas a *herança* que eles poderiam deixar para a nacionalidade brasileira. A discussão deve deslocar-se assim, do eixo do destino dos índios para o da imagem do índio e de seu legado. É como patrimônio que os índios interessam ao Conselho de Fiscalização e é nesta ação particular de preservação que o Conselho ocupa lugar e papel no campo indigenista brasileiro⁸⁴

Na análise de Groupioni, a percepção do índio enquanto patrimônio é apresentada de forma significativa na participação da conselheira, Heloísa A. Torres, em prol da aquisição de novas coleções para a instituição⁸⁵. Representante do Museu Nacional no CFE e no Conselho Nacional de Proteção ao Índio, propomos refletir sobre a sua atuação no campo indigenista a partir da ideia de patrimônio e sobre a política de proteção ao índio como uma das políticas públicas de preservação implementadas pelo Estado naquele momento em razão da construção da nação. Além dos autores já mencionados, discutiremos esse enquadramento com base nos trabalhos de Maria Cecília Londres Fonseca e Carlos Augusto Rocha Freire.

1.2.1 O patrimônio no campo indigenista

Já que estamos no terreno dos provérbios, sua carta me lembra um provérbio francês que diz que “o ótimo é inimigo do bom”⁸⁶

Em Fonseca, a compreensão do patrimônio histórico e artístico enquanto uma

⁸⁴GROUPIONI, 1998, p. 44.

⁸⁵Ibid. p. 200.

⁸⁶Carta de Alfred Métraux para Heloísa A. Torres, 5 de maio de 1952. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 416.

[...] relação social, mediada por bens, de base mais afetiva que racional e relacionada ao processo de construção de uma identidade coletiva - a identidade nacional - pressupõe um certo grau de consenso quanto ao valor atribuído a esses bens, que justifique, inclusive, o investimento na sua proteção⁸⁷.

No campo indigenista da época, uma das disposições compartilhadas pelos seus componentes é a crença na premissa básica da inferioridade e da fragilidade dos povos indígenas em relação à “civilização nacional” e à “raça branca”. Pensado através da teoria de Lahire, a concepção hierárquica de raça e cidadania seria uma das matrizes apropriadas como objeto pelos sujeitos, e que tende a operar sem ser questionada⁸⁸. Ponto de partida para a estruturação de um espaço indigenista, essa matriz encontra dissenso em relação à capacidade evolutiva dos povos indígenas, incorrendo em diferentes propostas e ações intervencionistas face a eles, como observou Lima⁸⁹.

A categoria *proteção* é fundamental aqui, pois, como observa esse autor, se por um lado ela abrange ideias comuns aos diversos atores, por outro, ela comporta indícios essenciais ao seu posicionamento diferencial⁹⁰. Considerando o argumento de Bourdieu de que qualquer luta no interior de um campo “pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser objeto de luta”⁹¹, no caso, ela reside sobre o que seria o objetivo específico da preservação dos grupos indígenas e nos meios para alcançá-lo. Assim, enquanto a política do Estado se interessava pela preservação dos indígenas em termos da “assimilação” pela cultura nacional na condição de camponeses, é possível inferir que a Etnografia se preocupava com a preservação dos vestígios iconográficos, sonoros e tridimensionais de culturas tidas

⁸⁷FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 37.

⁸⁸LAHIRE, Bernard. *O homem plural: determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

⁸⁹LIMA, 1987.

⁹⁰LIMA, 1995, p. 176.

⁹¹BOURDIEU, 1980 apud FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

como em extinção na forma de coleções etnográficas e que, ao fim e ao cabo, constituíam um grande arquivo da alteridade nacional.

Refletindo sobre o patrimônio a partir dos processos e práticas que o constroem, Fonseca esclarece que “o processo de seleção dos bens é conduzido por agentes autorizados - representantes do Estado, com atribuições definidas, e dentro de categorias fixas, a *priori* definidas, relacionadas a determinadas disciplinas”⁹² como, por exemplo, a etnografia, às quais se superpõe o valor nacional como categoria unificadora. Em uma tentativa de organizar os diferentes agentes em disputa na definição do campo indigenista nacional a partir da posição que ocupam com relação ao direito sobre a atuação legítima junto aos e pelos povos indígenas no Brasil, Lima estabelece seis categorias, a saber: etnógrafos, políticos, juristas, jornalistas, propagandistas e engenheiros militares. Segundo o autor, cada uma serviu de porta-voz a projetos indigenistas que buscaram, em diferentes graus de sistematização, solucionar o problema da incorporação de territórios e de configurações de fronteiras e da disciplina dos indígenas com vistas a conferir-lhes um papel em relação à nação. Concebido a partir da instauração da República e de um Estado nacional em estruturação, a Igreja delimita a fronteira desse espaço⁹³.

Caracterizado por Lima pela oposição entre a corrente *positivista* e a corrente *evolucionista* na busca pela legitimidade de uma determinada concepção de ciência⁹⁴, o campo intelectual se manifesta nas problemáticas relativas aos distintos ramos do conhecimento e nos esforços de pesquisa articulados em prol da sua construção. Oriundas da variedade de ideologias e interesses dos diversos aparelhos governamentais e não-governamentais que, em suas restrições hierárquicas e numerosos atritos, adensaram um campo de disputa pela demanda de verbas, autonomia institucional, ou ainda pelo monopólio de um conjunto de funções⁹⁵, as regulações do discurso do indigenismo nas instituições teve, nos institutos acadêmicos de pesquisa e nos seus cientistas, um capital específico dentro do campo intelectual.

Enquadrados por Lima na categoria dos “etnógrafos”, os museus e seus agentes são compreendidos pela relação comum que detém com a etnografia enquanto um ramo científico voltado à produção de

⁹²FONSECA, op. cit., p. 41.

⁹³LIMA, 1987, p. 168-179.

⁹⁴Entre os militares, a doutrina positivista era promovida como forma de crescimento “científico” do Estado. Ver: REIS, 1983 apud LIMA, 1987, p. 167.

⁹⁵LIMA, 1995, p. 22.

conhecimento mas, sobretudo, à preservação da cultura material dos grupos indígenas⁹⁶. Para Groupioni a necessidade de resistir à pressões no sentido da destruição do indígena incide sobre o seu legado como testemunho da nacionalidade brasileira, e não sobre a *persona* do índio propriamente dita. É dizer, enquanto patrimônio, como já assinalamos anteriormente⁹⁷. A capacidade do patrimônio de evocar a ideia de nação decorre da atribuição a esses bens, de valores da ordem da cultura, o que no caso do valor etnográfico está relacionado à sua leitura enquanto documento de processos e organizações diferenciados, como observou Fonseca⁹⁸.

Em sua digressão acerca dos valores imputados ao patrimônio, essa autora atenta que a legitimação a partir do valor de nacionalidade é realizada em nome do interesse público, estando a sua definição condicionada aos conflitos de interesse das camadas cultas e, sobretudo, dos agentes diretamente ligados às práticas preservacionistas. Essas são estabelecidas em função do trato do bem vinculado à sua condição material e respaldadas na observação no presente de cada momento histórico, podendo ser alterada pelas políticas de preservação atuantes em cada tempo. Retomando a teoria dos valores de Alois Riegl, Fonseca assinala o desdobramento do valor histórico - percebido a partir da incorporação de um momento histórico isolado ao presente - no valor de ancianidade - voltado para a apreciação do passado em si, com seu ciclo de criação e destruição entendido como algo comum à humanidade. Exemplificado pelas teorias da conservação de monumentos históricos propostas por Viollet-le-Duc e John Ruskin no século XIX, respectivamente, o valor histórico condiz com a ideia do primeiro sobre o monumento ideal, onde a intervenção busca eliminar aquilo que se considera acessório ou perturbador em prol da autenticidade estética. Tal interferência restitui ao objeto restaurado um valor histórico, mas não sua historicidade, como assinalou Françoise Choay⁹⁹. Por sua vez, o valor de ancianidade representado pela teoria de Ruskin prega a conservação do passado em suas produções materiais, modos de vida e virtudes morais, atribuindo ao monumento um valor mais ético do que estético. A compreensão destas duas perspectivas de preservação do

⁹⁶Lima toma como referência a perspectiva de Luiz de Castro Faria sobre a etnografia brasileira, considerada como um subcampo de produção da Geografia já instituído na década de 1920.

⁹⁷GROUPIONI, 1998, p. 44.

⁹⁸FONSECA, 2009, p. 37-42 passim.

⁹⁹CHOAY, 2001, apud FONSECA, 2009.

patrimônio é útil para pensar sobre o trato do indígena na política de preservação aplicada pelos órgãos do aparelho do Estado nacional.

Reconhecido pela historiografia por assumir um posicionamento positivista, tomando a nação como indivíduo coletivo tutelado pelo Estado, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais emerge “da expansão dos serviços do Estado Nacional realizada sob a égide de uma posição, então dominada ao nível do campo político, mas dominante ao nível da política indigenista”¹⁰⁰. Implementado em 1910 a partir da mobilização de agentes vinculados ao trato com os índios, notadamente os militares e os cientistas do Museu Nacional¹⁰¹, deslocou para o Estado a tarefa de intervenção sobre as populações indígenas e a mediação entre os índios e o restante da sociedade por meio de uma atuação direta¹⁰², conectando a ação burocrática de controle e governo dos índios à construção da nação. Vinculado ao apostolado leigo e orientado pela ideia de transitoriedade do índio¹⁰³, o SPI substituiu o projeto de conversão de novos cristãos pelo da constituição de novos cidadãos com base na presença militar e no uso do termo *proteção*. No âmbito civilizacional, incentivavam a transformação dos indígenas em produtores rurais autossuficientes como meio de incorporação ao progresso nacional e participação na economia regional¹⁰⁴. Ao resguardar os grupos indígenas do contato com atores externos ao Estado – nomeadamente a Igreja –, colocava em prática a estratégia preservacionista que ganharia fôlego nas políticas estatais após a Revolução de 30.

¹⁰⁰LIMA, 1987.

¹⁰¹Dedicado aos estudos etnológicos e etnográficos enquanto diretor da SAE do Museu Nacional, Domingos Sérgio de Carvalho foi responsável por colocar em destaque a instituição no que se refere à questão indígena e à criação do SPI, sendo considerado o responsável pelo convite a Cândido Rondon para implementar tal serviço. LIMA, 1987; KEULLER, 2012, p. 95.

¹⁰²Sobre o contexto de criação do SPILTN, ver o trabalho de: STAUFFER, David Hall. **The origin and establishment of Brazil’s Indian Service (1889-1910)**. 1955. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Texas, Austin, 1955.

¹⁰³OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o Estatuto do Índio. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (org.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Ed. da UFSC/CNPq, 1985. p. 17-30.

¹⁰⁴LIMA, 1995, p. 98-115.

Incorporado ao Estado, a solução pretendida pelo SPI para o problema indígena ganhava fôlego no campo indigenista. Na análise de Lima¹⁰⁵, a concorrência entre as correntes *positivista* e *evolucionista* divergia no que concerne a incorporação dos indígenas às responsabilidades do Estado de acordo com as capacidades a eles atribuídas por cada uma dessas correntes/grupos. No âmbito do SPI, as interferências e prejuízos sobre a cultura dos povos indígenas advindos da estratégia de pacificação permitem identificar o valor histórico atribuído a eles pelo órgão, no sentido em que se almeja um ideal estético de civilização nacional. Retomando os valores discutidos por Fonseca, o dissenso quanto à capacidade evolutiva dos povos indígenas e o grau de interferência impetrado pelos agentes e agências do campo indigenista parece estar relacionado ao valor de ancianidade do seu patrimônio lingüístico, religioso, material, etc., sendo este pressuposto igualmente compartilhado pelos agentes do campo – tal qual o da transitoriedade do indígena.

Como observou Fonseca, a relativização do lugar, do tempo e dos sujeitos da avaliação pesa de forma decisiva nas políticas de preservação impulsionadas pela ampliação da noção de patrimônio na primeira metade de século XX. A introdução das produções das camadas sociais desprivilegiadas da história factual, como os camponeses, os imigrantes e as minorias étnicas, respaldadas pela emergência de novos valores atribuídos ao patrimônio demanda uma reformulação da concepção de patrimônio, tendo a etnografia e a antropologia papel determinante na legitimação desses tipos de bens, em termos de valor histórico e artístico, reforçando disciplinarmente seu valor cultural¹⁰⁶. A percepção do indígena como um patrimônio físico e material no campo indigenista brasileiro da primeira metade do século XX permite refletir sobre o papel do museu neste processo mais recente.

Retomando a classificação proposta por Lima, a particularidade da categoria dos “etnógrafos” incide no fato de “que reclamam a si uma legitimidade propriamente científica na sua forma de disputa de posições sobre o indigenismo”¹⁰⁷, demonstrando um desempenho específico no ideário positivista de incorporação do indígena à sociedade nacional conquanto interessados na cultura indígena. O reclame a uma ingerência científica que atente para as especificidades

¹⁰⁵LIMA, 1987.

¹⁰⁶FONSECA, 2009, p. 57-70.

¹⁰⁷LIMA, 1987, p. 184.

das culturas indígenas não significa, contudo, que seus defensores detivessem um espaço próprio de atuação cujo ingresso fosse controlado por eles. Afinal, se por um lado a convergência de áreas como a antropologia, o patrimônio e a museologia no museu possibilitam uma relativa autonomia de atuação dentro da esfera Estatal, oportunizando a criação de visões de mundo e a ênfase aos seus objetivos, por sua vez, a variedade de interesses concorrentes, assim como as hierarquias que determinam as regras do embate tornam o discurso científico apenas um dos afluentes do caudaloso jogo indigenista. Neste sentido, apesar da Revolução de 30 ter ampliado a inserção de intelectuais e cientistas no aparelho do Estado, o sucesso de cada investida esteve condicionado às oportunidades e aos recursos válidos para as condições objetivas dos campos de disputa específicos ao seu exercício.

No que se refere à investida dos “etnógrafos”, salientamos que a garantia de participação em espaços decisórios cruciais ao funcionamento da política indigenista então regida pelo Estado, como o SPI, o CFE e o CNPI, contribuiu para questionar os limites e a extensão de uma proteção desavisada do indígena e de sua cultura. Determinados a conhecer o indígena por meio de expedições no remoto território brasileiro com vistas a descrever, coletar e transcrever sua cultura em relação a uma sociedade nacional simbolicamente mais próxima, agregavam valor à etnografia ao mesmo tempo em que intermediavam pólos sociais em aparente conflito. Sem embargo, fatores como a proporção reduzida de profissionais inseridos nas agências do campo, o grau de representatividade que lograram obter junto às prerrogativas decisórias da política indigenista e a própria limitação da concepção preservacionista do indígena enquanto patrimônio - vinculado à sua condição material – impuseram dificuldades ao reconhecimento e à implantação do capital científico, restrição já apontada por Freire¹⁰⁸. É neste sentido que Lima percebe o Museu Nacional como um agente complementar na medida em que, “se não formula planos, os legitima”¹⁰⁹, compactuando com a lógica da nacionalização dos indígenas como forma de expansão da esfera de atuação do Estado.

1.2.2 A representação do Museu Nacional por Heloísa Alberto Torres

¹⁰⁸FREIRE, 1990.

¹⁰⁹LIMA, 1987, p. 191.

Fiquei encantado em saber que Rubens e Galvão foram para o Mato Grosso com o SPI. Espero que isto signifique que o SPI aprenda que eles devem ter alguém experiente trabalhando com eles e compreenda de uma vez por todas que etnologia não é só “fotografias de índios”, nem algo que uma pessoa possa fazer só porque já viu um índio¹¹⁰

Com a instalação do governo provisório de Vargas se iniciava um período de reformas administrativas e políticas que ocasionariam a criação de novos instrumentos de centralização e autonomização do Estado frente à sociedade brasileira. O projeto modernizador do novo regime incidia sobre a construção de uma unidade nacional embasada sobre pressupostos políticos autoritários de intervencionismo estatal, direcionando a reorganização da sociedade para o controle e a canalização das atividades. Neste processo de modernização, expansão burocrática, e rompimento com as barreiras oligárquicas, o Estado buscou ampliar seu papel social mediante a criação e o fortalecimento de assessorias com competências específicas, como as comissões e os conselhos. Voltados para a economia, educação, ciência e cultura, os órgãos consultivos ficaram encarregados de supervisionar e regulamentar as atividades sociais, em um esforço de planificação e programação de objetivos a partir de estudos especializados¹¹¹.

Direcionados para pautas específicas, os novos órgãos consultivos tiveram importante atuação protecionista, legislando e fiscalizando o patrimônio natural, histórico e artístico nacional. Sustentadas pela ideologia do nacionalismo, as políticas de preservação do patrimônio selaram uma aliança entre o interesse cultural, o interesse político e a justificativa ideológica, sendo aqueles órgãos responsáveis por viabilizar a implementação de atividades sistemáticas de preservação, guiadas por práticas específicas, conforme Fonseca¹¹². É representativo deste processo de extensão e especialização burocrática o grau de articulação e destaque alcançado pelos cientistas do Museu Nacional na ampliação da ingerência científica sobre as políticas públicas estabelecidas pelo Governo Provisório. A instituição se

¹¹⁰Carta de Charles Wagley para Heloísa A. T., 16 set. 1942. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 280.

¹¹¹FREIRE, 1990, p. 17-18.

¹¹²FONSECA, 2009.

beneficiava de uma interlocução com a esfera política construída durante o Império e que lograra perpassar a República, perpetuando-se por meio da criação de vínculos entre redes sociais estatizadas capazes de transcender as posições em disputa, como observou Lima¹¹³. Viabilizada pelo capital simbólico adquirido pelos cientistas do Museu Nacional, a manutenção desses vínculos foi favorecida pela sua presença coetânea em outros aparelhos da engrenagem estatal que, para além de transcender as posições em disputa, reforçavam a ingerência sobre pautas determinadas constituindo um legado importante para a consolidação de projetos científicos e educacionais delineados pelos seus sucessores na instituição.

Regina Duarte observou que a estratégia de legitimação que garantiu a representação do Museu Nacional nos novos códigos e conselhos resultou de um “contexto de abertura de possibilidades, configurando um jogo político entre vários atores dispostos a interferir nos novos rumos da nação”¹¹⁴. Segundo a historiadora, cientistas do Museu Nacional, entre eles Roquette-Pinto, se valeram da instituição como ponto de articulação para a obtenção de apoio financeiro para as iniciativas de vulgarização científica com vistas a contribuir para a civilização do povo brasileiro, estendendo sua interferência nas políticas públicas por meio da participação em anteprojetos e conselhos decisórios. Ao tomar a ciência como o meio possível de construção da civilização nacional, sendo mesmo o meio da sua salvação no que tange os povos primitivos¹¹⁵, a instituição se engajava no processo de consolidação da base econômica, agrícola e industrial do país¹¹⁶. Embora a estratégia não se tenha demonstrado totalmente adequada aos seus desígnios, como demonstra Duarte, ela foi fundamental à conquista de vagas para membros do Museu Nacional nos conselhos direcionados para o controle e a proteção do patrimônio natural e cultural do país, entre eles o CFE, criado em 1933. Em que pese não seja mencionado pela autora, é possível supor que esse pacto tenha reverberado na composição do CNPI, implementado em 1939, do qual trataremos mais à frente.

Em sua pesquisa acerca do funcionamento do CFE no período entre 1933 e 1968, Groupioni incorpora ao conjunto de agentes e

¹¹³LIMA, 1995, p. 116.

¹¹⁴DUARTE, 2010, p. 68.

¹¹⁵LIMA, 1995, p. 114.

¹¹⁶DOMINGUES, 2010, p. 627.

agências que implementaram políticas intervencionistas nas populações indígenas aqueles que atuaram na produção de conhecimento sobre os índios e na busca de controle sobre esta produção, os antropólogos¹¹⁷. Interessado em esclarecer a relação desse grupo com o Estado, depreende do alargamento dos critérios utilizados para definir a “natureza indígena” a existência de instâncias, agentes e posições em disputa no campo indigenista que precedem, perpassam e mesmo diferem daquele do SPI, responsável pela formalização e autonomização do campo¹¹⁸. No enquadramento proposto por Groupioni, os museus de história natural assumem papel de destaque em virtude da fundamentação da sua existência e práxis sobre a aquisição, a organização, a catalogação e a exposição de coleções etnográficas, sequência de métodos que determinam a própria definição sobre o que é o indígena. Detentor do capital simbólico advindo da experiência de atuação direta com os indígenas, o Museu Nacional agregava um contingente científico ao campo indigenista, basicamente formado por militares positivistas.

Regulamentado pela Lei de Expedições de 1933, o CFE teve por objetivo assegurar o controle dos pesquisadores nacionais e estrangeiros em expedição pelo país. O órgão era operado por sete representantes, sendo dois do Museu Nacional, cabendo a vaga destinada aos assuntos relacionados à Arqueologia e à Etnografia a Heloísa A. Torres entre 1933 e 1942. A percepção da antropóloga acerca da importância do Conselho para o desenvolvimento científico no país, e também do Museu Nacional, especialmente no que tange à realização de pesquisas e a aquisição de coleções foi colocada por Groupioni, para quem o discurso indigenista do Museu Nacional no CFE se direcionava para a ampliação do acervo etnográfico e arqueológico da instituição.

Na palestra proferida por ocasião da inauguração de uma exposição com as coleções etnográficas incorporadas ao museu por intermédio do Conselho, em 1936, Heloísa A. Torres retoma os entraves que a rigidez e o autoritarismo do regulamento original da agência traziam à cooperação científica do Brasil com outros países¹¹⁹. Para a então vice-diretora do Museu Nacional, a desproporção entre as restrições impostas aos pesquisadores estrangeiros no país e a escassez de bibliografia que se poderia oferecer aos mesmos prejudicava o

¹¹⁷GROUPIONI, 1998.

¹¹⁸Ibid., p. 40.

¹¹⁹Ibid., p. 68-69.

desenvolvimento do conhecimento científico sobre o Brasil tornando premente a realização de ajustes que permitissem concentrar a atuação do Conselho sobre a fiscalização e garantir a permanência do patrimônio nacional nos institutos de pesquisa do país. Esclarecedora das circunstâncias de criação do Conselho e suas implicações, como ressaltou Groupioni, a avaliação crítica de Heloísa A. Torres é importante para compreender as bases sobre as quais a cooperação científica entre a agência, os antropólogos estrangeiros e o Museu Nacional viria a se estabelecer. Essa cooperação estaria baseada na ampliação e no aprimoramento da produção científica e do acervo da instituição, atividades tributárias da atuação dos antropólogos em campo e que reiteram o argumento do autor acerca da presença de Heloísa A. T. no CFE como extensão da sua atuação no Museu Nacional.

No que se refere ao vínculo da antropóloga com o SPI, este remonta à sua nomeação como vice-diretora do Museu Nacional em 1935, ano em que recebeu uma solicitação para auxiliar o órgão na elaboração do seu regulamento, “tendo tido a ventura de assentar as bases de uma colaboração estreita com o Museu Nacional”¹²⁰. Desde então, teve presença ativa nos debates para definição das prerrogativas do órgão, inclusive sugerindo a adoção do regimento do Museu Nacional nos artigos relacionados a assuntos indígenas¹²¹.

No plano de expansão e profissionalização da etnografia no país a atuação ubíqua de Heloísa A. T. se relacionava diretamente ao desenvolvimento da antropologia a partir do Museu Nacional. Da parte da instituição, a colaboração do SPI era essencial à realização das atividades científicas voltadas para a etnografia, autorizando e mediando o contato de pesquisadores e associados com os índios por meio dos postos de assistência e inspetorias. Por sua vez, o aparelhamento do SPI e sua interlocução com outros agentes do campo indigenista fazia parte do que Lima identificou como “peças cênicas de rituais políticos”, destinadas a assegurar o respeito às “ideias positivistas” e à sua prática, dando respaldo político a um órgão cuja existência foi deficitária em receitas e suportes¹²². Apesar dos benefícios da colaboração com o órgão e também com o CFE, é possível perceber que Heloísa A. T. se ressentia de uma participação mais ativa e autônoma dos antropólogos do museu

¹²⁰Relatório de Antropologia 1935. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974. SEMEAR/MN.

¹²¹FREIRE, 1990, p. 98.

¹²²LIMA, 1995, p. 116.

junto aos indígenas. O requerimento de análise acerca do memorial elaborado pelo diretor da Missão Salesiana entre os Xavante, Hipólito Chovelon, fornecia à diretora uma oportunidade de reivindicação.

Em ofício de 13 de julho de 1939¹²³, Heloísa A. T. responde à solicitação do chefe de gabinete do Ministério da Educação, Carlos Drummond de Andrade, acerca do memorial referente à atuação da Missão Salesiana junto aos silvícolas¹²⁴. A análise empreendida por Garfield sobre a atuação dos salesianos entre os Xavante, situados entre o Rio das Mortes e o Rio Araguaia, no Mato Grosso, traz alguns esclarecimentos sobre os propósitos do missionário francês na alegação de contato pacífico. Vangloriada pelo missionário como mais uma etapa conquistada na Marcha para o Oeste¹²⁵ e, portanto, como uma possibilidade de apropriação de novas terras para a agricultura, criação de gado e mineração, o informe de Chovelon resguardava o interesse dos salesianos pela catequese dos índios e pelo controle das terras em sua posse, sendo utilizado com vistas a pressionar o governo por mais recursos que, além de escassos, eram disputados pelo SPI, sendo veementemente contestada pelo órgão¹²⁶.

Com a implementação do Decreto nº 5.484 de 27 de junho de 1928, o SPI passava a ser responsável pelos assuntos relacionados à temática indígena¹²⁷, ganhando legitimidade como representante oficial

¹²³Ofício de Heloísa A. T. para Carlos Drummond de Andrade, 13 jul. 1939. Cópias de ofício (jul-set) 1939, RA 106, of. 314. p. 1.

¹²⁴Presentes no Brasil desde 1883 e com atuação na região Centro-Oeste desde 1894, os Salesianos eram partidários da posição da catequese e civilização, defendendo a ação do Estado no campo indigenista por meio do apoio e subsídio às ordens religiosas. Ver: LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Aos fetichistas orden e progresso**: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

¹²⁵Implementada em 1938 pelo Presidente Getúlio Vargas, o programa Marcha para o Oeste fomentava a colonização e a expansão econômica e demográfica visando à unificação do mercado interno brasileiro e à justaposição das fronteiras econômicas e políticas do país.

¹²⁶GARFIELD, Seth William. **“Civilized” but discontent**: The Xavante indians and government policy in Brazil 1937-1988. 1996. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Yale University, New Heaven. 1996. p. 95-102.

¹²⁷BRASIL. Decreto nº 5.484 de 27 de junho de 1928. Regula a situação dos índios nascidos em território nacional. **Diário Oficial [da] República**

do Estado no campo indigenista. Destoando das boas relações que o Governo Federal mantinha com os Salesianos – inclusive doando grandes extensões de terras para estes estabelecerem colônias para os indígenas¹²⁸ –, o SPI via na atividade de missionários estrangeiros entre os indígenas uma afronta aos seus ideais nacionalistas e anti-clericais¹²⁹. A morte de dois missionários por índios Xavante em 1934, acirrara o descontentamento dos representantes do órgão que temiam que a atuação imprudente, negligente e desprovida de tato dos missionários dificultasse o contato com grupos, todavia isolados¹³⁰. Neste imbróglio, a natureza tática da atuação de Heloísa A. Torres na lida do campo indigenista¹³¹ permitia que intercedesse sobre a petição do missionário salesiano, encaminhada sintomaticamente ao Museu Nacional, defendendo seus princípios sem colidir com a autoridade do SPI. Apesar da retificação feita pela antropóloga acerca do encaminhamento errôneo e das desavenças políticas entre as instituições implicadas no trâmite, ao tangenciar o Museu Nacional o memorial incorria na sua potencialização política na disputa pelo direito à autoridade indigenista como viés de uma antropologia aplicada.

No ofício que encaminhou anexado aos dados recolhidos junto ao SPI, Heloísa A. T. ressalta a acuidade do aspecto humanitário e cívico – e portanto, positivista – presente no Regulamento do órgão, focado sobre os direitos dos índios e o trato que lhes devia ser outorgado principalmente no que diz respeito à sua relação com o território

Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1928. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>. Acesso em: 19/12/2016.

¹²⁸A apropriação de terras dos índios também era realizada pelos próprios missionários através da transferência para o nome da ordem ou de algum de seus integrantes. Ademais, se beneficiavam da mão-de-obra indígena para aumentar suas riquezas. FREIRE, 1990, p. 133.

¹²⁹Se por um lado a vinda de missionários estrangeiros configurou uma abertura específica na via diplomática brasileira, a falta de um consenso acerca da atuação direta destes agentes na ação indigenista suscitava críticas como a dos integrantes do SPI que percebiam sua presença como uma ameaça à unidade nacional – como a Missão Salesiana, de origem italiana –, e de determinados agentes do campo indigenista como Rondon e o Museu Nacional que se posicionavam contra a imigração no que se refere ao deslocamento de investimentos do Estado em prol destes grupos em detrimento dos trabalhadores nacionais. Ver: LIMA, 1987, p. 188; FREIRE, 1990, p. 123-130.

¹³⁰GARFIELD, 1996, p. 97.

¹³¹FREIRE, 1990, p. 105.

ocupado embora, sem considerações específicas acerca da cultura indígena. A par das limitações que as condições institucionais impunham à ação indigenista do SPI¹³², aproveita a lacuna para argumentar ser dever do Museu Nacional acrescentar algumas considerações que esclareçam o contato entre civilizados e indígenas no que concerne o aspecto cultural dos “nossos aborígenes”, em suas palavras. Diz ela:

Para dispensar-lhes [nossos aborígenes] proteção adequada e que não venha a causar choques e desajustamentos graves dentro do panorama cultural em que se enquadra cada tribu[sic] ou grupamento indígena é indispensável um estudo prévio de cada qual especialmente no tocante à sua organização social. Nesse particular, as diferenças que escapam à observação não especializada são, às vezes, radicais e não tomá-las em consideração implicaria em sérios e irreparáveis desastres para a comunidade que a pretende amparar¹³³

O posicionamento de Heloísa A. T. é sintomático do enquadramento dos antropólogos na política indigenista, uma vez que estes profissionais “davam aos políticos instruções sobre o tratamento a ser aplicado às populações nativas visando ao respeito aos seus costumes”¹³⁴. Ciente da reforma prevista para ocorrer no SPI¹³⁵, ao acentuar os prejuízos potenciais de um contato mal orientado o pleito da diretora do Museu Nacional enfatizava a ampliação da ingerência

¹³²A década de 1930 marcou um período de decadência no SPI com cortes orçamentários que restringiam as atividades assistenciais nos postos indígenas. Ver: RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro: SIA/Ministério da Agricultura, 1962. p. 34.

¹³³Ofício de Heloísa A. Torres para Carlos Drummond de Andrade, 13 jul. 1939. Cópias de ofício (jul-set) 1939, RA 106, of. 314, 2 f.

¹³⁴FREIRE, 1990, p. 327.

¹³⁵Na carrrta encaminhada a Buell Quain, em 7 de maio de 1939, Heloísa Torres diz ter sido informada que participaria do Conselho para a reforma do SPI (CORRÊA, 2008, p. 58). Desenrolada no final de 1939, com o ativamento do controle político do território e a colonização dos espaços vazios impulsionados pelo programa Marcha para o Oeste, a reforma alteraria a jurisdição ministerial do SPI, subordinado, finalmente ao Ministério da Agricultura, e resultaria na criação do Conselho Nacional de Proteção ao Índio. FREIRE, op. cit., p. 25-28.

científica propriamente acadêmica em questões relativas à temática indígena, também defendida por Curt Nimuendaju¹³⁶.

Encaminhado oito meses após o impasse entre o SPI e o antropólogo norte-americano da Universidade de Columbia, Buell Quain, em expedição no país graças ao acordo firmado com o Museu Nacional, sobre a permissão para este realizar sua pesquisa de campo na aldeia dos índios Trumai¹³⁷, no Xingu, o ofício de Heloísa A. Torres reclama a legitimação da assistência antropológica neste processo junto aos missionários mas, principalmente junto ao SPI. Embora não conteste a ingerência do órgão indigenista sobre o contato entre índios e civilizados o reclame indica seu descontentamento com a falta de autonomia dos etnólogos associados ao Museu Nacional na condução de pesquisas de campo.

Diferente do CFE onde as decisões sobre as expedições eram referendadas a cada caso por um Conselho composto por sete cientistas pertencentes a instituições acadêmicas e de pesquisa, a composição basicamente militar do SPI e, portanto, alheia aos códigos da etnografia, reduzia a eficácia dos planos de Heloísa A. T. com relação ao desenvolvimento da disciplina no Museu Nacional. Ademais, de acordo com a legislação o SPI detinha a prerrogativa sobre o *quando* e o *como* os grupos indígenas poderiam ser contatados. Conforme observou Groupioni, o SPI adotava como regra geral a negativa aos pedidos de contato com grupos indígenas que não contassem com postos de assistência do órgão com o argumento de preservar os índios e os que deles se aproximavam. Assim, enquanto a pesquisa de Quain entre os Trumai era entendida por Heloísa A. T. enquanto a “última oportunidade

¹³⁶De origem alemã, Curt Unckel naturalizou-se brasileiro em 1921, passando a adotar o nome Nimuendajú, atribuído a ele pelos Apapokuva-Guarani do rio Batalha, em São Paulo, em 1905, e que significa “o ser que cria ou faz seu próprio lar”. GROUIONI, 1998, p. 173-175; FREIRE, op. cit., p. 164.

¹³⁷Nos documentos que compõem o arquivo do CFCEAB analisado por Groupioni, fica comprovado o conflito de interesses entre o Conselho, que autoriza Quain a realizar a pesquisa, e o SPI, reticente quanto ao contato. Com a imposição do SPI sobre a montagem de uma expedição para acompanhá-lo na continuidade da pesquisa entre os Trumai, Quain retorna ao Rio em novembro de 1938 para regularizar sua situação junto ao SPI, logrando autorização do Conselho para retornar a campo, desta vez entre os Krahô. O impasse que envolveu Heloísa Torres, Ruth Benedict e o embaixador norte-americano no Rio, pode ser apreciado nas cartas de campo de Quain publicadas em CORRÊA; MELLO, 2008.

de pesquisar os Trumai, que estão em vias de extinção”¹³⁸, para o SPI ela consistia em mais uma ameaça iminente do contato com atores externos ao cerco.

A diretora do Museu Nacional dependia da colaboração dos órgãos indigenistas para promover as pesquisas necessárias ao aprimoramento do museu, notadamente o processo de musealização, de modo que buscava encontrar um ponto de equilíbrio que facultasse a liberação e o amparo em campo e o prosseguimento da sua agenda etnográfica.

Na sequência da resposta ao memorial, Heloísa A. T. faz uma exposição comparativa a partir de dados etnográficos sobre a organização social dos dois grupos indígenas pesquisados por Quain com base nos relatórios encaminhados por ele, os Trumai e os Kraho, em cuja companhia todavia se encontrava. Respalhada pelo argumento colocado por Franz Boas no final do século XIX de que grupos indígenas particulares demandavam abordagens com direcionamentos específicos, seu alerta reificava a importância de tal acuidade entre as bases não científicas. Esclarece ela:

Não podem grupos humanos com organizações sociais contrastantes receber amparo do mesmo molde. Embora a orientação política a imprimir no país reconheça vantagem na aplicação deste ou daquele sistema, convém não esquecer a inconveniência que haveria em submeter uma sociedade primitiva simultaneamente a dois golpes profundos: o que modificaria o seu regime material de vida e outro que atingiria de modo radical o seu processo espiritual de conduta. Seria levar ao extermínio o povo que se pretende *proteger*. É por isso que o Museu recomenda a organização das atividades de *proteção* ao índio sobre base científica¹³⁹

O tom desaprovador expresso na mensagem se dirigia, por um lado, às consequências danosas da catequização dos indígenas

¹³⁸Carta de Heloísa A. Torres para Ruth Benedict, 2 jan. 1939. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 48.

¹³⁹Ofício de Heloísa A. Torres para Carlos Drummond de Andrade, 13 jul. 1939. Cópias de ofício (jul-set) 1939, RA 106, of. 314, p. 3. SEMEAR/MN. Grifos meus.

implementada pelos missionários e, por outro, à lacuna empírica dos agentes do SPI no trato com os indígenas, em outras palavras, a diferença de perspectivas acerca do valor de ancianidade. Tal qual o órgão indigenista, Heloísa A. Torres considerava inevitável a integração do indígena à sociedade nacional, porém, entendia que o estímulo a este processo não era necessário, sendo inclusive prejudicial à sobrevivência dos grupos¹⁴⁰. O alerta acerca de um potencial extermínio dos indígenas ocasionado por uma política de contato sem orientação científica recaía na pressuposta contraposição entre uma sociedade indígena frágil, vulnerável e suscetível ao desaparecimento, e uma sociedade brasileira dominante e apta a protegê-los¹⁴¹. A persistência secular da ideia da inevitável extinção dos nossos indígenas agravada pelo contato com a civilização reforçava, ademais, a importância das atividades etnográficas na organização física, linguística e social dos índios e na coleta de dados e espécimes para o Museu Nacional.

A ampliação da ingerência científica no contato com os indígenas visava a uma melhor eficiência na implementação de métodos e programas por parte dos diferentes agentes implicados nas políticas indigenistas. Em que pese os prejuízos de cada agente no processo aculturativo, a postura adotada por Heloísa A. Torres e transmitida aos antropólogos do Museu Nacional na década de 1940, recaía sobre uma interferência mínima no contato com os índios, respeitando as decisões tomadas pelo grupo em questões relativas a si próprios. Assim como Nimuendajú, Heloísa A. T. demonstrava a necessidade de um contato cauteloso a fim de não prejudicar a sua organização social¹⁴². No que se refere ao SPI, não obstante o protecionismo evocado no lema “matar se for preciso, morrer nunca”, antropólogos que fariam parte dos seus quadros, como Darcy Ribeiro, assinalaram o comprometimento da ética das suas atividades em virtude da falta de uma compreensão melhor

¹⁴⁰OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O paradoxo da tutela. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 31.

¹⁴¹DA MATTA, Roberto. Prefácio. In: LARAIA, R. B.; DA MATTA, R. **Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 26.

¹⁴²Durante o trabalho de campo de Eduardo Galvão entre os Caiuá, no Mato Grosso, em 1943, o antropólogo teria interferido na autonomia de decisão sobre o capitão da aldeia em decorrência de uma briga suscitada pela embriaguez alcohólica dos índios participantes, atitude repudiada por Heloísa A. T. e Nimuendajú. Ver: FREIRE, 1990, p. 94-97.

formada acerca da importância funcional dos elementos culturais, da organização interna e da interdependência dos indígenas¹⁴³.

Resultante do contato direto e permanente entre grupos de indivíduos dotados de culturas diferentes e pelo qual se processam mudanças culturais em ambos os grupos¹⁴⁴, o fenômeno da aculturação adquire especial relevância no argumento de Heloísa A. Torres. Em seu artigo publicado na Revista do SPHAN, em 1937, já afirmava a necessidade prévia do índio em valorizar sua cultura e seu meio, reconhecendo-os como seus antes de buscar novos conhecimentos junto à sociedade nacional¹⁴⁵. Esta premissa implica que a proteção ao índio e o seu direito à terra deveriam ser assegurados pelos serviços públicos, ampliando a regulamentação e a fiscalização das atividades dos civilizados com relação a eles, principal fator de aculturação. O argumento da antropóloga ia na direção contrária daquele feito por Herman Von Ihering no início do século ao acusar o perigo da influência dos “vícios primitivos” dos indígenas sobre os brancos¹⁴⁶. Neste processo, o trabalho do antropólogo junto ao Estado poderia minimizar os danos aculturativos, além de legitimar o trabalho de conhecimento e a ação técnica no contato com os indígenas¹⁴⁷.

A preocupação da diretora do Museu Nacional com os fenômenos relativos ao contato cultural e o estabelecimento de bases científicas para o planejamento dos meios de proteção aos índios estava relacionada à continuidade das pesquisas etnográficas no escopo da instituição. Heloísa A. T. compreendia que a atuação do antropólogo junto ao Estado era a de legitimar o trabalho de conhecimento e fundamentar a ação técnica junto aos indígenas no sentido de uma antropologia aplicada, como a própria esclarece:

¹⁴³RIBEIRO, 1962, p. 131.

¹⁴⁴REDFIELD, Robert; LINTON, Ralph & HERSKOVITS, Melville J.. Memorandum on the study of the acculturation. **American Anthropologist**, v. 38, n.1, p. 149-152, 1936.

¹⁴⁵TORRES, Heloísa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. **Revista do SPHAN**, n.º 1, 1937.

¹⁴⁶IHERING, Hermann von. A Antropologia do Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Typ. Cardoso & Filho e Cia, 1907. p. 215. Disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, através do link: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering-1907-anthropologia>.

¹⁴⁷FREIRE, 1990, p. 106.

[...] as grandes nações modernas já sentiram que, para resolver certos problemas econômicos coloniais, não se pode abstrair, sem risco de erro, dos ensinamentos que as ciências aplicadas vêm fornecendo. O que a antropologia tem podido apurar, especialmente com referência à psicologia do primitivo, constitui matéria de que não se pode fazer táboa rasa no planejamento de meios de proteção ao indígena. Só assim, se poderá estabelecer bases científicas para tais trabalhos¹⁴⁸

O aproveitamento do saber científico especializado em prol da modernização nacional ressaltava a aplicabilidade da antropologia nos diferentes meios de atuação frente ao indígena, diversificando e ampliando as possibilidades da sua profissionalização por meio de uma colaboração mais ativa com os órgãos indigenistas. A multiplicação dos espaços reconhecidos de atuação dos antropólogos se associava de forma intrínseca à disputa pela definição da antropologia enquanto disciplina científica. Ao conduzir esta movimentação em prol da etnografia, área de sua especialização, Heloísa A. T. fortalecia o campo empírico mais amplo da Antropologia nesta vertente¹⁴⁹.

1.2.3 O Conselho Nacional de Proteção ao Índio

Pena é que a incompreensão dos padres e das autoridades tenham transformado esse divertimento em coisa sujeita às penas do inferno ou à multa de duzentos cruzeiros. E isto sob a alegação de “acabar com essas coisas de índios”. Mas as “farras” patrocinadas pelas autoridades e

¹⁴⁸TORRES, 1937, p. 22.

¹⁴⁹Roberto Cardoso de Oliveira aponta que a Antropologia realizada no Brasil passou à história enquanto Etnologia, compreendida como o estudo das nossas sociedades indígenas e, como assinalou Arthur Ramos, enquanto sinônimo europeu de uma antropologia cultural, reforçando a importância que esta vertente assumiria nas primeiras décadas do século XX. Keuller também aponta o apagamento da antropologia física na reconstituição da história da antropologia promovida a partir da década de 1960. Ver: RAMOS, 1943, p. 7; OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira? *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 85, n.1, p. 227-266, 1985.

toleradas pelos padres, estas coisas são de “civilizado”¹⁵⁰

Implementado como órgão consultivo do SPI, assessorando-o nos problemas fundiários envolvendo índios e no aperfeiçoamento das políticas indigenistas, o Conselho Nacional de Proteção ao Índio teve como atribuições “promover e orientar estudos e investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio” e “cooperar em estudos etnográficos do Museu Nacional”¹⁵¹, sendo esse um dos órgãos direcionadores das ações do CNPI, segundo Freire¹⁵². Não contemplado pela lei de desacumulação de cargos de 1937 em decorrência da associação não remunerada de seus membros, os conselhos consultivos constituíam um espaço importante de reclamação junto à esfera estatal.

Emitida quatro meses antes da criação do CNPI pelo Decreto-Lei nº 1.794, de 22 de novembro de 1939¹⁵³, a resposta de Heloísa A. Torres ao memorial incide sobre as prerrogativas do órgão do qual faria parte enquanto pessoa de “ilibada reputação”, “comprovada dedicação à causa da integração dos silvícolas à comunhão brasileira” e representante do Museu Nacional¹⁵⁴ entre 1939 e 1955. Um dos sete membros que compunham o conselho do CNPI, entre os quais o diretor do SPI e um representante do Serviço Florestal¹⁵⁵, Heloísa ocupou o cargo durante o

¹⁵⁰ Carta de Eduardo Galvão para Heloísa A. Torres, 4 dez. 1951. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 420.

¹⁵¹ OLIVEIRA, apud FREIRE, 1990, p. 321.

¹⁵² FREIRE, op. cit., p. 321-325.

¹⁵³ BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.794, de 22 de novembro de 1939. Cria, no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção ao Índio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1794-22-novembro-1939-411595-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27/12/2016.

¹⁵⁴ A geração seguinte de antropólogos do Museu Nacional, como Castro Faria, criticaria a nomeação dos conselheiros nos termos referidos por entender que se tratava da ocultação de “um mecanismo de composição e de troca de posições dos grupos de poder da alta esfera administrativa”. FARIA, Luiz de Castro. Dez anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia. In: FARIA, 1998, p. 35; FREIRE, 1990, p. 29.

¹⁵⁵ As vagas para conselheiro do CNPI estabelecidas pelo regimento são a de presidente, vice-presidente, um representante do SPI, outro do Museu Nacional, e outro do Serviço Florestal, sendo as outras duas avulsas. No período entre

período referente à gestão Rondon no órgão (1939-1955) e coetâneo ao de sua gestão no museu. Segundo Freire, na sua presidência Rondon procurou manter o desenvolvimento das expedições etnográficas sob a organização do órgão, o que parece estar propriamente relacionado ao apoio às atividades da Comissão Rondon e aquelas dos etnógrafos vinculados ao Museu Nacional¹⁵⁶. Não obstante as aspirações de Heloísa A. Torres sobre a legitimação da autoridade científica do antropólogo, Freire deixa entrever que a atuação dos antropólogos no CNPI – Heloísa A. Torres e Roquette-Pinto – se ressentiu das limitações impostas pelos dispositivos hierárquicos do campo indigenista.

No início da década de 1940, são criados nas agências indigenistas segmentos destinados ao fornecimento de substrato científico para as suas ações, conjugando as perspectivas empíricas e técnicas. A Seção de Estudos do SPI é implantada em 1942, e no ano seguinte Rondon designa os conselheiros-antropólogos do CNPI para orientar a ação e a organização de uma Seção Etnográfica com vistas ao desenvolvimento das expedições etnográficas. Na análise de Freire é possível perceber a semelhança entre as atuações desses antropólogos no Museu Nacional e no CNPI. Baseada “em orientações operacionais e educativas, voltadas para a criação de instrumentos de conhecimento da realidade indígena e de divulgação cultural”¹⁵⁷ e na elaboração de pareceres de trabalhos desenvolvidos sobre os povos indígenas, buscaram, em defesa de uma perspectiva culturalmente orientada sobre cada povo indígena, respaldar a ingerência técnica no órgão indigenista em questões sobre as quais tinham domínio de causa¹⁵⁸ e dinamizar o potencial cultural e educativo da questão indígena por meio do órgão. Como observou Freire, tais medidas permitiram aprimorar as noções sobre a vida indígena para os órgãos indigenistas, organizando a sua

1939 e 1955, com exceção da presidência, do conselheiro do Museu Nacional e de uma vaga avulsa, que estiveram a cargo do militar, Cândido Rondon, da antropóloga, Heloísa A. Torres, e do professor secundarista Boaventura Ribeiro da Cunha, respectivamente, as demais vagas foram ocupadas por agrônomos (6), militares (5), advogados (2), antropólogo (1), inspetor do SPI (1), jornalista (1) e escritor (1). FREIRE, op. cit. p. 43.

¹⁵⁶Ibid., p. 92.

¹⁵⁷Ibid. p. 80.

¹⁵⁸No que se refere à questão da terra indígena, enquanto Roquette-Pinto se absteve das decisões por entender suas limitações jurídicas sobre o assunto (FREIRE), Heloísa A. Torres a definiu como a questão crucial da proteção aos índios. TORRES, 1937, p. 22.

missão e contribuindo para “definir as categorias, idéias[sic] e noções que orientam a prática indigenista brasileira”¹⁵⁹.

Ademais, propostas como a constituição de um acervo museológico e arquivístico sobre os povos indígenas brasileiros – principalmente a partir do trabalho da Comissão Rondon –, atividades de extensão cultural junto às escolas e bibliotecas públicas do país e eventos comemorativos com vistas a propagandear a questão indígena expõem alguns traços da imaginação museal dessas personagens e do seu desdobramento ao assumir cargos em outros órgãos do aparato estatal. Voltadas para as atividades museológicas e educacionais, tais proposições reforçam o argumento de Groupioni acerca da atuação de Heloísa A. Torres em órgãos do aparelho burocrático como extensão da sua atuação no Museu Nacional.

Na abordagem de Freire a contraposição ao espaço legitimado dos antropólogos no CNPI no que se refere à orientação e a divulgação cultural para os órgãos indigenistas reside na disputa pela legitimidade sobre a questão da assistência aos indígenas e da sua incorporação à sociedade nacional, reiterando o argumento já colocado por Lima. A imposição dos limites à sua atuação é definida sobretudo por Rondon, para quem a concepção de etnografia era mais interessante do ponto de vista das práticas museológicas, como observou Freire. Suas ressalvas à atuação dos antropólogos junto aos indígenas também foi objeto de menção por parte de Darcy Ribeiro ao retomar o encontro com o militar em sua entrevista para o SPI, em 1947. Segundo ele, Rondon teria dito “que os antropólogos pareciam mais interessados nos índios como carcaças para analisar e escrever as suas teses”¹⁶⁰. Neste sentido, Freire observa que a permeabilização dos órgãos indigenistas à antropologia se ampliaria à medida que os militares desocupassem os cargos de poder: ou seja, com a introdução de civis na direção do SPI¹⁶¹ e com o início da gestão de Heloísa A. Torres no CNPI (1955-1967). Acrescento que tais modulações abrem espaço para a reformulação da política indigenista na

¹⁵⁹ FREIRE, op. cit., p. 80.

¹⁶⁰ RIBEIRO, 1997 apud CHAGAS, 2009, p. 161.

¹⁶¹ Averiguando a frequência de Heloísa A. Torres nas reuniões do CNPI, Freire aponta para uma maior participação da antropóloga (26 das 46 sessões) durante a gestão de Malcher (1951-1955), marcada pela valorização do trabalho dos etnólogos, em contraposição (2 das 26 sessões) a gestão de Donatini (1947-1951), período de crise de relacionamento com o SPI. Ver: FREIRE, 1990, p. 104.

década de 1970, com o protagonismo de lideranças indígenas sobre as questões políticas que lhe dizem respeito.

Neste ínterim, conquanto Roquette-Pinto duvidasse da eficácia das iniciativas tomadas pelo órgão, Heloísa A. T. esteve especialmente empenhada em resguardar o trabalho técnico dos etnólogos como uma alternativa científica. Conforme esclarece o autor:

As negociações junto ao governo para a criação da carreira de antropólogo, o treinamento de jovens profissionais e o desenvolvimento de pesquisas de campo em algumas áreas indígenas demonstravam não só a participação de Heloísa Torres no desenvolvimento dos estudos antropológicos no Brasil, mas uma constante conversão desta realidade na defesa de trabalho técnico dos etnólogos (etnógrafos) dentro dos órgãos indigenistas, enquanto produtores de um conhecimento especializado¹⁶²

Para esse autor, a impossibilidade do exercício de uma ciência aplicada no CNPI decorreu, por um lado, da existência de anteparos morais nos órgãos indigenistas que dificultavam a compreensão das mudanças nos povos indígenas decorrentes do contato e, por outro lado, da concepção comum entre os conselheiros-antropólogos de que a análise do contato não era um objeto passível de discussão. Embora concorde sobre as consequências que esses posicionamentos geraram na falta de produções científicas sobre novos conhecimentos acerca dos grupos indígenas e das práticas indigenistas, a meu ver os motivos não parecem residir nas dificuldades encontradas pelos antropólogos dentro do órgão. Pelo contrário, parece haver entre eles uma compreensão de que a dualidade de atribuições residia no caráter técnico dos órgãos e conselhos indigenistas propriamente ditos – o SPI e o CNPI, e não em relação à abordagem científica do Museu Nacional. Este posicionamento parece especialmente claro em Heloísa A. Torres, cujo engajamento político na vida profissional sobrepujou sua produção bibliográfica, pouco expressiva. Assim, a atuação destes antropólogos no CNPI parece antes recair sobre a ampliação de uma atuação “técnica” dentro do órgão de modo a resguardar a produção científica aos institutos acadêmicos e de pesquisa.

¹⁶²Ibid., p. 105.

CAPÍTULO 2 - EM BUSCA DA CHAVE

Não sei se o cinema, se os amigos, mas o fato é que nos sentimos como se já há tempos conhecêssemos tudo isso¹⁶³

Implementada em 1933 pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, a Política da Boa Vizinhança definia um novo horizonte direcionado para os demais países da América Latina. Com o intuito de reforçar os vínculos econômicos, militares e culturais na região na disputa por mercados no período anterior à Segunda Guerra Mundial, a nova política externa buscava estimular a expansão do capital norte-americano na América Latina como forma de frear a influência da Alemanha. O esforço para combater a expansão do Eixo incidia sobre a necessidade de suprir a demanda por matérias primas importadas de uma economia interna norte-americana em expansão após o período de recessão decorrido da crise de 1929.

Durante a vigência da Política da Boa Vizinhança, parte do grande esforço pré-guerra incluiu a cooperação no campo da pesquisa científica e de saúde, e do entretenimento, como apoio ao crescimento econômico desses países em desenvolvimento. Para Antonio Tota¹⁶⁴, tais investimentos encontravam respaldo na política do regime estadonovista, idealizado sobre um Estado forte e equipado para reorganizar a sociedade, e interessado em estabelecer trocas comerciais e financeiras com os Estados Unidos. A conjugação de interesses e a conveniência do acordo para ambas as partes resultaria em benefícios para o desenvolvimento da antropologia no Brasil¹⁶⁵. Neste sentido, o período compreendido entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940 marca o direcionamento das investigações de pesquisadores norte-americanos sobre o inexplorado e rico território brasileiro, propício à abordagem das diversas temáticas encampadas pela antropologia do

¹⁶³Carta de Eduardo Galvão para Heloísa A. Torres, 20 set. 1947. In CORRÊA; MELLO, 2008, p. 388.

¹⁶⁴TOTA, Antonio. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁶⁵CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo Editora Ática, 1992. p. 228.

período sobre a questão da cultura e da raça, como assinalou Fernanda Massi¹⁶⁶.

A movimentação da política externa dos Estados Unidos em direção ao sul do continente americano alterava o ângulo de referência dos demais setores da sociedade. Norteada pelo entendimento mútuo e o estreitamento dos laços culturais entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, a Política da Boa Vizinhança favoreceria o desenvolvimento de uma antropologia norte-americana internacionalizante.

Diferente da Primeira Guerra Mundial, quando os antropólogos se abstiveram de participar no conflito, a Segunda Guerra Mundial arregimentou sua participação em prol do fornecimento de informações e na busca de soluções, como salientou David Price¹⁶⁷. Nos Estados Unidos, após o ataque a Pearl Harbor, a *American Anthropological Association* passaria uma resolução a favor do esforço de guerra, colocando a habilidade dos seus membros à disposição do país. Cooptados pelo *Office of War Information* para compilar dados sobre trabalhos, política e recursos naturais dos países latino-americanos, antropólogos e demais cientistas sociais se envolveram na solução de problemas de ordem sanitária, administrativa, econômica e política, tarefas que serviam, não obstante, de suporte ao avanço de outros interesses estatais, segundo Price. Dentre as múltiplas atuações dos antropólogos norte-americanos no esforço de guerra, o autor identifica: a compilação de dados sobre determinadas áreas mundiais em relatórios e *handbooks*; o auxílio no treinamento de tropas e no ensino de línguas estrangeiras; o auxílio no design de campanhas psicológicas no *front* de guerra; e a espionagem. No que se refere à formação de oficiais militares para zonas de combate e de futura administração, a implementação de Escolas de Governo e Administração Militar em parceria com as universidades contou com renomados antropólogos entre seus professores, como Ralph Linton, responsável pelas classes

¹⁶⁶MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, v. 1, 1989. p. 410-460. p. 441.

¹⁶⁷PRICE, David H. **Anthropological intelligence: the deployment and neglect of American anthropology in Second World War**. Durham: Duke University Press, 2008.

sobre a Micronésia, a Polinésia e a Melanésia para oficiais navais da Escola montada na Universidade de Columbia¹⁶⁸.

Não obstante os benefícios que a Segunda Guerra Mundial trouxe às ciências sociais norte-americanas, diversificando a inserção desses profissionais no mercado de trabalho, o direcionamento dos resultados das suas pesquisas para fins militares e por agências governamentais deixava em suspenso o alcance do seu controle. Para Price, o intervalo entre o produto da abordagem antropológica e a sua utilização por parte do governo provocado pela expansão burocrática fazia com que as camadas inferiores tendessem a ter uma visão estreita e instrumental sobre os objetivos da sua organização. Independente da utilização, o fato é que no período entre as duas guerras mundiais a antropologia norte-americana alcançou reconhecimento no cenário intelectual e cultural do país fortalecida pela institucionalização e pelo deslocamento dos museus para se expandir nos departamentos universitários.

2.1 A AMÉRICA LATINA EM FOCO: O LATIN AMERICAN INSTITUTE FOR RACE AND CULTURE STUDIES

Devo dizer, de início, que aprovo calorosamente, em princípio, todos os esforços para promover a cooperação de pesquisadores acadêmicos brasileiros e norte-americanos interessados num mesmo problema ou em problemas semelhantes¹⁶⁹

Conforme a análise realizada por Tota, para melhores efeitos a americanização¹⁷⁰ do Brasil deveria ser realizada por vias pacíficas. Para por em prática seu propósito de implantação da ideologia norte-americana de democracia, progressivismo e tradicionalismo no país, apaziguando assim a influência nazista, os Estados Unidos investiram massivamente em propaganda nos periódicos, rádios e cinemas

¹⁶⁸LINTON, Adelin; WAGLEY, Charles. **Ralph Linton**. New York, Londres: Columbia University Press, 1971. p. 61.

¹⁶⁹Carta de Donald Pierson para Julian Steward, 1 dez. 1942. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 432.

¹⁷⁰A americanização dos países latino americanos no bojo da Política da Boa Vizinhança é definida por Tota como a implantação de uma ideologia programática norte-americana sobre culturas mais fragilizadas, representada pelos ideais de democracia, progressivismo e tradicionalismo. TOTA, 2000, p. 19-22.

brasileiros. Se coaduna a esse processo de expansão ideológica da nova potência mundial sobre a América Latina o investimento da comunidade científica na ampliação do campo de pesquisa da antropologia. Caracterizam essa movimentação científica o estabelecimento de parcerias entre instituições acadêmicas e científicas, a concessão de bolsas de pesquisas no exterior¹⁷¹ e a fundação de novas entidades científicas norte-americanas dedicadas ao estudo da cultura na região, como é o caso do *Latin American Institute for Race and Culture Studies*.

Criado no interior da Universidade da Pensilvânia, em 1935, o LAIRCS estabelecia entre seus propósitos e objetivos: coordenar e organizar atividades de pesquisa sobre os povos e as culturas da América Latina; ampliar os trabalhos de classificação e catalogação dos problemas a eles relacionados; intensificar a cooperação entre indivíduos e instituições interessados; e facilitar a disseminação das informações reunidas pelos seus membros para o público geral interessado nesta porção do mundo¹⁷². A América Latina se encaixava no foco dos Estados Unidos em virtude das novas possibilidades de modernização através do campo de pesquisa das ciências sociais, como esclarece o *memorandum* do LAIRCS:

Nosso conhecimento dos povos e culturas aborígenes da América do Sul é altamente defeituoso. A pesquisa nunca foi tão sistemática e intensa como no resto do Novo Mundo. Especialmente raros são os estudos conduzidos sob métodos e disciplinas modernas. A necessidade de expandir o trabalho de campo é tanta que o desejo mais comumente expressado entre os antropólogos é que “algo seja feito na América do Sul”, particularmente entre os povos aborígenes ainda existentes. A América Latina

¹⁷¹A *Social Science Research Council* da Fundação Rockefeller e a Instituição Carnegie financiaram bolsas para pesquisas de projetos arqueológicos e etnográficos na América Latina. Ver: FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. **Histórias de uma Antropologia da “Boa Vizinhança”**: um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960). 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

¹⁷²LATIN American institute for Race and Culture, Memorandum, 1, February 1935. 4 f.. Vicent Petruccio expedition records. Penn Museum Archives.

não é uma região isolada. Seus problemas de história, cultura e raça tem vínculos próximos aqueles do restante do Novo Mundo, e de uma maneira geral, daqueles dos demais continentes¹⁷³

A demanda crescente pela expansão dos Estados Unidos sobre os países vizinhos da América Latina forçava a identificação de semelhanças históricas, culturais e raciais entre eles. Em sua análise sobre o desenvolvimento da antropologia nesse período, Stocking Jr. assinalou que a tradição do *Bureau of American Ethnology* de trabalhos práticos de etnografia, escavações arqueológicas e o estudo de línguas primitivas concentrados sobre os grupos indígenas norte-americanos que pautava esse ramo do conhecimento sofreu alterações no seu eixo de alteridade¹⁷⁴. Corroborando o argumento desse autor, Figueiredo observa que o expansionismo político dos Estados Unidos é acompanhado pela antropologia, que extravasa o interesse sobre a alteridade para além das fronteiras nacionais contribuindo para a consolidação de uma visão mais abrangente dos problemas etnográficos. Era premente a necessidade de conhecer os países nos quais se pretendia intervir, e as potencialidades do empreendimento antropológico com aplicação no domínio cultural, tanto no que corresponde a percepção que a disciplina tinha de si, como aquela idealizada pela política norte-americana do momento, favoreciam sua cooperação na agenda de ajuda ao desenvolvimento da América Latina¹⁷⁵.

Como ressalta a autora, se tratava de “apostar no relativismo, de propor o entendimento em seus próprios termos tanto dos valores

¹⁷³“Our knowledge of the aboriginal peoples and cultures of South America is highly defective. Research has never been so systematic and so intensive as in the rest of the New World. Especially rare are studies conducted with modern method and discipline. The need for extensive field work is so great that among anthropologists there is no more commonly expressed wish than that “something be done in South America”, particularly among the still existant aboriginal peoples. Latin-America is not an isolated region. Its problems of history, culture, and race are closely linked with those of the rest of the New World and in a general way to those of the other continents”. Ibid., p.1. Traduzido livremente pela autora.

¹⁷⁴STOCKING JR., George W. **The ethnographer`s magic and other essays in the history of anthropology**. Winsconsin: The University of Winsconsin Press, 1992. p. 115-116.

¹⁷⁵FIGUEIREDO, 2009, p. 35.

domésticos como daqueles professados por culturas estrangeiras”¹⁷⁶, investimento que conduz ao estudo acerca do “outro”, todavia imbuído do caráter exótico atribuído a este. Decorrem deste período a publicação de livros que consagrariam a vertente da antropologia cultural norte-americana: *Coming of Age in Samoa* (1928), de Margaret Mead; *Padrões de Cultura* (1934), de Ruth Benedict; e *Alguém cem por cento americano*, de Ralph Linton (1936).

No escopo do LAIRCS, o enquadramento científico sobre a região se justificava pela concentração de uma pluralidade étnica que a tornava mais propícia a um estudo completo sobre as diferenças culturais e raciais, questão igualmente presente nas análises dos órgãos de inteligência norte-americanos da época¹⁷⁷. Recapitulemos a exposição do LAIRCS sobre o seu interesse na região:

Não apenas detém a chave para diversos problemas de origem e desenvolvimento dos aborígenes da América e de suas culturas, mas também é um campo fértil para os estudos mais amplos de cultura e ambiente, adaptações raciais, e evolução cultural e racial. É verdadeiramente um laboratório para aquelas ciências que se debruçam sobre a antropologia para suas análises fundamentais sobre raça¹⁷⁸

O estudo da raça migrava de uma análise biológica fundamentada sobre caracteres fisiológicos para uma abordagem culturalista, interessada nos aspectos sociais das suas relações. Concentrando em seu território índios “primitivos” e negros em uma suposta convivência harmônica, como observou Lívio Sansone¹⁷⁹, o Brasil se destacava entre

¹⁷⁶Ibid., p. 5.

¹⁷⁷TOTA, 2000, p. 181.

¹⁷⁸“Not only does it hold the key to various problems of origins and development of the American aborigines and of their cultures, but it is also a fertile field for the broader studies of culture and environment, racial adaptations, and racial and cultural evolutions. It is truly a laboratory for those sciences which draw upon anthropology for their fundamental racial analyses”. LATIN, 1935, p. 1. Traduzido livremente pela autora.

¹⁷⁹SANSONE. Lívio. Estados Unidos e Brasil no Gantois: o poder e a origem transnacional dos Estudos Afro-brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n.º 79, p. 9-29, 2012.

os antropólogos norte-americanos, convergindo seu interesse para a realização de pesquisas de campo no país.

Orientado sobre o conjunto mais amplo da antropologia, o LAIRCS se concentrava sobre quatro domínios científicos, a saber: a etnografia; a arqueologia, com vistas à escavação intensiva de coleções arqueológicas para prover os institutos de material de estudo; a linguística, domínio considerado mais urgente; e a antropologia física. Somada à atenção pelas particularidades culturais dos povos exóticos e a preocupação em não desvinculá-las do seu meio ao analisar o seu desenvolvimento, a orientação sobre estas quatro áreas científicas remete ao relativismo cultural, principal corrente teórico-metodológica da antropologia norte-americana neste período¹⁸⁰. Desenvolvido nos *quatro campos* definidos por Franz Boas e pela geração de alunos que o seguiram¹⁸¹, a abordagem cultural da antropologia pressupunha a diversidade humana, devendo ser considerada em função do seu contexto histórico próprio e da dinâmica de inter-relação dos seus aspectos culturais. Neste sentido se contrapunha ao método comparativo do evolucionismo¹⁸² e do determinismo biológico, em declínio a partir da década de 1920.

Sem embargo, essas duas vertentes da antropologia ainda coexistiriam no meio científico por algum tempo. Nesse sentido, a alusão do LAIRCS à metáfora da “chave” para elucidar os mistérios da origem e do desenvolvimento das diferentes culturas americanas encontra ressonância nos estudos evolucionistas pautados sobre a

¹⁸⁰O surgimento da Antropologia cultural está relacionado à definição do conceito de cultura, cunhado formalmente pelo antropólogo evolucionista Edward Burnett Tylor (1832-1917), em seu livro *Primitive culture*, publicado em 1871, como um conjunto de características sociais identificados pela sua unicidade e pela orientação em estágios. A moderna concepção de cultura onde cada qual é compreendida pelas suas particularidades foi introduzida no início do século XX pelo antropólogo Franz Boas. Ver: LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1999; CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁸¹CASTRO, Celso. Franz Boas – Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

¹⁸²A corrente evolucionista dispunha todas as sociedades conhecidas em uma única escala evolutiva e ascendente, permeada por estágios sucessivos e obrigatórios. Baseada nos traços fenotípicos da espécie humana, a diferença no cumprimento de cada estágio justificava a coexistência temporal de indivíduos avançados – a sociedade moderna – e atrasados – os aborígenes.

origem do homem americano e a variabilidade craniométrica das populações nativas americanas e extintas. O foco sobre os povos americanos enquanto últimos remanescentes de uma população todavia não aculturada nem extinta recai na preocupação com a conservação da cultura, questão sensível aos antropólogos de formação boasiana¹⁸³ e ao próprio desenvolvimento da etnografia no período, que enquadrava os indígenas como ‘uma espécie de “museu vivo” da história humana’¹⁸⁴. Assim, ao enunciar a partida em busca da “chave” na América Latina o discurso do LAIRCS transfigurava esta parte do globo em um portal potencial próprio para descortinar as origens sobre o outro. Neste sentido, corrobora o argumento de Micaela Di Leonardo de que a autonomização e a profissionalização das ciências sociais no início do século nos Estados Unidos buscaria se respaldar pela diferenciação e justificação de sua existência através da ‘apropriação’ das sociedades exóticas, tomando a “investigação da América um pouco como o segredo obscuro da disciplina”¹⁸⁵.

Dentre os povos aborígenes latino-americanos visados pelo LAIRCS a ênfase recaía nos povos amazônicos. Apreciados pelo pretense exotismo e pureza com o qual atravessaram os séculos, alimentavam a expectativa sobre a origem do homem americano. Ademais, se encontravam estabelecidos em uma parte do continente sul-americano almejada, tanto por interesses científicos, como econômicos e políticos¹⁸⁶. O levantamento realizado por Groupioni sobre os objetivos e destinos das expedições realizadas no território brasileiro e fiscalizadas pelo CFE é esclarecedor quanto a determinadas tendências¹⁸⁷. As regiões Norte e Centro-Oeste foram o destino de 66% das expedições realizadas entre 1933 e 1968, período de vigência do CFE. Em sua maioria originárias da Alemanha, Estados Unidos e Grã-Bretanha, as expedições conduzidas pelos dois primeiros países foram responsáveis pelas maiores quantidades de material exportado com autorização do CFE. Divididas pelo autor entre ciências humanas e

¹⁸³ FOSTER, 1964 apud FIGUEIREDO, 2009, p. 7.

¹⁸⁴ CASTRO, 2014, p. 29.

¹⁸⁵ DI LEONARDO, 1998 apud FIGUEIREDO, 2009, p. 4.

¹⁸⁶ Enquanto a atividade extrativista de látex para a produção de borracha era visada pela indústria americana para a produção de transportes e maquinário bélico, o rio Amazonas era visto como uma alternativa mais segura ao escoamento dos recursos naturais importados pelos EUA, do Brasil. TOTA, 2000.

¹⁸⁷ GROUPIONI, 1998.

naturais, essas concentraram 30% dos pedidos analisados pelo Conselho, sendo a maior parte de antropologia. O Brasil já estava na rota da antropologia norte-americana.

Com afiliação gratuita e o interesse pelo estudo cultural da América Latina como único pré-requisito, o conselho do LAIRCS foi composto, inicialmente, por trinta e três membros entre acadêmicos e profissionais ligados às áreas de antropologia, etnologia, linguística e arqueologia¹⁸⁸. Dentre eles, destaco Franz Boas, Ralph Linton, Melville Herskovits e Cornelius Osgood, antropólogos de universidades norte-americanas que viriam a estabelecer vínculos profissionais com o Museu Nacional durante a gestão de Heloísa A. Torres (1938-1955). Majoritariamente composto por profissionais atuantes em instituições científicas norte-americanas, a adesão ao LAIRCS de correlatos latino-americanos contribuía para os seus objetivos de patrocínio e divulgação de atividades de pesquisa. É neste cenário que Heloísa A. T., então vice-diretora do Museu Nacional, instituição científica brasileira prestigiada nacional e internacionalmente, é convidada a integrar o conselho do LAIRCS, ainda em 1935¹⁸⁹.

Encaminhado em um período em que o LAIRCS encontrava-se organizando suas instruções de funcionamento, o convite foi aceito por Heloísa A. T. que aproveitava para incluir em sua resposta “algumas sugestões que os conhecimentos etnográficos no Brasil recomendam particularmente”¹⁹⁰. Desde que iniciara sua trajetória no Museu Nacional como auxiliar de uma pesquisa de antropologia física coordenada por Roquette-Pinto, em 1921, ampliara seu escopo de atuação para as demais ciências desenvolvidas pela Seção de Antropologia do MN. Com o amadurecimento da sua carreira profissional na instituição, passa a se dedicar com maior afinco aos

¹⁸⁸ Assinam o memorandum n. 1 do LAIRCS os seguintes profissionais: Thomas Barbour, S. A. Barrett, Ralph L. Beals, Franz Boas, John M. Cooper, D. S. Davidson, Stephen P. Duggan, A. Irving Hallowell, Melville J. Herskovits, George G. Heye, F. W. Hodge, E.A. Hooton, Ales hrđlicka, E. R. Fenimore Johnson, A. V. Kidder, S.K. Lothrop, Robert H. Lowie, J. Alden Mason, Philip Ainsworth Means, Bruno Oettinger, Cornelius B. Osgood, Vincenzo Petruolo, Robert Redfield, L. S. Rowe, Edward Sapir, Linton Satterthwaite Jr., Frank G. Speck, Matthew Stirling, John R. Swanton, J. Eric Thompson, Alfred Marston Tozzer e George C. Vaillant.

¹⁸⁹ Relatório de Antropologia de 1935. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974. SEMEAR/MN.

¹⁹⁰ Ibid.

estudos etnológicos, alcançando reconhecimento na comunidade científica nacional como especialista em cerâmica “brasílica” por meio dos seus estudos sobre a arte marajoara, na década de 1930¹⁹¹. Dessa forma, o adendo ao aceite para integrar o conselho do LAIRCS dava margem ao seu posicionamento acerca das variantes e especificidades da condução da disciplina no Brasil que, se ainda não alcançara os modernos métodos e disciplinas, aos poucos encontrava os meios para tal.

Três anos após o recebimento do convite do LAIRCS, Heloísa A. Torres assumia a direção do Museu Nacional (1938-1955). Última gestão a ultrapassar o período de cinco anos, sua eleição confirma o amadurecimento profissional da antropóloga e o reconhecimento do papel da antropologia nos quadros do Museu Nacional, consolidado e institucionalizado a partir das gestões anteriores de Ladislau Netto (1874-1893), João Batista de Lacerda (1895-1915), e Edgar Roquette-Pinto (1926-1935)¹⁹². Representa, ademais, a convergência das atividades antropológicas e museológicas do Museu Nacional no intercâmbio científico com os Estados Unidos em detrimento dos centros europeus. Em um período no qual a antropologia se preocupava cada vez mais com os aspectos culturais, os “sobreviventes” do progresso da civilização humana constituíam um tesouro que devia ser estudado urgentemente, e sob uma perspectiva científica. Neste quesito, Heloísa A. T. encontraria um ponto comum com o editorial do LAIRCS quando este anunciava que “Os sobreviventes aguardam os estudantes, e eles guardam a chave para a solução de muitos problemas culturais e raciais do continente”¹⁹³.

2.2 O ACORDO COM A UNIVERSIDADE DE COLUMBIA

¹⁹¹Para uma biografia da trajetória de Heloísa A. Torres, ver: MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015.

¹⁹²Sobre a cronologia dos diretores do Museu Nacional, ver: OS DIRETORES do Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2008. Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf. Acesso em: 10/02/2017.

¹⁹³“The survivors await the student, and they hold the key to the solution of many cultural and racial problems of the continent”. LATIN, 1935, p. 1. Traduzido livremente pela autora.

Na falta de cursos especializados em nossas universidades, frequentou os cursos e seminários promovidos pelo Museu e participou dos trabalhos práticos na Divisão a que pertencia¹⁹⁴

Contextualizando as mudanças decorridas no processo de constituição dos museus, Jean Davallon afirma que a diluição das fronteiras que prescrevem o diálogo entre as práticas e a produção de conhecimento no museu e aos domínios científicos limítrofes e externos a ele são uma tendência inerente ao seu processo de desenvolvimento. Característicos dessa transmutação são a ampliação das saídas de conhecimento e a fluidez de trocas entre os meios internos e externos ao museu (profissionais, público, produtos e dinheiro), que propiciam a profissionalização e o alargamento dos dispositivos museais¹⁹⁵. No Museu Nacional, a constante promoção de seus cientistas e diretores ao intercâmbio de publicações científicas, a participação em congressos e viagens ao exterior consolidou uma rede científica com instituições nacionais e internacionais congêneres que os manteve sintonizados às tendências em voga no pensamento científico ocidental. Atualizados a cada administração, no período em que Heloísa A. Torres foi sua diretora os Estados Unidos constituíram a saída privilegiada para as trocas de conhecimento em prol do aprimoramento da instituição.

O final da década de 1930 traria muitas mudanças ao cenário político mundial. Nos Estados Unidos, a iminência da Segunda Guerra Mundial somada à recente recuperação econômica promovida pelo New Deal voltava os investimentos para a produção industrial, afetando a entrada de recursos para pesquisas científicas no país. Com a vigência da Política da Boa Vizinhança profissionais de universidades, institutos de pesquisas e instituições de financiamento vinculados à área da antropologia norte-americana buscam ampliar sua presença na América Latina. Com uma população heterogênea e um amplo território a ser explorado pelos seus recursos naturais e culturais, o Brasil era um campo fértil de pesquisa naquele momento, constituindo a porta

¹⁹⁴Carta de Eduardo Galvão para o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, 16 fev. 1952. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 422.

¹⁹⁵DAVALLON, Jean. Nouvelle muséologie vs muséologie? In: SCHÄRER (Org.). *Museum and Community II, Icofom Study Series (ISS)*, n. 25, Vevey/Suíça, 1992. p. 154.

principal de entrada para aqueles estrangeiros devotos do desvelo da miríade cultural brasileira na totalidade do seu território¹⁹⁶.

O crescente interesse dos antropólogos norte-americanos pelo Brasil não passaria despercebido por Heloísa A. T. Além dos informativos, pedidos por interlocução com antropólogos brasileiros em atividade e convites para compor o conselho de instituições científicas estrangeiras como o LAIRCS, que recebia enquanto vice-diretora do Museu Nacional, sua atuação em diferentes conselhos consultivos vinculados ao campo indigenista nacional permitiam que se inteirasse das demandas pela realização de expedições científicas no país. Ademais, sua inserção em uma ampla e representativa rede de sociabilidade lhe permitia tomar conhecimento prévio de planos todavia em vias de serem formalizados. Retornando de uma viagem à Nova York na qual participara de diversas reuniões junto às grandes fundações norte-americanas de pesquisas, a Guggenheim, a Rockefeller e a Carnegie, Gilberto Freyre escreve à sua colega no *Club* de Sociologia informando que “pelos conversas parece que vamos ter uma nova fase nos nossos estudos e pesquisas aí no Brasil – principalmente as orientadas pelo Museu Nacional. Disse a eles, e repeti, que se havia uma coisa séria no Brasil, uma instituição de cultura com uma tradição de trabalho sério, constante, era o Museu – o seu Museu”¹⁹⁷. A eficácia da rotinização do carisma por Heloísa A. Torres era uma garantia de boa publicidade para o Museu Nacional.

Ao assumir a direção do MN em 1938, Heloísa A. Torres se valeria do lugar privilegiado da instituição no meio científico internacional para conjugar a demanda de antropólogos estrangeiros pela realização de pesquisas de campo no país aos planos e necessidades da SAE, dando sequência aos planos educacionais e etnográficos de seu mentor na instituição, Roquette-Pinto¹⁹⁸. Um dos pontos relevantes desta transição é o fortalecimento do diálogo entre o Museu Nacional e a corrente antropológica culturalista norte-americana representada por Franz Boas. Segundo Keuller¹⁹⁹, Roquette-Pinto havia travado contato

¹⁹⁶MASSI, 1988; CORRÊA, 1997; PONTES, Heloísa. A produção estrangeira sobre o país, editada aqui, sob a forma de livro, entre 1930 e 1968. In: MICELI, Sergio (org.). **A História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989. v. 2, p. 441-478.

¹⁹⁷Carta de Gilberto Freyre para Heloísa A. T., 28 out. 1938. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 3.

¹⁹⁸MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015.

¹⁹⁹KEULLER, 2012, p. 162.

com Franz Boas por ocasião do Congresso dos Americanistas de Gottemburgo, ocorrido em 1924, dando um primeiro impulso à consolidação da tradição boasiana no Museu Nacional. O estabelecimento da relação entre os dois resultaria na solicitação de Boas para que seu assistente, Jules Blumensohn, realizasse estudos antropológicos sobre tribos primitivas no Brasil sob a orientação de Roquette-Pinto, e que seriam posteriormente publicados pelo *Boletim do Museu Nacional*. Dentre os jovens antropólogos norte-americanos “que em geral vem apresentados por ilustres mestres amigos e procuram o Brasil para estudos e pesquisas”²⁰⁰, também foram recebidos por Roquette-Pinto, Elizabeth Stean, da Universidade da Califórnia, em 1931, e o aluno de Boas na Universidade de Columbia, Jules Henry, em 1932, sobre o qual trataremos mais adiante.

Respalhada pela mediação iniciada por seu antecessor e pelas facilidades que a dupla função de consultante do CFE e (vice)diretora do Museu Nacional lhe garantiam no que se refere ao provimento das bases precípuas do museu, Heloísa A. Torres estabelece um convênio informal entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia, esta representada por Franz Boas²⁰¹, Ruth Benedict e Ralph Linton. Este aceno para as possibilidades de manobra em prol do desenvolvimento da instituição é evidenciado por Groupioni na análise sobre os pareceres emitidos por Heloísa Alberto Torres enquanto conselheira do CFE para os assuntos relacionados à arqueologia e à etnografia (1933-1939). Destacando seu posicionamento sempre favorável à destinação das coleções formadas pelos expedicionários para o Museu Nacional, esclarece o autor,

Há uma característica comum a todos os pareceres emitidos pela conselheira Heloísa Alberto Torres: ela claramente se coloca como representante do Museu Nacional no órgão. As condições impostas por ela em seus pareceres não são de dividir as coleções formadas com o Conselho, mas sim com

²⁰⁰ROQUETTE-PINTO, Edgar. Os franco-atiradores da diplomacia. Diretrizes: política, economia e cultura. n. 14, maio de 1939. p. 20.

²⁰¹Franz Boas havia declinado da docência no início da década de 1930, e da direção do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia em 1935, mas ainda detinha influência sobre a escolha dos alunos e o foco das pesquisas a serem realizadas, atuando em concordância com sua ex-aluna, Ruth Benedict.

o Museu Nacional. Sua representação se faz de um ponto de vista claramente institucional: é como diretora do Museu Nacional e em defesa de seus interesses que emite seus pareceres e é na condição de antropóloga da instituição que sugere a ampliação das pesquisas e a elaboração de relatórios²⁰².

Tendo em vista seu lugar de anfitriã e a natureza museológica da instituição que coordenava, é possível inferir que os objetivos de Heloísa A. Torres para a contrapartida do Museu Nacional eram mais amplos. Se a facilitação das pesquisas de campo para estrangeiros mediante sua atuação nos órgãos indigenistas servia como uma forma mais direta de garantir o enriquecimento do acervo etnográfico e arqueológico da instituição, principalmente após a saída do conselho do CFE em 1939, ela também servia para providenciar a participação dos jovens cientistas do Museu Nacional como fiscais das expedições e aprendizes do modo de fazer etnografia, contribuindo para a sua absorção em um período em que o campo científico todavia carecia de vagas, como observou Castro Faria²⁰³. Da parte da Universidade de Columbia, o fomento à vinda de jovens antropólogos norte-americanos para realizarem pesquisas de campo no país recaía sobre a transferência dos investimentos em ciência para as fronteiras externas do país em decorrência da vigência da Política da Boa Vizinhança.

São quatro os jovens antropólogos da Universidade de Columbia que participariam da primeira etapa de pesquisas no Brasil subvencionada pelo acordo informal, Columbia-Museu Nacional: William Lipkind, Buell Quain, Ruth Landes e Charles Wagley. Na pesquisa que realizou a partir do levantamento das cartas destes antropólogos, salvaguardadas por Heloísa A. Torres e conservadas no que viria a ser a Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, em Itaboraí, Mariza Corrêa nos fornece um rico material sobre o contexto em que se realizaram estas pesquisas²⁰⁴. Atentando para o arquivamento de si de uma personagem essencial ao campo antropológico brasileiro, mas que deixou pouca produção escrita, Corrêa demonstra a articulação desta personagem em prol do desenvolvimento da pesquisa antropológica no

²⁰²GROUPIONI, 1989, p. 200.

²⁰³FARIA, Luiz de Castro. **Antropologia**: espetáculo e excelência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora Tempo Brasileiro, 1993. p. 20.

²⁰⁴CORRÊA, 1997.

Brasil no final da década de 1930 a partir das cartas de campo trocadas com aqueles e também com Eduardo Galvão, estagiário do Museu Nacional neste período. Como meu interesse aqui é perceber a atuação desses antropólogos estrangeiros em prol do Museu Nacional no que tange ao desenvolvimento das suas atividades precípuas, nos ateremos principalmente às figuras de Lipkind e Wagley.

Na referida parceria, Boas, Bennedict e Heloísa A. Torres buscaram estar de comum acordo quanto aos nomes dos antropólogos, suas especialidades e os roteiros de pesquisa a serem implementados. Ocupando o lugar de anfitriã, cabia a esta a responsabilidade de assistir os jovens nas suas demandas de forma a assegurar o bom aproveitamento da pesquisa. Em um contexto de beligerância, perseguição racial e fechamento de fronteiras ocasionado pela iminência de guerra mundial, sua articulação em uma rede de sociabilidade composta por antropólogos e intelectuais, além do contato com representantes de instituições científicas e de órgãos do aparato estatal era fundamental para garantir os preparativos necessários às viagens e assegurar o traslado seguro dos jovens estudantes pelo Brasil. Por meio do contato com antropólogos, a diretora solicitava informações técnicas sobre os melhores meios e condições para contatar os povos indígenas, enquanto o contato com intelectuais e homens de letras de outros estados era buscado como forma de facilitar o acolhimento e auxiliar nas providências dos jovens estudantes em sua chegada aos entrepostos no interior do país, parada obrigatória para tarefas como a aquisição de subsídios alimentares e a contratação de auxiliares e transporte para as aldeias.

Ademais, a exacerbação da política burocrática de fiscalização e de centralização do Estado Novo no país tornava obrigatória a interlocução da diretora do Museu Nacional com os referidos aparelhos oficiais, essencial a fim de requerer autorização para, entre outras coisas: garantir aos expedicionários passagens e material para permuta com os índios, ao Ministro da Educação e Saúde; adquirir passagens e realizar o transporte de bagagens para o traslado interestadual, aos diretores das Estradas de Ferro e aos chefes da Fiscalização da Inspeção Federal das Estradas nacionais; retirar as armas compradas, ao delegado especial da Segurança Política e Social; adquirir um cartão permanente de ingresso para si a bordo dos vapores para receber cientistas ou examinar coleções científicas, aos inspetores da Polícia Marítima e da Alfândega do Rio de Janeiro; liberar verbas para estas despesas, ao Ministro da Fazenda.

Ao assumir a responsabilidade de organizar tamanha exigência burocrática, efetivada graças à posição de destaque que ocupava como diretora do Museu Nacional e personagem ubíqua do campo indigenista e científico nacional, Heloísa A. Torres assegurava para si o poder de decidir sobre a continuidade das atividades dos jovens antropólogos estrangeiros no país, de modo que estes ficavam condicionados às exigências impostas por ela, como salientou Corrêa²⁰⁵.

Primeiro dos antropólogos de Columbia a chegar ao Brasil, em fins de 1937, o linguista William Lipkind foi orientado por Ruth Benedict a realizar pesquisa de campo entre os Karajá, na região do Araguaia, no Mato Grosso, com vistas a ampliar as pesquisas sobre os grupos Gê, pouco estudados até então²⁰⁶. O pioneirismo da pesquisa de Lipkind sobre os Karajá, desenvolvida posteriormente por outros antropólogos, divergia dos planos da SAE orientados sobre os grupos Tupi-Guarani. Assim, Heloísa A. Torres encaminha ao chefe da Seção de Etnografia do Museu Paulista, Herbert Baldus, um formulário com perguntas práticas sobre a melhor época, condução e a estimativa de gastos necessária para acessar os Tapirapé²⁰⁷. A experiência de campo do etnólogo alemão e a elaboração de uma monografia acerca do referido grupo indígena²⁰⁸ faziam dele a pessoa mais indicada para responder às dúvidas de viagem de Lipkind. A resposta deveria ser encaminhada para o Hotel Regina, localizado à rua Ferreira Viana, nº 29, no bairro carioca da Glória²⁰⁹, onde o linguista e sua esposa, a bibliotecária Maria Cimino Lipkind²¹⁰, se encontravam hospedados. Lipkind chegara antes ao Brasil

²⁰⁵CORRÊA; MELLO, 2008.

²⁰⁶Carta de Ruth Benedict para Honorable Caffery, 04 jun 1938. Dossiê William Lipkind. Fundo CFE.T.2.105. MAST.

²⁰⁷Baldus havia realizado pesquisa de campo e publicado uma monografia sobre os Tapirapé. Ofício de Heloísa A. Torres para Herbert Baldus, 17 dez. 1937. DA Etnologia, cx. 15, pasta 149 – William Lipkind. SEMEAR.

²⁰⁸BALDUS, Herbert. Lígeiras notas sobre os índios Tapirapés. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. XVI, p. 103-112, 1935.

²⁰⁹Carta de Heloísa A. T. para Herbert Baldus, 17 dez. 1937. DA Etnologia, cx. 12, pasta 18 – Baldus. SEMEAR.

²¹⁰William e Maria Cimino Lipkind se casaram no dia 04 de setembro de 1937, na cidade de Chilmark, localizada na Ilha de Martha's Vineyard, em Massachussets, nos Estados- Unidos. A proximidade da data do casamento com a chegada do casal ao Brasil sugere que a união foi oficializada de forma a facilitar o trâmite burocrático para a vinda de Maria Cimino ao Brasil. Sobre a trajetória profissional de William Lipkind e sua pesquisa no Brasil, ver o artigo pioneiro de Manuel Lima Filho, "Coleção William Lipkind do Museu Nacional:

e aguardava os trâmites burocráticos necessários à permissão para a expedição, que receberia parecer favorável da conselheira Heloísa A. Torres, do CFE, em 19 de janeiro de 1938²¹¹.

O propósito da antecipação da sua vinda ao país era dar início às classes de linguística no Museu Nacional, contudo, a implementação do Estado Novo em 1937 e o desencadeamento de reformas no regime institucional burocrático do país fariam com que Heloísa A. Torres alterasse os planos da instituição. Na esfera do funcionalismo público, o Decreto-lei n. 24 de 29 de novembro de 1937 vedava o acúmulo de funções ou cargos públicos remunerados da União²¹². Direcionada para a otimização dos serviços estatais, a Lei de desacumulação de cargos, como ficou conhecida, aprofundou o esvaziamento dos quadros técnicos do Museu Nacional, como observou Miglievich-Ribeiro²¹³. Dentre os profissionais que atuavam em mais de uma instituição, alguns optaram por deixar o Museu Nacional que, desde o início da década de 1930 se encontrava prejudicado por problemas orçamentários e pela redução do pessoal²¹⁴. Comentando sobre a saída de naturalistas que também ocupavam cargos nas Faculdades, Castro Faria argumenta que a troca se deu pela exigência do museu de um expediente de oito horas diárias, sendo preterido pelos pesquisadores em favor de “uma Faculdade que, para o catedrático, podia até não exigir nenhuma e, muito menos, exigia produção científica”²¹⁵. Independente das motivações individuais, no balanço realizado em 1941, o saldo de naturalistas do Museu Nacional era de 22, quantidade consideravelmente menor se comparada aos 30 em atividade em 1911²¹⁶.

trilhas antropológicas Brasil-Estados-Unidos”. Dossiê William Lipkind. CFE.T.2.105, Doc. 3, 1162. Fundo CFE. MAST.

²¹¹Dossiê William Lipkind. CFE.T.2.105, Doc. 3, 1162. Fundo CFE. MAST.

²¹²BRASIL. Decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937. Dispõe sobre a acumulação de funções e cargos públicos remunerados, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-24-29-novembro-1937-351813-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 ago 2017.

²¹³MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015.

²¹⁴KEULLER, 2012, p. 244.

²¹⁵FARIA, 1993, p. 4.

²¹⁶Ofício de Heloísa A. Torres para Gustavo Capanema, 25 abr. 1941. Cópia de avisos e ofícios, RA 111, jan-abr 1941, of. 172, 2 p.. SEMEAR/MN.

Acessada por meio de concurso, a carreira de naturalista promovia o andamento da produção científica do Museu Nacional ao se direcionar para as atividades de coleta, conservação e exposição. Composta pelos profissionais mais experientes da instituição, contribuía, ainda, para a formação de novos assistentes e auxiliares na medida em que os integrava ao ritual de atividades do museu²¹⁷, de forma que a redução do quadro de naturalistas na instituição afetava consideravelmente o exercício de suas funções. Na SAE, foram exonerados com a implantação da lei de desacumulação os naturalistas José Bastos de Ávila, Jorge H. A. Padberg Drenkpol e Alberto Childe²¹⁸. Com o ajuste, o quadro de funcionários da seção para o ano de 1938 ficou composto por: Heloísa A. Torres e Raimundo Lopes (naturalistas); Ermírio Estevam de Lima (preparador); Eduardo Rio Soares (auxiliar dos trabalhos de etnografia); e Luis de Castro Faria (praticante gratuito). José Bonifácio Martins Rodrigues e Eduardo Enéas Galvão ingressariam como “praticantes gratuitos” no ano seguinte²¹⁹. O prognóstico incerto sobre a realização de novos concursos para a carreira de naturalista pesavam nos planos de Heloísa A. Torres que assumira a direção do Museu Nacional naquele ano, demandando a busca por medidas alternativas capazes de reverter os prejuízos científicos na instituição em um curto prazo de tempo.

Neste balanço, a formação etnográfica dos jovens auxiliares ganhava prioridade frente à formação em linguística, demasiado especializada e difícil de ser apreendida. Em fevereiro de 1938, Lipkind já se deslocava de Goiás para a Ilha do Bananal para dar início às suas pesquisas etnográficas entre os Karajá, mas os demais antropólogos de Columbia já estavam a caminho: Buell Quain, Ruth Landes e Charles Wagley. Heloísa A. Torres estava disposta a dar assistência aos alunos de Columbia, afinal, “Prof. Boas' orders will always be attended to with

²¹⁷ A incorporação de assistentes nos institutos acadêmicos de ensino e de pesquisa como forma de dar continuidade às carreiras e pesquisas dos profissionais responsáveis também se verifica nas universidades brasileiras neste período.

²¹⁸ KEULLER, 2012.

²¹⁹ O trabalho voluntário de jovens assistentes interessados em aprimorar sua formação antropológica sob a direção de um líder se coaduna aqui a finalidade do poder carismático proposto por Weber de obter recursos por meio de métodos que não os econômicos.

pleasure”²²⁰, e esperava que os mesmos se dispusessem a auxiliá-la nas demandas do museu. A diretora se encontrava no impasse entre a impossibilidade de contratação de novos profissionais e a necessidade de formar um *corpus* de antropólogos aptos a dar continuidade às finalidades precípuas do museu. Considerando que, além de si, só havia mais um naturalista na SAE, o direcionamento da formação para a etnologia indígena implicaria na consolidação da etapa inicial do plano, sendo o fator decisivo para o apontamento inicial dos nomes de Quain e Wagley em detrimento de Ruth Landes, cuja vinda ao Brasil previa a realização de estudos etnológicos em uma comunidade negra na Bahia.

Os estudos raciais no Brasil ganhavam vulto com as pesquisas de Arthur Ramos, Edson Carneiro e Gilberto Freyre, atraindo o interesse de antropólogos norte-americanos esperançosos de encontrar aqui uma democracia racial, oposta à realidade vigente nos Estados Unidos²²¹. Se o contato com estes antropólogos brasileiros foi fundamental para o estabelecimento de uma rede de contatos que pudesse contribuir à realização das pesquisas de Landes, ele não o foi menos importante para os cientistas sociais norte-americanos Edward Franklin Frazier, renomado professor de sociologia da Universidade de Howard, o linguista Lorenzo Dow Turner²²², e o antropólogo Melville Herskovitz. As pesquisas que realizaram sobre o negro em Salvador, neste período, contribuiriam para sedimentar os estudos afro-americanos nos Estados Unidos, segundo Lívio Sansone²²³. Destarte o atravessamento do Museu Nacional na trajetória de intercâmbio destes cientistas sociais durante o

²²⁰“As ordens do Prof. Boas serão sempre atendidas com prazer”. Traduzido livremente pela autora. TORRES, Heloísa Alberto: para Boas. 1938 Fev. 23. Franz Boas Papers. Mss.B.B61. American Philosophical Society. Disponível em: <http://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/text:123771#page/1/mode/1up>.

²²¹SANSONE, 2012.

²²²Turner aparentemente foi convidado a realizar conferências sobre línguas africanas no Museu Nacional mas, essa informação não foi encontrada nos relatórios sobre os cursos de aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal do MN durante a minha pesquisa. Ver: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 209-210.

²²³Frazier foi agraciado com uma bolsa de estudos da *John Simon Guggenheim Memorial Foundation* para permanecer seis meses realizando uma pesquisa sobre o negro na América do Sul, atividade diplomático-cultural que contribuía à consolidação da Política da Boa Vizinhança. Na sua vinda ao Brasil, em setembro de 1940, Frazier realizou pesquisa de campo em Salvador, contando com o auxílio do Museu Nacional. Ver: SANSONE, 2012; SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e da cultura negra no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 5-14, 2002.

período da administração de Heloísa A. Torres, o estudo do negro na instituição perdeu espaço frente à promoção da temática indígena, sendo mormente desenvolvido em seus aspectos fisiológicos por Raimundo Lopes e, em seus aspectos etnográficos pela própria Heloísa. Sem embargo, sua passagem pela instituição seria aproveitada para a realização de planos mais à frente, como a realização da Reunião Brasileira de Antropologia. Por ora, a preocupação incidia sobre a assistência às expedições e a coleta de material para o Museu Nacional.

2.2.1 William Lipkind e Charles Wagley: expedições, cursos e coleções em jogo

Amanheci ainda inteiramente dominado pela impressão, decerto inesquecível, que me causou o primeiro contato com os índios. (...) Fiz algumas fotografias e observei os afazeres das mulheres, enquanto os homens trabalhavam na roça. À noite tomei algumas palavras do vocabulário indígena. Foram colecionadas as primeiras peças.²²⁴

Em janeiro de 1939, chega ao Brasil mais um dos antropólogos de Columbia, Charles Wagley. Subvencionado pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais²²⁵, sua vinda fazia parte de um projeto de pesquisa sobre aculturação coordenado Ralph Linton, chefe do Departamento de Antropologia da referida universidade desde 1937. Sucessor de Boas no referido cargo, a condução de Linton afetaria a estrutura institucional deste centro e, conseqüentemente, os rumos da própria disciplina predominantemente boasiana, cedendo maior espaço ao estudo do fenômeno da aculturação, do qual foi um dos estudiosos expoentes, junto com Melville Herskovits e Robert Redfield²²⁶. Planejado inicialmente para se desenrolar em Madagascar, com a iminência da Segunda Guerra Mundial o projeto de Linton é transferido

²²⁴FARIA, Luiz de Castro. **Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte**. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2001. p. 73.

²²⁵O Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais havia estabelecido, juntamente com o Conselho Nacional de Pesquisa, e o Conselho Americano de Sociedades de Ensino, o Escritório Etnográfico destinado à criação de redes científicas e de organização de informações etnográficas concentradas sobre os estudos de áreas para agências militares e fontes para a publicação de relatórios. FIGUEIREDO, 2009, p. 27.

²²⁶REDFIELD, et al., 1936.

para o Brasil. A mudança radical de país, e mesmo de continente, pode ser tributada à ascendência do Brasil na Política da Boa Vizinhança norte-americana e ao bom encaminhamento da parceria com o Museu Nacional até então.

Configurada em acorde aos novos planos de Heloísa A. Torres, a realização da pesquisa de Wagley é submetida ao acompanhamento de Castro Faria, que deveria se juntar a ele em julho²²⁷. O jovem antropólogo, assim como os demais “praticantes gratuitos” que ingressaram na SAE nesse período, foram contratados com o intuito de conformar um novo quadro de indianistas para e em prol do MN. Castro Faria havia retornado em dezembro de uma expedição de oito meses entre os Nambiquara sob a coordenação do antropólogo francês, Claude Lévi-Strauss. Sua participação na expedição se deve à mobilização de Heloísa A. Torres no CFE em prol do acompanhamento dos antropólogos estrangeiros em viagem de campo pelo país por jovens antropólogos brasileiros, fiscalização que nesse caso se refletiu na conduta individualista adotada pelos membros da expedição²²⁸. Em seu diário, escrito e fotográfico da expedição à Serra do Norte, Castro Faria registrou em pormenores a equipe, as etapas da viagem, o cenário natural e arquitetônico, os objetos, a visita a museus, as práticas culturais e o cotidiano dos grupos indígenas e das populações regionais encontrados durante a viagem. A ida a campo proporcionava novas experiências visuais e táteis do sertão do país que permitiam ao jovem indianista colocar em prática as diferentes perspectivas antropológicas e etnográficas apreendidas no convívio com os naturalistas da SAE. Nesse conjunto, a atenção a aspectos da vegetação, arquitetura, medidas antropométricas, objetos, ossos, alimentos e a atitude do colecionamento refletem seu zelo pelo caráter material do patrimônio nacional tal qual de seus mentores na instituição, Raimundo Lopes e Heloísa A. T.

Impossibilitado de realizar a viagem com Wagley por encontrar-se doente²²⁹, Castro Faria concentra-se nas atividades de gabinete, auxiliando Eduardo Soares nas tarefas de revisão, fichamento e conservação dos itens da Coleção de Etnografia Sertaneja²³⁰. Esta era

²²⁷Carta de Heloísa A. Torres para Buell Quain, 7 mai. 1939. CORRÊA; MELLO, 2008, p.58.

²²⁸FARIA, 2001, p. 84.

²²⁹Ofício de Heloísa A. Torres para Fanstone, 26 jun 1939, Fundo LACED, cx. 2, pasta Grupos ‘Solenidades’. SEMEAR.

²³⁰Iniciada por Roquette-Pinto, em 1918, e posteriormente denominada Coleção Regional, a Coleção de Etnografia Sertaneja está constituída por diversos

composta por 1026 objetos de “uso doméstico e corrente dos sertanejos, pescadores, seringueiros, vaqueiros, enfim da população rural do Brasil”²³¹, das quais 474 integravam a coleção regional Alves Câmara²³², “não só uma das coleções mais completas no gênero, como das poucas convenientemente documentadas”²³³.

Parte dos ramos do conhecimento aos quais se dedicavam os cientistas da SAE, o estudo da etnografia regional do sertanejo foi iniciado na instituição por Roquette-Pinto. Alçados à fama pela obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, o sertanejo e os sertões foram

subconjuntos distintos no que se refere à procedência, tipologia e agentes responsáveis pela coleta dentre os quais podemos identificar os naturalistas do MN: Raimundo Lopes, Castro Faria, Candido de Mello Leitão, José Vidal e Othon Henry Leonardos. Ver: DIAS, Carla da Costa. O Museu Nacional: formando e conformando o patrimônio nacional. **ILHA Revista de Antropologia**, v. 8, n. 1,2, p. 340-357, 2006; DIAS, Carla da Costa. Identificando e construindo coleções: colecionadores em campo. In: **26º Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, 2008; DIAS, Carla da Costa. **Da Sertaneja à Folclórica: a Trajetória da Coleção Regional do Museu Nacional – 1920/1950**. 2005. Tese (Doutorado em Artes Visuais). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

²³¹KEULLER, 2012, p. 168.

²³²De acordo com o site oficial do Ministério da Cultura, a Coleção Alves Câmara original, composta por 42 modelos de barcos tradicionais brasileiros, resultou da encomenda feita em 1908 pelo então Ministro da Marinha, o Almirante Antonio Alves Câmara (1852-1919), aos estados brasileiros. Estudioso da etnologia e do folclore naval e marítimo das populações indígenas e regionais brasileiras, são de sua autoria os trabalhos *Ensaio sobre as Construções Navaes Indígenas do Brasil*, de 1888, e *Pesca e peixes na Bahia*, de 1911. A informação de que os objetos da coleção integraram a Exposição Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas em 1908, disponível na ficha museológica do acervo museológico *online* do Museu Naval, leva a crer que a encomenda foi realizada tendo em vista a referida exposição, sendo posteriormente doada/adquirida pelo Museu Nacional. Pertencente ao acervo do Setor de Etnologia e Etnografia do MN, encontra-se hoje salvaguardada no Museu Naval do Rio de Janeiro em situação de empréstimo. A elaboração de novas réplicas constitui a Coleção Alves Câmara Século XXI, tombada pelo IPHAN em 2010, e que integra o acervo do Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

²³³Relatório das atividades executadas por Eduardo Soares em 1945, de 29 de janeiro de 1946. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974, SEMEAR/MN.

apropriados como elemento formador da nacionalidade brasileira e de um projeto de nação que enfatizava a ideia de um território voltado para o interior. Considerado por Roquette-Pinto como “o mais típico dos nossos tipos étnicos”²³⁴, o sertanejo foi estudado pelo folclore e pela etnografia, sendo que nesta o foco foi a relação entre o homem e a natureza, estando direcionado, na visão desse antropólogo, à formação da nacionalidade mediante sua adaptação às condições ecológicas, como observou Carla Dias²³⁵. Na análise acerca da Coleção Sertaneja, a autora identifica que sua constituição se deu fundamentalmente entre os anos 1930 e 1950, isto é, no período da gestão de Heloísa A. Torres. O monitoramento da diretora sobre as viagens dos naturalistas e as exigências quanto à manutenção do pacto epistolar²³⁶ durante as estâncias em campo permitiam que fosse informada acerca da aquisição de novas coleções para o Museu Nacional²³⁷.

Com o objetivo de verificar os resultados da aculturação em indivíduos primitivos que tivessem entrado em contato com a cultura ocidental, há pelo menos dez anos, e de analisar a aceitação ou a rejeição de traços culturais²³⁸, Wagley parte para a aldeia Tapirapé de Tapiitawa, no Rio Araguaia. No início de 1940 se juntariam a ele os jovens praticantes gratuitos do MN, Eduardo Galvão e Nelson Teixeira, contratados pelo SPI para trabalhar em Goiás em cooperação com o Museu Nacional²³⁹. Os planos de Heloísa A. Torres de expansão da instituição no projeto indigenista levavam seus primeiros lastros.

Conforme esclarece Groupioni, a indicação de estudar este grupo indígena partira de Alfred Métraux, sendo reforçada nas correspondências encaminhadas a Ruth Benedict por Lipkind, que se

²³⁴FREIRE, 1990, p. 76.

²³⁵DIAS, 2006.

²³⁶CORRÊA; MELLO, 2008.

²³⁷DIAS, 2008, p. 3.

²³⁸As observações sobre o despovoamento e a modificação da estrutura social dos Tapirapé, provocado pela introdução de doenças européias, e a não verificação da suposição acerca de um contato contínuo com os brasileiros invalidariam as hipóteses aculturativas esperadas por Linton e Wagley (LINTON, 1971, p. 52). Os resultados da pesquisa seriam publicados em: WAGLEY, Charles. The effects of depopulation upon social organization as illustrated by the Tapirape indians. **Transactions of the New York Academy of Sciences**, Nova Iorque, v. 3, n. 1, série II, p. 12-16, 1940.

²³⁹Carta de Heloísa A. Torres para Charles Wagley, (dia ilegível) mar. 1940. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p.177

referia aos Tapirapé nos relatos de sua pesquisa de campo entre os Karajá²⁴⁰. De fato, apesar do início da pesquisa de Wagley coincidir com o término da pesquisa de Lipkind, que no princípio de maio regressava dos Javaé, seu encontro com o linguista fora profícuo para aprimorar os conhecimentos acerca da cultura e da língua Tapirapé e Karajá. Na carta escrita no dia 1 de maio de 1939, em que relata o encontro com Lipkind a Heloísa A. T., Wagley faz menção à coleta de material etnográfico. Diz ele:

Ele [Lipkind] trouxe coisas muito bonitas (cocares, etc.) e me pergunta se eu acho que você ficaria feliz com essas coisas maravilhosas para o Museu. Respondi por você; a coleção do Museu seria enriquecida com elas. A única coisa que me horrorizou ao fazer essas coleções Karajá é o preço que eles pedem. (...) De qualquer modo, Lipkind está juntando uma linda coleção para você e eu espero fazer o mesmo nos Tapirapé. Lipkind e eu provavelmente teremos atritos a respeito das coisas Tapirapé – ele quer uma pequena coleção Tapirapé e eu não vou abrir mão de boas coisas. De qualquer modo, não vamos quebrar o material Tapirapé, brigando sobre quem vai levá-lo para você no Rio. Você pode dar a cada um de nós metade do agradecimento pela primeira coleção comprada aos Tapirapé, seja quem for que apareça com ela²⁴¹.

A familiaridade do antropólogo norte-americano com a diretora do Museu Nacional e a informalidade com a qual redige a carta fazem transparecer as complicitades que se estabeleciam no campo. Sua narrativa mostra o quão dependente a SAE era das relações de Heloísa A. T., condição que deve ser relacionada ao déficit de naturalistas experientes na seção após a Lei de desacumulação de 1937, e à posição

²⁴⁰Na solicitação de Wagley ao CFE para a autorização da expedição, o etnógrafo indicava os grupos indígenas localizados entre os rios Araguaia e Tocantins, em Goiás, sendo a indicação para extensão do campo ao rio Tapirapés feita por Heloísa A. Torres no parecer favorável à solicitação. GROUPIONI, 1998, p. 89.

²⁴¹Carta de Charles Wagley para Heloísa A. Torres, 1 mai. 1939. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 143.

crucial que a antropóloga detinha no cenário nacional e internacional da antropologia, como salientou Corrêa²⁴².

Durante o Estado Novo os estrangeiros necessitavam de uma permissão especial do Ministério da Justiça para entrar no Brasil. Quando o motivo da viagem incidia sobre a realização de expedições científicas, a autorização do deslocamento e da coleta de material ficava a cargo do CFE, o que não eximia o expedicionário de ter que se relacionar com outros órgãos federais para lograr partir para o seu destino de pesquisa. Wagley e Lipkind obtiveram permissão do CFE para coleta de material, mas, no caso do segundo, a licença de pesquisa ficou condicionada à entrega de duplicatas do material coligido para o Governo Brasileiro. O estabelecimento desta condicional, bem como a adição de um termo que garantisse a vinda do material para o MN e a prévia autorização por um técnico do CFE do que poderia ser exportado, só foi possível mediante a influência de Heloísa Alberto Torres, à época diretora do Museu Nacional e sua representante institucional junto ao CFE²⁴³.

A permissão para a coleta não era somente uma formalidade burocrática do Conselho, zeloso de salvaguardar o patrimônio nacional, mas, no que tange o material etnográfico e arqueológico sob a responsabilidade de Heloísa A. Torres, ela era estabelecida com vistas à incorporação ao Museu Nacional, conforme assinalou Groupioni²⁴⁴. No esforço por agradar os ensejos museológicos da diretora, a carta de Wagley deixa transparecer a ciência dos expedicionários quanto ao direcionamento do material coligido por eles. Tanto Wagley, quanto Lipkind estavam “juntando uma linda coleção para você” e não para o Conselho, sugerindo que a diretora do Museu Nacional fazia saber aos expedicionários vinculados à instituição o destino final das coleções que reuniam, negociando mesmo acerca da aquisição de determinadas tipologias de objetos²⁴⁵. Ademais, a presença de Heloísa A. Torres no Conselho e a determinação do órgão sobre o exame do material coletado com fins de partilha entre o expedicionário e a instituição ficar a cargo

²⁴²Ibid, p. 19.

²⁴³GROUPIONI, 1998.

²⁴⁴Ibid, p. 200.

²⁴⁵ Para uma discussão mais pormenorizada acerca da constituição da coleção etnográfica reunida por Lipkind, ver: EWBANK, Cecilia de Oliveira; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por detrás de uma coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro: vozes, silêncios e desafios. **MIDAS** (online), Évora, v. 8, 2017.

de um membro do mesmo, sendo o expedicionário proibido de assistir a sessão²⁴⁶, deixava estes a mercê da diretora.

Por fim, a ênfase na disputa sobre os louros da coleção levada “para você no Rio”, permite inferir sobre os tipos de dádivas – e sacrifícios – implicados neste trâmite. Enquanto a aliança com Heloísa A. Torres mediante o Museu Nacional assegurava aos antropólogos estrangeiros em viagem de pesquisa no Brasil certa segurança e facilidade no trâmite burocrático de um Estado centralizador e em um contexto de beligerância mundial, o grau de poder que a onipresença da personagem lhe conferia no âmbito das atividades antropológicas no país deixava-os condicionados às regras do jogo determinadas por ela, em prol do museu.

Se a cultura material desperta o interesse dos antropólogos, isso se deve em parte à coabitação de antropólogos e da antropologia com os museus. Capital simbólico de conhecimento sobre o outro, os objetos etnográficos foram valorizados, selecionados, incorporados, documentados e comunicados por diferentes propósitos, nenhum deles isento de intencionalidade. Desenroladas no que Waldisa Russio considera como o *fato museal*, ou seja, a relação entre o homem, o objeto e um cenário²⁴⁷, a continuidade destas etapas é o que Cury compreende como o processo de musealização do conhecimento, onde a valoração do objeto é o seu estopim²⁴⁸, e sua transformação em documento, seu eixo²⁴⁹. Deflagrada mediante uma atitude questionadora frente ao objeto²⁵⁰, a atribuição de valores ao objeto pode ocorrer em duas ocasiões, segundo a autora: quando da transferência de seu contexto para o contexto do museu ou, *in situ*, como no caso dos ecomuseus.

Responsável por implementar a política de fiscalização das expedições e do material adquirido por meio delas no território nacional,

²⁴⁶A permissão para tal só ocorreria a partir de 1941. Ibid.

²⁴⁷RÚSSIO, Waldisa. O conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos** (IBPC), n. 3, p. 7-12.1990.

²⁴⁸CURY, 2008.

²⁴⁹MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, História e Cultura Material, São Paulo, n.2, p. 9-42, 1994. p. 21.

²⁵⁰CHAGAS, Mario de Souza; GODOY, Solange. Patrimônio cultural e cidadania: as representações de memória nos museus. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 105-116, 1996.

o CFE deslocava o campo indigenista da preservação do índio para a do seu legado, na medida em que intercedia “não sobre os índios reais, mas a herança que eles poderiam deixar para a nacionalidade brasileira”²⁵¹. Ao intermediar a transferência do testemunho material dos grupos indígenas coligidos pelos expedicionários para espaços museológicos, o CFE se somava ao conjunto de agentes implicados no processo de musealização das coleções etnográficas e arqueológicas do Museu Nacional, contribuindo, neste sentido, à dinâmica de interações sociais que conformam o museu enquanto processo, conforme Rússio²⁵².

A prerrogativa da preservação do índio enquanto patrimônio também era compartilhada por Heloísa A. Torres²⁵³. Na perspectiva desta antropóloga formada no espaço do museu, a aquisição de artefatos etnográficos coroava as expedições de grande êxito²⁵⁴ na medida em que propiciava o enriquecimento do acervo etnográfico do Museu Nacional, dando continuidade a uma tradição científica de pesquisa pautada pela análise de objetos materiais. Se por um lado o estudo do comportamento humano alavancado pela antropologia cultural no período entre guerras reduzia o interesse de seus praticantes pela posse de objetos etnográficos para seu próprio gozo e estudo, como postula Stocking Jr.²⁵⁵, no que se refere ao mercado consumidor, este, todavia continuava ávido por apreendê-los. É neste sentido que Heloísa Alberto Torres sugere que:

Nenhum dos dois [Lipkind e Quain] tem interesse em realizar para si coleções de material

²⁵¹ GROUPIONI, 1998, p. 44.

²⁵² CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. v. 2. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 145-154

²⁵³ MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015.

²⁵⁴ Fazemos alusão aqui à viagem de Heloísa A. Torres à Ponte Nova, em Minas Gerais, em janeiro de 1935, empreendida com o objetivo de estudar cerâmicas indígenas encontradas na localidade. Ao perceber o valor que o material apresentava para as suas pesquisas logra que a Diretoria do Sport Clube Palmeirense, responsável pela sua salvaguarda, ofereça o material ao Museu Nacional, o que segundo a própria, “coroava sua viagem de êxito”. Relatório de Antropologia de 1935. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974. SEMEAR.

²⁵⁵ STOCKING JR., 1992, p. 178-211.

etnográfico, mas estão ambos dispostos a fazê-las para o Museu Nacional. A oportunidade de enriquecer o nosso patrimônio me parece ótima bem como seria justo auxiliar de qualquer maneira a esses expedicionários²⁵⁶

O ensino de ciências naturais e antropológicas no Museu Nacional dependia das coleções, sem as quais não poderia alcançar uma objetividade efetiva, principalmente no que se refere à formação de pesquisadores²⁵⁷. O contato com os testemunhos da realidade histórica, cultural e fisiológica do homem era necessário para a própria marcha da etnologia, colocação de Paul Rivet²⁵⁸ que reforça minha concepção do museu como o *quinto campo* da antropologia neste período, tributária dos vestígios materiais das diferentes culturas. Como assinalou Georges Henri Rivière, o propósito dos museus modernos era construir um capital de espécimes e objetos e um público em benefício de quem estes eram exibidos²⁵⁹.

O que está posto nas coleções etnográficas são as ressignificações dos objetos etnográficos no trânsito entre a sua coleta e transposição para uma instituição pública²⁶⁰. Na partilha do material coligido por Lipkind na primeira etapa da sua pesquisa de campo entre os Karajá, foram estabelecidas pelo CFE duas listagens referentes à Coleção do Museu e à Coleção do Dr. Lipkind. A primeira foi incorporada ao acervo do Museu Nacional em março de 1939, reiterando o agenciamento da conselheira Heloísa Alberto Torres em prol do encaminhamento das coleções etnográficas arregimentadas pelo Conselho para a instituição da qual era diretora²⁶¹. Se por um lado a representação da antropóloga no CFE beneficiava a aquisição de coleções, finalidade precípua dos museus, o ritmo de incorporação de novas coleções colidia com a estrutura do Museu Nacional. As tarefas de catalogação, conservação e

²⁵⁶Ofício de Heloísa A. T. para Gustavo Capanema, 25 abr. 1938. Cópias de avisos e ofícios, RA 101, D 101, abr-jun 1938, of. 195, p. 60. SEMEAR/MN.

²⁵⁷FARIA, 1998, p. 24.

²⁵⁸Ibid., p. 25.

²⁵⁹RIVIÈRE, Georges Henri. The organization and function of the museums. **Museum International**, v. II, n. 4, p. 206-226, 1949. p. 206

²⁶⁰VELTHEM, Lucia Von. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 7, n.1, p. 51-66, 2012.

²⁶¹GROUPIONI, 1998, p. 83.

acomodamento do material incorporado ao acervo eram atribuições dos naturalistas das seções, e em um momento de redução no quadro de pessoal estas atividades de gabinete resvalavam no funcionamento das atividades de pesquisa e exposição. A solicitação de admissão de tarefeiros por Heloísa A. Torres para auxiliar nos serviços relacionados às coleções, em 1939, sugere a ampliação das coleções incorporadas neste período²⁶².

Despachada no dia 18 de abril de 1939, a coleção particular do lingüista, composta por 155 utensílios e adornos de índios²⁶³, chegaria em Nova York no dia 12 de junho de 1939²⁶⁴, onde foi recebida pela sua esposa, Maria Cimino, que pronto encaminha a notícia a Heloísa Alberto Torres²⁶⁵. Por sua vez, Lipkind receberia a confirmação da chegada do material aos Estados Unidos e a notícia de que sua esposa se dirigia a “uma ilha em Massachusetts”, provavelmente Martha’s Vineyard, onde se casaram, por meio de um telegrama de Heloísa A. T. encaminhado a Furo da Pedra²⁶⁶, cidade a qual retornara para realizar a segunda etapa da sua pesquisa e, conseqüentemente, uma segunda coleção.

No período entre maio e novembro de 1939, Lipkind deu prosseguimento às suas pesquisas entre os Karajá e realizou estudos entre os grupos indígenas Tapirapé, Javaé e Gorotire, também

²⁶²Foram solicitados os seguintes serviços: 11 tarefeiros com um mínimo de produção de duas coleções diárias, 1 tarefeiro com o mínimo de 30 estampas por dia para o arquivo gráfico, e 3 tarefeiros com o mínimo de 100 fichas diárias para o fichamento das coleções. Ofício de Heloísa A. T. ao MES, 21 out. 1939, Cópias de avisos e ofícios, RA 107, D 107, out-dez 1939, of. 483, p. 31. SEMEAR/MN.

²⁶³Fundo CFE, Dossiê William Lipkind, CFE.T.2.105, doc. 24, 1206. MAST.

²⁶⁴Notificação da companhia Draeger Shiping Co. INC., 12 de junho de 1939.

²⁶⁵Consta na correspondência entre Heloísa A. Torres e Maria Cimino a solicitação da bibliotecária para a remessa de “todos os livros infantis já publicados e dos que vierem a aparecer” no Brasil para a New York Public Library, onde era responsável pela organização do departamento infantil (Children’s Room), atuando em programas de radiodifusão como um dedicado a história dos países destinados às crianças, tendo já realizado alguns episódios sobre o Brasil. A troca de correspondência entre Heloísa A. T. e as esposas dos antropólogos de Columbia vinculados ao acordo informal com o Museu Nacional, como Maria Cimino Lipkind e Zunia Henry ainda está para ser estudada. Ofício de Heloísa A. T. para Augusto Meyer, 5 jan. 1940. Cópias de avisos e ofícios, RA 108, D 108, jan-abr 1940, of. 26, p. 27. SEMEAR/MN.

²⁶⁶Telegrama de Heloísa A. T. a William Lipkind, s/d. Arquivo CCHAT. Dossiê William Lipkind.

localizados na região do Araguaia. A extensão do seu escopo de pesquisa incorreria na coleta de artefatos de procedência e tipologias distintas daqueles coligidos na primeira etapa. Em uma carta escrita à Ruth Benedict, no dia 1 de maio, na qual enfatiza a qualidade do material recolhido nesta segunda etapa, Lipkind se atém a apreciação de 16 tembetás de quartzo encontrados em perfeitas condições durante a escavação de um cemitério na antiga aldeia de Fontoura²⁶⁷. Potencializados pelo seu aspecto biográfico de antiguidade, o que implica no alcance de somas maiores em um dado contexto mercantil²⁶⁸, Lipkind já teria recebido uma oferta de 1 conto por cada item de um colecionador de São Paulo. Com a aproximação do seu retorno para os Estados Unidos e as expectativas pouco otimistas de trabalho em um país que, em um período de guerra, transferia os investimentos da área científica para a indústria bélica, o lucro obtido com a venda da coleção poderia servir de fonte de renda por algum tempo. Ciente da subtração a que o material estava sujeito pelo CFE, acreditava que, “mesmo depois que D. Heloísa fizesse seu pior” sobraria o suficiente para financiar a continuidade da sua pesquisa²⁶⁹.

Conforme mencionamos, a autorização para a realização das expedições de estrangeiros no Brasil estava condicionada a determinados trâmites burocráticos. Em um período de ditadura no Brasil, o trânsito fluido entre agentes e agências do aparato estatal tendia a facilitar a concretização de interesses determinados por ambas as partes. Nos ofícios encaminhados por Heloísa A. T. enquanto diretora do Museu Nacional é possível verificar o bom relacionamento, e mesmo a intimidade, que detinha com funcionários do SPI, como o Capitão Vasconcellos, também integrante do Conselho do CNPI. Nesta rotinação do carisma cabe lembrar o apontamento feito por Corrêa

²⁶⁷Carta de William Lipkind a Ruth Benedict, 1 mai. 1939. Ruth Fulton Benedict Papers. LIPKIND, William, 1937. Folder 31.11. Vassar College Archives Special Collections.

²⁶⁸KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008. p. 89-121.

²⁶⁹“Even after Dona Heloísa does her worst, enough will be left to make up part of the money”. Carta de William Lipkind para Ruth Benedict, 01 de maio de 1939. Ruth Fulton Benedict Papers. LIPKIND, William, 1937. Folder 31.11. Vassar College Archives Special Collections.

acerca do potencial da palavra da diretora na determinação da aceitação e continuidade do pesquisador no país²⁷⁰.

No caso da expedição de Lipkind, o selo de aceite ficara condicionado à entrega de um parecer de Heloísa A. Torres sobre os relatórios encaminhados pelo linguista às autoridades brasileiras. Apesar da exigência profissional de mantê-la informada sobre a condução da pesquisa, o relatório e tampouco os informes de Lipkind foram entregues, apesar dos mesmos terem sido enviados para Ruth Benedict e Franz Boas²⁷¹. Se a interrupção ou o rompimento do pacto epistolar não era bem quista por Heloísa Torres, gerando mesmo advertências²⁷², ela não era fato isolado: Landes²⁷³, Turner e Frazier²⁷⁴ tampouco encaminharam seus relatórios. O que agravava particularmente o caso de Lipkind eram os outros interesses que estavam em jogo.

2.2.2 O trava língua: a coleção etnográfica William Lipkind

Não se preocupe absolutamente com o valor da coleção do ponto de vista da beleza. Este ano já consegui muito material valioso, mais do que o suficiente para satisfazer a efeitos políticos quaisquer²⁷⁵

No final da década de 1930, as universidades começavam a se consolidar como espaços de especialização científica. A introdução das cátedras de Antropologia e Etnologia nos cursos de Geografia e História

²⁷⁰ CORRÊA; MELLO, 2008, p. 19.

²⁷¹ Durante sua pesquisa de campo, Buell Quain manteve Heloísa A. T. informada sobre o desenrolar das suas atividades, compartilhando inclusive problemas pessoais relacionados à sua família. Op. cit.

²⁷² Heloísa A. T. adverte Buell Quain sobre a falta de Landes em enviar notícias depois do seu retorno aos Estados Unidos, dizendo “eu também pago na mesma moeda”. Carta de Heloísa Alberto Torres para Buell Quain, 1939. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 21.

²⁷³ Carta de Heloísa A. Torres para Franz Boas, 2 jan. 1941. Franz Boas Papers.

²⁷⁴ O Museu Nacional patrocinou a expedição de Frazier com vistas a receber um relatório dos trabalhos empreendidos e cópia das fotografias (Ofício de Heloísa Alberto Torres ao Conselho de Fiscalização das Expedições, 17 set. 1940. Cópias de avisos e ofícios, RA 110, D 110, set-dez 1940, p. 33. SEMEAR/MN). O não envio do relatório foi apontado em SANSONE, 2012, p. 25, nota 7.

²⁷⁵ Carta de Heloísa A. T. para Buell Quain, 1 ago. 1939. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 81.

das Faculdades de Filosofia ampliava a oferta de formação direcionada para as práticas etnográficas, interpelando os institutos acadêmicos tradicionais a uma nova ordenação educacional no que tange o desenvolvimento das ciências sociais. Nas esferas extra-universitárias, a implementação de cursos voltados para a antropologia servia de multiplicador desse conhecimento, contribuindo para suprir a crescente demanda por especialização universitária, todavia restrita e incipiente. No cenário paulista, o Departamento Municipal de Cultura patrocinou a realização do Curso de Etnografia ministrado pela etnóloga Dina Lévi-Strauss, em 1936. O encerramento prévio das inscrições em virtude do afluxo inesperado de estudiosos realizando matrículas²⁷⁶ evidencia o desequilíbrio que havia entre a oferta e a demanda por uma formação etnográfica especializada.

Em um período de ampliação da demanda por uma formação especializada e de deslocamento do processo de especialização científica dos institutos acadêmicos tradicionais para as universidades, Heloísa A. Torres buscou adequar o papel profissionalizante do Museu Nacional às novas estruturas de cursos docentes. Seu objetivo era transformá-lo em um instituto de educação suplementar e centro de pesquisa²⁷⁷. Uma das pautas do acordo estabelecido entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia determinava a colaboração de um dos antropólogos norte-americanos em cursos de capacitação técnico-científica dos jovens auxiliares da SAE. Como assinalou Gustavo Barroso, diretor do Curso de Museologia implementado no Museu Histórico Nacional em 1932, junto com as conferências e as visitas de caráter educativo os cursos técnicos dos museus constituíam a “parte dinâmica, sua vida, sua linguagem, sua forma de projeção na cultura dum país”²⁷⁸.

Formulado como forma de apaziguar a defasagem profissional decorrida da lei de desacumulação, o plano de cursos de aperfeiçoamento delineado por Heloísa A. Torres coincidia com a renovação educacional encampada pelas recém-criadas USP e UDF, onde a contratação de docentes privilegiou os alunos de renomados cientistas sociais estrangeiros – basicamente franceses –, mais

²⁷⁶ ANDRADE, Mário de. **Cartas a Murilo Miranda (1934-1945)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 26, 1981.

²⁷⁷ Carta de Charles Wagley para Julian Steward, 5 out. 1942, p.1, Brazil-General-1942-1951, Box 12, Series 5: Areal Subject File, Records of the Institute of Social Anthropology, National Anthropological Archives, Smithsonian Institution.

²⁷⁸ BARROSO, 1951, p. 26.

suscetíveis a aproveitarem a experiência no Brasil para suas pesquisas²⁷⁹. Na disputa pelo lugar autorizado da antropologia no Brasil, Heloísa A. Torres apostaria na referência culturalista norte-americana de Boas para a formação dos antropólogos do Museu Nacional, acrescentando um diferencial com relação às universidades que privilegiaram a ideologia francesa²⁸⁰. Neste ínterim, a diretora do Museu Nacional prorrogava o lugar privilegiado do museu no campo da produção científica.

A carência de um profissional que estudasse os idiomas indígenas na SAE, já apontada durante a gestão de Artur Neiva (1923-27)²⁸¹, determinaria a introdução do plano original dos cursos pelo de lingüística. A familiaridade com as línguas indígenas era fundamental para o conhecimento das categorias e representação de mundo, sendo privilegiada por diferentes setores que atuavam no trato com os índios no Brasil²⁸². Ademais, a crença de viver um dos últimos períodos de contato com indígenas brasileiros antes do seu desaparecimento tornava premente a formação dos técnicos do Museu Nacional no referido domínio. Caso contrário, o museu “será acusado futuramente de incúria para com problema tão importante”, nas palavras de Heloísa A. Torres²⁸³.

Responsável por definir e promover as línguas indígenas norte-americanas do século XX²⁸⁴, revertendo o ponto de vista negativo dos evolucionistas, Boas atribuía especial ênfase à lingüística no estudo antropológico de sociedades ágrafas, na medida em que possibilitava a preservação transcrita de um conhecimento tido como fadado a

²⁷⁹PEIRANO, 1981, p. 32; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro nos anos 30. In: MAIO, Marco Chor; VILLAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre (RS): Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 277-299.

²⁸⁰FERREIRA, op. cit..

²⁸¹KEULLER, 2012, p. 152.

²⁸²No levantamento feito por Adalberto Pereira, em 1974, o autor identifica que a maior produção “etnográfica” dos missionários católicos no Brasil era o estudo das línguas indígenas. FREIRE, 1990, p.192.

²⁸³Ibid.

²⁸⁴BOAS, Franz. Introduction to the Handbook of american indian languages. **Handbook of American Indian Languages**, Washington: Bureau of American Ethnology, Boletim 40, v. 1, p. 1-83, 1911.

desaparecer enquanto documentos escritos²⁸⁵. Na troca epistolar com Heloísa A. Torres, Boas salienta o aspecto imprescindível do domínio linguístico enquanto fator de prevenção às armadilhas dos intérpretes e “absolutamente necessária tanto para a ciência da linguística como para a reconstrução da história indígena”²⁸⁶ na medida em que capacitava os etnólogos para organizar os dialetos com a metodologia adequada, produzindo relatórios diretamente das línguas indígenas²⁸⁷. Apesar da relevância da linguística, eram poucos os profissionais especializados neste domínio. E de todas as formas, era necessário encontrar fundos de financiamento para a implantação do curso no Museu Nacional.

Em um período permeado pela Grande Depressão e pela iminência da Segunda Guerra Mundial, a oferta de trabalho no exterior surgia como uma alternativa favorável aos antropólogos norte-americanos desejosos de dar continuidade às suas pesquisas. Neste ensejo, a presença no Brasil de centros binacionais destinados a promover a difusão e o intercâmbio cultural e educacional entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, contribuindo na articulação da Política da Boa Vizinhança²⁸⁸, incrementavam a gama de possibilidades de financiamento às atividades científicas no país. Apesar da tentativa de articulação com a Sra. Pieri, secretária da Sociedade Brasil-Estados Unidos, para que a instituição mantivesse no Brasil um professor de Antropologia norte-americano, designado previamente por Boas²⁸⁹, o fracasso do plano restringia o retorno de Lipkind ao Brasil.

²⁸⁵STOCKING JR., 1992, p. 91.

^{286c}“absolutely necessary both for the science of linguistics and for the reconstructions of Indian history.” Traduzido livremente pela autora. TORRES, Heloísa: From Boas. 1941 apr 11. Disponível em: <http://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/text:123770#page/1/mode/1up>. Acesso em: 08/01/2017.

²⁸⁷Stocking Jr. (1992) ressalta que na prática etnográfica modelada por Boas, o conhecimento da língua possibilitava a vivência entre o grupo, a coleta de informações diretamente do informante e a transcrição das informações para o vernáculo, etapa esta atrelada ao caráter objetificante do autor sobre a linguística.

²⁸⁸PINNOW, Rodrigo Vieira. **As inferências da política externa estadunidense sobre a América Latina no século XX: o caso do Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano – ICBNA/RS**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

²⁸⁹TORRES, Heloísa Alberto: To Boas. 1941 Jan. 2. Franz Boas Papers. Mss.B.61. American Philosophical Society. Disponível em:

Aguardando o regresso dos antropólogos das suas pesquisas de campo, Heloísa A. Torres escreve a Quain em 1 de agosto de 1939, esclarecendo as mudanças que tinha em mente para os planos do Museu Nacional:

Fiz algumas modificações no meu plano de curso do Museu. Pensei em transferir para um pouco mais tarde o curso de linguística e adotar imediatamente um programa mais prático e que, segundo me parece, corresponde melhor às necessidades mais prementes do meu país. Para isso desejaria poder contar com o senhor e o Wagley. Durante o período de permanência no Museu, cada um se ocuparia uma hora por dia de um grupo de cinco pessoas para instrução etnológica de caráter essencialmente prático e faria os seus estudos pessoais e redação de pesquisas, durante o resto do tempo. Organizaríamos um plano de pesquisa sistemática de campo; cada qual, ao sair, levaria consigo um aluno. Espero que, com três anos de trabalho, nós teríamos talvez formado pelo menos uns três trabalhadores bons. O Sr. vai ficar surpreendido com a facilidade que o brasileiro tem para aprender.[...] Não pretendo implantar (está reconhecendo?) ninguém no meu país; desejo apenas que meus amigos me ajudem no desenvolvimento de estudos etnológicos no Brasil²⁹⁰.

Apesar do talento de Lipkind, um dos melhores linguistas disponíveis em Columbia, segundo Boas²⁹¹, o carisma era um fator crucial na ponderação de Heloísa A. Torres sobre a continuidade das atividades científicas dos estrangeiros no Brasil²⁹². Tanto Lipkind como

<http://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/text:123772#page/1/mode/1up>.

Acesso em: 05/01/2017.

²⁹⁰CORRÊA, 1997, p. 13-14.

²⁹¹TORRES, Heloísa Alberto: From Boas. 1941 Jan. 20. Franz Boas Papers. Mss.B.B61. American Philosophical Society. Disponível em: <http://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/text:123769#page/1/mode/1up>.

Acesso em: 05/01/2017.

²⁹²CORRÊA; MELLO, 2008; MIGLIECVICH-RIBEIRO, 2015.

Quain²⁹³ mostravam interesse em retornar ao Brasil para continuar suas pesquisas de campo, mas, diferente deste, Lipkind não gozava do carisma da diretora do Museu Nacional que, além de descontente com a falta de compromisso no envio dos relatórios, julgava problemática a contratação de um judeu em um contexto de crescente anti-semitismo no Brasil²⁹⁴. A decisão de Heloísa A. T. pela contratação de Quain e Wagley, quando nenhum dos dois era especialista em linguística, e a alteração do plano para que começasse pelos aprendizados práticos de etnografia parece derivar antes da estratégia da diretora para evitar a contratação de Lipkind. Previsto para se iniciar em 1940, quando os antropólogos já teriam terminado suas pesquisas de campo, o suicídio de Quain entre os Kraho, na madrugada do dia 2 para o 3 de agosto de 1939²⁹⁵, um dia após a carta escrita a ele por Heloísa A. T., incorreria em novo adiamento e na reformulação do plano.

A retribuição de Boas aos auxílios prestados por Heloísa A. T. aos antropólogos de Columbia chegava em uma carta escrita em 2 de dezembro de 1940²⁹⁶. Comentando sobre seu encontro com o presidente

²⁹³Na análise das cartas de campo feita por Marisa Corrêa, a antropóloga evidencia a ambiguidade dos escritos de Quain. Enquanto adverte à sua amiga, Ruth Landes, que não estava interessado no trabalho do Museu Nacional, em diversas cartas enviadas à Heloísa A. T. o etnólogo manifesta o desejo de voltar a pesquisar entre os Trumai, trabalho que fora interrompido por exigência do SPI, enfatizando mesmo a necessidade de aprimorar seus conhecimentos linguísticos. CORRÊA; MELLO, 2008.

²⁹⁴Em uma carta escrita a Ruth Benedict, Ruth Landes menciona a recusa de Heloísa A. Torres em aceitar Lipkind como colaborador do Museu Nacional alegando o crescente anti-semitismo e as preocupações que tal vínculo poderiam lhe trazer profissionalmente. COLE, 2007 apud CORRÊA; MELLO, 2008, p. 32.

²⁹⁵O suicídio do etnólogo entre os índios demandou um esforço da parte de Heloísa A. T. para esclarecer o ocorrido junto às autoridades brasileiras, ciosas da proteção dos índios, e também para sua mãe, Fannie Quain, com quem a diretora do MN iniciaria uma correspondência acerca do traslado do material científico produzido pelo etnólogo para os Estados Unidos. Uma tentativa de elucidar o suicídio de Buell Quain foi realizada por Bernardo de Carvalho no delicado romance, *Nove noites*. Ver: CORRÊA; MELLO, 2008; GROUPIONI, 1998; CARVALHO, Bernardo. **Nove noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁹⁶TORRES, Heloísa Alberto: From Boas. 1940 Dec. 2. Franz Boas Papers. Mss.B.61. American Philosophical Society. Disponível em:

da Divisão Latino Americana da Fundação Guggenheim, Frank Aydelotte, alguns dias antes, Boas assegurava o interesse deste em patrocinar o treinamento de jovens cientistas brasileiros em Antropologia. Seguro da consideração que sua correspondente nutria por Lipkind, aplicou o nome do linguista para uma bolsa da Fundação Guggenheim com vistas a conciliar a continuidade de suas pesquisas entre os Karajá e o início da etapa educacional no Museu Nacional. Diferente da proposta com a Sociedade Brasil-Estados Unidos, mais vulnerável às influências de Heloísa A. Torres, as perspectivas de consolidação do plano com a Guggenheim eram positivas, exigindo uma atitude certeira de Heloísa A. Torres se quisesse evitar a vinda de Lipkind. Na resposta que escreveu a Boas, um mês depois, a antropóloga finalmente esclarece seu ponto de vista sobre o linguista, diz ela:

Não houve nunca, da parte do Museu Nacional, nenhuma intenção de ter o Dr. Lipkind trabalhando em cooperação com ele. Eu acredito que ele não é o professor apropriado para os estudantes brasileiros que são normalmente muito espertos e capazes de trabalhar mas que possuem um senso crítico muito apurado para poderem lidar com alguém tão convencido da sua própria superioridade como o Dr. Lipkind²⁹⁷

O que parece estar colocado neste argumento é a ponte fundamental que a parceria com a Universidade de Columbia estabelecia para futuros projetos com fundações de pesquisa norte-americanas e o receio da recém-diretora de colocá-la em risco por um julgamento mal formulado dos professores estrangeiros sobre os estudantes do Museu

<http://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/text:123768#page/1/mode/1up>.

Acesso em: 05/01/2017.

²⁹⁷“A few months later, I heard that the plan had failed and wrote to Dr. Lipkind, in Araguaya, telling him so. There was never, on the part of the Museu Nacional, any intention of having Dr. Lipkind to work in cooperation with it. I believe he is not the teacher fit for our Brazilian students who are usually very clever and capable of .working but who possess high a sense of criticism to be able to deal with anyone so convinced of his own superiority as Dr. Lipkind.”. Traduzido livremente pela autora. TORRES, Heloísa Alberto: Para Boas. 1941 Jan. 2. Franz Boas Papers. Mss.B.B61. American Philosophical Society.

Nacional, como a mesma esclareceria posteriormente²⁹⁸. Com o tempo, sua atenção às dificuldades que a natureza e o caráter dos professores e técnicos estrangeiros impunham à sua adaptação ao jeito brasileiro, e vice-versa, se fortaleceria enquanto um ponto essencial à sua política personalista de inserção de estrangeiros nos projetos do Museu Nacional. Na continuidade da carta, Heloísa A. Torres expõe seu descontentamento:

Eu preciso dizer que eu ajudei o dr. Lipkind o máximo que pude, mais do que jamais fiz por qualquer dos antropólogos de Columbia; devido às circunstâncias financeiras do momento eu pude ajudá-lo mesmo a este respeito. É verdade que ele deixou uma bela coleção etnográfica dos Karajás para esse museu. Uma atitude diferente da sua parte em relação a outros assuntos era esperada. Eu sinto ter que constatar que a sua própria coleção particular pode ser confiscada pela falta de comprometimento dos requisitos legais mencionados acima. Eu posterguei essa decisão até agora mas não acredito que possa fazer com que esta situação permaneça por mais tempo²⁹⁹

Cury alerta que o “Museu não coleta coisas, Museu coleta a poesia que está nas coisas”³⁰⁰. De uma forma menos poética, a assertiva infere sobre as intencionalidades e os simbolismos inerentes ao processo de aquisição de objetos pelos museus. Assinalando a restrita política econômica de subvenção às pesquisas antropológicas nos Estados

²⁹⁸Carta de Heloísa T. para Julian Steward, 19 de abril de 1944, 2p., Brazil-General-1942-1951, Box 12, Series 5: Areal Subject File, Records of the Institute of Social Anthropology, National Anthropological Archives, Smithsonian Institution.

²⁹⁹“I must tell you that I helped Dr. Lipkind as much as I could, more than ever done to any of the anthropologists from Columbia who have been in Brazil; due to financial circumstances of the moment I could help him even in this respect. It is true that he left a beautiful ethnographical collection of the Karajás to this Museum. A different attitude on his part as regards other grounds would have been expected. I am sorry to state that this own private collection may be confiscated for lack of fulfillment of the legal requisites mentioned above. I have postponed this decision up to now but do not believe the situation can be made to last any longer.”. TORRES, op. cit.

³⁰⁰CURY, 2008, p. 30.

Unidos neste período, Stocking Jr. atenta que as coleções constituíam tanto *comodities*, como meios de troca³⁰¹, no sentido do que Arjun Appadurai coloca como a vida social das mercadorias, ou seja, a capacidade de elucidar o contexto humano e social por meio da sua movimentação³⁰². A compreensão do colecionismo promovido pelos museus etnográficos enquanto parte de um mercado de bens simbólicos também foi apontada por Castro Faria em 1981³⁰³. Considerando esses apontamentos, a reificação de Heloísa A. T. sobre a possibilidade do confisco da coleção atenta para o lado mercantil da parceria estabelecida entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia, e o caráter de *comodities* que as coleções adquiridas (e o catálogo elaborado pelos etnógrafos sobre os usos e funções das peças) assumiam na troca entre a realização e a autorização da expedição. De fato, se a autorização da expedição de Lipkind ficara condicionada à entrega de duplicatas do material adquirido para o Conselho como forma de garantir o enriquecimento do acervo do Museu Nacional, o financiamento da Universidade de Columbia fora igualmente baseado no pressuposto do ressarcimento do valor em forma de coleções³⁰⁴. Ademais, Lipkind também almejava obter lucro com a venda da sua parte da coleção.

Por outro lado, Simmel adverte que é a resistência que a coleção apresenta em ser possuída o que a torna mais valiosa³⁰⁵. No momento em que o retorno de Lipkind ao Museu Nacional se mostrava prestes a se efetivar, Heloísa A. Torres forçava seu privilégio como anfitriã do espaço onde a troca se estabelece para resguardar seus interesses. Aqui, a busca do espólio como uma das finalidades e bases materiais do poder carismático se concatena a função do museu. Afinal, como pontuou Alice Semedo, para que uma instituição seja denominada museu é imprescindível que esta possua uma coleção, uma vez que “Esta premissa implica que todas as outras funções museológicas geralmente apreciadas não podem ser conseguidas sem primeiro considerar as coleções; quer dizer, sem primeiro considerar o recurso primário de um

³⁰¹ Ibid.

³⁰² APPADURAI, Arjun. Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas**. Niterói: EdUFF, 2008. p. 15-87.

³⁰³ FARIA, 1998, p. 210.

³⁰⁴ “The question of his [Lipkind] collection is a serious one for the University, because in financing his work we reckon on the value of the collection he would bring back.”. Carta de Franz Boas para Heloísa Alberto Torres, 20 de janeiro de 1941. Franz Boas Papers.

³⁰⁵ SIMMEL apud APPADURAI, 2008, p. 15.

museu a partir do qual qualquer outra função se desenvolve”³⁰⁶. Considerando os três eixos implicados na troca, a saber: a Universidade de Columbia, representada por Boas; o Museu Nacional, representado por Heloísa A. Torres; e o próprio Lipkind, ocorria um conflito de interesses das três partes quanto ao valor a ser ressarcido pela sua parte do investimento. Em outras palavras, a divergência de valores atribuídos à coleção no momento da troca implicava no seu sacrifício por uma das partes.

Boas se mostrava seguro quanto à competência de Lipkind como etnólogo e linguista e, embora não compreendesse a inquietação demonstrada por Heloísa Torres, se esforçava para minimizar a responsabilidade do estudante³⁰⁷ no intuito de preservar os laços com o Museu Nacional, tão propícios ao desenvolvimento das pesquisas antropológicas de Columbia. O antropólogo sacrificava a coleção, confiscada por Heloísa A. Torres e reunida ao restante da coleção já incorporado ao acervo do Museu Nacional³⁰⁸, e a indicação de Lipkind, retomando com cautela a equação sobre quem seria o professor adequado para o Museu Nacional e para a sua diretora.

Dentre as opções sugeridas previamente por Boas e Benedict³⁰⁹, Heloísa A. Torres se mostrava de acordo em ter Kennard ou Jules Henry para lecionarem Linguística, e Charles Wagley para lecionar práticas de

³⁰⁶SEMEDO, Alice. Políticas de gestão de coleções (Parte 01). **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, série I, v. IV, p. 305-322, 2005. p. 310.

³⁰⁷Em sua resposta a Heloísa A. T., Boas faz uma crítica sutil ao dizer, “Of course the whole matter is altogether too important to have it fall down on account of a single person”/ “É claro que o assunto é demasiado importante para se deixar cair nas costas de uma única pessoa”. Traduzido livremente pela autora. TORRES, Heloísa Alberto: From Boas. 1941 Jan. 20. Franz Boas Papers. Mss.B.B61. American Philosophical Society.

³⁰⁸No artigo *Por detrás de uma coleção no Museu Nacional*, aventamos a hipótese de que esta última parte da coleção a ser incorporada ao MN corresponde aquela registrada nos Livros de Tombo após o ano de 1935. EWBANK; LIMA FILHO. *Por detrás de uma coleção no Museu Nacional: vozes, silêncios e desafios*. MIDAS – **Museus e Estudos Interdisciplinares**, Évora, v. 8, 17 p., 2017.

³⁰⁹Ruth Benedict teria sugerido em uma carta enviada a Ruth Landes os nomes de Lipkind, Lasser e Kennard para darem aula de linguística. CORRÊA; MELLO, 2008, p. 58.

campo e Antropologia social³¹⁰. Tomando como critério o conhecimento sobre grupos indígenas sul-americanos dos candidatos ao cargo, Boas fazia indicações e considerações sobre o trabalho de etnólogos em evidência à época, como Alfred Métraux, Herbert Baldus, Paul Kirchoff, Bernard Mishkin, Ruth Landes, Lehmann-Nietzche e Curt Nimuendajú³¹¹, recomendando dois conhecidos do Museu Nacional, Wagley, bem relacionado com Heloísa A. Torres e, especialmente, Jules Henry, de quem era mais próximo³¹². Este havia conduzido investigações etnográficas e linguísticas no Brasil, entre os Kaingang, no período entre 1932 e 1934, e na Argentina, entre os Pilaga e os Ashluslay, entre 1936 e 1937³¹³. Lamentando a carência de profissionais especializados em linguística, enfatizava que o importante era que Heloísa A. Torres escolhesse alguém com domínio sobre a metodologia. A aposta em Wagley e Henry parecia aventar um bom começo para os cursos de aperfeiçoamento no museu³¹⁴.

2.3 A COOPERAÇÃO COM O *OFFICE FOR CORDINATION OF COMERCIAL AND CULTURAL RELATIONS BETWEEN THE AMERICAS*

Tenho muitas esperanças e sonhos que devemos concretizar esse ano; a idéia [sic] central é treinar os rapazes.³¹⁵

³¹⁰Nos Estados Unidos, os estudantes de antropologia recebiam um treinamento introdutório nos quatro campos de Boas, se especializando posteriormente em um determinado campo, de modo que a indicação dos nomes se baseava na especialidade já iniciada por cada um. TORRES, op. cit.; STOCKING JR., 1992.

³¹¹TORRES, op. cit..

³¹²Na densa correspondência trocada entre Franz Boas, Jules Henry e sua esposa Zunia, salvaguardada no Franz Boas Papers, o casal trata Boas de maneira afetuosa, como “Papa Franz”.

³¹³Ambas experiências resultaram em artigos sobre a organização social, o parentesco e a personalidade destes grupos, sendo que o trabalho de campo junto aos Kaingang resultou na sua tese de doutorado, *Jungle People*, elaborada sob uma perspectiva psicanalítica da antropologia.

³¹⁴TORRES, Heloísa: To Boas. 1941 mar 19. Disponível em: <http://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/text:123773#page/1/mode/1up>.

Acesso em: 08/01/2017.

³¹⁵Carta de Charles Wagley para Heloísa A. T., 29 mai 1941. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 243.

Estou enviando esta nota por dois rapazes que gostaria de apresentar a você: Eduardo Enéas Galvão e Nelson Teixeira. (...) Eles vêm explorando o Museu comigo há cerca de um mês e pensei que teriam a ganhar passando algum tempo no campo seguindo seu trabalho e ajudando, sob a sua orientação e seu conselho. Você poderia ser de uma grande ajuda para mim e para os índios se tomasse esses dois sob sua orientação.³¹⁶

Em 1939, Heloísa A. Torres firmou um acordo com o diretor do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco, para dar início às obras de consolidação e adaptação do edifício do Museu Nacional, consideravelmente abalado pelo grande afluxo de visitantes que nos domingos chegava a quatro mil pessoas³¹⁷. Iniciadas em 1941 e praticamente paralisadas até 1946, período em que o museu permanece fechado à visitação pública com a suspensão das demais atividades de contato com o público e com instituições de ensino – atribuições da recém-criada Seção de Extensão Cultural –, as obras se estenderiam até 1954. Sua longa duração perpassaria o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, dificultando a sedimentação de projetos e incorrendo em desavenças entre alguns funcionários do museu e a diretora, que chegam a propor, sem sucesso, novas eleições para o cargo de diretor³¹⁸.

Não obstante os percalços decorridos da implementação da obra, a cessão do caráter dialógico do museu era propícia ao investimento na especialização dos seus profissionais e nas atividades de pesquisa, ampliando o número de centros acadêmicos especializados em ciências sociais, incrementado pela criação da Pós-Graduação em Ciências Sociais da ELSP em 1941³¹⁹. Com a expectativa de dar continuidade ao

³¹⁶Carta de Heloísa A. T. para Charles Wagley, [dia ilegível] mar 1940. In: *Ibid.*, p. 176.

³¹⁷MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 78.

³¹⁸Sobre a disputa entre os funcionários do Museu Nacional e a diretora ver: MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015.

³¹⁹Compunham o quadro do primeiro ano de pós-graduação as seguintes disciplinas: “Pesquisas Sociais na Comunidade Paulista” (Pierson); “Etnologia Brasileira” (Baldus); “Assimilação e Aculturação no Brasil Meridional” (Willems); além de três Seminários: “Métodos e Pesquisas Sociais” (Pierson e Rodolfo); “Índios do Brasil” (Baldus) e “Raça e Cultura”, Pierson. Ver:

seu plano de formação dos naturalistas do Museu Nacional com a presença dos estrangeiros, Heloísa A. T. propõe ao MES o aumento do número de naturalistas e a providência dos meios para que estes fossem devidamente assistidos por técnicos capazes³²⁰. Com a ampliação do pessoal efetivo e a garantia de meios para promover o aperfeiçoamento técnico dos seus jovens funcionários seria possível dar prosseguimento à produção científica e à formação de novos profissionais, mazela que, segundo a própria, atingia os museus de história natural do país desde o final do século XIX³²¹.

Por intermédio de Fred Soper e J. A. Kerr, respectivamente diretor e diretor-assistente da Fundação Rockfeller, o Museu Nacional consegue auxílio financeiro do *Office for Cordination of Comercial and Cultural Relations between the Americas*, representado por David H. Stevens e Henry Allen Moe³²². Dirigido por Nelson Rockfeller no interior do aparelho burocrático do Governo estado-unidense, o *Office* teve um papel central na definição da política norte-americana adotada frente aos demais países latino-americanos, controlando o antiamericanismo por meio de medidas pacíficas que incluíam a difusão da indústria do rádio e cinematográfica norte-americanas, e estimulando a competitividade na economia latino-americana³²³. Ademais, a agenda científica e geopolítica da *Rockfeller Foundation* para a América Latina incluía a popularização da ciência como estratégia de controle social³²⁴. Neste contexto, o incentivo do *Office* ao intercâmbio científico³²⁵ possibilitou a concessão do benefício ao Museu Nacional em 1941, viabilizando a vinda de cinco especialistas para contribuírem no

CORRÊA, 2013; LARAIA, Roque de Barros. Os primórdios da Antropologia Brasileira. **ACENO**, Mato Grosso, v. 1, n. 1, 2014. p. 14.

³²⁰Ofício de Heloísa A. T. para o MES, 25 abr 1941. Cópia de avisos e ofícios, RA 111, D 111, jan-abr 1940, p. 260. SEMEAR/MN.

³²¹TORRES, Heloísa Alberto. A obra científica dos museus brasileiros. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 6 janeiro 1946. Terceira Seção, p. 1.

³²²Ibid..

³²³TOTA, 2000, p. 48.

³²⁴SASTRE-JUAN, Jaume. Interpreting Science for a General Public: The Rockfeller Foundation and the politics of science popularization in the 1930s. **Research Reports online**, Rockfeller Archive Center (RAC), Nova Iorque [s/d]. Disponível em: <http://rockarch.org/publications/resrep/sastre-juan.pdf>. Acesso em: 8 mai 2016.

³²⁵Em 1941, o *Office* instituiu um programa de bolsa viagem interamericana para jovens latino-americanos estudarem nos EUA, o que incluía as áreas de ciências. TOTA, op. cit., p. 81.

desenvolvimento dos trabalhos técnicos em todos os setores de ciências naturais do museu, além das atividades museológicas. Foram eles: Charles Wagley, antropólogo da Universidade de Columbia (1941); Carlos E. Cummings, especialista em museologia e presidente da Academia de Ciências de Buffalo (1941); Dr. Llewellyn Ivor. Price, paleontólogo da Universidade de Harvard; Joseph R. Bailey, herpetólogo da Universidade de Michigan; e George Sprague Meyers, ictiologista da Universidade de Stanford (1943).

Conforme esclareceu Heloísa Alberto Torres, a escolha de Wagley para dar início aos cursos de aproveitamento técnico e científico se justificava pelo interesse peremptório que os modernos estudos conduzidos sobre o trabalho de campo apresentavam para os antropólogos do Museu Nacional, naquele momento³²⁶. De fato, a proposta de instalação de um convênio com a instituição que facultasse a ida de dois etnólogos – escolhidos pela diretora³²⁷ – ao país para dar aulas e realizar pesquisas de campo e a vinda de estudantes brasileiros para os Estados Unidos, subvencionado pelo Comitê de Planejamento dos Fundos Nacionais dos Estados Unidos, partira de Wagley, consciente de que “tudo combina muito bem com a política da Boa Amizade”³²⁸. Os ajustes do plano de modo a que fosse ele o etnólogo escolhido no convênio com o *Office*, e que a estância no Brasil não tivesse implicações sobre o seu contrato na Universidade de Columbia, foram acordadas entre a diretora, ele e os demais integrantes do pacto.

Quando deslocamos o campo para o arquivo³²⁹, a disposição dos agentes assume outras configurações. Desde que regressara aos Estados Unidos, após o término da pesquisa de campo entre os Taprapé, Wagley manteve uma intensa troca epistolar com Heloísa A. Torres. Sua participação no plano da diretora do Museu Nacional havia sido profícua, cumprindo com as exigências feitas por ela quanto aos relatórios e coleções e obtendo bons resultados na formação dos jovens etnólogos do museu. Wagley se mostrava desejoso de retornar ao Brasil para continuar suas pesquisas e o trabalho no museu. Por outro lado, a cumplicidade que havia adquirido com a diretora transformava o

³²⁶Carta de Heloísa A. Torres em inglês, faltando a primeira página. [1941?]. Fundo HAT, cx.4, pasta 2, doc. 48. SEMEAR/MN.

³²⁷Carta de Charles Wagley para Heloísa A. T., 14 fev 1941. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 217.

³²⁸Carta de Charles Wagley para Heloísa A. T., 20 nov 1940. In: *Ibid.*, p. 202.

³²⁹CASTRO, Celso; CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Quando o campo é o arquivo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 3-5, 2005.

antropólogo em um importante informante fora do campo e, principalmente, em um perspicaz sócio do seu projeto indigenista para o MN. Através da sua correspondência epistolar acompanhamos as frequentes perguntas e informes do antropólogo sobre: novas possibilidades de projetos no Brasil, no Museu Nacional e nos Estados Unidos; o encaminhamento do relatório de Lipkind e da coleção de Quain, todavia pendentes; a escolha dos etnólogos e linguistas de Columbia para os cursos de aperfeiçoamento; recomendações bibliográficas para “meus estudantes”³³⁰ Galvão, Rubens e Nelson; a reverberação da sua pesquisa de campo no Brasil – e da dos demais antropólogos de Columbia – (publicações, apresentações de trabalhos, etc.); e sobre novidades museográficas e museológicas dos Estados Unidos que incluíam a inauguração da exposição de Portinari em Nova York, em 1940, e conversas com o artista. Ademais, a ida de outros naturalistas do “nosso Museu”³³¹ aos Estados Unidos permitia o envio de livros e material etnográfico coletado do, e para, o campo (notas, desenhos, fotografias e objetos).

Como frisou Castro Faria, “Com Charles Wagley teve começo e desenvolvimento regular um verdadeiro programa, que incluía não apenas treinamento de antropólogos, mas privilegiava áreas e temas de pesquisa”³³². Durante o ano de 1941, Wagley trabalha no treinamento de pessoal para pesquisas em antropologia, parte do programa mais amplo de cursos de aperfeiçoamento desenvolvidos no Museu Nacional sobre práticas e discussões informais³³³. Responsável por ministrar os cursos de *Antropologia Social e Práticas de campo entre populações indígenas*, a contribuição do antropólogo objetivava dar embasamento aos jovens antropólogos para uma ida a campo no final do ano, seguindo o plano aventado por Heloísa A. Torres no final de 1939. A anteposição do curso à prática era propícia para promover uma maior aproximação entre o

³³⁰Carta de Charles Wagley para Heloísa A. T., 13 ago 1940. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 197.

³³¹Carta de Charles Wagley para Heloísa A. T., 20 nov 1940. In: *Ibid.*, p. 201.

³³²FARIA, 1998, p. 189.

³³³Em 1941, foram ainda promovidos os seguintes cursos de aperfeiçoamento no Museu Nacional: Técnicas e métodos citológicos, pelo Professor Gustavo de Oliveira Castro, do Instituto de Manguinhos; Orientação semanal prestada pelo Professor Alexandre Brade, do Jardim Botânico. Atividades relativas ao aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal do Museu Nacional, 1941. Relatórios gerais de Antropologia, classe 146.0, cx 02, 1942-1955. SEMEAR/MN.

antropólogo norte-americano e os praticantes da SAE, minimizando os riscos de uma aventura personalista ao modo da expedição à Serra do Norte. O foco dos cursos sobre a Antropologia Social e a Etnografia, subdivisões da vertente culturalista da antropologia³³⁴, reiteravam a condução pretendida pela diretora no cenário da antropologia nacional.

Para Wagley, o caráter prático da antropologia transformava-a essencialmente em uma “ciência de campo”³³⁵. Neste sentido, o trabalho do antropólogo deveria se concentrar especialmente sobre a observação da sociedade primitiva escolhida, descrevendo da forma mais objetiva possível os principais aspectos da vida da comunidade, como a organização econômica e social, a educação, as crenças religiosas e a mitologia. Reflexo do impulso da disciplina para o caráter etnográfico³³⁶, mas também da influência da teoria funcionalista da sociologia norte-americana em ascensão nos estudos de antropologia desenvolvidos nos Estados Unidos neste período, o uso da antropologia social aplicada na análise de dados recolhidos junto às sociedades primitivas era estimulado por Wagley, que apostava na conciliação da análise estatística à teoria para avaliar seus aspectos sociais³³⁷.

Prevista nos quadros de formação das universidades brasileiras criadas na década de 1930³³⁸, a prática da pesquisa de campo estava perspectivada para ocorrer após a apreensão das bases da disciplina, constituindo uma etapa essencial à finalização do treinamento do pesquisador³³⁹. Sua importância foi ressaltada pelo sociólogo norte-americano e docente da ELSP, Donald Pierson, que definiu esta etapa como o propósito central da sua metodologia³⁴⁰. Apesar da sua

³³⁴Na divisão da Antropologia *latu sensu* proposta por Arthur Ramos, a vertente da ciência do homem cultural compreendia as seguintes especialidades: etnologia e etnografia; Antropologia cultural; culturais; völkerkunde; antropologia psíquica; noo-antropologia; e antropologia social. RAMOS, 1943, p. 9.

³³⁵WAGLEY, Charles. Antropologia aplicada. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 29 abril 1945. Revista do O Jornal, p. 1-2.

³³⁶STOCKING JR., 1992, p. 359.

³³⁷WAGLEY, op. cit.

³³⁸A Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, foi a primeira a ser criada em 1935.

³³⁹FERNANDES, Florestan. “Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil”. In: FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975.

³⁴⁰CORRÊA, 1987, p. 41.

relevância para a conclusão da formação, limitações como a obsolescência do currículo e a carência de um padrão que orientasse a “carreira” do etnólogo restringiam a sua efetivação no meio universitário³⁴¹, sendo alvo de críticas de antropólogos como Arthur Ramos³⁴². O ideal de uma ciência social de bases teóricas firmes³⁴³ era antes uma perspectiva que tardaria a se consolidar. Neste cenário, a oferta da moderna metodologia antropológica norte-americana, divulgada em uma palestra no Instituto Brasil-Estados-Unidos³⁴⁴, surgia como uma oportunidade para Heloísa A. T. retribuir o convite feito por Arthur Ramos para que seus alunos da UB se inscrevessem no curso de Wagley³⁴⁵. No sentido inverso, Eduardo Galvão participaria de um curso ministrado por Arthur Ramos na Associação Brasileira de Educação, em 1945³⁴⁶. Isto posto, a realização de cursos de formação voltados para a atuação do etnólogo em campo era um dos fatores que diferenciavam o Museu Nacional dos demais institutos científicos, despontando no panorama científico brasileiro como locus privilegiado da pesquisa antropológica.

³⁴¹ Segundo Florestan Fernandes, em 1975 os parâmetros metodológicos todavia se baseavam no êxito de modelos de pesquisa e de sistematização de dados utilizados por etnólogos como Curt Nimuendajú (1883-1945) (FERNANDES, op. cit., p. 136). Os obstáculos à fundamentação do etnólogo no meio universitário pode ser relacionado ao fato de que, ambas a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Florestan Fernandes, defendidas na ELSP e na USP, respectivamente, constituíram análises históricas sobre a organização social dos Tupinambá, carecendo de dados etnográficos de pesquisa de campo.

³⁴² RAMOS, Arthur. Os grandes problemas da Antropologia brasileira. *MANA*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 195-212, 2015.

³⁴³ MICELI, Sergio. Por uma sociologia das Ciências Sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, IDEP, v. 1, p. 5-19, 1989.

³⁴⁴ Aproveitando o ensejo de divulgação da cultura norte-americana promovida pelos centros binacionais, Charles Wagley ministrou a palestra “As atividades da Columbia University no campo da antropologia”, seguida de uma “pequena palestra” de sua esposa, Cecília Wagley, intitulada “Minha experiência nas bibliotecas americanas”, no Instituto Brasil-Estados Unidos, em outubro de 1941. REUNIÕES e conferências. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 22 outubro 1941. Número avulso, p. 7.

³⁴⁵ Segundo Miglievich-Ribeiro, a oferta foi recusada por Ramos (2015, p. 133). Ofício de Heloísa A. T. para Arthur Ramos, 7 ago 1941. Cópia de avisos e ofícios, RA 112, DA 112, mai-ago 1941, of. 401, p. 302. SEMEAR/MN.

³⁴⁶ FARIA, 1998, p. 190.

Concluída a etapa de discussões acerca das bases teórico-metodológicas da disciplina conduzida por Wagley em aulas de 10h a 12h e de 13h30min a 17h, durante três meses³⁴⁷, os jovens praticantes da SAE, Eduardo Galvão, Rubens Alberto Meanda e Nelson Teixeira se encontravam em condições de realizar, com eficiência técnica, estudos sobre a organização social e religiosa, a personalidade e a aculturação entre os índios brasileiros. Etapa inicial da programação institucional criada e executada por Heloísa A. Torres, o exercício das *Práticas de campo entre populações indígenas* foi inicialmente articulado de modo que os quatro antropólogos integrassem uma equipe nacional de etnógrafos do Setor Etnográfico do SPI³⁴⁸.

Dando continuidade ao projeto da SAE sobre a família linguística Tupi-Guarani, o destino definido foi a região do rio Gurupy, no Maranhão, onde se encontravam os grupos indígenas Urubús (ou Kaapor) e Guajajara (ou Tenetehara)³⁴⁹. Galvão, Meanda e Teixeira embarcam no dia 9 de novembro de 1941 para São Luís, sendo alcançados por Wagley no fim do mês, que faz uma escala em Belém para encontrar Nimuendajú³⁵⁰, permanecendo até abril de 1942. Munidos de indicações do SPI acerca das formas e dos meios necessários para interceder com os índios, ao colocar em prática os ensinamentos transmitidos por Wagley no curso de *Antropologia Social* realizado ao longo do ano, mas também aqueles apreendidos na vivência com os naturalistas na instituição, os jovens etnólogos se inteiravam dos limites entre a prática indigenista fomentada pelo SPI e a pesquisa científica. Mantida pelos agentes do referido órgão, a estratégia de presentear os indígenas era por estes subentendida como prerrogativa para a troca de informações, sendo igualmente reivindicada para os

³⁴⁷MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 133.

³⁴⁸Ofício de Heloísa A. T. para o Coronel Vicente Paulo de Vasconcellos, 23 set 1940. DA, Cx. 7, pasta 14 “Lotação”. SEMEAR/MN.

³⁴⁹O roteiro das pesquisas de etnografia indígena conduzidas pelos antropólogos do Museu Nacional na década de 1940 se concentraria nas regiões centro-oeste e nordeste do país, se enquadrando nas áreas geográficas privilegiadas pelas expedições científicas desenroladas no Brasil neste período conforme analisou Groupioni (1998, p. 48-49).

³⁵⁰GALVÃO, Eduardo. **Diários de campo de Eduardo Galvão**: Tenetehara, Kaióá e Índios do Xingu. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Museu do Índio – FUNAI, 1996.

etnólogos do Museu Nacional que, destarte a prevenção³⁵¹, criticavam seu impacto na natureza da sociedade que observavam³⁵².

Comentando sobre a perda da tradição de fazer cerâmica entre os Guajajara, Galvão retoma a questão aculturativa ressaltada por Heloísa A. Torres quando da observação sobre as práticas do SPI serem orientadas de forma a não prejudicar as culturas indígenas. Diz ele:

A cerâmica foi esquecida e pediram-me que os ensinasse novamente. Os funcionários do Posto deveriam ensinar estas coisas, que reverteriam em ótimo proveito deles, todas as coisas fáceis que eles podem fazer por si mesmos, ao invés de comprarem dos civilizados, como estão se acostumando. Em vista disso, muita gente hoje, não sabe fazer muitas das coisas que os ancestrais sabiam e faziam, e talvez deixassem de ser ensinadas por não sentirem necessidade de fazê-los. Urge que os funcionários do Posto zelem para que eles não esqueçam suas habilidades e técnicas. (...) Se eles possuem uma cultura suscetível de desenvolver-se, é muito mais lógico que se procure desenvolvê-la, ao invés de degenerá-la³⁵³.

Dumont asserta que a metodologia etnográfica é acionada pelo pesquisador e pelo pesquisado, de modo que o interesse de etnógrafo nas demandas feitas às culturas estudadas para que desenvolvam tradições antropológicas próprias incorre na sua sujeição como objeto de especulação destas culturas³⁵⁴. No referido caso, o impulso inicial do indígena pela recuperação da sua cultura tradicional a partir da percepção da sua ausência e da valorização da sua cultura, tal qual defendido por Heloísa Torres³⁵⁵, e o reclame ao auxílio de Galvão recaem na percepção do antropólogo enquanto guardião do patrimônio material e imaterial do saber-fazer indígena. Nesse sentido, sua

³⁵¹ Nos relatórios anuais de Pedro Lima é frequente a solicitação de material de viagem e presentes ao Departamento Administrativo do Museu Nacional de modo a garantir o guarnecimento da SAE para futuras expedições.

³⁵² GALVÃO, op. cit., p. 44; 68.

³⁵³ Ibid., p. 44-45.

³⁵⁴ DUMONT apud PEIRANO, 1981:4.

³⁵⁵ TORRES, 1937.

prerrogativa sobre a coleta de informações e itens representativos da cultura indígena está relacionada aos museus enquanto espaço de salvaguarda do patrimônio nacional etnológico, reiterando a possibilidade de enquadramento do museu como o quinto campo de Boas. Ao esquivar-se da responsabilidade do ensino em prol do SPI, Galvão deixa patente o papel ambíguo do órgão indigenista no processo aculturativo. Responsável pela organização do ensino entre os grupos indígenas, a metodologia do SPI era incompatível com a manutenção das tradições e práticas indígenas, quanto mais do seu estímulo, uma vez que se direcionava para a integração do indígena na moderna sociedade de forma que pudesse contribuir para as metas de progresso estabelecidas pelo governo.

A estância dos antropólogos em campo, isolados da civilização, em um período em que o desgaste com o episódio do suicídio de Buell Quain era todavia latente, deixa entrever as medidas cautelares tomadas por Heloísa Alberto Torres com vistas a não ver repetido o mesmo fato: evitava expedições conduzidas por um único antropólogo se não julgasse conhecê-lo bem e reforçava a contrapartida do envio de cartas e relatórios por parte dos expedicionários. A manutenção da correspondência entre a diretora do Museu Nacional e os expedicionários, fonte preciosa de informação acerca dos grupos indígenas pesquisados, também servia para identificar qualquer deslize emocional entre eles, dando ordens para precipitar o retorno ao Rio de Janeiro caso necessário³⁵⁶. Tal como assinalou Corrêa, a questão pessoal e o pacto epistolar eram dois aspectos determinantes da atuação e autorização de Heloísa Alberto Torre no meio científico e institucional da sua época³⁵⁷.

Com o patrocínio para Wagley realizar o treinamento de jovens cientistas brasileiros em práticas de campo garantido pela Fundação Rockefeller, o esforço de Heloísa A. Torres no Museu Nacional se voltava para a vinda do linguista Jules Henry antes do final de 1941³⁵⁸. Contudo, a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial no final deste ano e a subsequente entrada do Brasil, no início de 1942, dificultariam a sua efetivação. Pendente de uma definição acerca da proposta feita por Heloísa A. Torres, ainda em 1939, Henry parte para o

³⁵⁶GALVÃO, 1996, p. 63.

³⁵⁷CORRÊA & MELLO, 2008.

³⁵⁸TORRES, Heloísa: To Boas. 1941 mai 6. Disponível em: <http://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/text:123774#page/1/mode/1up>. Acesso em: 06/01/2017.

México com sua esposa e também antropóloga, Zunia Henry³⁵⁹. A despeito da sua boa situação no país, trabalhando no Departamento de Assuntos Indígenas e no Instituto Politécnico onde lecionava os cursos de Etnologia Sul Americana (Kaingang e Pilaga), Análise Linguística e Organização Social, as mudanças políticas no país decorridas ao longo do ano de 1940 redundariam no acirramento dos conflitos internos no Departamento de Antropologia³⁶⁰. Com o nascimento do seu filho em novembro, Henry se ressentia de um trabalho que lhe proporcionasse um aporte financeiro maior e mais estável, recolocando em perspectiva a proposta feita pela diretora no Museu Nacional³⁶¹.

Seguindo as recomendações de Boas, Jules Henry escreve para Heloísa A. T. enfatizando sua experiência em etnologia e linguística sul-americana e demonstrando o quão ansioso estava para ir ao Brasil trabalhar sob a orientação daquele “maravilhoso cometa antropológico”³⁶². A carta, anexada de exemplares das suas publicações, buscava seu percurso mesmo sem seu autor dispor de garantias financeiras e detalhes acerca da proposta do trabalho no Museu Nacional³⁶³. Com a febre da guerra nos Estados Unidos deslocando os

³⁵⁹Inserido na agenda de pesquisa social norte-americana sob a reorientação da política externa anterior à Segunda Guerra Mundial, o México foi um dos destinos contemplados pela antropologia estado-unidense a partir da contratação de antropólogos para auxiliarem no registro de línguas indígenas e na alfabetização dos indígenas, e como docentes em institutos acadêmicos.

³⁶⁰A política do Ministério da Educação mexicano sob o governo de Manuel Álvaro Camacho (1940-1946) ameaçou a estabilidade do Instituto Politécnico, eximindo-o do reajuste orçamentário e afetando seu quadro profissional com a demissão de professores, o que no caso de Jules Henry resultaria na redução da sua carga horária e na sua difamação por parte de alguns colegas. HENRY, Zunia para Boas 1941 Outubro 6. Mss. B. B61. Franz Boas Papers.

³⁶¹HENRY, Jules para Franz Boas. 1941 Abril 8. Mss. B. B61, Franz Boas Papers.

³⁶²Na carta que escreve para Boas, em 17 de janeiro de 1941, para contar que havia seguido a sua sugestão de escrever para Heloísa Alberto Torres enfatizando suas especialidades e seu desejo de trabalhar no país, Jules Henry escreve “my eagerness to work under that great anthropological comet, Dona Heloisa”. HENRY, Jules: To Boas. 1941 jan. 17. Mss. B. B61, Franz Boas Papers.

³⁶³HENRY, Jules: de Boas. 1941 jan. 10. Disponível em: <http://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/text:57902#page/1/mode/1up>. Acesso em: 06/01/2017.

investimentos do país para a indústria bélica³⁶⁴, e aqueles de ciência para além das suas fronteiras, continuar os estudos na América Latina, onde a instabilidade era a ordem do dia³⁶⁵, valia a pena mesmo que mal pago³⁶⁶.

Contudo, a possibilidade de encontrar financiamentos para o trabalho no Museu Nacional se tornara imprevisível. A demora de Heloísa A. Torres em dar uma resposta concreta aumentava a angústia de Jules Henry e de Boas, que chega a sugerir a transferência da verba destinada a Wagley para o linguista³⁶⁷. A fim de não interferir no trabalho de campo conduzido por Wagley, o contrato de Henry deveria começar a partir do término desse³⁶⁸. Em outubro de 1941, Heloísa A. Torres escreve à Zunia assegurando as passagens para o Brasil³⁶⁹, promessa que não se realiza, tendo em vista a solicitação feita ao MES, igualmente frustrada, para a contratação de Jules Henry por três anos, em 1942³⁷⁰.

2.4 O MUSEU E A GUERRA

As pessoas falam menos da guerra desde que a França foi derrotada, ou traiu. As pessoas ainda se aglomeram em torno do rádio, esperando pelo ataque à Inglaterra. A maior parte das conversas nesses dias é sobre o perigo do ataque à América

³⁶⁴ A padronização da produção industrial norte-americana voltada para o setor bélico – tanques, aviões e carros de combate – em detrimento dos bens de consumo afetava os diversos segmentos da sociedade, impelidos a contribuir no esforço de guerra.

³⁶⁵ Jules Henry compara a América Latina a uma sopa onde um nunca sabe quando terá que ir para a rua vender “taquitos”. HENRY, Jules: From Boas. 1941 jan. 10. Mss. B. B61, Franz Boas Papers.

³⁶⁶ Em uma carta de Boas para Jules Henry escrita em 27 de outubro de 1941, ele sugere que, caso confirmada a proposta de Heloísa, que Henry aceite apesar das incertezas do que poderia ocorrer nos próximos três anos. Disponível em: <http://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/text:57915#page/1/mode/1up>. Acesso em: 07/01/2017.

³⁶⁷ TORRES, Heloísa: de Boas. 1941 apr 11. Mss. B. B61, Franz Boas Papers.

³⁶⁸ Carta de Heloísa A. Torres em inglês, faltando a primeira página. [1941?]. Fundo HAT, cx.4, pasta 2, doc. 48.

³⁶⁹ Ibid.

³⁷⁰ Ofício de Heloísa A. T. para o MES, 27 jan 1942. Relatório de avisos e ofícios, RA 114, DA 114, jan-abr 1942, of. 92, p. 116.

do Sul e o que isso significa para nós. Os jornais estão cheios de editoriais sobre o Brasil³⁷¹

O fechamento do Museu Nacional não o deixaria incólume ao ambiente belicoso em que o mundo se encontrava no período que antecedeu a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Em agosto de 1942 o regime estado-novista declarava guerra à Alemanha nazista, se aliando aos Estados Unidos a quem já havia prestado sua solidariedade em virtude do ataque dos japoneses a Pearl Harbor, em dezembro do ano anterior³⁷². A decisão que encerrava o período de “distância pragmática”³⁷³ mantido pelo regime desde o início da guerra traria novos obstáculos ao prosseguimento das atividades de intercâmbio científico entre o Brasil e os EUA, afetando a continuidade do desenvolvimento da antropologia no Museu Nacional. Eduardo Galvão, que se encontrava em campo entre os Tenetehara e soubera da notícia pela transmissão no rádio, extravasa em um trecho do seu diário de campo:

[...] se já detestava a guerra, atualmente tenho ódio, se antes já tinha animosidade, por não ver resultados para a humanidade, agora fui atingido mais de perto. Minha viagem para os EUA foi por água abaixo, minha situação no Museu só poderá tornar-se ainda mais incerta. A vinda de Jules Henry tornou-se problemática. Deste modo, num só tempo, 50% das minhas possibilidades prenderam-se, ou melhor, perderam-se, resta esperar, *wait and see* foi minha única reação³⁷⁴.

³⁷¹Carta de Charles Wagley para Heloísa Alberto Torres, 12 jul 1940. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 191.

³⁷²A declaração de solidariedade do Governo brasileiro ao Governo dos Estados Unidos recebeu a felicitação de diversas instituições do país que reiteraram seu compromisso de apoiar a campanha, como o SPI, a Academia Brasileira de Letras e o Conselho Nacional de Petróleo. O BRASIL e a atual guerra. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 21 dezembro 1941. Seção 1, p. 2.

³⁷³Conceito utilizado por Gerson Moura para definir a estratégia do governo brasileiro de se aproveitar do conflito encabeçado pelos Estados Unidos e pela Alemanha buscando benefícios políticos, econômicos e comerciais junto a ambas às partes. MOURA, Gerson. **Autonomia da dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

³⁷⁴GALVÃO, 1996, p. 61.

Embora a entrada do Brasil na Segunda Guerra tenha ironicamente favorecido a situação de Eduardo Galvão no Museu Nacional, efetivado por concurso para o cargo de naturalista em 1942 malgrado sua expectativa de continuar seus estudos nos Estados Unidos, a decisão reverberaria nas diversas instâncias do aparato burocrático do Estado, reclamadas a cooperar no esforço de guerra com o que estivesse a seu alcance. Os anseios preservacionistas alardeados em um contexto de beligerância preocupavam sobremaneira aquelas instituições dedicadas à proteção do patrimônio.

O dilema entre a evacuação das obras de arte dos museus ou a sua permanência sob o risco de saques e bombardeamentos aéreos durante conflitos armados era vivenciado de forma comum pelos países envolvidos na Segunda Guerra. Agências governamentais vinculadas ao patrimônio cultural, museus e colecionadores particulares buscavam soluções para salvaguardar seus acervos dos riscos ocasionados pela guerra sem com isso prejudicar a conservação das obras³⁷⁵. Diretivas de proteção ao patrimônio cultural mundial também vinham sendo elaboradas por instâncias internacionais alardeadas pelas guerras desencadeadas no século XX, como é o caso do ante-projeto de Convenções internacionais sobre a proteção de monumentos e obras de arte em período de conflito armado, elaborado pelo *Office International des Musées*, em 1938.

Em 15 de abril de 1935, o Brasil, junto com os demais integrantes da União Panamericana, foram signatários do Pacto Roerich que acordava, em seu artigo 1º, que: “Os monumentos históricos, museus, instituições científicas, artísticas, educacionais e culturais serão considerados neutros, e como tal, serão respeitados e protegidos pelos beligerantes”, bem como seus funcionários, “em tempo de guerra, como

³⁷⁵ A França transferiu parte do acervo dos seus museus para castelos sob o resguardo da Wehrmacht alemã que, não obstante, saqueou como espólio de guerra um grande número de obras de arte; a Rússia optou por emparedar nos porões e enterrar no jardim as estátuas do palácio Pavlovsk; a Grã Bretanha e os Estados Unidos optaram por remover as coleções nacionais para abrigos à prova de bombas e com condições próprios à conservação do acervo. Ver: LYNN, Nicolas. **Europa saqueada**: o destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

em tempo de paz³⁷⁶. O risco iminente de um bombardeio era compartilhado por diferentes nações que buscavam reunir esforços no sentido de regulamentar a proteção do patrimônio cultural. No Brasil, a implantação do SPHAN havia dado um grande passo neste sentido com a instalação do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que instituiu o patrimônio nacional, em seu artigo 1º, como: “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”³⁷⁷.

Antiga residência da família imperial, responsável pelo maior acervo de ciências naturais do país e tombado pelo SPHAN, em 1938³⁷⁸, o Museu Nacional era um potencial alvo em caso de conflito armado. Instada pela Comissão Coordenadora das Atividades do MES a tomar medidas prezando pela salvaguarda e proteção do acervo da instituição, Heloísa Alberto Torres busca informações sobre os procedimentos que deveriam ser adotados. Neste intuito, averigua com o representante do *Office of Coordinator of Inter-American Affairs*³⁷⁹ no Rio de Janeiro e homem de confiança de Nelson Rockefeller no Brasil, Berent Friele, a possibilidade de se obter nos Estados Unidos trabalhos sobre proteção a

³⁷⁶ESTADOS UNIDOS, Pacto Internacional Roerich da Paz e Cultura. Proteção de Todas as Instituições Artísticas e científicas e monumentos históricos. Tratado entre os Estados Unidos da América e as outras Repúblicas Americanas. Disponível em: <http://roerich.org.br/portal/pacto-roerich>. Acesso em: 6/08/2017.

³⁷⁷BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 31 ago. 2017.

³⁷⁸O tombamento do Museu Nacional e seu acervo, em 1938, são referentes: à coleção arqueológica Balbino de Freitas de conchas do litoral sul, tombada em abril (processo nº 77); à edificação do Museu Nacional e à coleção Balbino de Freitas, em maio (processo nº 101); ao conjunto arquitetônico da Quinta da Boa Vista, onde está localizado o Museu Nacional, em junho (processo nº 99).

³⁷⁹Inserido no aparato burocrático do governo norte-americano de Franklin D. Roosevelt, o OCIAA, sob a direção de Nelson Rockefeller (1940 e 1946), teve como objetivo controlar o antiamericanismo na América Latina investindo em propaganda do modelo americano de consumo e progresso, e estimulando a industrialização do subcontinente através da intensificação das relações comerciais. Ver: TOTA, 2000; TOTA, Antonio Pedro. **O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

museus e outros monumentos culturais em tempo de guerra³⁸⁰. O resultado é a formação de uma Comissão para estudar o problema do Museu Nacional frente a situação de guerra³⁸¹.

Composta pelos naturalistas Luiz de Castro Faria, José Lacerda de Araújo Feio e o técnico de Educação, Paschoal Lemme (assinam), além de João Moojen de Oliveira e Luis Emygdio de Mello Filho, a Comissão designada pela diretora elaborou um projeto de proteção passiva do museu³⁸². A problemática da proteção ao patrimônio nacional vinha sendo realizada pelos antropólogos da instituição, Heloísa A. T. e Raimundo Lopes – falecido em 1941, em cooperação com o SPHAN por meio de atividades como a emissão de pareceres e a realização de apontamentos sobre monumentos e patrimônios históricos, naturais e culturais para o conselho Consultivo do órgão, sendo continuada por Castro Faria com relação à arte popular e arquitetura rural³⁸³. Incrementado pelas sugestões dos demais naturalistas da casa, das quais se destacam as medidas indicadas pela naturalista Bertha Lutz, o projeto foi entregue à diretora em 18 de setembro de 1942, contendo duas propostas: uma de mudança para o interior do país, podendo ser parcial ou total, e outra de permanência na instituição³⁸⁴.

Embora o edifício do Museu Nacional se encontrasse em obras e, portanto, com as suas atividades limitadas, a hipótese da evacuação total é rechaçada pela inviabilidade de encontrar um edifício adequado a receber o acervo e pelos possíveis prejuízos do seu completo deslocamento, sendo indicada somente a transferência das coleções de

³⁸⁰Desde 1941, o Conselho de Planejamento dos Recursos Naturais do governo norte-americano contava com um Comitê para a Conservação de Recursos Culturais, encarregado de “coletar informações, elaborar planos e promover medidas para a proteção dos recursos culturais dos Estados Unidos”. Ofício de Heloísa A. T. para Berent Friele, 12 out 1942. Relatório de avisos e ofícios, RA 116, DA 116, set-dez 1942, of.706, p. 186; LYNN, op. cit., p. 226.

³⁸¹A questão do museu e da guerra chegou mesmo a ser incluída em um tópico especial na obra de Gustavo Barroso, *Introdução à Técnica de Museus*, de 1951.

³⁸²Ofício de Heloísa A. T. para José Lacerda de Araújo Feio, 11 set 1942..Relatório de avisos e ofícios, RA 116, DA 116, set-dez 1942, o.f 626, p. 53.

³⁸³Em 1945 Castro Faria realizou estudos de arte popular e arquitetura rural nos antigos povoados capixabas de Guarapari e Nova Almeida, encomendados por Rodrigo de Mello Franco, do SPHAN.

³⁸⁴Arquivo Castro Faria, 11.01.023. MAST.

maior valia³⁸⁵. Na segunda hipótese, o acervo deveria ficar salvaguardado em uma sala térrea do museu, com laje de concreto armado e revestida nas suas paredes externas e no andar de cima com sacos de areia. Neste reagrupamento, o material inserido em álcool deveria ficar isolado do restante (material seco e “de livreria”), tomando-se o cuidado museológico de não criar um ambiente úmido que pudesse prejudicar o acervo.

A preocupação com a conservação do acervo denota o aprimoramento das questões propriamente museológicas na instituição. A prática da museologia vinha ganhando espaço no Brasil como um novo campo de trabalho dentro dos museus alavancada pela criação do Curso de Museus por Gustavo Barroso, em 1932. Neste quesito, a Divisão de Antropologia e Etnografia – como passa a se denominar a SAE, a partir de 1941 – e, em particular, a Comissão designada por Heloísa A. Torres, se beneficiavam com a presença de Castro Faria, bacharel do referido curso na década de 1930³⁸⁶ e, portanto responsável por introduzir a técnica da museologia na instituição fomentando a sedimentação de um espaço intelectual e crítico. Sua formação a partir de um vocabulário museológico³⁸⁷ lhe permitia distinguir entre as atividades de gabinete designadas aos naturalistas do Museu Nacional, as “atividades museográficas”³⁸⁸ propriamente ditas, sem que isso

³⁸⁵O acervo do Museu Nacional já havia sofrido avarias quando da sua transferência do edifício no Campo da Aclamação – atual Campo de Santana – para o Paço de São Cristovão, na Quinta da Boa Vista, em 1892. Ver: LOPES, 1997.

³⁸⁶SÁ, Ivan Coelho de. Curso de Museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007. p. 35-36.

³⁸⁷Em um dos desenhos registrados em seu diário de campo da expedição à Serra do Norte, Castro Faria remete à convenção heráldica das cores (azul e vermelho) para identificar o padrão iconográfico dos remos. A Heráldica era uma das disciplinas do currículo do Curso de Museus. FARIA, 2001, p. 149.

³⁸⁸Dentre os Relatórios anuais dos naturalistas da SAE, os de Castro Faria, geralmente os mais organizados e completos, são os únicos onde consta uma parte destinada às “atividades museográficas”, compreendidas como: limpeza, classificação por grupos, arrumação, levantamento de medidas, feitura de esboços, restauração e construção de caixas próprias ao material arqueológico e etnográfico coligido por ele nas expedições, além da elaboração de pareceres sobre peças e coleções em vista de serem adquiridas pelo Museu Nacional. Nos relatórios dos demais naturalistas as atividades de conservação, catalogação, restauração, divulgação e salvaguarda das coleções é simplesmente referenciada

acarretasse em qualquer conflito no que se refere à dupla função de antropólogo e museólogo. Pelo contrário, a inclusão da disciplina de Arqueologia no Curso de Museus, ministrada por Angyone Costa entre 1932 e 1944, tinha por objetivo introduzir as bases conceituais e metodológicas da disciplina e conteúdos relacionados a áreas afins, como Fundamentos Geológicos da Arqueologia, Fundamentos Paleontológicos da Arqueologia e Fundamentos Antropológicos da Arqueologia, atentando os alunos para a curadoria material de objetos desta procedência³⁸⁹.

Por fim, as precauções do relatório redigido pela Comissão do Museu Nacional abarcavam a proteção e a participação do corpo de funcionários da instituição, podendo se estender à população do país. No que concerne a DAE, o auxílio a serviços técnicos abarcava o “preparo de habitos(sic) e modus vivendi de grupos etnográficos alem(sic) de ajuda biométrica ou biotipológica aos gabinetes de orientação profissional de produção de guerra, etc.”³⁹⁰. A utilização da antropologia para fins sanitaristas incorria na sua percepção como saber estratégico, conforme destacou Regina Figueiredo³⁹¹, e a presença na DAE de profissionais que detinham conhecimento médico, como o naturalista auxiliar Pedro Estevam de Lima, favorecia a sua implementação.

Além destas medidas preventivas, o Museu Nacional se colocava à disposição para colaborar com o Estado nas demandas advindas da

como atividade de gabinete. Formado também pelo curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (SÁ, op. cit), Castro Faria dispunha ainda de um “Arquivo de Assuntos” de “iniciativa, factura a consulta estritamente individual”, além de incorporar os documentos e informações coligidas aos fichários bibliográficas de antropometria, etnografia e arqueologia da SAE. Relatório anual de Castro Faria, 27 jan 1951. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974. SEMEAR/MN.

³⁸⁹SALADINO, Alejandra; MACHADO, Guilherme. A Arqueologia na formação do museólogo: um olhar a partir do Curso de Museologia (1932-2010). **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 7, p. 107-128, 2016.

³⁹⁰Arquivo Castro Faria, 11. 01. 023. MAST.

³⁹¹Retomando a condução relativista da antropologia neste período, a autora atenta que seu desenvolvimento, mesmo quando desvinculado de uma aplicação prática, era considerado útil para intervenções voltadas para a educação e assistência sanitária em pequenas comunidades latino-americanas, se inserindo no projeto mais amplo de integração dos diferentes contingentes populacionais à comunidade nacional e à ingerência do estado que seriam conduzidos em associação com os Estados Unidos ao longo das décadas de 1940 e 1950. FIGUEIREDO, 2009, p. 13.

situação de beligerância articulando-as, na medida do possível, à continuidade das suas atividades científicas. Dessa forma, a DAE poderia contribuir com o levantamento de informações sobre regiões do país já visitadas por naturalistas e, de forma mais específica, ao estudo da adaptação de indivíduos no caso de deslocamento de população.

2.4.1 Antropólogos no contexto de guerra

Então, Feliz Natal para você e sua família e um Ano NOVO VITORIOSO para todos nós; pois sei que você está de coração com os Estados Unidos nisso.³⁹²

O pleito sobre a profissionalização do antropólogo adquiria especial relevância em um contexto em que os países se voltavam para o esforço de mobilização para a situação de guerra. Em ofício encaminhado ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 10 de setembro de 1943, Heloísa A. Torres apresenta uma súmula da situação dos estudos antropológicos no Brasil³⁹³. Elaborado com vistas a embasar a necessidade de se organizar a carreira de antropólogos e antropólogos auxiliares, o texto é rico em detalhes sobre os seus objetivos no desenvolvimento da pesquisa antropológica no Brasil, principalmente no que se refere à sua aplicação política e ao modelo a ser seguido. Apontando para o papel da antropologia naquele período de guerra, Heloísa A. Torres diz:

O que não podemos é fugir ao reconhecimento do fato de que, à pesquisa antropológica, está reservado um papel relevante na solução prática dos problemas angustiosos em que se debate a humanidade. É a pesquisa antropológica minudente e anônima que fornecerá muitos dos elementos necessários às grandes construções de ordem política.³⁹⁴

³⁹²Carta de Charles Wagley para Heloísa A. Torres, 13 de novembro de 1941. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 250.

³⁹³Ofício de Heloísa A. T. para o Ministro Gustavo Capanema, 10 set 1943 (Relatório de avisos e ofícios, RA 118, DA 118, set-dez 1943, of 780, 4 f. SEMEAR/MN.). Freire também aborda a proposta de Heloísa A. Torres sobre a criação da carreira de antropologista. FREIRE, 1990, p. 211.

³⁹⁴Ibid., p.2.

Tendo em perspectiva a extensão da antropologia aplicada e os benefícios que a cooperação entre os dois países poderia trazer ao desenvolvimento da antropologia no Brasil, Heloísa A. T. arremata no seu ofício a Capanema: “Si[sic] o Brasil deve ser, como já disse um grande pensador patricio, uma obra de arte política, cumpre desde já, dar aos estudos de antropologia, entre nós, o lugar de destaque que êles[sic] ocupam nos países progressistas”³⁹⁵. Para a antropóloga, se tratava de promover a profissionalização da antropologia por meio da aplicação prática para além do escopo acadêmico dos museus, viabilizando com isso seu reconhecimento enquanto ciência.

Desde a implantação da Política da Boa Vizinhança, o foco estado-unidense sobre o Brasil vinha se ampliando e com ele a atenção de domínios científicos como a antropologia, como deixa entrever Heloísa A. Torres:

Há ainda uma outra face da questão e que não merece menos atenção: cessado o estado de guerra, as vistas de todos os antropólogos do mundo, e muito particularmente as dos norte-americanos, se voltarão para o Brasil como para a terra de eleição para tais estudos. Será então o nosso país um dos poucos territórios do mundo em que ainda se encontrem populações, das chamadas primitivas, cuja cultura se acha em estado de apreciável pureza, mercê do isolamento em que se tem mantido³⁹⁶

A teoria da modernização conduzia os esforços de reconfiguração da agenda para os programas de ajuda à América Latina, avançando na aplicação das ciências sociais na política externa estado-unidense por meio da integração de antropólogos norte-americanos em projetos de desenvolvimento de comunidade, extensão rural, saúde pública, nutrição, educação sanitária, entre outros, segundo Figueiredo³⁹⁷.

Atenta aos prejuízos que a ausência de agências reguladoras e fiscalizadoras da exploração dos recursos culturais brasileiros trouxera ao país e aos seus pesquisadores, Heloísa A. Torres defendia que a

³⁹⁵Ibid., p. 1-2.

³⁹⁶Op. cit., p. 1-2.

³⁹⁷FIGUEIREDO, 2009, p. 19.

cooperação com antropólogos estrangeiros fosse estabelecida mediante determinados pressupostos. Favorável à cooperação como forma de “garantia para o bom desenvolvimento dos nossos técnicos”³⁹⁸, a diretora do Museu Nacional enfatizava no seu argumento que “não podemos e não devemos entregar-lhes completamente o campo como se fez no passado. Precisamos trabalhar junto a eles mas em número e qualidade que possa ter alguma significação”³⁹⁹, posicionamento também adotado por Arthur Ramos⁴⁰⁰. A abertura do campo aos estrangeiros estava condicionada ao aprimoramento e à ampliação da formação dos antropólogos brasileiros de modo a garantir sua participação no processo de expansão do território nacional.

Consoante a articulação da Comissão sobre as medidas a serem implementadas no Museu Nacional em caso de guerra no país, Heloísa A. Torres recebe uma proposta de Jules Steward para firmar um convênio entre a instituição e o futuro *Institute of Social Anthropology*, implementado como uma unidade autônoma do Departamento de Etnologia Americana da *Smithsonian Institution*, em 1943⁴⁰¹. Oriundo dos esforços estado-unidenses para estreitar as relações culturais com a América Latina através da Política da Boa Vizinhança, o ISA surgia como um meio de intensificar a cooperação interamericana na área de ensino e pesquisa em antropologia, enviando cientistas sociais para desenvolver atividades de ensino e pesquisa em vários países latino-americanos⁴⁰². Steward e Torres já mantinham uma correspondência referente à publicação de artigos dos antropólogos do Museu Nacional - incluindo a própria Heloísa - no *Handbook of South American Indians*, editado por Steward no *Bureau of American Ethnology*⁴⁰³, mas a proposta de acatar o Museu Nacional como instituição parceira do ISA partira da indicação de Wagley.

Na carta escrita a Steward em 5 de outubro de 1942, Wagley destaca a cooperação e a relativa liberdade de ação dada por Heloísa A.

³⁹⁸ Ibid., p. 3.

³⁹⁹ Ibid.

⁴⁰⁰ RAMOS, 1943, p. 19.

⁴⁰¹ O fato é destacado por Regina Figueiredo (2009, p. 85) em uma nota de rodapé.

⁴⁰² Ver: FIGUEIREDO, 2009; FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. Tendências e dilemas da antropologia norte-americana: sobre a história do Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution e sua presença no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n.1, p. 237-276, 2010.

⁴⁰³ Ibid.

Torres aos cientistas no Museu Nacional em detrimento da Faculdade de Filosofia da Universidade, onde o currículo limitado e pré-determinado restringia a cooperação de professores externos em cursos especializados ou atividades de pesquisa, ou ainda da ELSP, já comprometida em uma parceria com o Governo. Ademais, Heloísa A. Torres visava transformar o Museu Nacional em um instituto de educação suplementar e centro de pesquisa, o que o tornava todavia mais compatível com o projeto do ISA. Por fim, em um cenário de institucionalização das ciências sociais no Brasil, Wagley assinalava que o cultivo das redes de sociabilidade era fundamental ao desenvolvimento dos planos científicos, de modo que a posição estratégica e o trânsito profícuo de Heloísa Alberto Torres com as agências governamentais eram um diferencial crucial para futuras negociações no país⁴⁰⁴.

A carta que Heloísa A. T. escreve a Steward em 19 de abril de 1944 é esclarecedora quanto à diferença de proporções definidas por cada um nos seus projetos de desenvolvimento científico, mas também sobre o papel da antropóloga na definição destes projetos no Museu Nacional⁴⁰⁵. A contrapartida do convênio de inserção de professores da *Smithsonian* nos institutos nacionais conflitava com a reforma empreendida no Museu Nacional, impossibilitado de acomodar e atender uma equipe técnica no edifício, tornando impraticável seu estabelecimento naquele momento. Aqui, a justificativa da reforma do edifício se soma ao esvaziamento de profissionais na instituição decorrente da Lei de desacumulação de 1937. Embora o caráter renovador da diretora do Museu Nacional tivesse logrado incrementar o quadro de funcionários com a contratação interina de praticantes, o instituto, todavia não tinha tido permissão para efetuar um concurso para a sua contratação efetiva. Ademais, o Museu Nacional era primeiramente um museu de ciências naturais e Heloísa A. Torres não desejava pôr em risco o plano de desenvolvimento conjunto dos seus setores que vinha sendo implementado com auxílio da Fundação Rockefeller. A instituição só tinha condições de receber um antropólogo,

⁴⁰⁴Carta de Charles Wagley para Julian Steward, 5 out 1942, 2p., Brazil-General-1942-1951, Box 12, Series 5: Areal Subject File, Records of the Institute of Social Anthropology, National Anthropological Archives, Smithsonian Institution.

⁴⁰⁵Carta de Heloísa Torres para Julian Steward, 19 abr 1944. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 435-438. Fracassada a tentativa com o Museu Nacional, Steward firma o compromisso com Donald Pierson para a ELSP, em 1945.

e este deveria ser recém-saído da universidade e com boa metodologia e experiência de pesquisa em campo, assim como Wagley.

Heloísa Alberto Torres buscava se precaver de experiências mal conduzidas que pudessem prejudicar a imagem do Museu Nacional e seus planos de transformá-lo em um centro de estudos suplementar e de pesquisa ao mesmo tempo em que evitava redefinir a condução do paradigma da antropologia cultural já em andamento no MN com o auxílio dos antropólogos de Columbia. Julian Steward representava o paradigma evolucionista da antropologia norte-americana, com predomínio da arqueologia e maior atenção à influência das condições ambientais específicas no processo de adaptação e desenvolvimento de culturas particulares, divergindo do enfoque cultural e linguístico projetado pela diretora. A inadequação teórica e prática da sua proposta não reclamavam grandes esforços para a sua implantação.

Apesar da busca de Heloísa A. T. para prover uma formação aos jovens antropólogos do Museu Nacional baseada na tradição antropológica norte-americana, a SAE viu se exaurirem as possibilidades de firmar novas parcerias científicas com agências científicas dos Estados Unidos para o intercâmbio de alunos e professores. O contexto da guerra anulava mesmo as chances de realizar a Reunião Brasileira de Antropologia, que começara a ser planejada em 1941. Dos antropólogos norte-americanos cogitados para ministrar classes no Museu Nacional somente Charles Wagley foi contratado, logrando estender sua estadia no país com novas pesquisas de campo e a participação em projetos de cooperação mútua entre o Brasil e os Estados Unidos⁴⁰⁶. Era necessário encontrar novas soluções para dar prosseguimento à formação dos antropólogos do Museu Nacional e a experiência indicava que o melhor caminho era mirar no território nacional.

2.5 ALAVANCANDO OS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO À MODA BRASILEIRA

⁴⁰⁶Entre 1942 e 1945, trabalha na Amazônia e no Rio de Janeiro como encarregado e diretor da Divisão de Educação Sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública, agência bilateral mantida pelo governo brasileiro e pelo Instituto de Assuntos Interamericanos dos Estados Unidos, sendo um dos idealizadores do programa da educação sanitária daquele organismo. A partir de 1948 é contratado como pesquisador patrocinado pela UNESCO.

Durante o tempo que V. estivesse no Rio daria algumas aulas a dois outros rapazes que eu pretendo formar. Quero, pelo menos, cinco etnólogos se formando.⁴⁰⁷

Vocês estão sem americanos no Museu? Que infelicidade!⁴⁰⁸

No lapso entre a delimitação e a expansão das universidades os museus, todavia detinham um papel fundamental na atualização e consolidação das bases do conhecimento antropológico. O Museu Nacional então se destacava no cenário acadêmico brasileiro enquanto única instituição a formar profissionais em ciências naturais, compreendidas aqui como geologia, botânica, zoologia e antropologia⁴⁰⁹. Afinal, se a antropologia se aproximava cada vez mais das ciências sociais, para Heloísa A. Torres ela ainda integrava o conjunto das ciências naturais. Planejado para ter início em 1940, e com uma duração de aproximadamente três anos, o plano educacional de Heloísa A. Torres para a capacitação técnico-científica dos naturalistas do Museu Nacional se desenvolveria de forma contínua a partir de 1942, com a ampliação da oferta de cursos e estágios voltados para as ciências naturais e antropológicas, compreendendo também a oferta regular de cursos de capacitação em arquivo, inglês e francês⁴¹⁰. Impulsionado pelos cursos *Antropologia Social e Práticas de campo entre populações indígenas*, ministrados por Charles Wagley, em 1941, a parte referente à antropologia iria muito além de um “pequeno curso de etnografia indígena e sobretudo do Brasil”⁴¹¹, incluindo a oferta de cursos de disciplinas correlatas.

⁴⁰⁷Carta de Heloísa A. Torres para Charles Wagley, 29 abr 1941. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 236.

⁴⁰⁸Carta de Charles Wagley para Heloísa A. Torres, 2 ago 1942. In: *Ibid.*, p. 276.

⁴⁰⁹DOMINGUES, 2010.

⁴¹⁰Constam ainda entre as atividades relativas ao aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal do Museu Nacional para o ano de 1942: estágio de Oto Schubart para revisão da coleção de Miriápodes; estágio de Benedito Soares para a revisão da coleção de Opilhões; curso de inglês pelo Prof. Fred Hall; curso de francês pela Prof. Maria Veloso; curso de arquivo pela Prof. Ormind Bastos. Fundo Diretoria, classe 146.0, cx2, Relatórios de Antropologia, 1942-1955. SEMEAR/MN.

⁴¹¹FREIRE, 1990, p. 93.

Apesar do sucesso na realização dos cursos ministrados por Wagley, as dificuldades em contratar outros antropólogos norte-americanos – além dele, outra vez – incorreria na reformulação do quadro de professores. Para esta etapa do plano educacional são convocados profissionais brasileiros e estrangeiros que se encontravam em atuação no Brasil, em sua maioria colaboradores do Museu Nacional ou vinculados a centros universitários. Até a década de 1950 o quadro de profissionais de antropologia no Brasil não ultrapassava mais de duas dezenas, sendo a relação entre os pares extremamente pessoal, mesmo no âmbito universitário, como ressalta Roberto Cardoso de Oliveira⁴¹². O usufruto da rede de sociabilidade que Heloísa A. Torres mantinha no meio das ciências sociais cariocas reitera o argumento de Marisa Corrêa acerca do aspecto nevrálgico que os museus assumiam ao agregar um grupo de antropólogos “que se reconhecia, ainda que não se definisse explicitamente como tal, nos anos trinta e quarenta”⁴¹³. Conciliados com as expedições e as atividades de gabinete no Museu Nacional os cursos propiciariam o aprimoramento das metodologias de coleta e pesquisa, incentivando a autonomia da produção científica da instituição.

Ponto de partida do plano educacional formulado em 1939, a realização de um curso voltado para a linguística era todavia pendente. Dentro da orientação norte-americana de Franz Boas a metodologia de trabalho de campo compreendia a permanência demorada em uma aldeia, o aprendizado da língua e a participação intensa no cotidiano do grupo. Crucial a uma bem-sucedida expedição a campo, os jovens antropólogos do Museu Nacional deveriam ter acesso a metodologias que os capacitassem a coletar dados linguísticos, sendo este um primeiro passo à especialização, processo que demandaria pelo menos dois ou três anos e que, sem embargo, era almejado por Heloísa A. T.⁴¹⁴. Ademais, ela e Wagley já tinham em mente um plano de trabalho com os jovens etnólogos do MN junto aos Urubu, que pouco ou nada falavam de português, o que tornava ainda mais urgente o domínio de linguística⁴¹⁵.

⁴¹² OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Cinco décadas de reuniões e a consolidação do campo antropológico. *Anuário Antropológico*, Brasília, p. 9-25, 2002-2003. p. 17.

⁴¹³ CORRÊA, 1988, p. 86.

⁴¹⁴ Carta de Heloísa A. Torres para Julian Steward, 19 de abril de 1944. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 435-438.

⁴¹⁵ Carta de Charles Wagley para Heloísa A. Torres, 9 mai 1941. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 240.

Neste ensejo, em 1942 finalmente se realiza no Museu Nacional o curso *Introdução geral e estudos de linguística*, ministrado pelo linguista e ex-professor da UDF, Joaquim Mattoso Câmara⁴¹⁶, e assistido por Eduardo Galvão e Castro Faria⁴¹⁷. Grande incentivador do estudo das línguas indígenas a partir de uma perspectiva não etnocêntrica sobre elas⁴¹⁸, Mattoso Câmara reconhecia a complexidade da linguística e a excepcionalidade de sua apreensão por um estudioso que não se dedicasse exclusivamente a ela. No seu entendimento, a cooperação mútua entre etnólogos e linguistas era o caminho mais acertado para o desenvolvimento eficiente de ambas as ciências, dedicadas igualmente para as “artes coletivas”. No artigo que publicou na Revista do Museu Nacional, em 1945, sobre a relação entre a linguística e a etnologia, Mattoso Câmara apregoa a remoção dos biombos entre elas de forma a mostrar “[...] a especificidade e os pontos comuns, epistemológicos, de cada uma”⁴¹⁹. Diz ele:

⁴¹⁶Mattoso Câmara construiria uma longa e frutífera parceria com os antropólogos do Museu Nacional. Além de contribuir com trabalhos de linguística indígena publicados nos periódicos do Museu Nacional, assumiria a coordenação do Setor de Linguística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional. Criado por Castro Faria, em 1958, com o objetivo de promover o estudo, as pesquisas e o tombamento das línguas indígenas e dos falares portugueses regionais de Brasil, contou posteriormente com o apoio do *Summer Institute of Linguistics*. A implantação do Setor de Linguística pode ser percebida como o aprimoramento dos planos antropológicos de Heloísa A. T. por parte de Castro Faria. Ver RODRIGUES, 2009, p. 20.

⁴¹⁷Atividades relativas ao aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal do Museu Nacional - 1942. SEMEAR, Fundo Diretoria, classe 146.0, cx2, Relatórios de Antropologia, 1942-1955.

⁴¹⁸Heloísa Torres ainda entrevistaria a favor de Mattoso Câmara quando da oportunidade de receber uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller para aperfeiçoar seus conhecimentos de linguística nos Estados Unidos, onde foi colega de Levi-Strauss nas aulas de Roman Jakobson, sendo influenciado pela metodologia do linguista de formação boasiana, Edward Sapir, entre setembro de 1943 a abril de 1944. Ver: LEITE, Yonne. Joaquim Mattoso Câmara Jr: um inovador. **DELTA**, São Paulo, v. 20, Especial, p. 9-31, 2004; RODRIGUES, Aryon Dall Igna. A obra científica de Joaquim Mattoso Câmara Jr.. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, nº 2, p. 11-28, dez. 2005; CÂMARA, Joaquim Mattoso. Os estudos linguísticos nos Estados Unidos da América do Norte. **Publicações Avulsas**, Museu Nacional, n.1, 1945

⁴¹⁹LEITE, op. Cit, p.23.

No caso concreto que aqui nos interessa, é óbvio que certas noções sobre a natureza e os aspectos da linguagem humana são indispensáveis aos estudiosos de etnologia; pois a linguagem é o mais direto e eficiente veículo para se chegar ao conhecimento das manifestações culturais. É pelo contato oral que o etnólogo se ambienta e penetra nos meandros de uma cultura. Não entender a língua dos nativos que ele pretende estudar é um óbice, não absoluto – é verdade – porque há a mímica e os intérpretes, mas de grande monta, porque esta e êstes são recursos evidentemente canhestros, que viciam na própria fonte quaisquer informações. Acrescente uma segunda circunstância: a bem sabida desconfiança dos homens de civilização mais ou menos primitiva para com os que não lhes entendem ou falam a língua⁴²⁰

Em outro trabalho publicado na série *Publicações Avulsas do Museu Nacional* dedicado à obra linguística de Curt Nimuendajú (1883-1945), Mattoso Câmara destaca como uma das principais contribuições do etnólogo o registro inovador dos sons linguísticos indígenas na sua realidade fonética, usando um método de transcrição *ad hoc* ao invés da gramática portuguesa ou alemã⁴²¹. Embora nenhum dos antropólogos da DAE tenha se especializado em linguística, a atenção à sua construção epistemológica e à sua realidade fonética serviu de base para a apreciação das características culturais dos grupos indígenas brasileiros. No que se refere aos estudos aculturativos desenvolvidos por Eduardo Galvão, a atenção aos dados linguísticos contribuiu para aprimorar sua percepção acerca do processo de assimilação, uma das fases da aculturação. Assim, a verificação do predomínio de dialetos indígenas (Aruak e Tukano) e da língua “geral”⁴²² entre os grupos indígenas do Rio Negro em detrimento do português, todavia pouco difundido, corroborava sua definição da área como uma região de fronteira, no

⁴²⁰Ibid.

⁴²¹CÂMARA, Mattoso. A obra linguística de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro, **Publicações Avulsas**, Museu Nacional, 1959.

⁴²²Adaptação das falas tupis-guaranis, gramatizada pelos missionários e difundida por estes e por colonos nos primeiros tempos da colonização portuguesa e então presente em áreas isoladas do Rio Negro.

sentido em que ainda processava o encontro das culturas indígena e nacional, e onde emergia uma nova sociedade mestiça e campesina. Ademais, a barreira linguística conformada em virtude das diferentes línguas utilizadas afetava o processo de aculturação e assimilação dos grupos indígenas na área⁴²³.

A familiarização prévia com a fonética para o registro do vocabulário era um dos tópicos relacionados ao levantamento linguístico aconselhado por Nimuendajú no curso de *Etnografia Indígena* que ministrou no Museu Nacional, em 1943⁴²⁴ (Figura 1 e 2).

Figura 1 – Registro do curso Etnografia Indígena, ministrado por Curt Nimuendajú, no Museu Nacional, em 1943. Da esquerda para a direita: Castro Faria, s/i, Curt Nimuendajú, Heloísa A. Torres, s/i, s/i.



Fonte: DA Etnologia, caixa 2, pasta Nimuendajú, Kurt, SEMEAR/MN.

⁴²³GALVÃO, Eduardo. Aculturação indígena no Rio Negro. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Nova Série – Antropologia, n.7, 1959.

⁴²⁴A participação de Nimuendajú possivelmente foi paga pela Fundação Rockefeller. Carta de Charles Wagley para Heloísa Alberto Torres, 10 jan 1942. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 266.

Figura 2 – Registro do curso Etnografia Indígena, ministrado por Curt Nimuendajú, no Museu Nacional, em 1943.



Fonte: DA Etnologia, caixa 2, pasta Nimuendajú, Kurt, SEMEAR/MN.

Considerado o fundador da etnologia no Brasil, Nimuendajú chefiava, à época, a Seção Etnográfica do Museu Paraense (1940-1945), onde ministrou três cursos práticos de Etnologia entre 1942 e 1943⁴²⁵. No curso realizado no Museu Nacional, as aulas, ministradas com uma frequência de três vezes por semana⁴²⁶, foram assistidas pelos antropólogos da Divisão, Castro Faria e Rubem Meanda, além do etnólogo Harald Schultz, então chefe da Seção de Estudos do SPI. Meanda acabara de regressar da expedição aos Kaiowá por motivos de saúde e, para a satisfação de Heloísa A. Torres, impressionou Nimuendajú com suas observações de feitiçaria⁴²⁷. A realização de

⁴²⁵ OLIVEIRA, Adélia Engrácia de; Lourdes Gonçalves FURTADO. As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 anos em busca do conhecimento antropológico na Amazônia. BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1 semestre, p.103-109, 1995.

⁴²⁶ CORRÊA, 1988.

⁴²⁷ Carta de Heloísa A. Torres para Eduardo Galvão, 7 out 1943. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 367.

cursos práticos de capacitação em etnologia indígena no Museu Paraense e no Museu Nacional destaca o papel que os museus assumiam na formação especializada de profissionais em pesquisa de campo no conjunto das instituições científicas e acadêmicas vigentes no período.

Publicadas postumamente em “Sugestões para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil”⁴²⁸, as anotações das aulas de Nimuendajú realizadas por Schultz foram organizadas em tópicos referentes à: atividades econômicas, organização social, cultura material, mitologia e religião, e linguística. Com indicações breves e didáticas – serviu posteriormente de manual didático aos etnógrafos⁴²⁹ –, a publicação enfatiza a atenção e a perspicácia que o etnógrafo deve ter para encontrar certas informações ao realizar a sua pesquisa, aproveitando as atividades praticadas pelo grupo e buscando a sua confiança. O uso desta metodologia foi ressaltado por Pedro Lima no trabalho “Deformações tegumentares e mutilação dentária entre os índios Tenetehara”, publicado no *Boletim do Museu Nacional* em 1954. Ali, esclarece que a coleta de dados e mensurações entre indígenas reticentes só foi possível mediante o incentivo à sua curiosidade por meio da exposição de material e da demonstração de procedimentos, uma abordagem de certo modo museológica que lhe permitiu estabelecer intimidade e confiança com os Tenetehara⁴³⁰.

Consideradas características relevantes para a diferenciação dos tipos raciais na década de 1930, a forma dos dentes e os grupos hemáticos vinham sendo desenvolvidos em estudos pioneiros por antropólogos do Museu Nacional, como Roquette-Pinto e Bastos de Ávila, como parte da análise antropométrica dos índios brasileiros⁴³¹. Na análise que empreendeu sobre os oitenta moldes dentários coligidos na expedição aos Tenetehara, entre 1944 e 1945⁴³², restaurados com o

⁴²⁸NIMUENDAJÚ, Curt. Sugestões para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil. *Sociologia*, São Paulo, v. VIII, n. 1, p. 36-44, 1946.

⁴²⁹FREIRE, 1990, p. 213.

⁴³⁰LIMA, Pedro Estevam de. Deformações tegumentares e mutilação dentária entre os índios Tenetehara. *Boletim do Museu Nacional*, n. 16, 1954. p. 2.

⁴³¹KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. Entre antropologia e medicina: uma análise dos estudos antropológicos de Álvaro Fróes da Fonseca nas décadas de 1920 e 1930. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 687-704, set.-dez. 2012a. p. 236.

⁴³²Relatório do ano de 1945 de Pedro Estevam de Lima, 28 jan 1946.

auxílio de Alfredo Azevedo e Tarcísio Messias⁴³³, Pedro Lima se vale da conexão das análises anatômica e antropológica para questionar a influência dos negros no processo de mutilação dentária entre os Tenetehara⁴³⁴. Reflexo dos estudos aculturativos desenvolvidos pelos seus colegas da DAE, a imbricação da antropologia biológica com a antropologia cultural aparece de forma mais evidente nos trabalhos posteriores de Pedro Lima⁴³⁵, onde o mote da cultura sobrepõe a análise antropométrica, alterando mesmo a forma do texto, que passa de uma escrita rígida e sintética à outra etnográfica e permeada de observações acerca dos aspectos culturais do grupo, inclusive com trechos do seu diário de campo⁴³⁶.

O outro curso de *Etnografia*⁴³⁷ foi conduzido pelo etnólogo alemão, Herbert Baldus (1899-1970), em 1946. Chefe da Seção de Etnologia do Museu Paulista⁴³⁸, professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e colaborador do Museu Nacional, Baldus mantinha uma correspondência profícua com Heloísa A. T. desde a década de 1930⁴³⁹. Em sua incursão ao MN, aproveitaria para coletar

⁴³³Trabalhos realizados durante o ano de 1945 por Tarcísio Messias, 29 jan 1945.

⁴³⁴LIMA, 1954.

⁴³⁵Os resultados das pesquisas de antropologia biológica realizadas por Pedro Lima entre os grupos indígenas xinguanos também foram apresentados em “Pressão arterial dos índios Kamayurá e Kalapalo”, publicado em 1950, na Revista Brasileira de Medicina pelo seu maior interesse médico e em “A canoa de casca entre os índios do Xingú”, no prelo da Revista do Museu Paulista, em 1950.

⁴³⁶LIMA, Pedro Estevam de. Os índios Waurá – a cerâmica. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Série Antropologia, n. 9, 1950.

⁴³⁷Atividades relativas ao aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal 1946. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁴³⁸Sobre a atuação de Baldus no Museu Paulista, ver: FRANÇOSO, Mariana de Campos. **Um outro olhar**: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p.54-55.

⁴³⁹Restrita aos museus, a troca de periódicos científicos destas instituições mobilizava uma rede de sociabilidade entre seus profissionais. Baldus, que remeteu trabalhos e informações acerca das suas pesquisas, além de trabalhos de outros autores publicados nos periódicos do Museu Paulista, na sua chegada ao Brasil inclusive recorreu à Heloísa A. Torres para conseguir um cargo no Museu

informações bibliográficas e conhecer as coleções Tapirapé e Kaingang sob a mediação de Galvão⁴⁴⁰ e Eduardo Rio Soares⁴⁴¹, este último responsável – na maioria das vezes – pelas atividades de catalogação, identificação⁴⁴², conservação, desinfecção⁴⁴³ e restauro. A aquisição de novas coleções etnográficas trazia um diferencial ao MN no que se refere às fontes de pesquisa e de ensino.

A partir de 1943, as coleções antropológicas começam a ser transferidas para a ala reformada do Museu Nacional. No ensejo da reorganização interna do instituto, a capacitação dos jovens antropólogos se estende para além do museu com a participação em cursos acadêmicos desenvolvidos em outras instituições⁴⁴⁴. Alunos de

Nacional. Bilhete de Herbert Baldus para Heloisa A. T., 18 set 1936. DA, cx. 12, pasta 18 – Baldus. SEMEAR/MN; Carta de Heloísa A. T. para Herbert Baldus, 25 set 1936. DA, cx. 12, pasta 18 – Baldus. SEMEAR/MN.

⁴⁴⁰Plano de trabalhos a serem realizados no corrente ano por Eduardo Galvão, 28 jan 1946. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁴⁴¹Relatório das atividades executadas por Eduardo Soares em 1945, 29 jan 1946. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁴⁴²A identificação da peça era feita com uma placa de alumínio contendo o número de registro do objeto e conectado a este por uma fita do mesmo material. Inerte e resistente ao deslocamento e transporte, as placas de identificação em alumínio encontram-se todavia presentes no acervo etnográfico incorporado ao Museu Nacional neste período.

⁴⁴³Para o expurgo das coleções de etnografia era utilizada gasolina, produto indicado por se tratar de peças “de conservação muito delicada e que corre o risco de se danificar, talvez irremediavelmente, se não for tratado em tempo” (Ofício de Heloísa A. T. ao MES, 9 abr 1943. Relatório de avisos e ofícios, RA 118, DA 118, abr-jun 1943, of 264, p. 38). Nos armários onde eram salvaguardadas as coleções se aplicava bisulfureto de sódio como medida preventiva de térmitas.

⁴⁴⁴Constam nas Atividades relativas ao aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal do Museu Nacional para o ano de 1943: Instruções sobre morfologia e bibliografia de crustáceos pelo Prof. Waldo Schmidt, do Museu de História Natural dos Estados Unidos; Orientação científica aos entomólogos pelo Prof. Lauro Travassos; Cooperação do herpetólogo, Prof. J. R. Barley, da Universidade de Michigan; Ictiologia e Biologia da Pesca pelo Prof. Sprague Meyers, da Universidade da Califórnia; Introdução à bibliografia brasileira de ciências naturais pelo Prof. Venâncio Filho; Dicas sobre organização de bibliotecas pelo técnico de educação Tomas Nevelando; Inglês pelo Prof. Karl Thomas, do

Heloísa A. Torres na disciplina de Antropologia e Etnografia do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette neste ano, Alfredo de Azevedo e Eduardo Galvão desfrutariam da conciliação de um aprendizado mais voltado para a pesquisa de campo, no Museu Nacional, com outro mais teórico, da universidade⁴⁴⁵. Neste ensejo, assistiram ainda ao curso de Geologia e Paleontologia ministrado pelo ex-professor assistente da cadeira homônima na FNFi (1938-1940) e pesquisador do Museu Nacional (1940-1961), Emanuel Azevedo Martins⁴⁴⁶. Disciplinas das ciências naturais vinculadas originalmente à antropologia, a geologia e a paleontologia ainda detinham interesse comum com aquela no que se refere à ao estudo do homem e da sua evolução.

No âmbito da antropologia biológica, Azevedo frequentou as aulas de Antropometria da Dra. Lily Lages, especializada em otorrinolaringologia, e as aulas de Anatomia e Antropometria do Dr. José Paulo Pimenta de Mello, na Faculdade de Medicina. Tarcísio Messias e Pedro Lima frequentaram as aulas de Anatomia Médico-Cirúrgica de Álvaro Fróes da Fonseca, em 1945⁴⁴⁷. Para o ex-professor de antropologia física da SAE do Museu Nacional (1926-1934)⁴⁴⁸, a maneira mais eficaz de se avaliar os problemas relacionados à raça deveria estar equacionada pelo equilíbrio entre a análise anatômica e a de cunho antropológico, considerando a influência do ambiente sobre o organismo humano. Tal qual Pedro Lima no artigo referido, e Mattoso

Instituto Brasil-EUA; Arquivo, sem identificação do professor. Fundo Diretoria, classe 146.0, cx2, Relatórios de Antropologia, 1942-1955. SEMEAR/MN.

⁴⁴⁵Regente da disciplina entre 1939 e 1965, Heloísa A. Torres teria sido a responsável por conduzir Eduardo Galvão no momento inicial de sua carreira ao Instituto La-Fayette, onde se formou Bacharel no curso de Geografia e História, em 1946. MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 74.

⁴⁴⁶Atividades da Divisão de Antropologia em 1943. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN

⁴⁴⁷SEMEAR, Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974, Relatório do ano de 1945 de Pedro Estevam de Lima, 28 de janeiro de 1946.

⁴⁴⁸No Museu Nacional, Fróes da Fonseca desenvolveu pesquisas de antropologia biológica, principalmente, biometria e genética, com base no material reunido pela Seção de Antropologia, sendo auxiliado por um grupo de orientandos e ex-orientandos seus na Faculdade de Medicina, onde ocupou a cátedra de Anatomia Médico-Cirúrgica desde 1926, e a direção até 1945. Ver: KEULLER, 2012a, p. 689.

Câmara em relação à linguística, Fróes da Fonseca defendia os benefícios da interação entre dois ramos científicos.

A formação dos antropólogos entre institutos acadêmicos reforça o argumento de que o trânsito institucional no meio científico era muito mais fluido do que supôs parte da bibliografia voltada para a institucionalização das ciências sociais⁴⁴⁹. Por outro lado, evidencia a linha condutiva que Heloísa Alberto Torres dava à DAE, privilegiando a antropologia cultural e suas vertentes, especialmente a etnografia, em detrimento da antropologia biológica, que não é contemplada com nenhum curso neste domínio nas atividades de aperfeiçoamento promovidas no Museu Nacional.

2.5.1 Domínios correlatos

Outra coisa que me tocou de perto foi a geografia humana. O professor Gourou que aqui passou uns dias nos reforçou as idéias e realmente aprendemos alguma coisa com ele.⁴⁵⁰

Em um período em que a antropologia buscava equacionar os limites do seu domínio com a especialização das suas subáreas, o direcionamento pela etnografia e a porosidade do contato com as demais ciências humanas incorreria em um movimento de multiplicação de antropologias adjetivadas⁴⁵¹. A interseção de ramos das ciências naturais e sociais – vigente no arcabouço conceitual dos antropólogos do Museu Nacional por meio da antropogeografia de Raimundo Lopes e da etnopaleontologia de Castro Faria – foi assinalada por Wagley. Segundo ele:

[...] o antropologista aprende a observar essa sociedade [primitiva] como um todo, não limitando o campo de suas observações pelo fato de tais ou quais dados serem tema de outras ciências, como a psicologia, a sociologia ou a geografia humana. Ele é forçado, de certo modo, a fugir da especialização, e a tomar conhecimento,

⁴⁴⁹MICELI, 1989; SCHWARCZ, 1989.

⁴⁵⁰Carta de Eduardo Galvão para Heloísa A. Torres, 25 ago 1948. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 410-411.

⁴⁵¹STOCKING JR., 1992.

pelo menos, de numerosas noções elementares da ciência das relações humanas⁴⁵².

O vínculo entre a antropologia e suas subáreas com as demais ciências sociais aparecia de forma mais explícita nas universidades brasileiras, onde as disciplinas de Antropologia e de Etnografia eram parte integrante dos cursos de História e Geografia. Sua imbricação era de tal forma costurada que, quando da discussão acerca da separação do curso de História e Geografia a manutenção do vínculo entre estas duas ciências e a Etnografia foi defendido por alguns professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, como o geógrafo francês Pierre Mombeig (1935-1946)⁴⁵³, que advogavam que a permanência das três conferia uma melhor formação ao professor secundário⁴⁵⁴.

De forma semelhante, os cursos de capacitação do Museu Nacional abrangeram diferentes domínios das ciências naturais e sociais, denotando o apreço por uma formação mais interdisciplinar no que tange à antropologia cultural. Entre junho e agosto de 1943, Castro Faria frequentou o curso de *Geografia Humana* ministrado por Mombeig, no Rio de Janeiro⁴⁵⁵. Em um período em que as ciências sociais, todavia Tateavam os limites dos seus objetos específicos, a concepção geográfica de Pierre Mombeig se aproximava da antropologia ao buscar compreender a paisagem através das influências do homem coletivo e de elementos físicos sobre o homem ao longo da sua evolução espacial, histórica e econômica conciliando, para tal, a pesquisa em arquivos com

⁴⁵²WAGLEY, 1943.

⁴⁵³Mombeig foi um dos integrantes da missão francesa que veio ao Brasil na década de 1930 para lecionar em universidades como a USP e a UDF. Ver: FERREIRA, 1999.

⁴⁵⁴FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: de. FGV, 2013. p. 42.

⁴⁵⁵A interação de geógrafos com antropólogos e demais naturalistas do Museu Nacional incluía a participação conjunta em pesquisas de campo e assistência técnica com profissionais como Afonso Várzea, docente de Geografia Econômica da América Latina do Curso de Geografia Superior, oferecido pelo Instituto Rio Branco. Dentre as atividades de aperfeiçoamento técnico-científico dos naturalistas do Museu Nacional, cabe citar o curso de Biogeografia de Pierre Dansereau, decano da Faculdade de Ciências da Universidade de Montreal que se encontrava trabalhando no Conselho Nacional de Geografia, no Rio de Janeiro, em 1945.

a pesquisa de campo⁴⁵⁶. Segundo Antonio Carlos Vitte, o geógrafo francês teria deixado claro em sua produção bibliográfica “que em um mesmo espaço natural, assim como em uma mesma frente pioneira, podem conviver diferentes combinações e interações entre a cultura e a natureza, resultando em espacialidades e gêneros muitas vezes diversos entre si”⁴⁵⁷, perspectiva que se aproxima do paradigma evolucionista de Julian Steward.

Dentre os antropólogos que atuaram na DAE durante o período da direção de Heloísa A. Torres no Museu Nacional, Castro Faria foi quem melhor representou a permanência da tradição científica antropológica decimonônica, conformada pelas múltiplas abordagens das suas vertentes. Frequentemente rememorado no que se refere à sua atuação em prol da Arqueologia ou da História da Antropologia no Brasil, são poucas as produções que destacam sua atuação em Museologia, Etnografia regional ou Folclore⁴⁵⁸. No estudo etnográfico que realizou sobre os garimpeiros mato-grossenses, publicado na *Revista do Museu Nacional* em 1944, é possível perceber a influência dos parâmetros de geografia humana delineados por Mombeig. Dirigido pelo sucesso ou ineficácia dos resultados obtidos, a existência de um contrato social entre estes profissionais influenciaria a própria

⁴⁵⁶VITTE, Antonio Carlos. Breves considerações sobre o papel de Pierre Monbeig na formação do pensamento geomorfológico uspiano. *Confins* [Online], n. 11, 2011. Disponível em: <http://confins.revues.org/6954>. Acesso em: 24 de novembro de 2016.

⁴⁵⁷Ibid.

⁴⁵⁸A atividade etnográfica de Castro Faria, frequentemente conciliada às pesquisas arqueológicas e levantamento relacionados ao patrimônio, foi contemplada em diversos estudos que empreendeu sobre: a comunidade de pescadores da Ilha da Convivência, localizada na foz do Rio Paraíba; a feira semanal de Gargaú, um dos pontos de contato entre a zona litorânea e o sertão sobre a qual apresentou uma comunicação no *Club de Sociologia*, em 1941, todavia inédita; os imigrantes alemães em Santa Catarina, e italianos no município capixaba de Santa Teresa em 1945, com auxílio do informante de ascendência italiana, Augusto Ruschi. Sobre a comunicação no Club, ver: FARIA, Luiz de Castro. Comunicação apresentada ao Club de Sociologia, 1941. (inédito). Citado por: HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. **Desastres ambientais no Rio Paraíba do Sul do ponto de vista dos pescadores de Gargaú: Dramas e Ofensas para uma antropologia política**. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2006.

modelagem do espaço, determinando a expansão ou a ruína do núcleo populacional e suas extensões mercantis⁴⁵⁹. Realizadas durante a expedição à Serra do Norte⁴⁶⁰, suas observações indicam que o garimpo era, portanto, uma atividade promovida por uma coletividade solidária que contribuía para tornar o meio espacial mais complexo ao longo do tempo histórico. A atenção ao elemento humano como fator de influência sobre o ambiente no referido trabalho denota o aprimoramento da perspectiva etnográfica de Castro Faria com relação a alguns trabalhos etnográficos que publicou anteriormente, onde esta relação é apenas esboçada em detrimento dos apontamentos históricos⁴⁶¹.

Em 1946, Wagley afirmaria que o programa de estudos empreendido para a formação de jovens cientistas nacionais e estrangeiros tornava o Museu Nacional conhecido como um dos principais centros de pesquisa antropológica da América do Sul. Segundo o antropólogo, sua fama como instituição promotora das modernas pesquisas antropológicas e centro acolhedor para antropólogos interessados em desenvolver pesquisas “sinceras” sobre o país já estava consolidada nos Estados Unidos⁴⁶². A aplicação dos aprendizados em pesquisas de campo e na análise de dados realizadas no gabinete do Museu Nacional ensejava novas publicações científicas. Neste sentido, a manutenção e a criação de novos periódicos do Museu Nacional era essencial para reforçar o papel formador da instituição com vistas a consolidar seu reconhecimento no meio antropológico nacional e internacional.

2.6 O FIM DA GUERRA E A RETOMADA DAS ATIVIDADES NO MUSEU: EXPEDIÇÕES, PUBLICAÇÕES, CURSOS, ATIVIDADES DE GABINETE E ATIVIDADES MUSEOLÓGICAS

Desde que Heloísa A. Torres ingressara na direção do Museu Nacional, a antropóloga se empenhou em aprimorar as pesquisas, a

⁴⁵⁹FARIA, Luiz de Castro. Garimpos. **Revista do Museu Nacional**, ano 1, n. 2, dez 1944.

⁴⁶⁰FARIA, 2001, p. 38.

⁴⁶¹Me refiro ao trabalho “Notas sobre Santa Catarina: o litoral e a serra”, publicado no Boletim do Museu Nacional em 1942.

⁴⁶²WAGLEY, Charles. O Museu Nacional como centro de pesquisas antropológicas. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1946. Terceira Seção, p. 1.

formação dos naturalistas e os meios de divulgação científica, além da própria sede do instituto com as reformas iniciadas em 1941. Como ressaltou Wagley, os planos da diretora eram transformar o Museu Nacional em um instituto de educação suplementar e centro de pesquisa relevante no meio acadêmico das ciências naturais e antropológicas, projeto que perpassava a consolidação das universidades no país.

Entre o final de janeiro e o início de maio de 1945, Eduardo Galvão, Pedro Lima, Nelson Teixeira e Tarcísio Messias dão continuidade à pesquisa de campo entre os Tenetehara, visitando as aldeias de Januária, Kamirang, Domingos e Água Branca, no Rio Pindaré, no Maranhão. A conjugação dos antropólogos em uma mesma expedição visava a otimização da aplicação da verba do Museu Nacional, favorecendo a troca entre as diferentes especialidades desenvolvidas pelos naturalistas da Divisão⁴⁶³. O cruzamento dos dados obtidos na expedição com aqueles já coligidos entre os grupos indígenas Caiuá e Tapirapé ensejariam a elaboração de um catálogo de cultura material destes grupos Tupi-Guarani e diferentes publicações nos periódicos do Museu Nacional que funcionavam como informes sobre as características biológicas e sociais daqueles indivíduos reclamados a integrar o progresso da nação. No âmbito da antropologia biológica, a veiculação dos sentidos e significados do contato empreendido com os grupos indígenas certificava, ademais, acerca das condições de adaptabilidade dos grupos indígenas a este processo⁴⁶⁴.

Em “O parentesco Tupi-Guarani”, trabalho bilíngue publicado no *Boletim do Museu Nacional* em 1946, Galvão e Wagley propõem a sistematização dos termos e sistemas de parentesco Tupi-Guarani a partir do cruzamento dos designativos de parentesco coligidos nas

⁴⁶³ Galvão havia planejado uma expedição aos Caiuá, no Mato Grosso, para complementar os dados coligidos em 1943 junto a James e Virgínia Watson e Nelson Teixeira, e tencionava estender a pesquisa a grupos próximos, como os Guarani, os Awa Hugway e os Apapocuva-Guarani. Neste intuito, Pedro Lima, que havia proposto a expedição aos Tenetehara, alterou o pedido para a expedição entre os Caiuá por compreender as dificuldades orçamentárias do Museu Nacional para verba de expedição, ao tempo em que Castro Faria também demandou sua participação na expedição aos Caiuá com vistas a realizar o estudo da cultura indígena e do processo aculturativo. Relatório de Eduardo Galvão para o ano de 1945, 28 jan 1945. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁴⁶⁴ LIMA, Pedro Estevam de. Impressões digitais dos índios Tenetehara. **Boletim do Museu Nacional**, n. 7, 1947.

expedições com aqueles registrados nas gramáticas contemporâneas com base em fontes históricas, verificando a concordância temporal e estrutural das designações utilizadas pelos Caiuá, Tapirapé e Tenetehara⁴⁶⁵. Tanto Wagley como Galvão compartilhavam de uma dimensão sensível e empática com respeito aos objetos de conhecimento, mas também para a percepção do valor e da significação existencial de cada pessoa, sendo responsáveis por introduzir na literatura etnológica brasileira e referência aos seus informantes⁴⁶⁶.

Com o Decreto 8.689 de 16 de janeiro de 1946, o MN, então vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, passa a égide da Universidade do Brasil. Data deste período o encaminhamento ao reitor da UB sugerindo a instalação de um inquérito nacional de ciências naturais e antropológicas⁴⁶⁷. Consoante o deslocamento institucional da pesquisa científica dos museus para as universidades em voga no início do século XX, a transferência de jurisdição acirra as restrições orçamentárias do MN⁴⁶⁸ acarretando no cancelamento das expedições da DAE planejadas para o ano de 1946 e, conseqüentemente, em uma maior dedicação dos naturalistas às atividades de gabinete, notadamente às museográficas.

São realizados novos estudos a partir das coleções coligidas durante as expedições⁴⁶⁹, a revisão das pesquisas com vistas à sua publicação e se inicia o preparo das novas exposições para a reabertura do Museu Nacional, ainda neste ano. O exercício das referidas

⁴⁶⁵WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. O parentesco Tupi-Guarani. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Nova Série, Antropologia, n.6, 1946.

⁴⁶⁶FARIA, 1998, p. 193.

⁴⁶⁷DOMINGUES, 2010.

⁴⁶⁸A carência constante de verbas incorreria em algumas tentativas para retomar o status anterior sob a jurisdição do MES, chegando Heloísa A. Torres a estabelecer um convênio com o referido ministério para um reajuste de salário. Ofício de Heloísa A. T. para o Reitor da UB, 19 set 1950. Anexo: Anteprojeto de Convênio entre o Ministério da Educação e Saúde e a Universidade do Brasil. Relatório de avisos e ofícios, RA 141, DA 141, set-dez 1950, of. 662, p. 52. SEMEAR/MN; Ofício de Heloísa A. T. ao MES, 9 jun 1950. Relatório de avisos e ofícios, RA 140, DA 140, mai-ago1950, of 416, p. 101. SEMEAR/MN.

⁴⁶⁹Entre janeiro e fevereiro de 1946, Tarcísio Messias dá início ao estudo de métodos de diafanização, método anatômico que consiste na coloração dos nervos. Relatório do naturalista-auxiliar Tarcísio Messias, ano de 1946, 10 fev 1947. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

atividades era frequentemente entremeado pela visita de consulentes solicitando assistência técnica em questões relacionadas ao acervo e às pesquisas desenvolvidas, definindo um trânsito profícuo entre profissionais de outras instituições. Durante o ano de 1946, Eduardo Galvão atendeu às solicitações de profissionais como: J. Philipsen, da Faculdade de Filosofia de São Paulo, sobre linguística; Herbert Baldus, sobre bibliografia e informes sobre os índios Tapirapé; F. Aquarense, sobre documentação de instrumental de música africana; e o paraguaio Oscar Creyit, interessado em uma lista de termos de parentesco⁴⁷⁰. A solicitação do Professor Ari de Matos, da Faculdade Católica do Rio de Janeiro, para que Galvão ministrasse uma aula sobre técnicas de campo para os alunos do curso de Geografia e História da referida Faculdade reitera o pioneirismo da pesquisa etnográfica desenvolvida pelo Museu Nacional, neste período, frente aos demais centros universitários, cujas falhas de estrutura e de programa não eram capazes de assegurar uma formação de nível realmente profissional.

Além desses acadêmicos, também buscaram informações junto aos naturalistas da DAE: o SPI, que requereu uma nota necrológica sobre Nimuendajú, falecido em 1945; e o Padre José Evangelhista Dernstauder S.J., da Missão Jesuíta de Diamantino, no Mato Grosso, interessado em técnicas de trabalho de campo, métodos de antropometria e farmácia de urgência. A visita do missionário ao Museu Nacional ocorria consoante à discussão acerca da associação, junto ao Estado, da atuação dos missionários e do SPI frente aos indígenas. Apresentada pelo Senador Vasconcelos perante a Assembléia Nacional Constituinte em maio de 1946, foi posta em pauta no Conselho do CNPI. Na ocasião, a conselheira Heloísa A. Torres propôs a orientação dos missionários em etnologia como forma de atenuar os danos aos indígenas e assegurar uma melhor fiscalização de sua atuação pelo SPI. Tal qual Rondon, Heloísa A. T. apostava em uma maior tolerância entre ambas as partes, cujo impasse remontava à criação do SPI. No desenlace da consolidação da antropologia, a proposta da aplicação da metodologia científica junto aos missionários⁴⁷¹ poderia propiciar um novo espaço de atuação para os antropólogos do Museu Nacional, contribuindo para a profissionalização da área almejada pela diretora.

2.6.1 Os dilemas da publicação no Museu Nacional

⁴⁷⁰Relatórios de Antropologia para o ano de 1946. SEMEAR/MN.

⁴⁷¹FREIRE, 1990, p. 165-172.

Recebi sua nota sobre “Depopulation”, obrigada, gostei. Foi um sucesso? O Galvão já a traduziu e eu desejava saber se há inconveniente em que seja reimpressa no nosso Boletim ... quando ele sair⁴⁷²

O fomento às pesquisas e ao aperfeiçoamento técnico-científico dos profissionais da instituição foi acompanhado de um crescimento significativo no número de trabalhos entregues para publicação no Serviço de publicações da Seção de Extensão Cultural do museu. Depois de um total de quatro trabalhos entregues no ano de 1941, foram recebidos vinte e três trabalhos em 1943, e trinta e quatro no ano seguinte. Destarte o empenho dos naturalistas da DAE na elaboração de trabalhos para serem publicados nos periódicos do Museu Nacional, as restrições orçamentárias e a delonga na sua publicação em virtude de uma equipe reduzida dificultaria a concretização de projetos editoriais.

Comprometido formalmente a publicar o conjunto da obra de Curt Nimuendajú quando da sua morte, em 1945, esta, todavia se encontrava disponível somente em alemão, francês e inglês no final da década de 1970⁴⁷³. Outro projeto que não logrou se concretizar foi a tradução da obra *Zwei Jahre unter den Indianeru*, do etnólogo alemão Theodor Koch Grunberg (1872-1924). O Museu Nacional já havia publicado na *Revista do Museu Nacional* dois breves contos do autor sobre os “Brinquedos dos nossos índios”, e o direcionamento das pesquisas dos antropólogos da DAE sobre os grupos do Xingu e da região amazônica tornava tal tradução – fonte básica sobre os grupos indígenas do Rio Negro do ponto de vista etnográfico – premente. Não obstante o ensejo, com a falta de verbas para publicações Heloísa A. T. foi impelida a recorrer a Fernando Azevedo, da Companhia Editora Nacional, para que a publicasse na Coleção Brasileira⁴⁷⁴.

A redução do número de bibliotecários incorreu na suspensão dos periódicos científicos *Arquivos do Museu Nacional*, *Boletim do Museu*

⁴⁷²Carta de Heloísa A. T. para Charles Wagley, 12 jan 1941. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 207.

⁴⁷³RIBEIRO, Darcy. Prefácio. In: GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 12.

⁴⁷⁴Carta de Heloísa A. T. para Fernando Azevedo, 3 fev 1948. Cartas encadernadas, RA 169, 1947 a 1948, p. 205, carta 19. SEMEAR/MN.

*Nacional e Revista do Museu Nacional*⁴⁷⁵, além de manuais e guias⁴⁷⁶. Apesar do término da *Revista* frustrar a publicação de notas já elaboradas, como a referente à atividade da DAE de autoria de Eduardo Galvão⁴⁷⁷, o lançamento da série *Publicações Avulsas*, neste mesmo ano, traria novo espaço à produção científica do Museu Nacional.

Sendo a divulgação científica das ciências naturais e antropológicas finalidade precípua MN, Heloísa A. Torres propõe que se inicie uma nova série de publicações de divulgação científicas firmadas pelos seus naturalistas. De forma semelhante à extinta *Revista do Museu Nacional*, esta deveria atrair o interesse de um público de cultura média que até então permanecia alheio ao museu, principalmente estudantes e professores. Ao assinalar no ofício que encaminhou ao Reitor da UB, em 5 de outubro de 1948, o lugar secundário que a divulgação científica no Brasil ocupava neste período, preterida pelas “mediócras traduções de caráter geral”⁴⁷⁸ e prejudicada pela carência de obras científicas versadas sobre a América e o Brasil em geral, Heloísa A. Torres busca valorizar os naturalistas do Museu Nacional, cuja formação científica e o vasto material à sua disposição os tornava altamente qualificados para produzir livros de forma a suprir esta deficiência. A nova série deveria ter 10% destinados aos autores e o lucro arrecadado com a venda seria direcionado para um fundo especial de investimento, com o qual poderia, em suas palavras:

⁴⁷⁵Criada pela SEC durante a gestão de Heloísa A. T., a *Revista* circulou entre 1944 e 1945, totalizando cinco exemplares. Editada com uma frequência quadrimestral, teve por objetivo estimular as práticas pedagógicas do ensino das Ciências Naturais, sendo direcionada a um público mais amplo e diversificado de leitores. Conforme esclarece Sabrina Oliveira, se tratava de ‘uma publicação voltada à “vulgarização” e difusão dos conhecimentos científicos, bem como de métodos ativos e práticos para ensiná-los, cumprindo, assim, o seu papel como instrumento do Museu Nacional na realização de sua função social de “civilizar” o povo e “instruir” a nação’. OLIVEIRA, 2013, p. 19.

⁴⁷⁶MULHERES, 1952, capa.

⁴⁷⁷Assim como Pedro Lima, que havia encaminhado uma nota sobre os Tenetehara para ser publicada na RMN, Galvão encaminhou um necrológio de Nimuendajú. Relatório de atividades do naturalista Eduardo Galvão durante o ano de 1946, 10 fev 1947. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁴⁷⁸Ofício de Heloísa A. T. ao Reitor da UB, 5 out 1948. Cópia de avisos e ofícios, RA 135, DA 135, set-dez 1948, p. 117. SEMEAR/MN.

[...] ser iniciado um sistema de vendas de cartões, fotografias, guias etc, material que os visitantes não se cansam de reclamar e que o M.N. é, talvez, o único, museu do mundo a não fornecer, por falta de verbas por sua feitura. Isto seria, aliás, apenas um emprego inicial de capital, logo amplamente compensado pelo produto das vendas daquele material⁴⁷⁹.

A diretora do Museu Nacional buscava formas de arrefecer os prejuízos orçamentários decorrentes da transferência para a UB com medidas que conciliassem uma maior independência e projeção aos projetos científicos e pedagógicos da instituição, tendo como meta um projeto modernizante de museu.

Iniciada em 1945, a referida série havia publicado três exemplares até 1947: “Os estudos linguísticos nos Estados Unidos da America do Norte”, de Mattoso Câmara; “A extensão cultural dos museus”, de Edgar Sussekind de Mendonça; e “Professor Carlos Moreira”, de Paulo Miranda Ribeiro, sendo os dois últimos funcionários do Museu Nacional. No que se refere à obra de Mendonça sobre os museus, ela se soma ao conjunto de publicações de referência neste período que afirmaram os museus como objeto de estudo no meio brasileiro e o seu potencial educativo, a saber, “Introdução à técnica de Museus”, de Gustavo Barroso (1947), e “Museus para o povo”, de José Valladares (1945)⁴⁸⁰. Proposto para publicação em 1948, o trabalho do paleontólogo do MN, Carlos de Paula Couto, “As sucessivas faunas de mamíferos terrestres no continente americano”, seria veiculado nas *Publicações Avulsas do Museu Nacional* somente em 1952. A lacuna bibliográfica referente ao ano de 1948 sugere que o reclame de Heloísa A. Torres neste ano incidia sobre a regulação das *Publicações Avulsas* enquanto uma série de publicações de divulgação científica firmada pelos naturalistas do Museu Nacional⁴⁸¹ e que, não obstante, também padeceria com a falta de verbas do instituto.

⁴⁷⁹ Ibid.

⁴⁸⁰ KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes. O encontro de museus e escolas no Brasil a partir da década de 50 do século XX. **Varia História** [online], Belo Horizonte, v. 27, n. 46, Julio-deciembre, 2011, p. 581-597. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3844/384434839010.pdf>. Acesso em 24 nov. 2017.

⁴⁸¹ Até 1955, ano em que Heloísa Torres deixou a direção do Museu Nacional, foram editados dezesseis números. Majoritariamente voltado para a publicação de pesquisas e atividades científicas conduzidas no Museu Nacional e de autoria

Problema de antanho padecido por diversas instituições científicas, o atraso nas publicações dos periódicos científicos prejudicava a divulgação das pesquisas dos naturalistas e a reciprocidade do intercâmbio de publicações dessa natureza com instituições congêneres. No Museu Nacional, o infortúnio era agravado pela escassez de datilógrafos e outros auxiliares na divisão de publicações que, segundo Castro Faria, tornavam “impossível, dispendioso para o autor ou demorado o preparo de originais dos trabalhos para publicação; é verdade que nem todos os naturalistas padecem tais dificuldades, mas assim acontece, vai para um decênio, na D.A.E.”⁴⁸².

O reclame feito por Heloísa A. T. em maio de 1949 para que as publicações dos naturalistas do MN deixassem de ser remetidas à Imprensa Nacional e que a instalação de uma oficina tipográfica na UB não constituísse razão para o protelamento das respectivas impressões, uma vez que, pela verba destinada, poderiam ser realizadas com ótima aplicação e em um curto prazo de tempo por oficinas particulares, mereceu novo pedido em março de 1950⁴⁸³. Decorridos seis meses da entrega para publicação no *Boletim do Museu Nacional*, em janeiro de 1951 Castro Faria, todavia não havia recebido as primeiras provas tipográficas para a correção do trabalho “As origens culturais da habitação popular no Brasil”. Exemplar representativo da produção bibliográfica do antropólogo voltada para a recuperação da história da Antropologia e do papel do MN na sua consolidação, a obra “Pesquisas de antropologia física no Brasil: História-Bibliografia” também teve sua publicação postergada em virtude da lentidão dos serviços de impressão⁴⁸⁴, sendo publicada somente em 1952.

2.6.2 Da *tupimania* para o Xingu

dos seus naturalistas, as Publicações Avulsas foram editadas sem uma frequência definida até 2006, totalizando cento e treze exemplares.

⁴⁸²Relatório anual de Castro Faria, 27 de janeiro de 1951, p. 2-3. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁴⁸³Ofício de Heloísa A. T. para o Reitor da UB, 20 mar 1950. Cópias de avisos e ofícios, RA 139, DA 139, jan-abr 1950, of. 214, p. 246-247. SEMEAR/MN.

⁴⁸⁴Relatório anual de Castro Faria, 27 jan 1951, p. 4. Op. cit.

Quer para antropologia como qualquer outra atividade do Museu a região e as possibilidades não poderiam ser melhores.⁴⁸⁵

No organograma da DAE, as atividades para o quinquênio de 1949 a 1954 previam a ampliação das coleções para o estudo de populações neo-brasileiras e indígenas sob o ponto de vista biológico (coleta de esqueletos e crânios, material de pele, pelo e cabelo e moldagem de arcadas dentárias para estudos de biometria) e cultural com a caracterização das manifestações econômicas, sociais e artísticas de populações rurais onde tenha predominado o elemento negro e, indígenas. No quesito museológico, estava prevista a ampliação do curso de museografia e a complementação de mobiliário especializado para a conservação de material científico⁴⁸⁶. A orientação para o estudo da etnografia indígena era a ultimização do estudo dos Tupis e o início do estudo dos índios Caribas (ou Karib), sobretudo no que se refere aos problemas de contato e aculturação⁴⁸⁷. Iniciado pelos antropólogos da DAE ainda na década de 1930, a conclusão do estudo dos grupos Tupis para dar início ao estudo de grupos indígenas localizados na região do Xingu permite fazer uma correlação com a cronologia da etnografia indígena no Brasil recriada por Arthur Ramos, onde a fase inicial da *tupimania* dá sequência ao estudo dos grupos indígenas do interior do país, representado pelas viagens de Von den Steinen ao Xingu, em 1884⁴⁸⁸.

Conformada por uma alta densidade de populações indígenas, a área cultural do Alto Xingu figurava nos planos dos etnólogos do Museu Nacional desde o convite – não consolidado – de Harald Schultz para participar da expedição pelos rios Culisevu e Culuene junto aos

⁴⁸⁵ Carta de Eduardo Galvão para Heloísa A. T., 24 mai 1947. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 378.

⁴⁸⁶ Programa de trabalho para o quinquênio 1949-1954, Divisão de Antropologia., Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁴⁸⁷ Programa de trabalho para o quinquênio 1949-1954 - Divisão de Antropologia. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁴⁸⁸ A terceira fase seria marcada pelas classificações lingüísticas realizadas por Nimuendajú e Koch Grunberg, especialidade que só lograria ser efetivada no Museu Nacional com a criação do Setor de Linguística na DAE, em 1958, delineando uma sequência de planos de trabalhos coerente com a cronologia histórica feita por Ramos. RAMOS, 1943, p. 11-12.

servidores da Seção de Etnografia do SPI, em 1944⁴⁸⁹. O desbravamento e a colonização da região se inseriam no contexto de execução do programa da Marcha para o Oeste, suscitando o investimento em novas frentes de expedição amparadas pela constituição da Fundação Brasil Central, em 1943⁴⁹⁰. O estabelecimento de bases de cooperação mútua entre FBC, SPI e CNPI neste período propiciaria o aprimoramento das condições de acesso ao Xingu e da estrutura local⁴⁹¹. A colaboração com a FBC e o conseqüente contato com os irmãos Villas Boas, da vanguarda⁴⁹² da Expedição Roncador-Xingu, facultaria o acesso dos expedicionários do Museu Nacional à região para a realização de novas pesquisas científicas propiciando, ademais, a incorporação de coleções etnográficas e a atualização de informações relacionadas a acontecimentos recentes e de seu interesse, como o caso do Coronel Fawcett⁴⁹³.

⁴⁸⁹FREIRE, 1990, p. 212.

⁴⁹⁰Originada da Expedição Roncador-Xingu, a FBC foi criada com o objetivo de promover o desbravamento e a colonização da área compreendida entre os rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental. Ver: MAIA, João Marcelo Ehler. As ideias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 621-655, 2010.

⁴⁹¹Data deste período a implantação das primeiras bases de apoio aéreo ligando as regiões norte e sul. Ver: FREIRE, 1990, p. 214.

⁴⁹²As duas frentes da Expedição Roncador Xingu eram compostas pela “vanguarda”, responsável pelo desbravamento do Rio das Mortes e da Serra do Roncador, e pela “retaguarda”, responsável por consolidar as linhas de comunicação, povoamento e colonização das áreas atravessadas. *Ibid.*, p. 202.

⁴⁹³O Tenete Coronel Percy Fawcett desapareceu em maio de 1925, quando chefiava uma expedição em busca de uma Cidade Perdida, no Mato Grosso, acompanhado de seu filho e de um auxiliar. A localização durante a minha pesquisa de um ofício de Heloísa A. Torres - que já havia solicitado autorização à FBC para proceder ao estudo dos ossos do Coronel Fawcett - em que menciona que o naturalista Pedro Lima, ao ser levado por Orlando Villas Boas a ver os ossos, escreve que estes parecem “muito engordurados já exalam mau cheiro e correm risco de estragar-se”, sugere que foi encontrada a sua ossada (Ofício de Heloísa A.T. para Manoel Ferreira, 17 jul 1951. Cópia de avisos e ofícios, RA 143, DA 143, mai-ago 1951, of. 57. SEMEAR/MN). Sem embargo, na análise empreendida por Groupioni acerca da expedição, o autor menciona a organização de diversas expedições em busca do coronel, inclusive a chefiada por Orlando Villas Boas, em 1952, indicando, contudo, que o mistério nunca foi solucionado. Ver: GROPIONI, 1998, p. 98-99.

Com o auxílio da FBC os antropólogos Eduardo Galvão – que concluíra o Bacharelado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, em 1946 – Pedro Lima e Tarcísio Messias partem em uma expedição para coleta de dados científicos no Alto Xingu, no estado do Mato Grosso, em 1947. Não tendo nenhum dos três se especializado em linguística, destarte a capacitação promovida por Mattoso Câmara, Heloísa A. T. requisita ao catedrático da Faculdade de Filosofia da USP, Plínio Ayrosa⁴⁹⁴, a participação do seu assistente, o linguista J. Philipson, como auxiliar de Messias⁴⁹⁵. Integraram ainda a expedição os naturalistas do Departamento de Zoologia do Museu Nacional, Antenor Leitão de Carvalho (1910-1985), exímio desenhista⁴⁹⁶ e quem “muito colaborou nos trabalhos etnográficos, anotando e documentando por meio de desenhos e fotografias, diferentes processos de manufatura indígena”⁴⁹⁷, e José Cândido de Mello Carvalho, além do auxiliar Manuel Vitorino, apto a coleta de material botânico⁴⁹⁸.

Desenrolada em três etapas direcionadas majoritariamente para grupos indígenas das famílias linguísticas Karib e Aruak, em 1947, foi realizado o levantamento junto aos índios Aweti (Aweti), Kamayurá (Tupi-Guarani) e Trumai (Trumai), e posteriormente junto aos Waurá (Aruak), localizados no Alto Xingu⁴⁹⁹. Galvão, que apesar do pouco entusiasmo de Heloísa A. T.⁵⁰⁰ inicia a pós-graduação na Universidade

⁴⁹⁴ Catedrático de Etnografia Brasileira e Língua Tupi na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

⁴⁹⁵ Carta de Heloísa A. T. para Plínio Ayrosa, 29 nov 1947. Cartas encadernadas, RA 169, 1947-1948, p. 175. SEMEAR/MN.

⁴⁹⁶ NOMURA, Hitoshi. A obra científica de Antenor Leitão de Carvalho (1910-1985). **Revista Brasileira de Zoologia**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 545-552, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81751993000300023.

⁴⁹⁷ Plano de trabalho de campo para o ano de 1948, Pedro de Lima, 17 de março de 1948. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁴⁹⁸ Ibid.

⁴⁹⁹ Os grupos indígenas Bakairi, Kalapalo, Kuikuro, Matipu e Nahukuá (Karib), e os Mehinako (Aruak), localizados nos afluentes formadores do Xingu, foram objeto de estudos da terceira etapa, desenrolada em 1948.

⁵⁰⁰ Carta de Eduardo Galvão para Charles Wagley, 24 ago 1946. In: CORÊA; MELLO, 2008, p. 387.

de Columbia, em 1947⁵⁰¹, sendo exonerado a pedido do Museu Nacional em virtude da incompatibilidade de cargos alegada pelo MES, só participa da primeira etapa. O antropólogo padecia por “perder um lugar pelo qual tanto lutamos”⁵⁰², mas, certamente, a diretora padecia o dobro, tendo em vista que nos dez anos dedicados até então ao seu projeto indigenista no MN não lograra ficar com nenhum etnólogo para a instituição. A carta de Galvão para Heloísa A. T. sobre a efetivação do afastamento é esclarecedora quanto aos vínculos da atuação dos etnólogos com a instituição:

Afinal, de 1939 para cá, todas as minhas atividades tem sido sempre em função Museu, ou no que, traduzidas em termos de trabalho ou estudo, pudessem resultar para o Museu. Mesmo agora que sou levado a deixar o Museu, por paradoxal que pareça, a razão ainda é benefício de “casa”. De maneira alguma deixaria de lado essa oportunidade de estudar em Columbia, que há tantos anos viemos cuidadosamente planejando, para esperar que um desses fenômenos imprevisíveis acontecesse e me fosse concedida outra em iguais condições. Sobre o futuro, continuo a não pensar, acredito ainda na possibilidade de voltar a trabalhar para o Museu. Se não for esse o caso, será então tempo de pensar que alguma coisa está errada, em mim ou nos outros, e buscar uma solução⁵⁰³.

Apesar do prejuízo da perda do cargo a experiência de campo e o conhecimento geral de antropologia adquiridos no MN lhe facilitariam o aprendizado nos diversos cursos que assistiria em Columbia.

As pesquisas realizadas por José Cândido de Carvalho, Pedro Lima e Eduardo Galvão, foram condensadas na obra conjunta “Observações Zoológicas e Antropológicas na região dos formadores do Xingu”⁵⁰⁴. Publicado no número cinco das *Publicações Avulsas do Museu Nacional* em 1949, a publicação de um diário de viagem ao Rio Negro parece uma tentativa de driblar o insucesso da publicação de Koch-Grunberg, pleiteado pela diretora em 1947. Assim como nas notas

⁵⁰¹Galvão recebeu bolsas de estudo e de pesquisa das seguintes agências: Institute of International Education, com assistência do Governo dos EUA, complementada pela Vikin Fund, pelo Dept. de Antropologia de Columbia e Society for Advancement on Sciences, de Washington. GALVÃO, 1996.

⁵⁰²Carta de Eduardo Galvão para Heloísa A. T., 1 set 1947. In: CORRÊA; MELLO, op. cit., p. 397.

⁵⁰³Carta de Eduardo Galvão para Heloísa A. T., 9 out 1947. In: *Ibid.*, p. 390.

⁵⁰⁴CARVALHO, José Cândido de Mello; LIMA, Pedro E. de; GALVÃO, Eduardo. *Observações Zoológicas e Antropológicas na região dos formadores do Xingu. Publicações Avulsas*, n. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

de viagem de Carvalho à Amazônia, publicação inédita dos diários de viagem de um naturalista nos periódicos do MN⁵⁰⁵, o prefácio das obras ficou a cargo de Heloísa A. Torres. Enaltecendo a valiosa contribuição que traziam ao estudo social da região Amazônica, cujas descrições sobre o habitante primitivo e a relação com o seu habitat eram especialmente relevantes para os antropólogos, a diretora esclarecia que as publicações visavam aproximar o público da realidade e dos desafios encontrados pelos cientistas na troca das atividades de gabinete pelas pesquisas de campo como forma de encontrar “as bases seguras com que estão ampliando cada vez mais, no mundo científico, a projeção e o conceito do nosso Museu Nacional”⁵⁰⁶. O incentivo à realização de expedições e à produção científica dela decorrente, o que inclui a manutenção de um periódico dedicado às atividades científicas empreendidas no Museu Nacional, era essencial à promoção do potencial pedagógico do museu no meio antropológico.

Os resultados obtidos a partir dos dados coligidos na expedição ao Xingu também ensejaram a publicação de trabalhos individuais dos naturalistas. Baseado nas suas pesquisas e nas observações feitas por Von den Steinen, setenta anos antes, no artigo “Apontamentos sobre os índios Kamaiurá”, publicado em 1949, Galvão assera que a difusão de determinados elementos culturais entre os grupos xinguanos servia à identificação de uma área cultural, a “Área do Uluri”, isto é, uma área geográfica em que elementos culturais significativos apresentam relativa uniformidade e continuidade em sua distribuição. O trabalho de pesquisa de campo, mas também no gabinete do Museu Nacional onde se dedicou a estudar a identificação, a localização geográfica e a classificação linguística dos povos indígenas representados nas coleções etnográficas⁵⁰⁷, possibilitariam a Galvão delinear um panorama mais amplo dos quadros de identidade cultural dos grupos indígenas brasileiros.

Introduzido na técnica etnográfica por Charles Wagley, que viria a se tornar seu parceiro de estudos e orientador de doutorado em Columbia, a trajetória antropológica de Galvão foi influenciada pelos estudos de aculturação e parentesco conduzidos pelo antropólogo norte-americano. Decorrência comum da atuação conjunta de pesquisadores,

⁵⁰⁵Os diários de viagem de Carvalho foram objeto de três números nas Publicações Avulsas.

⁵⁰⁶TORRES, Heloísa Alberto. Prefácio. In: CARVALHO, J.C.M. Notas de viagem ao Rio Negro. **Publicações Avulsas**, Museu Nacional, 1952. p. 4.

⁵⁰⁷Relatórios de Antropologia para o ano de 1946. SEMEAR/MN.

no que se refere ao impacto da vinda de antropólogos norte-americanos ao Brasil no período que antecede a Segunda Guerra Mundial, esta ingerência resultou, mormente, em uma desproporcionalidade de pesos teóricos. Segundo Sansone:

Isso implica que há um norte e um sul globais nas trocas intelectuais, com relações complexas entre pesquisadores do norte e do sul – em que os últimos são, na maioria das vezes embora não exclusivamente, fornecedores de evidência etnográfica, contatos locais e intuições sagazes, mas raramente a fonte de generalizações teóricas universalmente válidas –, e que a posição do pesquisador nessa troca é indicativa de sua abordagem e de sua agenda⁵⁰⁸.

Ponto de partida de Galvão para a organização das áreas culturais indígenas do Brasil, o artigo que publicou em 1949 permite creditar a ingerência do antropólogo brasileiro na elaboração de uma teoria universalmente válida⁵⁰⁹. Referência para os trabalhos dos demais naturalistas do Museu Nacional, a definição da “Área do Uluri” ainda serviria de base para projetos mais amplos como a delimitação do Parque Indígena do Xingu, extensão que demonstra, conforme ressaltou Freire, as consequências práticas das pesquisas antropológicas no Brasil defendidas por Heloísa A. T.⁵¹⁰

Readmitido no Museu Nacional como pesquisador contratado em 1950, Galvão parte neste mesmo ano em uma nova expedição ao Alto Xingu junto com Pedro Lima e com a colaboração da FBC. Enquanto Galvão se dedicou a realizar o levantamento da terminologia de parentesco xinguana, contando com o auxílio da sua esposa, a bibliotecária Clara Galvão, para realizar o levantamento dos aspectos referentes a assuntos femininos⁵¹¹, Lima deu continuidade ao

⁵⁰⁸ SANSONE, 2012.

⁵⁰⁹ *Ibid.*, p. 1.

⁵¹⁰ FREIRE, 1990, p. 258.

⁵¹¹ Relatório – Excursão realizada por Eduardo Galvão durante os meses de maio e junho de 1950, à região do Alto Xingu, com o objetivo de estudos etnológicos. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN. A presença das esposas dos antropólogos nas pesquisas de campo foi uma constante neste período, como atestam a participação de Maria Cimino Lipkind, Virgínia Watson e Dina Lévi-Strauss, para citar algumas, e se

levantamento somatológico⁵¹² e de dermatóglifos, eixo das pesquisas científicas realizadas pelos antropólogos físicos do Museu Nacional na década de 1940⁵¹³. Consagrado doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia em 1952, a readmissão de Galvão na instituição em um cargo inferior ao que mantinha anteriormente não perduraria. Neste mesmo ano realiza uma última expedição pelo museu ao Rio Negro antes de ser contratado pelo Ministério da Agricultura como chefe da Seção de Orientação e Assistência do SPI, se beneficiando da valorização do trabalho dos etnólogos pelos órgãos indigenistas decorrente da reaproximação do órgão com o CNPI no início da década de 1950⁵¹⁴.

Se por um lado o ingresso de Galvão no SPI reforçava o pleito de Heloísa A. Torres pela incorporação de uma antropologia aplicada que desse embasamento científico aos contatos com os grupos indígenas realizados pelos militares e demais agentes do órgão, por outro, ela evidencia a concorrência que o incentivo à ampliação da profissionalização da antropologia gerou nos quadros do Museu Nacional. O fomento à pesquisa e ao aperfeiçoamento técnico dos antropólogos da instituição não foi condizente com a capacidade de absorver esses profissionais. Galvão, que era tratado por Heloísa A. Torres como filho, ainda realizou uma tentativa de ser reincorporado aos quadros do museu antes de ingressar no SPI. Rubens Meanda e Nelson Teixeira, igualmente incentivados à especialização em etnografia indígena não continuaram vinculados à instituição e, aparentemente, abandonaram a formação na área. Entre os demais, Castro Faria se apropriara das lentes da arqueologia para observar os indígenas, contribuindo, ademais, para o estudo da etnografia regional, e Pedro Lima e Alfredo Azevedo se dedicaram ao estudo da antropologia biológica. O impulso à profissionalização do campo antropológico nacional decorrido do projeto indigenista de Heloísa A. Torres para o Museu Nacional incorporou os lastros da instituição.

ressente de um estudo mais detalhado sobre o tema. Sobre a trajetória das mulheres na antropologia, ver: CORRÊA, 2003.

⁵¹²LIMA, Pedro Estevam de. Grupos sanguíneos dos índios do Xingu. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Nova Série Antropologia, n. 11, 1950.

⁵¹³SANTOS, Ricardo Ventura. Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2006.

⁵¹⁴Darcy Ribeiro foi o primeiro antropólogo contratado pela Seção de Orientação e Assistência do SPI, criada em 1942.

Neste interregno, o campo indigenista definiu suas fronteiras institucionais para além do alcance do Museu Nacional e, progressivamente, para fora do campo museal⁵¹⁵, ao passo em que a antropologia acadêmica consolidava seu desenvolvimento nas universidades. Esta baliza institucional vai se refletir na separação do antropólogo cultural (especialista) e do etnógrafo/indianista, acirrando as nuances entre uma formação de viés teórico, promovido pelo meio universitário, e outra de caráter prático, impulsionado pelos institutos acadêmicos tradicionais e pelos projetos de pesquisa patrocinados por agências internacionais, sobretudo a partir da década de 1950. Compreendida no âmbito dos museus enquanto um ramo das ciências naturais, a antropologia *latu sensu* busca seu caminho no novo enlace universitário das ciências sociais. A definição destas tramas – e dos fios sobressalentes – reflete o quebra-cabeça que compõe a imagem da antropologia no Brasil no decorrer da história.

⁵¹⁵ Heloísa Alberto Torres assume a direção do CNPI em 1955, mesmo ano em que deixa a direção do Museu Nacional.

CAPÍTULO 3 - A MARCHA DE RETORNO DO OESTE: A SEÇÃO DE ANTROPOLOGIA E ETNOGRAFIA PELAS VITRINES DO MUSEU

A senhora ficará desapontada com a coleção. Ela terá interesse etnológico, mas [...]. Sei que a senhora é antes de tudo uma cientista -- mas imagino que é politicamente importante para os museus atrair o olho do público.⁵¹⁶

É consenso entre os museólogos e especialistas na área que a exposição é o método por excelência dos museus, seu meio educacional particular e mais efetivo⁵¹⁷. Derivada da interpretação e da apresentação dos objetos que compõem as coleções existentes no museu, a exposição pode ser definida enquanto um “complexo sistema de conceitualização e interpretação, desenho e organização, referência e comunicação por um lado. Mas também apresentação, representação e até dramatização de um fato, de uma história ou de uma mensagem que se quer ressaltar e transmitir através dos objetos”⁵¹⁸, segundo Fernández. Sua narrativa varia de acordo com o conteúdo do museu no qual se encontra inserido, tendo implicações sobre as técnicas que modelam a sua dimensão espacial e sobre o contingente de conhecimento que detém/retém. No que diz respeito aos museus de história natural, sua narrativa adquire uma apresentação histórica complexa⁵¹⁹, consequência das mudanças desencadeadas pelo ritmo de evolução científica. Ou seja, a partir do momento em que se reconhece que as diferentes formas de exposição são tributárias das formas de pensar, o estudo da formulação do espaço museístico se converte em um exercício filosófico onde os esquemas de pensamento, no transcurso do tempo, incorrem em novas formas de expor, como identificou Philippe Dubé⁵²⁰. Em outras palavras, a

⁵¹⁶Carta de Buell Quain a Heloísa Alberto Torres, 27 mai 1939. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 61.

⁵¹⁷RIVIÈRE, 1949; CURY, 2008.

⁵¹⁸FERNÁNDEZ, Luis Alonso; FERNÁNDEZ, Isabel García. **Diseño de exposiciones**: concepto, instalación y montaje. Madri: Alianza Editorial, 2014. p. 42.

⁵¹⁹Ibid.

⁵²⁰DUBÉ, Philippe. Exhibiting to see, exhibiting to know. **Museum International**, Paris, v. 47, n.1, p. 4-5, 1995. p. 5.

evolução das formas de ver, pensar e representar o objeto no museu está diretamente relacionada à evolução do pensamento.

Para os especialistas de museus que vivenciaram a Segunda Guerra Mundial, nenhum período jamais houvera sido tão propício ao desenvolvimento útil e ativo da sua organização. Induzidos à interrupção das suas atividades, inclusive aqueles localizados em países fora do eixo dos conflitos, buscaram adaptar suas necessidades às circunstâncias impostas pelo contexto de guerra, conforme observou Grace Morley⁵²¹. Medidas como o aprimoramento da apresentação das coleções, a (re)construção de edifícios e a promoção de novos estudos impulsionados por uma reflexividade criativa em um contexto de instabilidade política e escassez econômica possibilitaram o rejuvenescimento e a operatividade da museografia nos museus, dando início à sua galgada ao status de ciência⁵²².

Com o fim da guerra o progresso dos museus se direciona no sentido de uma influência crescente sobre a vida social. Há um desenvolvimento geral com a modernização das instalações; aumenta a autoridade de especialistas e eruditos no domínio técnico; cresce a importância do museu na intermediação entre o especialista e o homem comum. O desejo de melhorar as instalações são acompanhados, em toda parte, da vontade de aperfeiçoar as técnicas e os métodos de trabalho. Os museus tendem a se associar à ação educativa, assumindo o papel, essencial em uma sociedade democrática, de melhorar e esclarecer as massas⁵²³. É neste sentido que Castro Faria diz, em 1949, que “As finalidades essenciais de um museu moderno só podem ser integralmente atingidas com o auxílio da arte de projetar exposições”⁵²⁴. Partindo do interesse de Chartier de compreender a relação das estruturas mentais e materiais a partir das suas representações, práticas e apropriações⁵²⁵, busco neste capítulo analisar o projeto indigenista de Heloísa A. T. mediante a projeção de exposições, finalidade precípua dos museus.

⁵²¹MORLEY, Grace. Les Musées et l'Unesco. **Museum. International**, v. 2, n. 2, p. 1-35, 1949.

⁵²²GILLE-DELFON, S. The Reconstruction of art museums. **Museum. International**. v.2, n. 2, p. 72-75, 1949.

⁵²³MORLEY, op. cit., p.8.

⁵²⁴FARIA, Luiz de Castro. As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional. Publicações avulsas, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 4, 1949. p. 16.

⁵²⁵CHARTIER, 2002.

3.1 A NAÇÃO E A CIÊNCIA EM EXPOSIÇÃO

O museu impressiona pela grandeza, quer do edifício quer pelas salas de exposição.⁵²⁶

Em 13 de abril de 1938 o Brasil celebrava o Cinquentenário da Abolição da Escravatura (cf. Cincocentenário da Abolição). Assim como outras datas cívicas, a celebração da assinatura da Lei Áurea era utilizada pelo Estado Novo como forma de propagandear o ideário positivista de defesa de uma educação pública, moral e cívica como molde da identidade nacional. Por meio de conferências, artigos publicados em jornais, programas de rádio e atividades nos centros culturais do país, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural previa uma grande homenagem à geração de abolicionistas e à Princesa Isabel, responsável pela assinatura da lei, mas também acerca da influência da raça negra no Brasil⁵²⁷. Da parte do MES estavam previstas uma série de conferências sobre a temática, coordenadas pelo grande especialista no assunto, o professor Arthur Ramos⁵²⁸. No âmbito do Museu Nacional, a DAE planejava realizar uma exposição e um catálogo comemorativo, ficando a revisão e o fichamento das coleções africanas e dos negros do Brasil a cargo de José Bonifácio Martins Rodrigues, integrante do *Club* de Sociologia dirigido por Heloísa A. T. e Gilberto Freyre na UDF e que se formaria no curso de Professor de Sociologia neste ano⁵²⁹.

Os planos para a celebração do cinquentenário da Abolição foram ainda precedidos de outra data comemorativa então com maior

⁵²⁶Carta de Eduardo Galvão para Heloísa A. T., 1 set 1947. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 386.

⁵²⁷O CINCOENTENÁRIO da Abolição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1938. Primeira Seção, p. 5.

⁵²⁸O CINCOENTENÁRIO da Abolição – como o Ministério da Educação vai comemorá-lo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1938. Primeira Seção, p. 6.

⁵²⁹Membro ativo do *Club* desde a sua inauguração, José Bonifácio Martins Rodrigues ficou muito próximo de Gilberto Freyre, com quem manteve uma correspondência frequente entre 1938 e 1940. Ver: MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização a constituição do campo científico**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. p. 126-131.

expressão no ideário nacionalista e, também, indigenista: o centenário de falecimento do Patriarca da Independência, José Bonifácio (1763-1838), em 6 de abril. Dentre as atividades organizadas por Rodrigo de Melo Franco, diretor do SPHAN, para a celebração, estavam programadas exposições temáticas em diversos museus e instituições federais, entre os quais o Museu Nacional. Instado pelo artigo 46, da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, a cooperar nas atividades do SPHAN⁵³⁰, a inauguração da exposição no Museu Nacional contou com a presença do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, sendo amplamente divulgada pelos periódicos fluminenses. Conforme reportagem do Diário de Notícias do dia 6 de abril de 1938, “A considerável actividade científica do Patriarca da Independência, que não se limitou a ser um eminente homem publico, justifica a escolha do Museu Nacional para local da exposição”⁵³¹. Defensor e promotor das ciências como meio de desenvolvimento do Brasil, o político e eminente mineralogista, José Bonifácio, contribuiu pessoalmente para o estímulo do ensino e da pesquisa de ciências naturais no país ao doar sua coleção mineralógica para o Museu Nacional, exposta na comemoração do centenário. A exposição sobre o Patriarca da Independência reforçava o papel do museu como centro estimulador do progresso científico e educacional - cívico e nacional do país.

Parte da tradição de celebração de centenários a referida exposição se somava às ocorridas em 1918, por ocasião do centenário de fundação do Museu Nacional, e em 1922, em homenagem ao centenário da Independência do Brasil. Ambos festejos envolveram os profissionais das diferentes seções do museu, ocupados com as tarefas de publicação e montagem das exposições inauguradas em sessões solenes com a presença de figuras representativas do cenário científico e político brasileiro⁵³². Como assinalou Gustavo Barroso, a evocação do passado contribuía para reforçar o papel educativo do museu enquanto um organismo vivo⁵³³.

⁵³⁰BRASIL. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm. Acesso em: 30 ago. 2017.

⁵³¹AS COMEMORAÇÕES de hoje ao centenário da morte de José Bonifácio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 6 de abril de 1938. Primeira Seção, p. 1.

⁵³²KEULLER, 2012, p. 166-175.

⁵³³BARROSO, 1951, p. 27.

Por fim, soma-se à referida tradição a celebração de um ano do regime do Estado Novo, instalado no país desde novembro de 1937 e comemorado na Exposição do Estado Novo⁵³⁴, inaugurada na Feira de Amostras no Rio de Janeiro, no dia 3 de dezembro de 1938. Patrocinada pelo Departamento Nacional de Propaganda, a exposição apresentava por meio de gráficos, estatísticas e maquetes expostos nos stands de todos os ministérios do governo o progresso do Brasil nos oito anos de governo de Getúlio Vargas⁵³⁵. Concatenando elementos como nacionalismo, patriotismo, soberania e progresso, o Estado Novo abria espaço para o culto à memória dos heróis nacionais. O processo de construção da nação reclamava símbolos cuja autenticidade e vínculo histórico com o país possibilitasse a representação destes ideais, dando coesão à sua identidade coletiva. Como nos lembra Gonçalves, a associação a elementos representativos do “passado” é eficaz no sentido em que garante a continuidade da nação no tempo⁵³⁶. Neste contexto, são as políticas estatais que funcionam como os ramais de transmissão e consolidação destes símbolos e ideias no imaginário da memória popular.

Curry argumenta que a diferença básica entre os tipos de instituição museológica é a forma pela qual propõem e desencadeiam a relação entre a sociedade e o patrimônio cultural⁵³⁷. A partir da segunda metade do século XX a especialização e a autonomização das ciências naturais no bojo do Museu Nacional cede espaço para o surgimento e a consolidação de museus dedicados à história nacional⁵³⁸, como o Museu Histórico Nacional, criado em 1922, e dirigido até então por Gustavo Barroso. O desdobramento dos museus em uma nova tipologia voltada para a memória histórica do país favorece a reorganização do acervo do Museu Nacional. Conforme observou Keuller, o fomento ao papel pedagógico da instituição durante a gestão de Bruno Lobo (1915-1922)

⁵³⁴ O modelo de exposições celebrativas também foi utilizado pelo Estado Novo português. Ver: ACCIAIUOLI, Margarida. **Exposições do Estado Novo: 1934-1940**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

⁵³⁵ O EXÉRCITO e a Exposição do Estado Novo. **A Noite**, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938. Edição das 11 horas, p. 3.

⁵³⁶ GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988. p. 267.

⁵³⁷ CURRY, 2008, p. 15.

⁵³⁸ MENDONÇA, Edgar Sússekind de. A extensão Cultural dos Museus. **Publicações Avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, nº2, 1946. p. 49.

refletiu-se na montagem de coleções didáticas de história natural para serem distribuídas em “institutos, faculdades, universidades, liceus, academias, ginásios e hospitais, no Brasil e no exterior”⁵³⁹. Ademais, a incorporação de um vultuoso conjunto de objetos coligidos pela Comissão Rondon serviu de moeda de troca para o intercâmbio com museus nacionais, como o Museu Paulista e o Goeldi, e outros norte-americanos. Parece ser nesse contexto que, em 1922, Lobo transferiu alguns objetos históricos pertencentes ao Paço de São Cristóvão⁵⁴⁰, dando início a uma política de acervo que seria continuada na gestão de Heloísa A. Torres⁵⁴¹.

As transferências de acervos compostos por objetos vinculados a fatos e personagens relacionados à história política e econômica do Brasil desde o Império até a Revolução de 1930⁵⁴² remetem ao lugar autorizado do Museu Nacional como depositário da história da nação até o final da década de 1930. A partir daí, o desdobramento das tipologias de museus com a criação de museus voltados para o caráter histórico do país propiciou o refinamento da proposta museológica e museográfica do Museu Nacional enquanto museu de ciências naturais.

Somam-se às exposições e eventos comemorativos do centenário de personagens referenciais para a história científica do país os eventos comemorativos dos naturalistas do Museu Nacional, ou vinculados a ele, que contribuíram para alavancar a instituição no âmbito das ciências brasileiras. Falecido em 1945, o protagonismo de Curt Nimuendajú na emergência da etnologia como disciplina no Brasil e na institucionalização do indigenismo nacional foi reconhecido em uma

⁵³⁹KEULLER, op. cit., p. 150.

⁵⁴⁰Designação da área onde se insere o edifício do Museu Nacional, outrora residência da família Imperial. Ver: DANTAS, 2007.

⁵⁴¹Heloísa Alberto Torres transferiu para o MHN: objetos pertencentes ao acervo do Museu Nacional (1939); objetos encaminhados para a instituição por engano (1952); moedas coletadas por ela em trabalhos de campo; objetos pessoais (1951). Para o Museu Imperial, encaminhou, em 1941, um busto de D. Pedro pertencente ao MN e guardado no MHN, e a coleção numismática do Imperador, em 1942. Sobre os objetos transferidos para o MHN e o busto transferido para o Museu Imperial, ver os Processos de entrada de acervo para os anos de 1939, 1941, 1951 e 1952, e os Relatórios de Direção - Livro 2º (1950/1956) no acervo da biblioteca digital do Museu Histórico Nacional. Sobre a coleção de numismática do Imperador, ver: DANTAS, 2007, p. 220, nota de rodapé n. 253.

⁵⁴²Processos de entrada de acervo, Proc. 03/39 (1). Museu Histórico Nacional. Biblioteca virtual.

Exposição Foto-etnográfica realizada sobre sua vida e obra, ainda no mesmo ano. Realizada no Salão do MES, a exposição foi montada com a colaboração do Museu Nacional que emprestou material etnográfico coletado por Nimuendajú, além dos seus livros, previamente organizados pelo naturalista auxiliar Alfredo Azevedo⁵⁴³. Com uma plateia formada por Cândido Rondon e Julio Barbosa, respectivamente presidente e vice-presidente do SPI, Heloísa A. Torres complementou a representação do Museu Nacional na memória do etnólogo na conferência “A mulher indígena na obra de Curt Nimuendajú”. Temática cara à antropóloga⁵⁴⁴, o lugar feminino na etnologia e na etnografia foi abordado nesta conferência a partir da igualdade de gênero entre os Canela⁵⁴⁵.

Também homenageado pelo centenário de seu nascimento, o ex-diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda (1846-1915), foi rememorado em uma exposição com suas obras e manuscritos realizada na Escola Nacional de Belas Artes⁵⁴⁶, e em uma série de conferências patrocinadas pelo Museu Nacional e realizadas ao longo do mês de julho de 1946. Proferidas por parentes e profissionais das diversas áreas científicas a que Lacerda se dedicou, como a antropologia, as conferências celebraram o cientista como uma das grandes figuras da ciência brasileira e cuja atuação no desenvolvimento da investigação foi especialmente significativa. Louvada por conferencistas como Mário Vianna Dias, membro da Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro⁵⁴⁷, a iniciativa de Heloísa A. T. de realizar e patrocinar a celebração do centenário do nascimento de Lacerda ficou registrada na publicação das

⁵⁴³O Museu Nacional adquiriu o arquivo e a biblioteca de Curt Nimuendajú em 1950.

⁵⁴⁴A etnografia de Heloísa Torres teve especial atenção ao papel das mulheres, destacando a arte de fazer cerâmica indígena como uma arte predominantemente feminina, e também pesquisando o pano da costa entre as baianas. Miglievich-Ribeiro ressalta que, embora Heloísa Alberto Torres não se auto-declarasse feminista, demonstrava em suas ações e pesquisas preocupação com a temática de gênero. MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015; CORRÊA & MELLO, 2008.

⁵⁴⁵O ÚNICO parente rico de trezentos cadelas pobres. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1948. Segunda Seção, p. 1.

⁵⁴⁶Relatórios gerais de 1942-1955. SEMEAR/MN.

⁵⁴⁷LACERDA, João Batista de. Comemoração do centenário de nascimento, 1846-1946. **Publicações Avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 6, 1946. p. 41.

conferências no número seis das *Publicações Avulsas do Museu Nacional*, no mesmo ano⁵⁴⁸.

3.2 UM MUSEU MODERNO

As salas da Exposição a alongar-se indefinitivamente, impreciosas no vazio de suas paredes apenas manchadas aqui e ali do bizarro colorido de alguma peça abandonada.⁵⁴⁹

A partir de 1945 a profissionalização das exposições nos museus dava passos largos no cenário mundial. O público ganhava ênfase, ensejando o aprimoramento das técnicas de iluminação e desenho espacial (sinalização)⁵⁵⁰. Nos museus ocidentais de história natural, tipologia na qual se insere o Museu Nacional, a apresentação ao público das coleções se desenvolvia no sentido de mostrar a natureza da vida humana no seu cotidiano: o vínculo entre o homem e o meio em que habita é apresentado através de meios gráficos, pequenos grupos de habitats móveis, dioramas e maquetes. A exibição dos objetos em uma sequência amorfa e fatigante de classificações se torna obsoleta. Os objetos aparecem relacionados entre si, seu caráter funcional é revertido em dinamismo, atratividade e inteligibilidade para o público, qualquer que seja seu nível social ou intelectual⁵⁵¹.

Soma-se às iniciativas de reformulação dos paradigmas museológicos e museográficos a fundação do *International Council of Museums*, em Paris, em 1946. Fruto do esforço conjunto de diretores de museus em estabelecer uma cooperação internacional para a promoção dos museus e das suas boas práticas, o ICOM foi prontamente disseminado pelos demais países do globo por meio de comitês nacionais. Vinculado à UNESCO e à ONU, e ainda hoje a principal organização internacional para este gênero de instituição, a representação do Brasil desde a sua fundação é significativa do grau de

⁵⁴⁸ Ibid.

⁵⁴⁹ Carta de Eduardo Galvão para Charles Wagley, 24 ago 1946. In: CORRÊA; MELLO, 2008., p. 374.

⁵⁵⁰ FERNÁNDEZ, 2014, p. 46.

⁵⁵¹ DISHER, Kenneth B. Musées d'histoire naturelle. *Museum International*. v.2, n. 2, 1949. p. 54-59. Anexo da proposta de orçamento para o ano de 1941. Relatório de avisos e ofícios, RA 109, DA 109, mai-ago 1940, p. 71.

articulação que o país assumiu no meio museológico nacional⁵⁵² e internacional no pós-guerra. Neste âmbito, o reconhecimento de Heloísa A. T., vice-presidente e membro do conselho executivo do Comitê Nacional do ICOM em 1948⁵⁵³ e posteriormente sua presidente, acerca da “importância da influência da UNESCO para a renovação do pensamento e da ação dos museus e sua aproximação do campo educacional”⁵⁵⁴, como salientou Knauss, reverbera na difusão do MN no meio internacional. Em 1951, ao saber por meio do ICOM *News* da publicação do futuro número da *Museum* dedicado aos museus de história natural, dirigiu uma carta ao diretor do órgão, Georges Henri Rivière, solicitando mais informações sobre o tema, a extensão da nota, e a inclusão de iconografia com vistas a enviar uma nota das atividades realizadas no MN⁵⁵⁵, iniciativa de divulgação institucional empreendida por outras instituições acadêmicas brasileiras neste período⁵⁵⁶.

O progresso das técnicas e estudos museográficos ocorridos nos últimos anos era acompanhado por Heloísa A. T., desejosa em adequar o Museu Nacional aos modernos padrões museológicos internacionais. Ao pleitear o aumento de verbas para a reforma do edifício em 1941, a diretora já havia suscitado a necessidade de renovar as instalações museográficas do museu com “processos especiais de preservação e apresentação de coleções científicas, processos esses que o nosso instituto, com 120 anos de existência, não pode deixar de adotar. Todas as coleções destinadas ao público precisam ser renovadas e em outros moldes”⁵⁵⁷. Para adequar as exposições dos diferentes setores científicos do museu aos preceitos museográficos modernos a fim de torná-los mais

⁵⁵² Como assinalou Knauss, a década de 1940 marca a afirmação da museologia como campo intelectual no Brasil. Ver: KNAUSS, 2011.

⁵⁵³ CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus - ICOM-BR, 2008 (Monografia premiada em concurso).

⁵⁵⁴ KNAUSS, 2011, p. 592.

⁵⁵⁵ Ofício de Heloísa A. Torres para Georges Henri Rivière, 28 nov 1951. Cartas encadernadas, RA 170, 1949-1951, c. 99. SEMEAR/MN.

⁵⁵⁶ Nos volumes 13 e 14 do periódico mexicano *Boletín Bibliográfico de Antropología Americana*, lançados em 1950 e 1951, respectivamente, foram publicadas notas referentes às atividades de Antropologia, Etnografia e Sociologia empreendidas no Museu Nacional, na USP e na ELSP. Ver Capítulo 5.

⁵⁵⁷ Anexo da proposta de orçamento para o ano de 1941. Relatório de avisos e ofícios, RA 109, DA 109, mai-ago 1940, p. 71. SEMEAR/MN.

atraentes, a diretora propunha uma remodelação que enfatizasse seu aspecto visual contribuindo para a sua inteligibilidade. Deveriam se utilizar telas pintadas representando os diferentes espécimes da fauna e da flora para a zoologia e a botânica, e também dos tipos regionais representados em grupos⁵⁵⁸, contextualizando os espécimes e objetos e seus usos para o público a partir de um discurso visual, e não mais escrito.

Ademais, a ênfase na profissionalização das exposições no cenário mundial com a complexificação e o ganho de importância social das exposições temporárias e itinerantes a partir da década de 1940⁵⁵⁹ reverbera na museografia empregada pelo instituto. Segundo o técnico da SEC, Edgar Süssekind de Mendonça, o MN foi pioneiro na implementação de *exposições especiais* voltadas para temáticas mais livres e dentro do foco de interesse do museu⁵⁶⁰. Na monografia que redigiu para admissão ao cargo na SEC, publicada nas *Publicações Avulsas do Museu Nacional* em 1946, Mendonça expõe seu desejo de realizar exposições que evidenciassem a função científica do museu. Diz ele:

O nosso veterano Museu Nacional foi, na verdade, o que deu o primeiro passo nesse sentido, mas, depois limitou-se a repeti-lo sob forma de exposições comemorativas, de que se pode citar como admirável exemplo a do centenário de José Bonifácio; sem deixar de enaltecer a significação cultural e cívica dêsse gênero de exposições especiais, almejaríamos que fôsse acompanhado de outras freqüentes, ditadas não só pela solenidade de datas centenárias, mas pelas

⁵⁵⁸Compostos por manequins de cera caracterizados, os “grupos vivos” foram inovadores ambientes museológicos implementados no *National Museum* dos Estados Unidos por Franz Boas, no início do século XX, a partir da necessidade de criar displays museológicos mais coerentes com a abordagem teórica das áreas culturais. JACKINS, Ira. Franz Boas and exhibits: on the limitations of museum methods of anthropology. In: STOCKING JR., George W.. **Objects and others: essays on museums and material culture.** History of Anthropology, v. 3, 1985. p. 75-111.

⁵⁵⁹FERNÁNDEZ, 2014.

⁵⁶⁰MENDONÇA, 1946, p.4.

diurnas exigências de movimentação das coleções para maior uso e benefícios públicos⁵⁶¹.

Ira Jackins⁵⁶² percebe a exposição como o produto de um trabalho colaborativo em um dado sistema social e que está suscetível às modificações das categorias de pensamento que regem os modelos de exposições. A implantação de novas categorias de pensamento nas exposições tem em vista a ampliação do público de visitantes do museu, e está subordinada à disponibilidade de meios e materiais. No caso do Museu Nacional a elaboração de exposições surgia como mais um meio de divulgação dos estudos científicos realizados por seus técnicos e pesquisadores.

Exercendo o que Mendonça atribuiu como papel pioneiro na promoção de *exposições especiais*, “destinadas a fazer sobressair um tema escolhido sistematicamente ou ao sabor das oportunidades”⁵⁶³, em outubro de 1947 o Museu Nacional promoveu a Exposição Temporária do Xingu⁵⁶⁴. Composta por fotografias e peças etnográficas Kamaiurá coletadas por Eduardo Galvão, Pedro Lima e Tarcísio Messias na expedição que realizaram neste ano à região, a exposição corroborava o uso de fotografias, filmes cinematográficos e discos para a transmissão de línguas indígenas enfatizado por Heloísa A. T.⁵⁶⁵ Estimulados durante a gestão precedente de Roquette-Pinto, o aproveitamento de meios audiovisuais ganhava ênfase no mundo dos museus.

A contextualização da exposição e a ambientação das peças por meio de meios audiovisuais (o que ainda incluía a cor das paredes e a iluminação) era uma das recomendações feitas na revista *Museum*, do ICOM, a fim de tornar mais interativa e didática a relação de museus com acervo etnográfico e etnológico com o seu público⁵⁶⁶.

Precedida na inauguração por uma palestra dos referidos técnicos sobre os resultados preliminares das pesquisas empreendidas na região,

⁵⁶¹ Ibid.

⁵⁶² Op. cit.

⁵⁶³ Ibid, p. 38.

⁵⁶⁴ Relatório do naturalista Auxiliar Pedro Estevam de Lima referente ao ano de 1947, 1 mar 1948. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974. SEMEAR?MN.

⁵⁶⁵ Anexo da proposta de orçamento para o ano de 1941. Relatório de avisos e ofícios, RA 109, DA 109, mai-ago 1940, p. 71. SEMEAR/MN.

⁵⁶⁶ TUWAN, Janina. Ethnographical and ethnological museums and the public. *Museum International*, v.2, n. 3, p. 180-188, 1949. p.181.

a Exposição Temporária do Xingu priorizava a publicização do acervo do Museu Nacional e das pesquisas científicas realizadas pelos seus técnicos e pesquisadores⁵⁶⁷, aferindo maior dinamismo à sua museografia, cuja monotonia desanimara Eduardo Galvão no regresso da sua lua-de-mel em agosto de 1946⁵⁶⁸. Era necessário modernizar o museu, e para os naturalistas da DAE os Estados Unidos se mostrava na dianteira da sua reformulação como um organismo vivo e atraente⁵⁶⁹, assertiva que corrobora a influência da tradição anglo-saxã também nos parâmetros museológicos de Heloísa A. T. e de sua equipe. Neste sentido, o fortalecimento da etnografia em detrimento da antropologia física possibilita que a própria pesquisa de campo - ferramenta que diferencia o método etnográfico das demais formas de construção de conhecimento em Antropologia e que a caracteriza *per se* - passe a ser tema de exposição. O recorte temático sobre um contexto etnográfico específico e atualizado, exposto por meio de objetos variados e que mantinham uma relação entre si no que concerne aos fatores geográficos, étnicos ou de unidade cultural, retifica aqui a importância do museu como instrumento público de divulgação do conhecimento na relação com a sociedade nacional⁵⁷⁰. Neste sentido, a exposição do Xingu contribuía ao destaque da função social do museu, propiciando acesso e conhecimento ao público acerca do patrimônio nacional, qual fossem os indígenas e sua cultura material e imaterial.

Espaço de celebração dos feitos e dos patronos da ciência nacional, sob a gestão de Heloísa A. T. o Museu Nacional também ganhou visibilidade na construção de uma memória antropológica no Brasil⁵⁷¹. Neste sentido, corrobora o apontamento de Nedel sobre o imediatismo da vinculação da matriz histórica com a institucional, o qual estaria evidenciado pelos critérios de escolha das efemérides,

⁵⁶⁷A exposição sobre a Ilha da Trindade, composta por material fotográfico e espécimes coligidos pelo zoólogo Araújo Feio, e inaugurada no dia 8 de julho de 1950, foi outra exposição realizada como forma de divulgar as pesquisas empreendidas pelos naturalistas e técnicos do Museu Nacional.

⁵⁶⁸Carta de Galvão para Wagley, 24 ago 1946. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 374.

⁵⁶⁹Relatório de avisos e ofícios, mai-ago 1941, RA 112, of. 360 de 14 de julho de 1941. SEMEAR/MN.

⁵⁷⁰TUWAN, 1949, p. 180.

⁵⁷¹Em 1951 seria realizada a Exposição comemorativa do centenário de nascimento do naturalista norte-americano, Orville Derby (1851-.1915).

coleções e, sobretudo, os lugares privilegiados para a sua exibição⁵⁷². A construção expográfica de uma memória nacional desdobrada em duas diferentes matrizes – uma identificada por temáticas e indivíduos relacionados ao Estado, e outra pelos homens de ciência do Museu Nacional – equilibrava, aos poucos, o peso que cada uma assumia como retrato da instituição. Moldada a partir de seus diferentes atributos, essa memória bipartite consolidava a representação do museu enquanto uma instituição essencialmente voltada para o ensino, a pesquisa e a transmissão das ciências naturais e antropológicas.

3.3 A EXPOSIÇÃO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA DE 1947

Na origem, o museu se limitava às tarefas de conservação, em benefício de uma sociedade restrita de artistas, eruditos e amadores. Desde que ele entendeu seus domínios ao ponto de recuperar o conjunto das técnicas, das ciências e das artes, e principalmente desde que ele se organizou em vista de participar da educação, sua importância não cessou de crescer no mundo moderno.⁵⁷³

A reabertura das novas exposições de antropologia oferece-nos o ensejo de reviver, num debuxo de mão pouco segura, o que foi o passado; de expor a verdade sobre o presente e até mesmo, num estudo, digamos subjetivista, de revelar como se nos afigura o futuro.⁵⁷⁴

Parte de uma série dedicada aos principais centros de cultura do país, o periódico carioca *O Jornal* trazia, no dia 6 de janeiro de 1946, a capa da terceira seção dedicada inteiramente ao Museu Nacional. Com artigos da sua diretora, Heloísa A. T., da bibliotecária-chefe, Helena Maria da Costa Azevedo, do antigo colaborador, Charles Wagley, e do pessoal da redação do periódico, o editorial tratava dos diversos nichos de atuação da instituição enfatizando o potencial científico e pedagógico da mesma. Publicado às vésperas de serem concluídas as obras de restauração do edifício, o editorial era uma ótima propaganda para atrair

⁵⁷²NEDEL, 2005, p. 218.

⁵⁷³RIVIÈRE, 1949, p. 215.

⁵⁷⁴FARIA, 1949, p. 3.

o público às novas exposições permanentes que seriam inauguradas no ano seguinte. Representativa da política do museu e da sua resposta às necessidades educacionais e às expectativas do público, as exposições permanentes exigiam um longo preparo de forma a garantir a maior completude e estabilidade possível. Projetada e realizada com a colaboração do SPHAN, em outubro de 1946 algumas das suas seções já se encontravam bem adiantadas: a parte de Geologia e Mineralogia já estava com os mostruários prontos, aguardando a finalização do preparo das coleções; a de Botânica já havia sido iniciada; a de Zoologia estava em processo de imunização, remontagem e limpeza dos esqueletos e das peles; e a de Antropologia havia finalizado a montagem das salas de antropologia física e arqueologia clássica, estando bem adiantada a montagem das salas de arqueologia indígena e etnográfica⁵⁷⁵.

A inauguração estava prevista para abril de 1947, coincidindo com a Semana do Índio. Seguindo a orientação do I Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940, que instituiu o dia 19 de abril como marco da memória do “Índio Americano”, Getúlio Vargas instituiu no Brasil, por intermédio do Decreto-Lei n. 5.540, de 02 de junho de 1943, a referida data como o Dia do Índio. A política indigenista do Estado Novo era celebrada com o acréscimo de mais uma data festiva ao calendário nacional, a qual deveria ser festejada à altura. A realização de atividades culturais de divulgação e valorização do conhecimento sobre o índio e sua cultura junto ao grande público foi lembrada por Heloísa A. T. na 18ª sessão do CNPI, ocorrida em 1943. Responsável pela elaboração de um plano de atividades próprias a uma Semana do Índio sugeriu um programa diversificado que incluía a divulgação da causa indígena através do cinema, rádio, exposições e publicações⁵⁷⁶. O sucesso dessa Semana do Índio reverberaria nos anos subsequentes com o envolvimento de personagens e instituições na realização de atividades culturais voltadas para a valorização e divulgação da temática indígena, notadamente o Museu Nacional⁵⁷⁷.

⁵⁷⁵Relatório das atividades do Museu Nacional do ano de 1946, 16 out 1946. MN Diretoria, Classe 146.0, caixa 02, 1942-1955. SEMEAR/MN.

⁵⁷⁶FREIRE, 1990, p. 93.

⁵⁷⁷Em 1945 as celebrações da Semana do Índio na capital incluíram as conferências “A bravura dos nossos brasilíndios”, do integrante do CNPI, Boaventura Ribeiro Cunha, no Colégio Pedro II, e outra de Heloísa Alberto Torres seguida da exibição do filme “Roraima”, no Instituto Lafayette, onde lecionava. PROSSEGUEM as comemorações da “Semana do Índio”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1945. Primeira Seção, p. 2.

Inserida nos festejos da Semana do Índio de 1947, a nova Exposição de Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional foi inaugurada no dia 13 de abril, e contou com conferências nos dias subsequentes⁵⁷⁸. A expansão das coleções etnográficas da exposição que em 1870 ocupava duas saletas, uma sala e um salão no antigo edifício do Museu Nacional no Campo da Aclamação⁵⁷⁹, quando da reabertura em 1947 assumira tamanha proporção que seria responsável pelo seu contingenciamento espacial⁵⁸⁰. Montada pelos naturalistas e técnicos com o acervo do instituto, a nova exposição contou com nove salas, das quais três já se encontravam concluídas no início de 1947: Arqueologia brasileira (sambaqui e região amazônica), Arqueologia peruana (cerâmica dos litorais norte, centro e sul) – (cerâmica de Planalto e tecidos pré-incaicos) e Arqueologia americana (Bolívia, Venezuela e Argentina) – (México). A complementação do arranjo geográfico com a exposição de outras culturas era indicada como meio de fornecer uma síntese cultural aos visitantes⁵⁸¹.

Iniciada em maio de 1946, a montagem da sala dedicada à Arqueologia clássica (Grécia, Roma e Pompéia) – (Egito, estelas funerárias) – (Egito, sarcófagos e estatuetas em bronze e madeira) – (Egito, sarcófagos, peças diversas), teve seus trabalhos retardados pela demora na restauração das peças egípcias que, por falta de material na oficina, tardou três meses em ser concluída por Pedro Lima e Eduardo Galvão⁵⁸². Para este último, afeito à convivência humana das pesquisas de campo, a rotina de gabinete das tarefas museográficas se mostrava fastidiosa: “Mas é que após passar-se toda uma semana junto a um venerando sarcófago, a colar pedacinhos, a descobrir pequenas estatuetas, cacarecos egípcios, só mesmo assim. Não temos feito outra coisa no Museu que trabalhar na exposição, e como estamos longe do fim”⁵⁸³.

⁵⁷⁸ Heloísa A. Torres proferiu a conferência “O não civilizado e nós”, no Colégio Sion, no dia 16 de abril. DEZESSEIS salas reorganizadas no Museu Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1947, Primeira Seção, p. 2.

⁵⁷⁹ FARIA, 1949, p. 9.

⁵⁸⁰ *Ibid.*, p. 17.

⁵⁸¹ TUWAN, 1949, p. 181.

⁵⁸² Relatório do naturalista-auxiliar Pedro Estevam de Lima, referente a 1946; Relatório de atividades do naturalista Eduardo Galvão durante o ano de 1946. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁵⁸³ Carta de Galvão a Wagley, 24 ago 1946. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 374

As demais salas dedicadas à etnografia, todavia se encontravam em processo de montagem e preparação. Eram elas: as salas de Etnografia brasileira (os quatro grandes grupos linguísticos – Tupi, Gê, Cariba e Aruaque), Etnografia brasileira (grupos linguísticos isolados, Nambiquara, Carajá, Bororo e Índice da região amazônica), Etnografia estrangeira (América do Norte, Esquimó, Costa do Pacífico, Planícies), Etnografia estrangeira (Oceania) e Etnografia brasileira (traços de cultura)⁵⁸⁴. O agrupamento de objetos pelo arranjo tribal das coleções visava dar ênfase ao meio cultural específico de cada grupo, divergindo da museografia predominante do século XIX onde objetos procedentes de diferentes grupos indígenas eram agrupados pela semelhança de função e forma. Apesar de a exposição estar dedicada às ciências da Antropologia e da Arqueologia vemos que a etnografia substituiu a primeira na divisão das salas, ficando mesmo omitida nos relatórios dos etnógrafos a parte referente à antropologia física, disposta em dez armários⁵⁸⁵ preenchidos com material ósseo e bustos indígenas restaurados e adquiridos para a exposição⁵⁸⁶. A última sala de Etnografia brasileira estava dedicada mais especificamente à etnografia regional, ficando a cargo de Heloísa A. T. que assumiu a superintendência da exposição⁵⁸⁷.

Como parte das solenidades comemorativas da Semana do Índio coube a Castro Faria pronunciar a conferência de inauguração “O índio do Brasil nos museus”, posteriormente publicada no número quatro das *Publicações Avulsas do Museu Nacional*⁵⁸⁸. Rememorando as etapas que galgaram o reconhecimento da antropologia, da etnografia e da arqueologia dentro da instituição por meio de atos implementados por seus diretores e funcionários, e do espaço que as referidas coleções lograram ocupar nas exposições, Castro Faria traça um panorama histórico destes domínios dentro do Museu Nacional. Ao se deter sobre a organização da exposição comentando de forma geral sobre seus objetos e temáticas, a publicação, ao modo de um guia de exposição,

⁵⁸⁴Relatório de atividades do naturalista Eduardo Galvão durante o ano de 1946, 10 de fevereiro de 1947. Op. cit.

⁵⁸⁵FARIA, 1949, p. 13

⁵⁸⁶Relatório do naturalista-auxiliar Pedro Estevam de Lima, referente a 1946. Op. cit.

⁵⁸⁷DIVISÃO DE ANTROPOLOGIA E ETNOGRAFIA DO MUSEU NACIONAL BRASIL. *Boletín Bibliográfico de Antropología Americana*, México, v. 13, n. 1, 1950. p. 36-38.

⁵⁸⁸FARIA, op. cit.

contribuía para o exercício educacional do museu ao estimular a sensibilidade e à imaginação dos seus leitores⁵⁸⁹. Ciente da importância de deixar registrados tais mudanças e acontecimentos por meio de textos, tal qual o ex-diretor e também antropólogo João Baptista de Lacerda ao redigir os *Fastos do Museu Nacional*⁵⁹⁰, Castro Faria legou, para além do público presente na inauguração, sua versão sobre a elaboração de um novo discurso nas exposições de antropologia e arqueologia do museu.

Fruto de uma iniciativa mais ampla da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (outrora SPHAN) voltada para alguns museus brasileiros, a abertura da nova exposição configurava, portanto, “uma verdadeira obra de vanguarda e não uma simples atualização, isto é, fomos um pouco além daquilo que se encontra convencionalizado como *atual* em grandes centros culturais do mundo, principalmente europeus”⁵⁹¹. A afirmação feita pelo antropólogo e museólogo, Castro Faria, se referia à aplicação de uma “nova técnica museográfica” direcionada para “a mais exata definição dos verdadeiros objetivos de tais institutos”, qual fosse a divulgação do conhecimento ao público. As remodelações foram feitas com vistas a adequar o museu à sua função moderna, direcionando sua comunicação para o público e otimizando a técnica em prol da efetivação dos seus objetivos. Para sintetizar a nova proposta museográfica, Castro Faria rememorava a definição dada por Paul Rivet, o antropólogo francês que idealizou o Museu do Homem, em Paris, ao dizer que:

O seu fim será dar ao visitante ideias claras e precisas, desenrolar para ele os fatos essenciais, sem o fatigar com uma documentação excessiva. As peças antropológicas ou etnográficas serão escolhidas entre as mais típicas e se evitará cuidadosamente a apresentação de séries numerosas, onde a atenção se cansa e se dispersa⁵⁹².

⁵⁸⁹RIVÈRE, 1949, p.211.

⁵⁹⁰LACERDA, João Baptista de. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

⁵⁹¹FARIA, 1949, p. 17.

⁵⁹²Ibid., p. 13.

A reorganização das exposições de arqueologia e antropologia do Museu Nacional seguia a concepção da época de reduzir a representação ao essencial, potencializando o aparato didático (legendas, diagramas, modelos, etc) e evitando a “fatiga museológica”. A substituição do critério da acumulação pelo da seleção valorizava a apreciação do público, tornando a exposição mais agradável, organizada e compreensível como deveria ser o museu moderno⁵⁹³. Tais características também foram consideradas na ordenação espacial da exposição, encostando os armários nas paredes para criar um circuito expositivo mais fluido e orientado para o público, e na introdução de artificios como as maquetes que “sem maiores pretensões, e infinitamente mais fáceis de fazer, são de grande ajuda para o público “menos letrado”, como esclarece Eduardo Galvão⁵⁹⁴. Implementada pelo artista Georges Julien Simoni⁵⁹⁵, designado pelo DPHAN, a remodelação da exposição do Museu Nacional se beneficiava das diretrizes daquele órgão de apoio aos museus nacionais em atividades de divulgação, favorecendo os propósitos de Heloísa A. Torres de modernizar a expografia e a museografia da instituição mediante o acesso a profissionais especializados nas técnicas de museus⁵⁹⁶.

A criação da SEC, em 1941, teve o intuito de ampliar, complexificar e favorecer a especialização das atividades de difusão do conhecimento científico de História Natural alavancados durante a gestão de Roquette-Pinto (1926-1935). Segundo Sabrina Oliveira, a SEC funcionaria enquanto um “centro de Educação Popular e de aprendizagem, com a execução de aulas práticas para alunos e professores visitantes, exposições e visitas guiadas, bem como incentivo e auxílio na construção de museus escolares, entre outras ações voltadas à cooperação com o sistema educacional da época”⁵⁹⁷. Formada pelos

⁵⁹³BARROSO, 1951; RIVIÈRE, 1949, p. 215.

⁵⁹⁴Carta de Galvão para Heloísa A Torres, 20 set 1947. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 389.

⁵⁹⁵Aparentemente Simoni ficou inclusive encarregado da decoração do apartamento de Heloísa A. Torres, para o qual havia sugerido à diretora que comprasse *chintz*, um tecido com padrão florido e à moda na época. Essa e outras encomendas feitas por Heloísa seriam arranjadas por Cecília Wagley nos Estados Unidos. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 295.

⁵⁹⁶RIVIÈRE, op. cit.

⁵⁹⁷OLIVEIRA, Sabrina Soares de. A função educativa da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional na gestão de Paschoal Lemme (1943-1946). **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**, 2012. p. 2.

setores de Publicação, Exposição e Assistência ao ensino, a seção dava novo ensejo à promoção da educação no Museu Nacional, transferindo a responsabilidade dos naturalistas das demais seções sobre a museografia para uma seção específica. Como apontou a autora, o deslocamento das atribuições museológicas para a SEC visava à otimização das atividades de pesquisa dos naturalistas, sendo bem-visto pela diretora, para quem:

Nas exposições, caberia aos pesquisadores fornecer os elementos (planejamento, objetos, textos explicativos) aos educadores e arquitetos do interior, organizar esses elementos atendendo aos interesses educativos e do ponto de vista da apresentação atraente e artística. A cooperação indispensável retira ao pesquisador o imenso ônus de trabalho material. A diferenciação profissional é o melhor estimulante do progresso e a museografia só agora vai dando os seus primeiros passos reais entre nós, sob a influência benéfica da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁵⁹⁸.

A promoção da técnica de museus no MN por Heloísa A. Torres e sua correlação com o DPHAN neste período põem em disputa o lugar mítico de Gustavo Barroso como técnico de museus, e do Curso de Museus por ele dirigido. Afinal, conquanto a DAE contasse com a presença de um egresso do referido curso, Castro Faria, são aqueles especialistas em museus vinculados ao DPHAN, museus internacionais e organizações internacionais para a proteção do patrimônio e promoção deste gênero de instituição que detém a prerrogativa das fontes documentais e consultorias museológicas prestadas ao MN na década de 1940.

Com a criação da SEC, a cooperação dos naturalistas das demais seções do Museu Nacional no processo expográfico ficava restrita à seleção e à preparação do material a ser exposto, o que incluía restaurações e a feitura de moldes⁵⁹⁹ e ao fornecimento de elementos

⁵⁹⁸TORRES apud OLIVEIRA, 2013, p. 21.

⁵⁹⁹Os técnicos de antropologia física realizaram a moldagem de dois narizes para a exposição, órgão vital para o homem e indicador da hereditariedade de certas características raciais medidas pelo índice nasal, conforme posto em relevo por Paul Broca, na década de 1870, e reforçado por Bastos de Ávila, em 1944.

para a elaboração dos textos e guias de coleção⁶⁰⁰. Sem embargo, continuavam encarregados da organização das coleções do acervo e daquelas adquiridas nas suas pesquisas de campo, atendendo ainda os consulentes que procuravam o Museu Nacional em busca de informações⁶⁰¹. Neste sentido a nova exposição ensejou a iniciativa de Eduardo Galvão de fazer a catalogação do material da exposição permanente, realizada pelo auxiliar da DAE, Esperidião Antonio da Rocha⁶⁰². Assim, desde 1946, Castro Faria, Eduardo Galvão, Tarcísio Messias e Alfredo de Azevedo se encontravam ocupados com a remontagem da Exposição de Antropologia Cultural e Arqueologia Clássica⁶⁰³. Na busca por tornar as informações mais atraentes e instigantes para o público, os naturalistas se respaldavam nos conhecimentos apreendidos e aprimorados pelas visitas técnicas e cursos de aperfeiçoamento promovidos por profissionais estrangeiros especializados no domínio museológico.

3.4 A CONTRIBUIÇÃO DE ESPECIALISTAS ESTRANGEIROS PARA A MUSEOGRAFIA: CARLOS CUMMINGS, CORNELIUS OSGOOD, RALPH LINTON E GERMAIN BAZIN

Dedicado ao tema *Museu para todos*, no volume II do periódico do ICOM, *Museum*, o chefe editor atentou para o propósito dos museus em dar a conhecer a utilização de novos métodos⁶⁰⁴. Neste mesmo volume, publicado em 1949, um dos grandes teóricos da museologia, Georges Henri Rivière atenta para a mudança que a introdução de novos

⁶⁰⁰Ofício de Heloísa A. T. para Gustavo Capanema, 25 de abril de 1941. Relatório de avisos e ofícios, jan-abr 1941, RA 111, DA 111, of. 172, p. 260. SEMEAR/MN.

⁶⁰¹Em 1942 Castro Faria organizou a coleção de arqueologia indígena e Alberto Childe a de arqueologia clássica. Atividades da Divisão de Antropologia, 1942. Relatórios gerais. SEMEAR/MN.

⁶⁰²Relatório – Excursão realizada por Eduardo Galvão durante os meses de maio e junho de 1950, à região do Alto Xingu, com o objetivo de estudos etnológicos. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁶⁰³Atividades relativas ao aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal 1946. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁶⁰⁴LÉVEILÉE, André. Crusade for museums. *Museum International*, v. II, n. 4, 1949. p. 198.

métodos museográficos nos museus teve para a sua transformação em dispositivos educacionais.

No contexto da implantação dos cursos de aperfeiçoamento técnico científico no Museu Nacional, a instituição recebeu, em 1941, uma Comissão de museógrafos do Museu de Ciências de Buffalo, em Chicago, nos EUA, dirigida pelo Prof. Carlos Cummings⁶⁰⁵. O Museu de Ciências de Buffalo era então reconhecido pela inovação em design de exposições e, sob o patrocínio da Fundação Rockefeller, conduziu uma pesquisa inusual e ambiciosa na Feira Mundial de Nova Iorque e na *Golden Gate International Exhibition* de São Francisco, em 1939⁶⁰⁶. A análise das dimensões sociais, culturais e políticas da Feira foi caracterizada como uma verdadeira empresa educacional⁶⁰⁷. Integrante da equipe de jovens profissionais que, durante meses, observou as ideias e as técnicas apresentadas, bem como o público visitante com o objetivo de desenvolver novos métodos de instalações em museus, Cummings publicou o seu relatório, *East is East, and West is West*⁶⁰⁸, em 1940. Acessado por Heloísa Alberto Torres⁶⁰⁹, o relatório justifica a escolha da referida comissão para participar do projeto no Museu Nacional financiado pela Fundação Rockefeller, em 1941.

No Museu Nacional, a Comissão de Cummings ficou encarregada de verificar os melhoramentos técnicos que poderiam ser introduzidos em termos museológicos. Coube ao Dr. Clawson a apresentação e o display das vitrines de material etnográfico, apreciados por Heloísa A.

⁶⁰⁵Relatório de Antropologia para o ano de 1941. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁶⁰⁶FOSTER, Robert J. Art/Artefact/Commodity: Installation and the exhibition of Oceanic things at New York museums in the 1940s. **The Australian Journal of Anthropology**, Austrália, n. 23, p. 129-157, 2012.

⁶⁰⁷TERZIAN, Sevan G. The 1939–1940 New York World’s Fair and the Transformation of the American Science Extracurriculum. **Science Studies and Science Education**, p. 1-23, 2008. p.2. Disponível em: www.interscience.wiley.com. Acesso em: 8/06/2017.

⁶⁰⁸CUMMINGS, Carlos Emmons., **East Is East and West Is West: Some Observations on the World’s Fairs of 1939 by One Whose Main Interest Is in Museums**. Buffalo: Buffalo Museum of Science, 1940.

⁶⁰⁹É provável que a informação sobre a pesquisa dos profissionais do Museu de Ciências de Buffalo e o relatório de Cummings tenham sido enviados a Heloísa A. T. por Charles Wagley, que manifesta em uma carta para a diretora a intenção de visitar a Feira de Nova Iorque. CONSELHO Internacional de Museus. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1953. Primeira Seção, p. 1.

T.⁶¹⁰. Apesar da grande parte das coleções encontrar-se inacessível em virtude das obras no edifício do museu, iniciadas naquele mesmo ano, as boas condições de classificação do material etnográfico⁶¹¹ permitiriam que a equipe da DAE buscasse trazer diferentes tipologias de objetos com vistas a ampliar o conhecimento dos métodos empregados para a apresentação das coleções. Contudo, a falta de experiência de Clawson em conservação e no tratamento de coleções científicas postergaria o tratamento do material de arqueologia clássica, demandando os esforços dos próprios naturalistas da divisão.

Com o fim da Segunda Guerra se aproximando recobram as visitas de antropólogos e curadores de museus estrangeiros no Museu Nacional, desta vez em estâncias mais curtas, articuladas como parte da agenda de viagens destes profissionais ao Brasil. Curador de antropologia do *Yale Peabody Museum of Natural History*, da Universidade de Yale, em Connecticut (1934 e 1975), e membro do LAIRCS, Cornelius Osgood (1905-1985) realizou discussões com o pessoal do Museu Nacional acerca de técnicas museológicas em museus antropológicos, em 1945⁶¹². Pautado pela sua vasta experiência em etnografia asiática e em arqueologia, tendo realizado escavações em Connecticut⁶¹³, procedeu ainda a uma demonstração de métodos de

⁶¹⁰Carta de Heloísa A. Torres em inglês, faltando a primeira página. [1941?]. Fundo HAT, cx.4, pasta 2, doc. 48.

⁶¹¹Heloísa A. Torres faz uma ressalva quanto ao material incorporado sem informações como s de procedência, e menciona que qualquer trabalho de classificação demandaria a contratação de alguém com profundo conhecimento das culturas indígenas sul-americanas, tarefa que seria realizada por Berta Gleizer Ribeiro na década de 1950, e que resultaria na publicação do seu Dicionário do Artesanato Indígena Brasileiro, em 1987.

⁶¹²Dentre as sugestões de pesquisa de Wagley para a Pedro Lima em seu campo entre os Guajajara, ele diz ‘Acrescente à lista da cultura material “a la Osgood”, uma de comidas e como são preparadas e quando, etc.’, dando um tom de troça à ênfase do curador na produção material dos grupos pesquisados, o que no caso das discussões sobressai nas noções museológicas e arqueológicas. Carta de Charles Wagley para Eduardo Galvão, 15 jan 1945. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 370.

⁶¹³Informações sobre Cornelius Osgood retiradas do site do Yale Peabody Museum, <http://peabody.yale.edu/collections/archives/biography/cornelius-osgood>. Acesso em 18/10/2016.

pesquisa de jazidas arqueológicas⁶¹⁴. A demonstração adquiria especial relevância para Castro Faria que reivindicava um maior reconhecimento da pesquisa sobre sambaquis por meio da sua inclusão no programa de trabalhos e campo adotados pelo Museu Nacional⁶¹⁵.

Presidente da 6ª Secção – Linguagem e Folclore do 1º Congresso de História Catarinense, realizado em Florianópolis, entre 5 e 12 de outubro de 1948, e participando igualmente como congressista dedicado aos assuntos de antropologia e aos seus problemas práticos, Castro Faria apresentou uma moção para a preservação dos sambaquis, destruídos em função da sua exploração para a produção de cal⁶¹⁶. No que se refere ao aprimoramento da metodologia de pesquisa utilizada por Castro Faria, sua escavação no sambaqui de Cabeçuda (em Laguna, litoral sul de Santa Catarina), em 1950, foi pioneira na utilização de um projeto com metodologia científica⁶¹⁷, dando início à incorporação de “coleções osteológicas mais amplas de grupos humanos pré-históricos, inclusive no que tange ao número de esqueletos”⁶¹⁸ no acervo de Antropologia Biológica do Museu Nacional, até então restrito a poucas e isoladas peças. Como observou Saladino & Machado, Castro Faria teve papel relevante na consolidação de pesquisas sistemáticas e no aparelhamento de núcleos voltados para a Arqueologia, sendo um dos personagens-chave para a preservação dos sítios arqueológicos que resultou na criação da Lei no 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro⁶¹⁹.

Além de Osgood, o norte-americano Ralph Linton (1893-1953) também esteve no Museu Nacional, em 1945. Chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, em Nova York entre 1938 e 1944, tendo substituído Franz Boas no referido cargo⁶²⁰, Linton

⁶¹⁴Atividades relativas ao aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal do Museu Nacional 1945. Fundo Diretoria, classe 146.0, cx2, Relatórios de Antropologia, 1942-1955. SEMEAR/MN.

⁶¹⁵Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1946 pelo naturalista Luiz de Castro Faria, 10 de fevereiro de 1947. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁶¹⁶Ibid., p. 4.

⁶¹⁷SALADINO; MACHADO, 2016. p. 120.

⁶¹⁸SANTOS, 2006, p. 12.

⁶¹⁹SALADINO; MACHADO, op. Cit..

⁶²⁰A sucessão de Ralph Linton a Franz Boas na chefia do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia é cronológica. Boas não simpatizava com Linton pelo fato do mesmo ter servido ao exército norte-

veio ao Brasil para realizar pesquisas patrocinado pela *Viking Fund* (posteriormente *Wenner Gren Foundation*), cujo diretor, Paul Fejos, possuía especial interesse pela América do Sul⁶²¹. Diferente de Fejos, Linton dedicara sua carreira acadêmica a pesquisas etnográficas no Pacífico, na África e na América do Norte. Embora fosse sua primeira vez no Brasil, sua influência no país remontava ao ano de 1938 quando enviara dois técnicos do referido Departamento para realizar pesquisas em cooperação com o Museu Nacional, um deles, Charles Wagley. De igual forma, seu contato com antropólogos brasileiros tinha precedentes no ano de 1941, quando organizou uma conferência para Arthur Ramos no circuito acadêmico empreendido por este, nos Estados Unidos⁶²². Complementava a circulação de Linton entre os antropólogos brasileiros a publicação da versão em português de “O homem: uma introdução à Antropologia” no volume inaugural da Biblioteca de Ciência Sociais organizada por Donald Pierson, em 1943.

Durante o mês em que permaneceu no Brasil, Linton manteve uma agenda cheia de compromissos sociais e antropológicos. Recebido por Donald Pierson em São Paulo, cidade pela qual iniciou sua estância no país, ministrou uma conferência sobre os estudos de personalidade e cultura na ELSP. Objeto de uma recente publicação sua⁶²³, a referida temática ganhara corpo no Departamento de Antropologia de Columbia no final da década de 1930, impulsionada pela publicação de *Padrões de Cultura*, de Ruth Benedict. Por ocasião da sua conferência na ELSP, o antropólogo norte-americano teceu comentários sobre perspectivas antropológicas, afirmando estar descartada a hipótese de desaparecimento das etnias nativas⁶²⁴ e apontando o desenvolvimento da antropologia física a partir da recente descoberta de uma raça

americano durante a 1ª Guerra Mundial sendo, portanto, inimigo da Alemanha, terra natal de Boas. Quando Linton assumiu a chefia do Departamento de Antropologia em Columbia, Franz Boas já era falecido, tendo a sua nomeação ficada a cargo de outros professores mais afeitos a ele que a Ruth Benedict, candidata dileta de Boas. Ver: LINTON, 1971.

⁶²¹Ibid., p. 63.

⁶²²GUIMARÃES, Antonio Sergio. Africanism and racial democracy: the correspondence between Herskovits and Arthur Ramos (1935-1949). **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, 19: 1-22. 2007.

⁶²³A obra em questão é *The cultural background of personality*, de 1945. CONFERÊNCIAS. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 21 jun 1945. Primeira Seção, p. 8.

⁶²⁴Diário da Noite, 9 de junho de 1945.

gigantesca⁶²⁵. Sua segunda parada foi no Rio de Janeiro, tendo chegado à capital federal no dia 14 de junho de 1945. Aguardado ansiosamente pelos antropólogos cariocas, Linton foi homenageado em um evento organizado pela Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia e pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, onde proferiu sua conferência sobre personalidade e cultura a convite de Arthur Ramos⁶²⁶. Encarregado da tradução, Charles Wagley apesar – ou em virtude – da familiaridade com Linton, teria feito mais uma interpretação do que propriamente uma tradução⁶²⁷.

Das atividades que realizou com o corpo de antropólogos brasileiros, a que lhe demandou maior tempo foi, possivelmente, a que teve lugar no Museu Nacional. Especialista nas culturas das ilhas do Pacífico e, principalmente, das Ilhas Marquesas, onde seu trabalho de campo marcou o ponto de virada na sua trajetória da arqueologia para a etnografia⁶²⁸, Linton procedeu à revisão comentada das coleções etnográficas das Ilhas do Pacífico⁶²⁹ previamente higienizadas e acondicionadas por Eduardo Galvão⁶³⁰. Dono de um senso apurado sobre artefatos e objetos de arte, ao auxiliar Heloísa A. Torres na identificação destes artefatos “analisou meticulosamente as coleções etnográficas e ficou encantado ao encontrar um manto de plumas havaiano que tinha sido dado ao Imperador Brasileiro, Dom Pedro II, no século XIX”⁶³¹. A exuberância do manto de plumas que pertenceu ao rei Tamehameha I e foi presenteado pelo seu filho, Tamehameha II, quando de sua vinda ao Rio de Janeiro, em 1824, já fora louvada por Roquette-Pinto, para quem o traje constituía “uma das jóias[sic] do Museu

⁶²⁵ A Noite, 9 de junho de 1945.

⁶²⁶ CONFERÊNCIAS. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 jun 1945. Primeira Seção, p. 8.

⁶²⁷ LINTON, 1971, p. 65.

⁶²⁸ *Ibid.*, p. 15.

⁶²⁹ Atividades relativas ao aperfeiçoamento técnico e científico do pessoal do Museu Nacional, 1946. Relatórios gerais 1942-1955.

⁶³⁰ Plano de trabalhos a serem realizados no corrente ano por Eduardo Galvão, 28 jan 1946. SEMEAR, Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974.

⁶³¹ “went painstakingly through the ethnographic collections and was enchanted to find a Hawaiian feather cloak which had been given to the Brazilian Emperor, Dom Pedro II, in the nineteenth century”. Traduzido livremente pela autora. LINTON, 1971, p. 64.

Nacional”⁶³². Tesouros memoriais da construção da nação e arquivo cultural das etnias existentes e daquelas desaparecidas no Brasil, as coleções etnográficas do Museu Nacional estimulavam o circuito de trocas de ideias, estudos e meios entre antropólogos curadores de museus e instituições de pesquisa brasileiras e estrangeiras.

A experiência de Linton em museus antropológicos remontava ao início da década de 1920, quando foi curador assistente das coleções indígenas norte-americanas do *Field Museum*, em Chicago. A revisão das coleções etnográficas do Pacífico da DAE quando realizava uma “turnê” pelo Brasil divulgando seus estudos sobre aculturação é indicativa da prioridade dada por Heloísa A. T. à temática museológica naquele período. Realizada no ano anterior à reabertura das exposições de antropologia e arqueologia, as visitas de Linton e Osgood e os conhecimentos e as técnicas museológicas transmitidas por ele seriam aproveitados pelos naturalistas do Museu Nacional na nova montagem - composta, inclusive, pelas coleções da Costa do Pacífico, expostas na sala de Etnografia estrangeira. Neste âmbito, a presença do referencial museológico norte-americano estabelece um contraponto à matriz francesa de museologia então predominante no meio museológico brasileiro.

No início do ano de 1947, os funcionários da SAE se ocuparam com a colocação de peças e etiquetas gerais em todas as vitrines das diversas salas. No ano anterior, o historiador da arte francês, Germain Bazin (1901-1990), havia promovido no âmbito dos cursos de aperfeiçoamento do Museu Nacional, *Discussões dos problemas de Etiquetagem de peças em exposição*⁶³³. Voltado para as informações que deveriam ser priorizadas na identificação dos objetos em exposição, uma boa e clara etiquetagem era um dos métodos de catalogação dos museus considerados fundamentais por Gustavo Barrosos para uma boa exposição⁶³⁴. Formado em História da Arte pela *Sorbonne*, e em Museologia pela *École du Louvre*⁶³⁵, Bazin era professor de Estudos Museológicos da *École du Louvre* desde 1941, e curador do Museu do

⁶³²ROQUETTE-PINTO, Edgar. O manto real do Hawaii. p. 3. Fundo DA Etnologia, cx. 10, pasta 377 – Havaí. SEMEAR/MN.

⁶³³Atividades relativas ao aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal 1946. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁶³⁴BARROSO, 1951.

⁶³⁵Fundada em 1882, a *École du Louvre* é considerado o primeiro instituto de formação em museologia.

Louvre a partir de 1951, sendo um dos especialistas estrangeiros que colaboraram com o SPHAN durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade (1937-1967). O direcionamento do curso para o emprego de etiquetas em exposições é representativo da mudança de foco dos museus da preservação para a exposição, então em processo após a Segunda Guerra Mundial⁶³⁶. Realizado no período em que o Museu Nacional se encontrava fechado à visitação pública por conta das reformas do edifício, o curso auxiliaria na reorganização completa das exposições com a elaboração de etiquetas gerais, que buscavam contextualizar os objetos e sua utilização no âmbito social e econômico dos grupos abordados, e individuais, contendo informações específicas e sucintas sobre as peças.

A fim de evitar a “fátiga museológica” era recomendada a variação de tamanhos e formatos dos murais explicativos e a cessão de espaços vagos ao redor dos objetos originais, favorecendo o descanso da mente e das emoções e prezando pelo caráter visual da exposição⁶³⁷. Ao elaborar “etiquetas convenientemente dosadas”⁶³⁸ o Museu Nacional buscava se colocar à altura das exigências do público contemporâneo, para quem uma descrição simplista não seria mais suficiente⁶³⁹. No caso dos Tupi-Guarani, apresentados na sala de Etnografia brasileira dedicada aos quatro grandes grupos linguísticos, a etiqueta geral abordava, em uma folha e meia: o histórico de contato com os “civilizados”; as áreas geográficas que ocupavam com vistas a indicar o caráter migrante do grupo; o tipo de habitação caracterizada pelo uso típico da rede; a cultura material; a organização social; e os aspectos religiosos e mitológicos⁶⁴⁰. Utilizando poucas linhas para descrever cada tópico, a legenda informava resumidamente ao público as principais características históricas, sociais e econômicas dos Tupi-Guarani, guiando o visitante pela amostra de artefatos exibidos sem incorrer no risco de concorrer a atenção do visitante entre as peças e suas etiquetas.

Objeto privilegiado dos estudos etnológicos brasileiros, os grupos Tupi eram caracterizados pela grande receptividade aos traços culturais da sociedade nacional, em contraponto aos Karajá, com grande resistência à assimilação em virtude da distância cultural que mantinham

⁶³⁶MARCOUSÉ, Renée. Visual education and the museum. **Museum International**, v. II, n. 4, p. 233-237, 1949. p. 233.

⁶³⁷RIVIÈRE, 1949, p.211.

⁶³⁸FARIA, 1949, p. 17.

⁶³⁹Ibid., p. 10.

⁶⁴⁰AF. T. 4.2.001. Arquivo de Antropologia Biológica/MN.

com a sociedade nacional e de uma maior especialização da sua cultura em relação ao ambiente⁶⁴¹. Reunidas pelos naturalistas do Museu Nacional nas expedições que realizaram como parte do projeto de estudo dos grupos Tupi-Guarani, e na bibliografia existente sobre os grupos indígenas, as informações eram disponibilizadas ao público por meio da contextualização dos objetos, facilitando a sua compreensão⁶⁴² e estimulando a sua curiosidade e imaginação em face a instrumentos, técnicas e costumes não familiares⁶⁴³. Os grupos indígenas eram dados a ler enquanto patrimônio da nação.

Ao prezar pela inteligibilidade a museografia da exposição evitava incorrer aos extremos de um Carlos Cummings, para quem “um museu consiste numa série de letreiros cuidadosamente preparados, cada qual dêles[sic] ilustrado por uma amostra apropriadamente escolhida”⁶⁴⁴, ou das tendências que supervalorizavam a apresentação dos objetos transformando a legenda em uma mácula a ele⁶⁴⁵. Quanto às etiquetas individuais, embora fossem mais concisas, tampouco se restringiam à denominação da peça e à sua procedência espaço-temporal, acrescentando uma breve explicação contendo informações sobre a sua representação e a correlação com peças similares pertencentes a outros acervos museais. Este é o caso da etiqueta elaborada para a estatueta egípcia da Dama Takushit, um dos exemplares expostos nas “três salas, com dois armários comuns e várias vitrines, além das mesas dos sarcófagos”⁶⁴⁶ que compunham a parte de arqueologia clássica da exposição. Identificada e restaurada por Alberto Childe⁶⁴⁷, a Dama de Takushit era apresentada de forma sucinta em um

⁶⁴¹GALVÃO, 1979, p. 132.

⁶⁴²MENDONÇA, 1946, p. 34.

⁶⁴³RIVIÈRE, op. cit., p. 207.

⁶⁴⁴MENDONÇA, 1946, p. 35.

⁶⁴⁵FARIA, 1949, p. 18.

⁶⁴⁶Ibid., p. 14.

⁶⁴⁷Em 1935 Alberto Childe, recebeu Jean Capart (1877-1947) no Museu Nacional. O professor de Egiptologia da Universidade de Liège, na Bélgica, e curador chefe do *Musée du Cinquantenaire* (posteriormente Museu Real de arte e história) esteve trabalhando na seção de egiptologia por quinze dias, e auxiliou Childe a restaurar os pés da estatueta da Dama Takushita, peça a qual dedicaria um artigo publicado nos *Archivos do Museu Nacional*. Ver: CHILDE, Alberto. A dama Takushit do Museu Nacional do Rio de Janeiro (N. 178, armário n. 121 – Sala Champollion.): algumas considerações sobre a estatuária egípcia. **Archivos do Museu Nacional**, v. XVIII, 1916, p. 40-53.

texto que indicava a procedência da figura representada e sua correlação com uma estatueta similar no acervo do Museu de Atenas. A utilização de material complementar aos objetos como etiquetas, cartazes e gráficos, também elaborados pelos funcionários da DAE⁶⁴⁸, aferia maior dinamismo à exposição, atenuando “a rigidez de sistematização a que obrigam as contingências de uma coleção de museu”⁶⁴⁹.

Enquanto as coleções de etnografia brasileira eram acrescidas pelas diversas expedições realizadas em território nacional, o contingente de coleções etnográficas estrangeiras fora pouco alterado. Esta desproporção decorre do redimensionamento da alteridade dos brasileiros para um “outro” interno ao território nacional, ou seja, para uma alteridade interna à nação: o índio, o negro e o sertanejo⁶⁵⁰. Desta forma, as coleções adquiridas pelo Museu Nacional no período imperial retroagiam àquelas expostas nas décadas de 1838 e em 1870, quando “Já figuravam ali quase todas as coleções exóticas que hoje possuímos, de quase nada acrescidas posteriormente – a coleção egípcia, como já referimos; a coleção africana; a coleção oceânica; a coleção da América boreal – todas elas ainda em exposição atualmente”⁶⁵¹. A baixa rotatividade do material antropológico e arqueológico de procedência estrangeira exposto reforça assim, o epíteto “Nacional” do Museu reafirmado por Heloísa A. Torres durante a sua gestão⁶⁵², e que convergia com os objetivos do Estado Novo para as instituições culturais em geral, e o MN em particular.

Neste sentido, a diferença no montante de aquisições de material etnográfico sujeito às regulações de um mercado de colecionadores específicos⁶⁵³ está relacionado ao projeto científico indigenista de Heloísa A. Torres para a instituição: de um lado o reforço à etnografia nacional responde a filiações anteriores com Rondon, Roquette-Pinto e o *ethos* positivista⁶⁵⁴ dos militares, sendo estes os agentes da integração

⁶⁴⁸Relatório do naturalista-auxiliar Pedro Estevam de Lima, referente a 1947. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁶⁴⁹MENDONÇA, 1946, p. 36.

⁶⁵⁰PEIRANO, 1981.

⁶⁵¹Ibid., p. 6.

⁶⁵²DOMINGUES, 2010.

⁶⁵³STOCKING JR., 1992; APPADURAI, 2008; KOPYTOFF, 2008.

⁶⁵⁴A filiação de Heloísa A. Torres com o positivismo remete, no princípio, à trajetória intelectual de seu pai, Alberto Torres, questão que mereceria um estudo específico.

nacional, e do outro, esse projeto também é inseparável de uma antropologia aplicada à política indigenista. Organizado em prol e a partir do espaço do museu no que se refere a: pesquisa de campo, aquisição de coleções, produção bibliográfica, exposições e formação de novos indianistas, este processo se dá nos limites que a própria concepção de museu, à época, atribui ao patrimônio cultural indígena: só é belo enquanto morto ou em vias de extinção, e preservado.

3.5 A ETNOGRAFIA BRASILEIRA

Claro que você deve trazer um presentinho a cada um de nós - é um velho costume tribal.⁶⁵⁵

O teórico da museologia, Peter Van Mensch, identifica na atribuição de significado aos objetos a sua suspensão em uma realidade determinada pelo discurso museal. Segundo esse autor, “Uma exposição é o resultado de um processo de seleção e manipulação da informação emitida pelas peças do museu. Esse processo não altera a informação contida no objeto, mas oferece ao visitante uma seleção estritamente guiada”⁶⁵⁶. Variável de acordo com as características formais de cada tipologia de exposição, a seleção a que Van Mensch se refere é dirigida pelo agenciamento dos objetos que delineiam o caráter imaginário das exposições. No que se refere à exposição de Arqueologia e Antropologia de 1947, seu caráter imaginário evocava a contribuição científica do Museu Nacional aos novos rumos delineados pelo progresso da nação.

A disposição das salas de etnografia brasileira foi arranjada conforme a família linguística dos grupos indígenas brasileiros, cada qual objeto de estudo de cientistas brasileiros e estrangeiros que, em sua trajetória profissional, estabeleceram algum tipo de vínculo com o Museu Nacional. Assim, ao modo das suas salas expositivas nomeadas *d’après* renomados naturalistas, a apresentação dos Tupi-Guarani, Gê, Aruaque e Cariba saudava os etnógrafos que se dedicaram ao estudo dos quatro grandes grupos lingüísticos-culturais, consagrando uma tradição

⁶⁵⁵Carta de Charles Wagley para Eduardo Galvão, 13 ago. 1947. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 382.

⁶⁵⁶MENSCH, Peter Van. A linguagem de exposições. In: SYMPOSIUM THE LANGUAGE OF EXHIBITIONS. LE LANGAGE DE L’EXPOSITION. Vevey, Switzerland, Oct, 1991. ICOM/ICOFOM. **ICOFOM STUDY SERIES**, n, 19, p.11-12. p. 11.

de pesquisa etnográfica onde o Museu Nacional tinha parte importante. Nas palavras de Castro Faria:

Ali estão os Gê, representados pelos Canela, tão queridos de CURT NIMUENDAJÚ; os Aruaque, principalmente pelos Pareci, aquêles mesmos Pareci de RONDON e de ROQUETTE-PINTO; os Cariba do Xingu, numa evocação de VON DEN STEINEN; finalmente os Tupi.Guarani, nos cronistas, dos primeiros viajantes e etnógrafos, de RAIMUNDO LOPES e do plano de pesquisa sistemática de seus remanescentes empreendido pelo Museu Nacional⁶⁵⁷.

As cinco personagens citadas traçam uma genealogia da prática etnográfica recente no Brasil fomentada, em grande parte, por naturalistas do Museu Nacional ou associados a ele, e também pelo ícone do ideário indigenista positivista, “o desbravador dos sertões”, Marechal Cândido Rondon. Ressaltados em caixa alta pelo autor, o nome dos etnógrafos se sobrepõe ao dos grupos indígenas em uma indicação de que a vinculação entre ambos provinha antes de um sistema de classificação científica do que de ligações concretas havidas entre eles. Ao louvar as personagens eméritas da ciência etnográfica no Brasil, o discurso de Castro Faria retoma a tradição das exposições comemorativas dos centenários de nascimento ou morte de ícones da história nacional e que, na instituição, também foram dedicadas a cientistas e homens de ciência, como José Bonifácio e Orville Derby. Acalentado pelo heroísmo etnográfico de seus cientistas, o museu reclama seu lugar como o *quinto campo* da antropologia. Dessa forma, a sobreposição dos mitos da etnografia no Brasil aos grupos indígenas brasileiros aparece como mais um indício do caráter fúnebre que o patrimônio cultural indígena assumia no projeto indigenista da diretora do MN. Onde jaz o índio, se levanta a lápide do etnógrafo. Isto é, o lugar de memória representado pela lápide do índio morto está relacionado ao nome do etnógrafo que a levanta, seja enquanto estudioso daquele grupo indígena ou como nome de identificação das coleções etnográficas no acervo dos museus.

Por sua vez, a localização geográfica dos grupos pesquisados pelos etnógrafos remete ao mapa do território brasileiro. Natural, se

⁶⁵⁷FARIA, 1949, p. 14.

pensarmos que o museu também produz mapas: documentais, como o mapa etnológico de Curt Nimuendajú, aperfeiçoado com as contribuições de Eduardo Galvão, e ideológicos, criando classificações que estruturam seu pensamento. No caminho indicado no “mapa” de Castro Faria se inverte a clássica antinomia da marcha de colonização do litoral – ocupado pelos Tupi Guarani, para o sertão – ocupado pelos Gê, Pareci e Cariba. Na estória contada nessa Exposição o circuito definido para o público é fechado. O tema, é a Marcha do Retorno do Oeste, cujo ponto de partida – o sertão – demarca o espaço onde se efetiva a prática de campo, ou seja, onde se observa o “outro” e se adquire sua produção cultural, enquanto o ponto de chegada – o litoral – é representado pelo espaço de preservação do patrimônio indígena, o Museu Nacional. E, assim como na percepção de Manuel Ferreira Lima Filho de que houve um *desencanto* do Oeste, esta marcha à contra-pêlo permite refletir sobre memória, identidade, fronteira e sertão na construção da nação⁶⁵⁸. Tomando como metáfora as histórias fantásticas onde as pistas dos mapas levam sempre a um tesouro, no mapa indigenista de Heloísa A. Torres as pistas indicam o percurso de retorno da pesquisa de campo para outros espaços de salvaguarda desses tesouros e de suas memórias.

Ademais, a opção por apresentar os quatro grandes grupos linguísticos visava o aspecto pedagógico do museu, incorporando os grupos que integravam o programa didático do ensino secundário, à época, em conformidade com os objetivos traçados por Michel Faré em sua conferência publicada no periódico *Museum*, do ICOM, em 1947⁶⁵⁹. Indicativo do público-alvo da exposição, a correlação do recorte temático com o currículo escolar, posta em destaque no período⁶⁶⁰, visava assegurar a identificação e a compreensão da exposição. Em outras palavras, as competências ali expostas buscavam corresponder às expectativas⁶⁶¹ do público visitante. Neste sentido, a apresentação em formas e cores das diferentes culturas indígenas brasileiras contribuía para aprimorar a memória visual do visitante, sendo um fator poderoso de estímulo ao desejo por um maior conhecimento daquilo que se vê

⁶⁵⁸ LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **O desencanto do Oeste**. Goiânia: Editora da UCG, 2011.

⁶⁵⁹ FARÉ, 1947 apud KNAUSS, 2011, p. 588-589.

⁶⁶⁰ O debate sobre educação e museus ganhou destaque no Brasil na década de 1950, apesar de já se encontrar vigente nas décadas anteriores. Ver: KNAUSS, 2011.

⁶⁶¹ CHARTIER, 2002.

registrado, propiciando um melhor aproveitamento do exercício da leitura à medida que realmente se visse o que estava descrito em livros (Figura 3)⁶⁶². Diferente da metodologia expográfica adotada por Gustavo Barroso direcionada para a educação visual da museologia, aquela implantada no Museu Nacional por Heloísa A. T. visava sua educação pelas ciências naturais e antropológicas.

A sala seguinte apresentava um panorama dos traços e complexos de cultura onde eram exibidos “em conjuntos que quase dispensariam legendas, o fumo, o paricá, o guaraná, o curare, a navegação”⁶⁶³. Nesta última, encontravam-se expostos, na parede, uma seqüência de remos de diferentes grupos indígenas⁶⁶⁴, entre eles um remo Karajá coletado por William Lipkind⁶⁶⁵. Combinando textos curtos com desenhos ilustrativos das peças referidas, a apresentação destes “complexos de cultura” adquiria uma modelagem didática e moderna, alinhando o texto à sinuosidade do formato do item em questão, como no caso da folha de paricá, apresentada com o fim de demonstrar seu uso como entorpecente pelos indígenas⁶⁶⁶.

No âmbito da etnografia brasileira o Tupi era o grupo mais familiar aos funcionários da quarta seção, tanto pelo mote do plano de estudos já vigente na década de 1930 entre os antropólogos do Museu Nacional, como por ser um referencial clássico do nacionalismo brasileiro (literário, historiográfico, etnológico), considerando as antinomias sertão-litoral, tupi-tapuia e derivados, assim como a própria *tupimania*. Continuado nas pesquisas de campo desenvolvidas pelos antropólogos do museu e outros pesquisadores vinculados a ele, durante a gestão de Heloísa A. Torres sua investidura buscou contrabalancear o estágio avançado dos estudos realizados sobre os Gê, por Curt Nimuendajú⁶⁶⁷. Assim, na sala de Etnografia brasileira dedicada aos grupos de língua isolada um mapa etnográfico destacava trinta e seis grupos, mas somente quatro estavam representados na exposição. O critério para a escolha destes grupos não fora baseado naqueles “grupos que oferecem interesse especial para o antropólogo, mas sim os que têm

⁶⁶²LÉVEILÉE, 1949, p. 198.

⁶⁶³Ibid.

⁶⁶⁴O agrupamento de objetos de procedências distintas por tipologia evitava a apresentação de duplicatas. RIVIÈRE, 1949, p. 208.

⁶⁶⁵Sobre a apresentação de itens coletados por Lipkind na Exposição de Antropologia do Museu Nacional, ver: EWBANK; LIMA FILHO, 2017.

⁶⁶⁶A.F.T. 4.2.001.Arquivo de Antropologia Biológica/MN.

⁶⁶⁷FARIA,1998, p. 189.

existência real no conhecimento do povo – Borôro, Carajá, Nambiquara”⁶⁶⁸. O museu modelava o imaginário da população sobre os grupos indígenas do país a partir de uma tripla dimensão na qual, representando o ausente, se fazia visível (objetos e, metaforicamente, a coletividade) e fazia visível o público, sendo a exposição parte fundamental do processo de construção de sentido⁶⁶⁹.

Importante instrumento de diálogo e conscientização da comunidade, a exposição apresenta as responsabilidades da equipe no estudo, na preservação e na difusão do seu patrimônio cultural. Ademais, a interação inequívoca entre a organização espacial dos objetos no museu e o conhecimento científico se relaciona com o grau de acesso do público aos bens do museu⁶⁷⁰. Ou seja, é o contingente de realidade de cultura material disponível e disponibilizada pelo museu que determina o grau de conhecimento a ser adquirido pelo público.

Uma primeira exposição das coleções etnográficas incorporadas ao MN por intermédio do CFE foi realizada em 1936, quando Heloísa A. Torres ainda era vice-diretora do Museu Nacional. Em sua palestra de abertura da exposição, Heloísa A. T. ressaltou a importância da fiscalização impetrada pelo Conselho na garantia da permanência destes conjuntos de artefatos no país, e dos institutos de pesquisa nacionais na preservação do seu patrimônio⁶⁷¹. O material etnográfico reunido pelo CFE representava o maior montante de itens incorporados pela DAE naquele momento⁶⁷². Ao reiterar o caráter propriamente documental da exposição etnográfica, constituída pelo valor informativo e científico dos objetos expostos⁶⁷³ mas, principalmente, de classificação do mundo como forma de definir as identidades de si, e do outro, o museu definia sua própria identidade. Assim, em 1947 a narrativa visual dos artefatos

⁶⁶⁸FARIA, 1949, p. 16.

⁶⁶⁹CHARTIER, 2002.

⁶⁷⁰FERNÁNDEZ, 2014, p. 44.

⁶⁷¹Foram expostos os conjuntos de artefatos etnográficos coletados por Basilly Sampieri, Emil Heinrich Snethlage e Curt Nimuendajú, distintos entre si pela proveniência geográfica, pela natureza das expedições que os recolheram e pelo dispositivo legal que determinou suas incorporações ao Museu Nacional. GROUPIONI, 1998, p. 64-72.

⁶⁷² Dos 562 objetos etnográficos incorporados pelo MN em 1936, 124 foram ofertas, 3 foram coletados em excursões, 1 foi comprado, 5 foram permutas e 209 foram adquiridos via CFEACB. Relatório do ano de 1936, Fundo diretoria, classe 146.4, cx 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974. SEMEAR/MN.

⁶⁷³FERNÁNDEZ, 2014, p. 26.

de indústria humana coletados por etnógrafos como Wagley e Lipkind entre os Karajá, Javaé, e Tapirapé, contribuía para promover no público o sentimento cívico e o valor pelo patrimônio nacional em um discurso de legitimação do Museu Nacional no projeto de construção da nação.

Se a capacitação dos funcionários somada à expertise que detinham nas suas áreas e em museografia – inclusive com o auxílio de um técnico especializado – propiciaram a remodelação das exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional, as restrições espaciais impediram que a mesma ficasse mais completa, tendo sido reduzidas ao mínimo a representação indígena e a de arqueologia clássica em virtude do velho problema da falta de espaço no edifício⁶⁷⁴. Das nove salas da nova exposição, quatro eram dedicadas à arqueologia e as outras cinco à etnografia. Diferente das salas dedicadas à arqueologia americana, peruana e clássica que foram ocupadas com um número reduzido de armários, “A grande sala de arqueologia brasileira, tem dezoito armários e um caixão com grandes urnas – a própria apresentação sugere a amplitude e a relevância do tema”⁶⁷⁵. Por meio de zoólitos, machados de pedra semi-lunares e pontas de flechas, além de gráficos e fotografias⁶⁷⁶, a sala dedicada à arqueologia brasileira apresentava os primeiros hominídeos que povoaram o Brasil: o homem da Lagoa Santa, o homem dos Sambaquis e os Botocudos “últimos remanescentes da mesma entidade racial”⁶⁷⁷, representado por uma estátua em tamanho natural realizada para a Exposição Antropológica de 1882⁶⁷⁸. Esta era objeto de reclamações dos visitantes que achavam a sua nudez imoral, sugerindo que devesse ser apresentado vestido⁶⁷⁹, em uma manifestação coerente com o projeto civilizatório do Estado. No

⁶⁷⁴FARIA, 1949, p. 17.

⁶⁷⁵Ibid., p. 14.

⁶⁷⁶AF. T. 4. 2. 001. Arquivo de Antropologia Biológica/MN.

⁶⁷⁷Ibid.

⁶⁷⁸A apresentação dos Botocudos como descendentes diretos da “raça primitiva” reiterava o argumento formulado por Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto em 1876, baseado sobre a particularidade de uma profunda depressão na fronte verificada nos botocudos e não identificada nas demais raças indígenas conhecidas até então. Ver: FARIA, Luiz de Castro. Lacerda e a pesquisa antropológica no Brasil. In: LACERDA, João Batista de. Comemoração do centenário de nascimento, 1846-1946. **Publicações Avulsas do Museu Nacional**, n. 6, 1946. p. 11.

⁶⁷⁹Na reportagem, a referência é feita com relação à estátua em tamanho natural de um indígena Xerente. MULHERES, 1952. Segunda Seção, p. 4.

sentido inverso de tais manifestações, Heloísa A. Torres resistia a vestir a estátua. Afinal, o indígena deveria ser integrado à nação, porém sem prejuízo de perder a sua cultura, no museu representada.

Preocupada com a modernização da vertente museográfica do Museu Nacional, a diretora promovia sua atualização com o auxílio de técnicos especializados e dos próprios funcionários capacitados em práticas museográficas, transformando a exposição em um espaço mais atraente e didático, com legendas expandidas e facilitando a circulação do público. O feito denotava “mudanças radicais” no conceito expográfico que prezava pela “diminuição da quantidade de material exposto” - os armários passaram de 132 para 105, e a área ocupada pelas exposições de 1.269,49m² para 1.088,42m² – e pela “valorização e planejamento adequados dos diferentes conjuntos”⁶⁸⁰. Galvão, que partira em agosto para os Estados Unidos a fim de realizar o doutorado na Universidade de Columbia sob a orientação de seu amigo e mentor, Charles Wagley, fez um comentário sobre os aspectos modernos que a nova exposição trazia quando comparadas àquelas do *National Museum* de Nova York. Na visita que realizou ao museu no dia 31 de agosto, antes de iniciar ali um curso de orientação, Galvão tece uma etnografia do museu, diz ele:

O museu impressiona pela grandeza, quer do edifício quer pelas salas de exposição. Bom material do Pacífico, África, Norte e Centro América, pobre no que se refere à América do Sul, em particular do Brazil, cujas peças mais significativas são de uma pequena coleção Bororo, enquadradas com outras “Tribos do Amazonas”. Acostumado como estou à nossa exposição, não gostei dessa no conjunto. Muito pesada, armários antigos e abertos de todos os lados, grande acúmulo de peças. (...) As legendas são mais sucintas que as nossas, sendo a maior parte das vezes o simples designativo do objeto. Gostei de alguns grupos naturais e acredito que se fossem em menor número a impressão seria melhor. Um deles, com manequins em tamanho natural demonstrando o uso do tipiti e as várias fases do trabalho da mandioca está muito bom. De Marajó possuem uma apenas um armário com

⁶⁸⁰FARIA, 1949, p. 13.

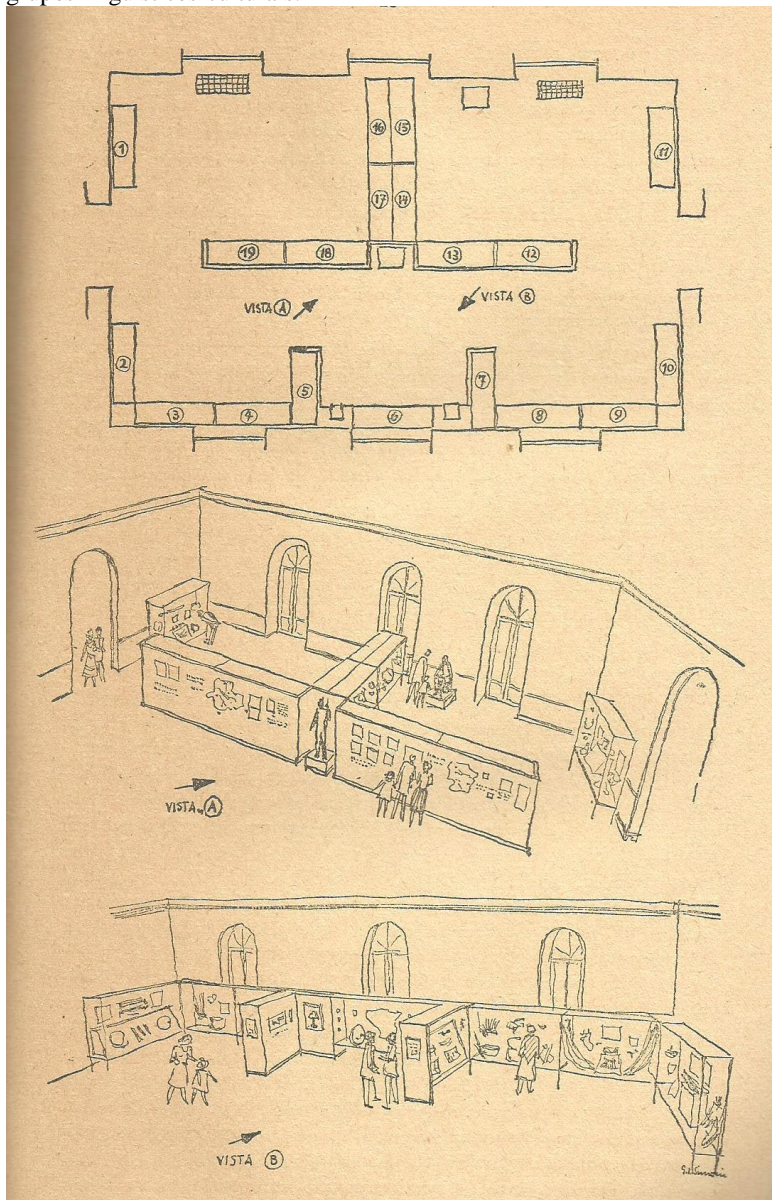
poucas peças sem grande beleza, urnas comuns. Boa coleção de sarcófagos, restaurados sem mostrar diferença da restauração para o original, porém apenas uma múmia. Peças greco-romanas, em cuja disposição e mesmo representação de tipos, inferiores às nossas. Não vale a pena falar em América Central e culturas norte americanas, pois não há termo de comparação. Essa foi minha impressão de uma visita pouco demorada e ainda sem conhecer a disposição de salas e conjuntos⁶⁸¹.

Nessa etnografia do museu, Galvão expõe ao mesmo tempo a qualidade do acervo etnográfico e arqueológico e a modernização do Museu Nacional comparado a museus de história natural no exterior, mas também o domínio que adquiriu em relação à prática museológica. A visita a museus fazia parte da agenda de pesquisa das viagens de campo dos naturalistas do Museu Nacional pelo país⁶⁸², de modo que o etnógrafo-visitante atualizava Heloísa A. T. acerca da organização e utilização dos métodos expográficos atentando para o seu resultado visual. Diferente da exposição norte-americana, na Exposição do Museu Nacional os armários foram encostados na parede de modo a formar uma fileira de vitrines com fundos claros, destacando a unicidade dos objetos e favorecendo a circulação ao cobrir portas e janelas (Figura 4). No que se refere à didática, ressalta o uso de etiquetas sucintas em contraste com a proliferação de grupos naturais, se mostrando atento aos preceitos da época de reduzir o material exposto. Galvão também se mostra atualizado em relação à conservação de objetos quando atenta para a restauração do sarcófago realizada em detrimento das recomendações internacionais sobre a evidência das intervenções realizadas em objetos museológicos.

⁶⁸¹Carta de Eduardo Galvão à Heloísa A. T., 1 set 1947. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 386-387.

⁶⁸²Na viagem de pesquisa de campo que realizaram ao Maranhão, em 1941, como parte do curso de aperfeiçoamento em técnicas de campo ministrado por Charles Wagley, compunha a agenda dos jovens auxiliares do Museu Nacional, Rubens Meanda, Nelson Teixeira e Eduardo Galvão, uma visita com Antonio Lopes às coleções etnográficas do museu de São Luís que se encontravam em reorganização. In: *Ibid.*, p. 341.

Figura 3 – Planta expográfica da sala de etnografia dedicada aos quatro grandes grupos lingüísticos-culturais.



Fonte: FARIA, 1947, p. 15.

Figura 4 – Sala de antropologia física. A disposição dos armários, encostados nas paredes, e o aproveitamento de vãos e portas visavam favorecer a circulação do visitante.



Fonte: FARIA, 1947, fig. 7.

Apesar da visita “pouco demorada”, o olhar atento de Galvão revela a sensibilidade de um antropólogo cuja experiência profissional adveio da formação, prática e pesquisa no museu e nas suas coleções. Embora seu objeto privilegiado de pesquisa fosse o indígena e a sua cultura, Galvão, assim como os demais naturalistas da DAE, estabeleceu um vínculo perante a preservação da cultura material do outro, coletada e salvaguardada como legado enquanto parte do seu aprendizado profissional. A organização da exposição, assim como dos ramos da Antropologia no museu reflete a concepção do que é esta ciência que lida com o homem e sua relação com o ambiente e como é possível transmitir seus conhecimentos para um público não especializado. O que está posto nos seus comentários é a preocupação com o patrimônio material da humanidade por um lado, mas também o papel dos museus no fortalecimento do diálogo entre as sociedades e as culturas e seus contextos. Neste sentido, o Museu Nacional serviria de modelo para a sua publicação do guia das exposições de Antropologia do Museu Goeldi⁶⁸³, onde Galvão assumiu a chefia da Divisão de Antropologia em 1955.

⁶⁸³ GALVÃO, Eduardo. **Guia das exposições de Antropologia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1962

A modernização museográfica do Museu Nacional também foi constatada por Chauncey J. Hamlin, então presidente do ICOM, e quem havia integrado a equipe do Museu de Ciências de Buffalo responsável pela elaboração do relatório sobre a Feira Mundial de 1939. Hamlin, que em 1953 realizava um *tour* por países americanos com vistas a acionar os Comitês Nacionais para o incentivo à expansão dos museus, o aumento das atividades culturais e da coleta de donativos, se mostrou satisfeito ao constatar que a instituição “não somente aplicara os conselhos técnicos daqueles peritos como ainda fizera muito mais, principalmente nas seções de Etnologia e Mineralogia”⁶⁸⁴. Com uma frequência de público que em 1952 alcançava entre três e sete mil pessoas nos domingos⁶⁸⁵, a recuperação do contato direto com o público completava a tarefa educacional do Museu Nacional⁶⁸⁶, influenciando educadores e contribuindo, em larga escala, para a paz⁶⁸⁷. Junto com a exposição de antropologia e arqueologia, tais atividades serviam de

⁶⁸⁴ Com a adesão de comitês de voluntários em 57 países, reunindo especialistas e interessados na área de museus, Heloísa A. Torres era uma candidata em potencial para conformar o comitê brasileiro. Desde 1951 a diretora do Museu Nacional empreendia uma pesquisa museográfica dos museus brasileiros onde, por meio de cartas encaminhadas aos diretores dos pequenos museus espalhados pelos Estados do país, requeria informações acerca do histórico da sua fundação, finalidades e nome das entidades mantenedoras, antecedendo assim a pesquisa semelhante empreendida por Guy de Hollanda. Realizada quatro dias após a visita de Hamlin ao Museu Nacional, a reunião do Comitê brasileiro do ICOM, no escritório de Rodrigo Mello Franco de Andrade, buscou preencher as vagas, todavia ociosas e estudar um programa para o Comitê, que viria a ser presidido por Heloísa Alberto Torres. Ver: CONSELHO, 1953; Cópias de avisos e ofícios, RA 142, DA 142, jan-abr 1951. SEMEAR/MN; HOLLANDA, Guy de. Recursos educativos dos museus brasileiros. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Organização Nacional do ICOM, 1958.

⁶⁸⁵ MULHERES, 1952. Segunda Seção, p. 4.

⁶⁸⁶ O fomento à visitação era ainda ensejada por meio de uma série de visitas-conferências organizadas pela Divisão Cultural da Prefeitura sobre as coleções de egiptologia, mineralogia e geologia, etnografia regional e arte marajoara do Museu Nacional. Iniciada no dia 8 de junho e continuada ao longo das três terças-feiras do mês de junho de 1952, as visitas-conferências foram conduzidas por Heloísa Alberto Torres. VISITAS-CONFERÊNCIAS no Museu Histórico Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1952.1 Caderno, p.6.

⁶⁸⁷ LÉVEILÉE, 1949, p. 198.

propaganda para a I RBA, a ser realizada no Museu Nacional em novembro daquele ano.

CAPÍTULO 4 - A I REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTRPOLOGIA

Chegou a hora de pensar antes de tudo em mim. E já vai tarde ...⁶⁸⁸

No projeto da diretora Heloísa A. T. para o desenvolvimento da Antropologia no Museu Nacional, constava a capacitação dos novos antropólogos em técnicas de campo e de pesquisa, a divulgação das atividades por meio de publicações e da exposição de 1947, e também a realização de uma Reunião Brasileira de Antropologia. Planejada a partir de 1941, a RBA teria papel preponderante na tentativa de aferir uma identidade ao vasto campo da Antropologia. A referida ciência se expandia no meio acadêmico brasileiro, assumindo novos espaços e feições. Neste balanço, a definição das prerrogativas teórico-metodológicas, dos meios de divulgação e dos locais autorizados de enunciação visa à sagração do monopólio da autoridade científica.

4.1 COMPILANDO A ANTRPOLOGIA NACIONAL

É claro que o pessoal envolvido é o mais importante. É difícil dizer, quando se trata de um esboço de plano, de quem estaria disponível. Mas insistiríamos em pessoas que sejam inteiramente satisfatórias para todos os envolvidos.⁶⁸⁹

Com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, a comunidade científica e tecnológica norte-americana é mobilizada a cooperar com o governo estado-unidense em questões relativas à segurança nacional e à reorientação da política externa norte-americana. Contribuem para este esforço de guerra as áreas científicas aplicadas ao desenvolvimento da indústria bélica e de tecnologias sanitárias, mas também áreas de pesquisa dedicadas a informações básicas sobre os países envolvidos no conflito. Centros de pesquisa voltados para as ciências naturais e sociais são requisitados a organizar e disponibilizar as informações estratégicas e o conhecimento especializado acumulado sobre regiões, meio

⁶⁸⁸Carta de Heloísa A. T. a Eduardo Galvão, 30 mar 1948. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 402.

⁶⁸⁹Carta de Julian Steward para Heloísa A. T., 10 nov. 1942. In: *Ibid.*, p. 430-431.

ambiente, povos e recursos naturais que poderiam ser valiosos de um ponto de vista geopolítico e militar, como é o caso da *Smithsonian Institution*. Analisando a contribuição desta instituição no cenário da Segunda Guerra Mundial, Regina Figueiredo menciona a elaboração de listas contendo nomes de especialistas, informações acerca das pesquisas desenvolvidas e das áreas geográficas onde foram conduzidas, além da existência de registros cartográficos e iconográficos sobre as mesmas, destinadas às agências de guerra⁶⁹⁰. Conforme esclarece a autora, o envolvimento da *Smithsonian* se enquadrava em uma rede científica de organização de informações etnográficas para os órgãos do governo norte-americano e da qual faziam parte instituições como o Conselho Nacional de Pesquisas (NRC).

Criado em virtude da demanda do presidente Wilson de ampliar o quadro de especialistas no trabalho de aconselhamento ao governo estado-unidense, o estabelecimento do NRC pela Academia Nacional de Ciências, em 1916, aprimorava o compromisso com a organização e a divulgação da pesquisa científica e, notadamente, da Antropologia⁶⁹¹. A presença da comunidade antropológica na NAS incluiria, entre outros, o ex-aluno de Franz Boas, Edward Sapir. Presidente da Divisão de Antropologia e Psicologia da NRC em 1936, ano em que a DAP se mobilizava para lançar o anuário *International Directory of Anthropologists*, Sapir solicitava a antropólogos nacionais e internacionais a indicação de nomes de colegas atuantes na área⁶⁹².

Organizado por hemisférios, e então por países, o anuário trazia o onomástico dos antropólogos seguido de um breve currículo onde constavam: endereço residencial e/ou profissional; data e local de nascimento; especialidade; atuação profissional; expedições realizadas; e publicações. Veículo de contatos entre profissionais de antropologia, o anuário funcionava como um mecanismo para a criação de novas redes de sociabilidade, tal qual a define Devés Valdés, a saber: “o conjunto de pessoas ocupadas nos afazeres do intelecto que se contatam, se conhecem, trocam trabalhos, se escrevem, elaboram projetos comuns,

⁶⁹⁰FIGUEIREDO, 2009, p. 27.

⁶⁹¹A importância da divulgação científica pela NAS pode ser atestada pela publicação do periódico *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, vigente desde 1914 e que em sua edição de 1916 contou com o artigo de Franz Boas, *New evidence in regard to the instability of human types*.

⁶⁹²Carta de Edward Sapir para Heloísa A. T. , 9 jun. 1936. Fundo LACED, cx. 2, pasta 12 – Alberto Betim Paes Leme. SEMEAR/MN.

melhoram os canais de comunicação e, sobretudo, estabelecem laços de confiança recíproca”⁶⁹³. Neste sentido, a indicação de nomes para integrar a lista do anuário também serve de referência às redes de sociabilidade já definidas pelo autor da indicação.

Desde o início dos anos 1930 e, de forma mais ativa e dominante a partir de 1935, quando assume a vice direção do Museu Nacional, Heloísa A. Torres se torna uma figura central, contato obrigatório e mediação inevitável no meio antropológico⁶⁹⁴. É enquanto ocupante deste cargo que encaminha para compor a primeira edição do anuário (1936) o currículo dos naturalistas do Museu Nacional, Edgar Roquette-Pinto, Bastos de Ávila, Padberg-Drenkpol e o seu próprio⁶⁹⁵. Além dos nomes indicados pela diretora, foram incluídos nesta edição: Raimundo Lopes, também do Museu Nacional; o ex-diretor do Museu Paulista, Affonse Thauhay; o indianista, Marechal Candido Rondon; e o etnólogo, Curt Nimuendajú⁶⁹⁶. O resultado final dessa primeira listagem configura, de certo modo, o retrato da “família” de uma geração responsável por preservar o patrimônio cultural indígena através de instituições como museus, o SPI e o CFE⁶⁹⁷.

No processo de preparação do material para a publicação da segunda edição do anuário, o *DAP* solicita a Heloísa A. Torres a revisão dos nomes e informações presentes na lista dos antropólogos brasileiros da edição original, acrescentando ou excluindo os mesmos, se necessário⁶⁹⁸. Já em posse do cargo de diretora do Museu Nacional, Heloísa A. Torres opta pela manutenção dos nomes já existentes e a inclusão de novos, fazendo algumas ponderações quanto à clareza das

⁶⁹³DEVES-VALDÉS, Eduardo. **Redes intelectuales en América Latina**: hacia la constitución de una comunidad intelectual. Santiago de Chile: Colección Idea, 2007. p. 22

⁶⁹⁴FARIA, 1998, p. 188.

⁶⁹⁵Carta de Heloísa A. T. para Edward Sapir, 3 ago. 1936. Fundo LACED, cx. 2, pasta 12 – Alberto Betim Paes Leme. SEMEAR/MN.

⁶⁹⁶A inclusão de Lopes, Rondon e Taunay ficou restrita ao endereço profissional de cada um. Carta do National *Research Council* para Heloísa A. T., 10 mai 1939. 6 p. DA, cx.16 - Biografias e notícias de antropólogos, pasta Antropólogos-Brasil e América Latina-dados biográficos. SEMEAR/MN.

⁶⁹⁷Na partilha das coleções etnográficas e arqueológicas pelo CFE, essa se dava entre o Museu Paulista, o Museu Emilio Goeldi e o Museu Nacional, tendo este último vantagem frente aos demais em virtude da representação de Heloísa A. Torres no Conselho. Ver: GROUPIONI, 1998.

⁶⁹⁸Carta de Heloísa A. T. para Edward Sapir, 3 ago. 1936. Fundo LACED, cx. 2, pasta 12 – Alberto Betim Paes Leme. SEMEAR/MN.

informações. Como no anuário só constava a data e o local de nascimento, a diretora se questionava se a cidadania brasileira ficava subentendida, como no caso de Nimuendajú, nascido na Alemanha e naturalizado brasileiro desde 1922. Em um contexto tenso politicamente com a iminência da Segunda Guerra Mundial e a ascensão de regimes fascistas na Europa se redobrava o cuidado com questões relacionadas à nacionalidade. Outro porém incidia sobre a delimitação da área científica. A antropóloga hesitava sobre quais especialistas poderiam ser incluídos na relação de um anuário dedicado, especificamente, aos antropólogos, questionando acerca da conveniência de acrescentar nomes de sociólogos, folcloristas e brasilianistas como Gilberto Freyre, ou de abdicar da inclusão em prol da sua citação em anuários específicos⁶⁹⁹.

Para compreender a dificuldade de enquadramento levantada por Heloísa A. Torres é preciso atentar para o estatuto das ciências sociais naquele momento. Atualmente constituída por opções teórico-metodológicas bem definidas, no final da década de 1930 a comunidade dos cientistas sociais brasileiros, todavia tateava as margens das suas designações, atravessando frequentemente os domínios alheios⁷⁰⁰. Conformada por agrupamentos sociais, vínculos pessoais, linguagem comum e com uma atuação profissional de acordo com as regras determinadas pelo campo, a definição dos antropólogos se aproximava daqueles que contribuíam para a construção de um “nicho antropológico, como assinalou Corrêa⁷⁰¹.

Em sua digressão sobre a modelagem da antropologia brasileira, Marisa Peirano define como aspecto central da aproximação dos segmentos intelectuais o debate acerca da identidade nacional como parte do processo de forja do Estado Nação neste período. A busca pela consolidação de um pensamento propriamente nacional, que partisse da sociedade brasileira e versasse sobre ela, orientaria a tradição antropológica de pesquisa sobre a sociedade nacional, conformada por indígenas, negros e brancos. A construção do conhecimento antropológico no Brasil a partir destes três objetos reais, ao invés de objetos teóricos, como ressaltou Roberto Cardoso de Oliveira, incorreria na tradição da Antropologia Nacional e da Etnologia Indígena, esta

⁶⁹⁹Sugestões. DA, cx.16 - Biografias e notícias de antropólogos, Pasta Antropólogos-Brasil e América Latina-dados biográficos. SEMEAR/MN.

⁷⁰⁰PEIRANO, 1981.

⁷⁰¹CORRÊA, 1987, p. 16

última preponderante na Antropologia brasileira⁷⁰². É essa tensão entre uma alteridade real e teórica que parece orientar a *imaginação museal*⁷⁰³ de Heloísa A. Torres. Apesar da Etnologia aqui ser frequentemente associada ao estudo das culturas indígenas, Cardoso de Oliveira aponta para a amplitude deste domínio na concepção do cientista social Florestan Fernandes, para quem a Etnologia compreendia, na década de 1950, a Antropologia Social, Cultural, o Estudo de comunidades e o Folclore⁷⁰⁴. Dessa forma, outra chave de articulação entre os domínios das ciências sociais era sua associação ao tema da cultura nacional, sendo a antropologia o domínio com maior afinidade com o movimento folclórico⁷⁰⁵.

Retomando em sua análise os apontamentos de Cardoso de Oliveira feitos por ocasião da celebração de cinquenta anos da primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional em 1953⁷⁰⁶, Letícia Nedel atenta para o fato da pluralidade teórica ser percebida como um empecilho ao meio acadêmico, atravancando a consolidação de áreas específicas de investigação, todavia frágeis institucional e conceitualmente⁷⁰⁷. A multiplicidade de domínios em disputa pela consolidação do status de disciplina reverberava de forma exponencial na antropologia, cujas pesquisas agregavam componentes referenciais como o africanismo e o indigenismo, e outros negligenciados, como o folclore⁷⁰⁸. O concatenamento destes componentes aparece no dilema de Heloísa A. Torres quanto à sugestão dos nomes para integrar a segunda edição do *International Directory of Anthropologists*, em 1939.

Utilizando como critério o grau de reconhecimento dos profissionais, a antropóloga decide pela inclusão dos currículos dos seguintes intelectuais: africanista (Arthur Ramos); indianistas (Carlos Estevão, Estevão Pinto, Carlos Studart Filho, Thomaz Pompeu Sobrinho

⁷⁰² OLIVEIRA, 1985, p. 230.

⁷⁰³ CHAGAS, 2009.

⁷⁰⁴ FERNANDES, 2014.

⁷⁰⁵ VILHENA, 1997.

⁷⁰⁶ OLIVEIRA, 2004.

⁷⁰⁷ NEDEL, 2005, p. 218.

⁷⁰⁸ A delimitação da pesquisa folclórica como componente importante e negligenciado da tradição antropológica é apontada por Linkei. LINKEI, apud VILHENA, op. cit., p.32.

e Castro Faria⁷⁰⁹); antropologista físico (Josué de Castro). Por ora, ficavam de fora da listagem os indianistas - Braulino Carvalho, M. Melo e Plínio Ayrosa; o antropologista físico, Vinelli Batista; os folcloristas, Edson Carneiro e Antônio Lopes; e os sociólogos “brasilianistas”, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, que deveriam aguardar o encaminhamento de seus nomes aos Estados Unidos para quando se afirmassem mais nas suas especialidades⁷¹⁰. Ao fim e ao cabo, eram eximidos aqueles profissionais vinculados aos domínios do folclore e da sociologia, evidenciando um distanciamento maior destas duas áreas com relação aos demais domínios implicados na ciência antropológica propalada no Museu Nacional no que se refere a tensão entre um referencial documental do vivo e do morto.

A relação dos nomes cogitados para compor o anuário estado-unidense incluía os personagens icônicos do período *heróico* da história da antropologia brasileira, alcunha atribuída por Roberto Cardoso ao período compreendido pelas décadas de 1920 e 1930, “quando a profissão de antropólogo e o próprio campo da antropologia não estavam institucionalizados entre nós e, portanto, o trabalho tinha um sabor de uma atividade verdadeiramente heróica”⁷¹¹. A extensão da segunda nominata de forma a abranger os integrantes do campo de pesquisas etnográficas é indicativo do amadurecimento profissional de Heloísa A. Torres no Museu Nacional e da sua segurança em formar uma rede de sociabilidade para além das fronteiras da instituição. Condição que não isenta sua consciência acerca da posição central que, enquanto diretora do MN e representante de uma série de outros órgãos, adquiria no meio científico nacional. Coloca-se então a questão da difícil fixação de fronteiras entre as ciências humanas. A depuração dos nomes dos cientistas sociais que deveriam ser incluídos no anuário de 1941 dá uma ideia, indireta, do panorama dos intelectuais passíveis de

⁷⁰⁹ A inclusão do nome de Castro Faria sob o epíteto de indianista parece estar relacionado a sua participação na expedição conduzida por Lévi-Strauss aos Nambiquara. Por sua vez, a incorporação de Pedro Lima como indianista no MN reforça o projeto indigenista de Heloísa A. Torres para a instituição.

⁷¹⁰ Os profissionais não indicados para integrar a listagem aparecem assinalados com um sinal de interrogação após o nome. Correspondências para Heloísa Alberto Torres do National Research Council, 10 de maio de 1939. 6p. DA, Caixa 16, pasta Antropólogos-Brasil e América Latina-dados biográficos. SEMEAR/MN.

⁷¹¹ OLIVEIRA, 1985, p. 230.

serem convidados a participar do Congresso Brasileiro de Antropologia, cujo planejamento iniciado em 1941, previa sua realização em 1943.

4.2 DINAMIZANDO OS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA

A Universidade está progredindo, Marina que o diga. Já estamos com quatro salas junto à Praça Mauá.⁷¹²

A partir da década de 1930 o ensino da Antropologia e das suas subáreas foi incorporado às cátedras e disciplinas das recém-criadas universidades brasileiras. No Rio de Janeiro, integrava a grade curricular da Escola de Economia e Direito da UDF e do curso de História e Geografia da FNFi da UB. Na primeira, a cátedra de Antropologia e Sociologia esteve a cargo de Gilberto Freyre, responsável por conduzir “o primeiro curso superior de Antropologia Cultural e Pesquisa Social na história da institucionalização das ciências sociais”, tendo como assistente Heloísa A. Torres⁷¹³. Ainda no escopo da UDF, estas duas personagens protagonizariam a fundação do *Club* de Sociologia, em 1937, modalidade de congregação no meio acadêmico sociológico – conhecida também por “Museus Sociais” – direcionada para a promoção e divulgação dos estudos sociais entre o nicho universitário⁷¹⁴.

A multiplicação dos centros de pesquisa e ensino e o número crescente de cadeiras de Antropologia nas Faculdades de Filosofia das universidades tornavam premente e precípuo o equacionamento destas atividades através de um congresso que, segundo Heloísa A. T., permitisse reunir “os especialistas brasileiros, professores e pesquisadores, para um amplo e livre debate de todos os aspectos, quer positivos ou negativos, passados e presentes, das nossas atividades de ensino e de pesquisa no campo das ciências antropológicas, bem como

⁷¹²A referência é provavelmente a Marina São Paulo Vasconcellos, auxiliar de Arthur Ramos na Universidade do Brasil. Carta de Eduardo Galvão para Charles Wagley, 24 ago. 1946. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 376.

⁷¹³MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 127.

⁷¹⁴Integraram o *Club* professores da UDF, como Arthur Ramos (Psicologia Social) e Roquette-Pinto (Antropologia), além de alunos. MEUCCI, 2006, p. 128.

para uma tentativa de colaboração de projetos de atividades futuras”⁷¹⁵. Por meio da discussão e da troca de ideias propiciadas pelo contato direto, a antropóloga visava realizar o balanço crítico do que já havia sido feito no âmbito da Antropologia de modo a alcançar um consenso sobre os rumos mais eficazes para solucionar os problemas presentes e futuros. Tal qual a lista para o anuário, a reunião servia para demarcar fronteiras, enquadrar tendências e construir redes, propiciando os meios para dinamizar a mobilização da Antropologia no cenário nacional.

Incluída nesta problemática está a própria conformação da Antropologia enquanto campo científico dividido em subáreas cada vez mais especializadas, e que requisitavam uma organização da sua modelagem. Ademais, a realização de um congresso voltado para a área era importante para a elaboração de um plano de diretrizes e bases para as atividades antropológicas⁷¹⁶, questão candente na atuação de Heloísa A. T. em prol da regulamentação da profissão. A iniciativa da diretora do Museu Nacional se somava à dinâmica de congressos realizados no Brasil e voltados para segmentos específicos da Antropologia, ou para o escopo mais abrangente das ciências sociais, caracterizados pela busca de definição destas áreas como disciplinas científicas.

Em 1934 e 1937, foram realizados o I, e o II, Congresso Afro-brasileiro. Organizados por Gilberto Freyre (1934), e Édison Carneiro e Arthur Ramos (1937), as edições que tiveram lugar em Recife e Salvador, respectivamente, se voltaram exclusivamente para a questão do negro, contando com a participação de cientistas sociais e especialistas dedicados ao tema, de renome nacional e internacional, além de lideranças negras da comunidade afro-baiana, incluídos na edição de 1937⁷¹⁷. Para Sarah Silva, a realização dos Congressos Afro-brasileiros marcou as primeiras tentativas de reestruturar o campo de estudos africanos e de relações raciais a partir do ponto de vista teórico-

⁷¹⁵Carta de Heloísa A. Torres a Edgar Santos, Reitor da Universidade da Bahia, 12 de outubro de 1952. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953. SEMEAR/MN.

⁷¹⁶Carta de Heloísa A. Torres para Péricles Madureira do Pinho, chefe de Gabinete do MES, 22 de abril de 1952. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c. 41. SEMEAR/MN.

⁷¹⁷Analisando a mudança de perspectiva de parte da elite intelectual para com as expressões culturais africanas na sociedade baiana na década de 1930, Sansone cita como exemplo positivo e original a inclusão de membros oriundos da comunidade afro-baiana como palestrantes ou ocupantes de cargos de honra no II Congresso Afro-brasileiro. SANSONE, 2012. p. 11.

metodológico da “cultura”, desvinculando-o do racismo científico prevalente, até então⁷¹⁸. O impulso dos Congressos Afro-brasileiros a uma nova vertente de estudos raciais repercutiria no aumento da produção, circulação e frequência, de teses, eventos acadêmicos e debates institucionais empreendidos em âmbitos sociais e políticos diversos. Não obstante, o tema do negro abarcava uma modalidade de pesquisa específica dentro da antropologia e que não estava em sintonia com as pesquisas desenvolvidas pelos antropólogos do Museu Nacional, dedicadas ao estudo etnográfico dos indígenas e dos tipos regionais, além da arqueologia.

Um dos desdobramentos acadêmicos derivados da promoção dos Congressos Afro-brasileiros destacado por Silva foi a realização do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do IHGRS, em 1940. Incluindo uma variabilidade maior de áreas científicas, em discussões que ultrapassavam o foco sobre questões regionais, o terceiro congresso do IHGRS contou com uma seção dedicada à Antropologia. Dividida entre Antropologia, Etnografia, Arqueologia e Paleontologia, evidenciando a vinculação de tais disciplinas no âmbito original da Antropologia, a seção compreendeu o debate acerca da origem do homem, de suas características fenotípicas, e das relações étnicas e raciais estabelecidas em sociedade, em um demonstrativo da coexistência das discussões conduzidas tanto sob a ótica culturalista da antropologia, como pela neodarwinista⁷¹⁹. Organizados em datas próximas, estes congressos contaram com a presença dos principais nomes da intelectualidade brasileira, bem como de antropólogos estrangeiros como o norte-americano Melville Herskovitz, figura presente nestes congressos e igualmente relevante no planejamento iniciático da IRBA.

Inseridos no conjunto de iniciativas voltadas para a multiplicação dos espaços de atuação, produção e discussão acadêmica, dinamizando um circuito de trocas e aprendizados de ideias, experiências e conhecimentos que mobiliza e é mobilizado pelos personagens

⁷¹⁸SILVA, Sarah Calvi Amaral. **Africanos e Afro-descendentes nas origens do Brasil:** raça e relações raciais no II Congresso Afro Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940). 2010. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. p. 43.

⁷¹⁹Ibid., p. 176-198.

integrantes do campo das ciências sociais, os congressos funcionavam como catalizadores das sociedades científicas.

No Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia foi criada em 7 de junho de 1941, e teve como presidente Arthur Ramos, então professor da cátedra homônima na FNFi da UB. Inspirada nas sociedades científicas norte-americanas e voltada para o tratamento científico da antropologia e demais ciências correlatas, a SBAE defendia a unificação metodológica das ciências sociais e a superação da concepção de antropologia enquanto estudo do homem “primitivo”⁷²⁰. Seus integrantes variavam entre profissionais e jovens estudantes de diferentes Estados excetuando-se, contudo, Heloísa A. Torres e os funcionários do Museu Nacional⁷²¹. A lacuna, apontada por Miglievich-Ribeiro, corrobora o argumento incrementado ao longo do seu trabalho de que haveria uma discordância de orientação sobre os rumos do desenvolvimento da ciência antropológica entre os dois antropólogos. Acreditamos, contudo, que esta discordância incidia antes sobre a continuidade temática dos domínios aos quais se dedicavam – a etnografia do indígena e do negro – e que, como o próprio Ramos identificou, pertenciam a dois setores distintos do enquadramento da Antropologia *latu sensu*⁷²².

No que se refere à conformação da SBAE, acreditamos que a ausência de personagens vinculados aos quadros do Museu Nacional incide sobre dois aspectos logísticos. Heloísa A. T. iniciara neste ano o planejamento da I Reunião Brasileira de Antropologia, de modo que é possível que tivesse em perspectiva a criação de uma associação nacional de antropólogos. Ademais, o tom político das atividades da SBAE ao promover conferências e denúncias aos crimes raciais como forma de combater a ideologia nazista, sendo vista com reserva pelos policiais do Distrito Federal e pelo governo getulista que associava o engajamento de Arthur Ramos à propaganda comunista⁷²³, destoavam do *modus operandi* com a qual Heloísa A. T. buscava se relacionar com as figuras proeminentes do aparato estatal, sendo ela própria uma figura que atua em nome do Estado, diferente de Ramos.

⁷²⁰AZEREDO, Paulo Roberto. **Antropólogos e pioneiros**. A história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. São Paulo: FFCLH/USP, 1986.

⁷²¹MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 130-132

⁷²²RAMOS, 1943.

⁷²³BARROS apud MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 138. nota.

Outra sociedade científica criada neste período foi a Sociedade de Etnografia e Folclore. Iniciativa de Mário de Andrade, a SEF funcionou em São Paulo entre 1936 e 1939, com o objetivo de “promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos”⁷²⁴. Protegida pelo Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, manteve uma atividade intensa, promovendo e divulgando investigações sobre tabus alimentares, danças populares e medicina popular mediante a realização de publicações e congressos nacionais e internacionais. O direcionamento das suas atividades para elementos tradicionais se respaldava na concepção de Mário de Andrade da etnografia como uma ciência do “popular”, e que, a seu ver, conflitava com a perspectiva “ameríndia” atribuída por Heloísa A. T.⁷²⁵.

A consagração de Heloísa A. Torres no meio acadêmico por meio da sua pesquisa sobre a arte marajoara e sua atuação em prol da ampliação da pesquisa científica junto aos grupos indígenas no Brasil corrobora o argumento de Andrade acerca do entendimento da antropóloga da etnografia como uma disciplina essencialmente ameríndia. Sem embargo, seu interesse pela etnografia sertaneja, introduzida no Museu Nacional por Roquette-Pinto, e continuada nas pesquisas realizadas por ela, Raimundo Lopes e Castro Faria, coloca em xeque o argumento daquele. Como em um dominó, onde a divisão dual da peça complementar incorre no atrelamento a uma variável distinta definida em função do estoque de cada jogador, a indefinição acerca do objeto da etnografia fazia parte da disputa mais ampla por definição dos diversos elementos inerentes às ciências sociais.

4.3 ORGANIZANDO A I REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

⁷²⁴CENTRO Cultural São Paulo. Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore. Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/sef.pdf>. Acesso em: 17/03/2017.

⁷²⁵Interessante notar que no anteprojeto de Mário de Andrade para o SPHAN ele incluiu no livro de arte popular “todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional ou estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia, com exclusão da ameríndia”. Esta constituiria uma categoria à parte, registrada em livro próprio. ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Mário de Andrade: cartas de trabalho. Brasília: MINC/SPHAN/Pró-Memória, 1980. p. 60-61.

Estamos muito entusiasmados com a perspectiva do congresso e mais ainda com a criação da carreira de antropólogo.⁷²⁶

Em uma carta escrita em 7 de fevereiro de 1950 a Renato Locchi, Heloísa A. Torres esclarece o surgimento da proposta de realização da I Reunião Brasileira de Antropologia. Diz ela:

Há alguns anos, num almoço aqui no Museu [Nacional], Gilberto Freyre, Melville Herskovits, Charles Wagley e nós, da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, resolvemos promover a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia no Museu Nacional, na data em que se inaugurassem os nossos salões de exposição. A certa altura a ideia se ampliou com a sugestão do Professor Fróes de que a reunião se estendesse à morfologia humana, o que foi aceito com grande satisfação nossa⁷²⁷.

O almoço referido pela antropóloga ocorreu em algum momento entre setembro e novembro de 1941, intervalo em que Freyre, Herskovitz e Wagley se encontravam no Rio de Janeiro antes de partirem para realizar suas viagens de estudos na América do Sul⁷²⁸, no terreiro de Gantois, em Salvador, e entre os índios Tenetehara, no Maranhão, respectivamente⁷²⁹. A conjugação da realização da I RBA com a inauguração das exposições do museu previstas no planejamento original da diretora reforça sua intenção de potencializar a divulgação das atividades científicas desenvolvidas pelos naturalistas da DAE nos primeiros cinco anos da sua gestão. Com as novas coleções etnográficas

⁷²⁶Carta de Eduardo Galvão para Heloísa A. Torres, 13 ago. 1943. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 362.

⁷²⁷Carta de Heloísa A. Torres para Renato Locchi, 7 fev 1950. Cartas encadernadas, RA 170, 1949-1950, c. 4. SEMEAR/MN.

⁷²⁸Gilberto Freyre acabara de casar com Maria Madalena Guedes Pereira, de modo que a solicitação ao Ministro Capanema para realizar uma viagem de estudos à América do Sul financiada pelo governo também servia como uma viagem de núpcias. SCHWARTMANN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000: 333-334.

⁷²⁹Herskovitz permaneceu no Rio de Janeiro pouco mais que dois meses antes de ir para a Bahia, e Wagley, que já se encontrava no Rio desde 1940, partiria em novembro. GUIMARÃES, 2007.

expostas em uma moderna museografia, a ocasião era propícia para demonstrar aos antropólogos e cientistas sociais convidados os resultados das pesquisas que vinham sendo realizadas no MN, reforçando por um lado sua função social, mas também seu pioneirismo na pesquisa antropológica desenvolvida no Brasil.

Na conferência *A propósito da política cultural do Brasil na América*, proferida no Instituto de Cultura Uguaiio-Brasileiro, em Montevideú, Gilberto Freyre menciona os objetivos iniciais da I RBA. Diz ele:

Pertence esse movimento brasileiro de humanismo científico a iniciativa – que se deve a um dos nossos cientistas mais ilustres de hoje, a Sra. Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro – de reunir na capital do Brasil, em futuro próximo, um congresso de estudos ameríndios que articule pesquisas e preocupações da América inteira com as do Brasil. Que mobilize energias e valores, hoje dispersos, de todos os povos indo-americanos. E quem diz povos indo-americanos diz, em linguagem sociológica, a América por assim dizer total [...] ⁷³⁰.

A constatação de que o projeto da RBA começou a ser articulado em 1941 é relevante, pois antecede em mais de uma década a sua realização. O deslocamento temporal repercute sobre os planos desenvolvidos no Museu Nacional no início da gestão de Heloísa A. Torres e sobre o contexto político em que o país e o mundo se encontravam com o início da Segunda Guerra Mundial.

Além do pessoal da DAE, incluído na comissão de planejamento por razões evidentes, os outros três pesquisadores detinham algum vínculo com a instituição ou com sua diretora. Gilberto Freyre dirigia com Heloísa A. T. o *Club* de Sociologia na UDF, sendo muito próximo da diretora do Museu Nacional, quem inclusive intercedera junto ao Ministro Capanema para que fosse contratado como professor da

⁷³⁰FREYRE, Gilberto; FONSECA, Edson Nery da. **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

Universidade do Brasil, em 1939, convite prontamente recusado⁷³¹. Quanto aos antropólogos norte-americanos, ambos receberam apoio do Museu Nacional para realizarem suas pesquisas de campo no país neste ano, além de gozarem da familiaridade e da confiança de membros chave da elite da antropologia brasileira: Herskovitz com Arthur Ramos⁷³², e Wagley com a própria Heloísa A. Torres.

A presença destes cientistas sociais no almoço marcado para debater a proposta da RBA deixa entrever que os temas em vista para o evento se concentravam sobre a etnologia – representada por Wagley e Galvão – e as questões raciais – representada por Herskovits⁷³³ e Freyre – aferindo um tom claramente culturalista à proposta. Presente de forma sistemática na antropologia deste período⁷³⁴, o conceito de cultura dispunha de grande vigor entre os antropólogos do instituto carioca em virtude do acordo informal estabelecido com a Universidade de Columbia. Ademais, a participação de dois antropólogos norte-americanos reforça a importância dos laços com os Estados Unidos para o desenvolvimento da nossa antropologia neste período, como frisou Marisa Corrêa⁷³⁵.

A composição da comissão da RBA é então definida em uma reunião realizada em fevereiro de 1942, da qual participaram Roquette Pinto, Charles Wagley, Álvaro Fróes da Fonseca, Sergio Buarque de Hollanda e Luiz de Castro Faria, assumindo a seguinte configuração: Presidente, Edgar Roquette-Pinto; Vice-presidente, Álvaro Osório de Almeida; Secretário, Heloísa A. Torres; Tesoureiro, Rodrigo Mello Franco de Andrade; Conselho técnico, Álvaro Fróes da Fonseca,

⁷³¹ Simone Meucci também sugere que Heloísa A. Torres teria convidado Gilberto Freyre a assumir a direção do Museu Nacional quando da vacância do cargo em 1938, e que seria ocupado pela mesma. Apesar de embaçada na correspondência trocada por ambos, e ainda em uma carta de Gastão Cruis a Freyre, o convite parece pouco provável uma vez que a direção do Museu Nacional sempre esteve a cargo dos naturalistas da instituição, tradição todavia vigente. MEUCCI, 2007, p. 110-112.

⁷³² CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a “nação”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 264.

⁷³³ A vinda de Herskovitz ao Brasil, em 1941, contribuiria para o desenvolvimento dos estudos Afro-brasileiros e para a consolidação do país enquanto ideal de integração racial na agenda anti-racista. SANSONE, 2012.

⁷³⁴ OLIVEIRA, 2002-2003.

⁷³⁵ CORRÊA, 1988.

Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Bastos de Ávila e Luiz de Castro Faria⁷³⁶. Composta essencialmente por antropólogos, em sua maioria funcionários e ex-funcionários do Museu Nacional, os nomes escolhidos para integrar a referida comissão indicam o direcionamento pretendido para a organização de uma Antropologia nacional como disciplina científica. A nomeação dos catedráticos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Osório de Almeida e Álvaro Frões da Fonseca incide sobre a sugestão feita por este à Heloísa A. Torres para incluir a temática da antropologia física no programa da RBA, não cogitada inicialmente para compor o programa.

O nome do diretor do SPHAN, Rodrigo Mello Franco, como tesoureiro da RBA acentua a preocupação dos antropólogos da DAE com a questão da preservação do patrimônio cultural enquanto representação simbólica da identidade, da memória e da nação, indispensável à legitimação de uma nova ordem social e política⁷³⁷. Por outro lado, as diretrizes do SPHAN neste período incluíam o apoio aos museus nacionais em atividades voltadas para o inventário e a divulgação por meio de exposições e publicações, e à criação de novos museus⁷³⁸. Dessa forma, a nomeação de Rodrigo Mello Franco parece estar associada ao apoio institucional do SPHAN à realização da I RBA e à sua divulgação em publicações.

De forma semelhante a nomeação de Sérgio Buarque parece estar relacionada à preocupação editorial de Heloísa A. Torres, uma vez que o historiador ocupava o cargo de supervisor da Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro, desde 1939, atuando também como editor. Voltado para a promoção da produção e circulação livreira no país, bem como o incentivo à organização e à manutenção de bibliotecas no país, a parceria com o Instituto Nacional do Livro surgia como uma forma de ampliar a divulgação da produção bibliográfica dos antropólogos do Museu Nacional. Afinal, embora dispusesse de três periódicos estes

⁷³⁶Não puderam comparecer à reunião: Álvaro Osório de Almeida, Bastos de Ávila, Arthur Ramos, Rodrigo de Mello Franco de Andrade e Gilberto Freyre. Relatório de avisos e ofícios, jan-abr 1942, RA 114, of 131, de 14/02/1942.

⁷³⁷Os antropólogos do Museu Nacional, Heloísa A. T., Raimundo Lopes e Castro Faria colaboravam com o SPHAN no levantamento de documentos e informações e na elaboração de pareceres sobre monumentos históricos e naturais. Ademais, Heloísa A. T. era membro nato do Conselho Consultivo do SPHAN, sendo responsável por substituir Rodrigo de Mello Franco na organização da entidade. MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 112.

⁷³⁸FONSECA, 2009.

eram direcionados para um público restrito de cientistas e padeciam com os atrasos e suspensões das suas publicações em virtude da falta de verbas da instituição. Assim, ao articular a participação de Sergio Buarque na comissão da RBA, Heloísa A. T. parece buscar inserir o Museu Nacional na estruturação das redes sociais de produção intelectual no Brasil de então.

Não obstante a articulação, na reunião realizada em 1942 é sugerido o adiamento do simpósio para 1944. Os percalços econômicos advindos da situação de guerra no mundo restringiam a oferta dos materiais necessários à conclusão das obras de reestruturação do edifício do Museu Nacional, mas, sobretudo, dificultavam a participação dos antropólogos norte-americanos. Neste imbróglio, apenas no final da década de 1940 – portanto, após o término da Segunda Guerra Mundial – são retomadas as discussões acerca da realização da I RBA com a designação do MES, por meio de portaria de 20 de fevereiro de 1948, de uma comissão encarregada de planejar o “Primeiro Congresso Brasileiro de Antropologia”, composta por Fróes da Fonseca, Roquette-Pinto, Arthur Ramos e Heloísa A. Torres⁷³⁹.

As restrições orçamentárias do Museu Nacional conjugadas a outros fatores delineariam três propostas consecutivas de cronograma até a sua real efetivação, em novembro de 1953, a saber: 1949 na cidade de Salvador, por ocasião do quarto centenário de sua fundação⁷⁴⁰; 1951 e 1952 no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

4.4 A ANTROPOLOGIA NACIONAL ESBARRA EM SALVADOR

Agora, com relação ao plano do Métraux: acho muito bom, mas é preciso V. dizer a ele que qualquer coisa a ser feita no Brasil tem que ter o Museu Nacional à frente; é a única coisa de que eu faço questão, mas eu faço questão cerrada disso. Você poderá dizer que eu mandei dizer isso a ele.⁷⁴¹

⁷³⁹Carta de Heloísa A.T. para Renato Locchi, 7 fev. 1950. Cartas encadernadas, RA 170, 1949-1950, c. 4. SEMEAR/MN.

⁷⁴⁰Ibid.

⁷⁴¹Carta de Heloísa A. Torres para Charles Wagley, 12 jan. 1941. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 207.

A proposta de realizar a I RBA na Bahia incide sobre a (re)valorização deste Estado com a implantação de ciclos de pesquisas desenvolvidas pelas ciências antropológicas e sociais brasileiras no final da década de 1940, e ao longo da década de 1950. Em sua vinda ao Brasil, em 1945, Ralph Linton, já havia afirmado “ser o Brasil um dos campos mais propícios e mais atraentes para o antropologista”⁷⁴². Dirigida especialmente para a região nordeste, sua assertiva confirmava a percepção vigente sobre esta região enquanto espaço privilegiado para o estudo da cultura e da raça negra. Com o término da Segunda Guerra Mundial e o impacto do genocídio nazista no contexto de desenvolvimento da Guerra Fria, a cooperação técnica internacional e as trocas científicas entre diferentes instituições com vistas à propagação do conceito de civilização ganham novo impulso. Neste contexto, são determinantes para o retorno do Brasil ao foco das pesquisas internacionais a conjugação de prestígio intelectual, relações pessoais, elaboração de trabalhos anteriores e experiências internacionais⁷⁴³.

Havia dois interesses em pauta: o estudo de comunidades, encabeçado pelos antropólogos da Universidade de Columbia, Charles Wagley, Julian Steward e Conrad Arensberg, e os estudos raciais desenvolvidos pela UNESCO, representada por Alfred Métraux e Arthur Ramos. Assim, são estabelecidos o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia-*Columbia University*, o Projeto UNESCO de relações raciais⁷⁴⁴ e o conjunto de pesquisas realizadas no Vale do São Francisco

⁷⁴²A IMPORTÂNCIA dos estudos antropológicos para o planejamento da instrução, da saúde pública e da imigração. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1945. Primeira Seção, p. 3.

⁷⁴³MAIO, Marcos Chior. Abrindo a “caixa-preta”: o projeto Unesco de relações raciais. In: PEIXOTO, F.A., PONTES, H.; SCWARCZ, L.M. (Org.). **Antropologias, histórias, experiências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 159.

⁷⁴⁴Implementado em 1951, o Projeto UNESCO de investigação sobre contatos raciais e étnicos foi originalmente formulado por Arthur Ramos quando do convite para assumir a chefia do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, em 1949, tendo em vista a possibilidade de fortalecer institucionalmente o departamento homônimo da FNFi, especialmente no campo da pesquisa. Inicialmente projetado para contemplar a Bahia, centro aglutinador das pesquisas sobre o negro desde o final do século XIX, incorporou regiões economicamente tradicionais do Nordeste e, posteriormente, o Recife. O contraponto à experiência baiana a partir do desenvolvimento de estudos raciais em um contexto de modernização terminou por incorporar os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendo esse ficado sob a coordenação

desenvolvidos pela ELSP em cooperação com o ISA⁷⁴⁵. Desenvolvidos por antropólogos e cientistas sociais brasileiros e norte-americanos em atuação no país, além de jovens antropólogos norte-americanos em formação, os programas contaram com a participação de pesquisadores como: Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Virgínia Bicudo, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris, entre outros. Procurando refletir sobre temas como: o desenvolvimento econômico, a modernização, a mobilidade social, a participação política e a democracia, as investigações delinearão na antropologia o fortalecimento de uma nova frente de pesquisa voltada para o estudo de comunidades, e inauguraram nas ciências sociais, uma produção acadêmica que concebia como ideologia o mito da democracia racial⁷⁴⁶.

Em um cenário de escassos investimentos em pesquisa, a implantação de novos projetos em cooperação com instituições estrangeiras surgia como uma oportunidade promissora para antropólogos e cientistas sociais brasileiros de alcançar prestígio, recursos e trabalho em equipe⁷⁴⁷. Neste contexto, se faz notar a ausência do Museu Nacional entre as instituições de cunho antropológico conveniadas nos referidos projetos, sobretudo quando a instituição se destacava nas atividades de pesquisa. De fato, a voga dos estudos de relações raciais restringia as possibilidades da sua participação, uma vez que as pesquisas antropológicas desenvolvidas na DAE tinham por

do sociólogo Costa Pinto em virtude das relações profissionais e pessoais que detinha com Arthur Ramos. Ver: MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). 1997; PEREIRA, Claudio Luiz; SANSONE, Lívio (Org.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007.

⁷⁴⁵Coordenado por Donald Pierson, docente da ELSP e representante brasileiro do *Institute of Social Anthropology* (ISA), o projeto do São Francisco teve como objetivo a pesquisa detalhada do modo de vida de suas populações, levando-se em consideração as características físico-geográficas da região e as dimensões históricas, econômicas e socioculturais de suas comunidades. O comprometimento de Pierson com este projeto quando da vinda de Alfred Métraux ao Brasil, em novembro de 1950, incorreu na indicação de Oracy Nogueira, também da ELSP, para assumir a etapa da pesquisa do Projeto UNESCO em São Paulo.

⁷⁴⁶MAIO, 2004.

⁷⁴⁷Ibid., p. 145.

objeto o indígena, seja no âmbito da antropologia física ou da cultural. Por outro lado, o interesse dos antropólogos de Columbia – já articulados com o quadro do MN – em desenvolver estudos de comunidades abria uma brecha para a participação na nova agenda das ciências sociais brasileiras que então se conformava. Ademais, como colocou Oracy Nogueira, os estudos de comunidades consistiam em:

[...] levantamentos de dados sobre a vida social em seu conjunto, relativos a uma área cujo âmbito é determinado pela distância a que se situam nas várias direções, os moradores mais afastados do centro local de maior densidade demográfica, havendo entre os moradores do núcleo central e os da zona circunjacente, assim delimitada, uma interdependência direta para a satisfação de, pelo menos, parte de suas necessidades fundamentais⁷⁴⁸,

e, embora não fosse indicado, permitiam sua aplicação aos grupos indígenas.

Dentre os pesquisadores envolvidos nos projetos implementados na Bahia, Wagley detinha estreitas relações com o Museu Nacional, especialmente com Eduardo Galvão. Por sua vez, Julian Steward, coordenador do ISA, já havia tentado consolidar a parceria com o Museu Nacional em 1943, antes de firmá-la com Donald Pierson. Embora a sedimentação do convênio com a ELSP dificultasse a inserção do Museu Nacional, tendo em vista o desconforto que a formação autodidata causava à nova geração de antropólogos universitários, a iniciativa de Wagley, antigo colaborador da instituição, de coordenar uma investigação com seus alunos da Universidade de Columbia na Bahia, em parceria com os órgãos oficiais do Estado, aparecia como um terreno propício às investidas de Heloísa A. Torres – senão como uma devida retribuição. Ainda mais com a incorporação do projeto Columbia-Bahia pelo projeto UNESCO.

Idealizado por Anísio Teixeira, então secretário estadual de Educação e Saúde durante a gestão de Otávio Mangabeira (1947-1951), o Programa Bahia-Columbia foi coordenado por: Thales de Azevedo, antropólogo da Universidade da Bahia designado para representar o

⁷⁴⁸NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidades no Brasil. Revista de Antropologia. v. 3, n.2, p. 95-103, 1955. p. 95.

Estado; Costa Pinto, sociólogo da UB, e Charles Wagley, antropólogo da Universidade de Columbia. O programa, que teve início em 1949, contemplou o estudo da vida social de três comunidades rurais próximas a Salvador com o objetivo de colher subsídios para o desenvolvimento de futuras políticas de modernização dessas áreas. O anteprojeto foi elaborado por Wagley em parceria com Galvão⁷⁴⁹, que fora readmitido ao Museu Nacional como naturalista auxiliar, em 1950. Assim, a convite da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, Galvão vai em julho deste ano a Salvador para tomar parte no plano de estudos de comunidades rurais desenvolvido pelo Programa Bahia-Columbia.

De forma semelhante àquela estabelecida no convênio informal entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia no final da década de 1930, o referido programa previa o auxílio de estudantes brasileiros aos jovens antropólogos norte-americanos⁷⁵⁰. Com um cronograma de trabalhos de campo que incluía três semanas em Rio das Contas, Galvão prestou assistência ao jovem antropólogo norte-americano, Harry W. Hutchinson, encarregado do setor de pesquisa em Vila de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano. Neste ensejo, percebemos que a proposta de realizar a I RBA em Salvador conciliava dois fatores importantes, a saber: a possibilidade de participação do Museu Nacional nos projetos de pesquisa antropológicas desenvolvidos em cooperação com instituições norte-americanas, especialmente no que se refere ao estudo de comunidades; e a garantia da presença de antropólogos norte-americanos no simpósio.

Escassamente rememorada na literatura científica sobre o desenvolvimento do Projeto UNESCO no Brasil, a participação restrita de Galvão elocubra o rompimento da sociedade de Wagley com Heloísa A. Torres e o Museu Nacional. O que está posto na frustração da diretora com a perda de poder sobre o projeto é, de igual forma, o *não dito* de Certeau – os conceitos, normas e vigências institucionais que se organizam silenciosamente o meio acadêmico, determinando a

⁷⁴⁹CARVALHO, Maria Rosário G. de. A Chapada Diamantina em três registros ou três tempos. In: PEREIRA, SANSONE, 2007. p. 374.

⁷⁵⁰Os estudantes brasileiros eram os cariocas, Nilo Garcia e Lincoln Allison Pope, e os baianos, Maria Raimunda Guerra de Macedo, Josildeth Gomes Consorte, Nilda Guerra de Macedo e Carmelita Junqueira Ayres. Os jovens antropólogos norte-americanos eram Marvin Harris, Benjamin Zimmermann e Harry W. Hutchinson. CONSORTE, Josildeth Gomes. Recordações de um aprendizado antropológico. In: PEREIRA; SANSONE, 2007. p. 83.

imposição dos seus procedimentos – e o marco que delimita o recuo do seu carisma no meio antropológico nacional e internacional.

Inviabilizada a proposta de realizar a I RBA em Salvador⁷⁵¹, Heloísa A. Torres retoma paulatinamente suas viagens de atividades científicas após longo período de dedicação burocrática e administrativa ao Museu Nacional. Era tempo de pensar em si⁷⁵². Visita Paris, onde é nomeada Delegado do Brasil junto à Conferência Geral da UNESCO, e aproveita para estreitar as relações culturais e científicas com o *Musée d'Histoire Naturelle* e o *Musée de l'Homme*, promovendo permuta de espécimes e bibliografia⁷⁵³, além de contatar livrarias para a encomenda de trabalhos científicos. No retorno ao Brasil, parte para uma viagem de pesquisa etnográfica à Salvador e arredores a fim de completar seus estudos sobre os trajes das baianas. Impulsionado por Roquette-Pinto, o interesse pela etnografia regional era compartilhado por Heloísa A. Torres e por Castro Faria, que também esteve na Bahia em 1949 realizando um estudo etnográfico sobre os aspectos econômicos e sociais das feiras nordestinas e que seria complementado com a pesquisa em outros Estados. Ademais, ambos realizaram conferências sobre o tema⁷⁵⁴, incrementaram o acervo do Museu Nacional com novas aquisições e organizaram, com a colaboração da equipe da DAE, a Exposição de Folclore no Museu Nacional, em 1950⁷⁵⁵.

A retomada da discussão sobre a I RBA incorre na transferência do plano para o Rio de Janeiro com a sugestão para que ocorresse no verão de 1951⁷⁵⁶. De acordo com Heloísa A. Torres, esta seria a época mais agradável e favorável à vinda dos estrangeiros, conforme esclarece na carta encaminhada a Renato Locchi, em fevereiro de 1950: “Como há

⁷⁵¹Durante a pesquisa não foi identificada a razão da anulação do simpósio na Bahia.

⁷⁵²Carta de Heloísa Alberto Torres para Eduardo Galvão, 30 mar 1948. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 402

⁷⁵³DIVISÃO, 1950.

⁷⁵⁴Heloísa A. Torres proferiu uma palestra sobre arte regional, no Automóvel Club, promovida pelo Rottary Club. REUNIÕES e conferências. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1940. Primeira Seção, p. 7.

⁷⁵⁵Relatório – Excursão realizada por Eduardo Galvão durante os meses de maio e junho de 1950, à região do Alto Xingu, com o objetivo de estudos etnológicos. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx1, Relatórios de Antropologia, 1846-1974. SEMEAR.

⁷⁵⁶Carta de Heloísa A Torres para Renato Locchi, 7 de fevereiro de 1950. Cartas encadernadas, RA 170, 1949-1950, c. 4. SEMEAR/MN..

número vultuoso de pesquisadores americanos que certamente concorrerão à Reunião e que, sendo professores universitários, só poderão vir ao Brasil nas férias de verão, planejáramos essa reunião para tal ocasião”⁷⁵⁷. A presença dos antropólogos norte-americanos continuava a ser a condição *sine qua no* para a realização do seminário. Ademais, as obras de consolidação do edifício do Museu Nacional encontravam-se praticamente concluídas. A reforma do Palácio da Quinta da Boa Vista, edificação do século XVIII tombada pelo SPHAN, viabilizou a adaptação de alguns setores ao mínimo de condições necessárias para a realização dos trabalhos científicos onde, através dos seus corredores claros, limpos e silenciosos, se encontrava “gente debruçada em livros, gente de cabeça baixa sôbre papéis, gente vestida de aventais brancos, porque devem sujar muito as roupas modernas de verão as velharias de um Museu”⁷⁵⁸. A obra, que também atentou para a preservação e o restabelecimento de algumas das características originais e históricas do palácio, como a cor da pintura utilizada no cômodo que serviu de quarto de D. Pedro, em 1870⁷⁵⁹, facultava a realização da I RBA no Museu Nacional.

Neste interregno, a retomada do certame acerca da realização do simpósio coincide com a eleição de Getúlio Vargas para a presidência do Brasil, em 1950. Caracterizado pela retomada do desenvolvimentismo nacional com amplas concessões às classes populares e a criação de mecanismos de investimento e desenvolvimento brasileiro como a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o segundo governo Vargas (1951-1954) se trazia novas perspectivas aos projetos científicos postulados pelo Museu Nacional. Para a historiadora Heloísa Domingues, o capital social e o forte sentimento de nacionalidade de Heloísa A. Torres, e a herança do seu pai, o jurista e ideólogo do nacionalismo brasileiro, Alberto Torres (1865-1917), assinalam o ponto nodal da garantia de uma sólida posição entre a diretora e o mandatário⁷⁶⁰. A instalação do novo governo favorecia sua recepção no Palácio do Catete para discutir assuntos relacionados ao MN e à esfera indigenista.

Prejudicado pelas restrições orçamentárias que reduziram o pessoal e as publicações neste período, a realização da I RBA no Museu

⁷⁵⁷ Ibid.

⁷⁵⁸ MULHERES, 1952, capa.

⁷⁵⁹ Ibid.

⁷⁶⁰ DOMINGUES, 2010, p. 629.

Nacional é postergada para o dia 15 de julho de 1952⁷⁶¹. Temendo que a falta de verbas a obrigasse a protelar mais uma vez o simpósio, Heloísa A. Torres aciona seu “efeito de presença”⁷⁶². No dia 6 de outubro de 1951 é recebida, pessoalmente, por Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, para deliberar acerca de questões de interesse do Museu Nacional⁷⁶³. No ofício que encaminhou ao Ministro da Educação e Saúde, Edgar Santos, em 22 de abril de 1952, a diretora faz um apelo para que o Presidente da República libere verba para a realização da I RBA⁷⁶⁴. O ofício, ao qual ia anexado o Anteprojeto de Regulamento constando dos objetivos, propósitos e do modelo a ser adotado pelo simpósio, assumia um tom enfático ao expor as razões pelas quais a realização do enclave se tornava premente. Nas palavras de Heloísa A. Torres:

A multiplicação dos centros de pesquisa, o número crescente de cadeiras de Antropologia, nas Faculdades de Filosofia da Capital e dos Estados, os aspectos práticos e aplicados da Antropologia, cada vez mais evidentes, são fatores de ponderável significado no quadro geral das atividades culturais e científicas do país e seu equacionamento uma tarefa urgente e necessária⁷⁶⁵.

Não obstante os esforços para a realização da I RBA em julho deste ano, a mudança no cronograma coincidia com a Primeira Reunião Brasileira de Anatomia e Antropologia, programada para ocorrer em São Paulo, entre 28 e 31 de julho de 1952⁷⁶⁶. Antevendo o desfalque que a

⁷⁶¹Ofício de Heloísa A. T. para o Reitor da UB com o Ante-projeto de Regulamento para a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia – Museu Nacional – julho de 1952, 2 out. 1951. Cópias de avisos e ofícios, RA 144, D 144, set-dez 1951, of. 602, p. 37-40.

⁷⁶²FARIA, 1998, p. 202.

⁷⁶³NO PALÁCIO do Catete. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1951. Primeira seção, p. 4.

⁷⁶⁴Anteprojeto de Regulamento para a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, Museu Nacional - julho de 1952. Anexo da carta de Heloísa A. Torres ao Ministro da Educação, 22 de abril de 1952, ofício nº 41, p. 50-53.

⁷⁶⁵Ibid.

⁷⁶⁶Carta de Heloísa A. T. para Renato Locchi, 26 mai. 1952. . Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c. s/n. SEMEAR.

sobreposição de simpósios poderia ocasionar na frequência dos participantes da I RBA, Heloísa A. Torres sugere a Renato Locchi, professor do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina de São Paulo e organizador do evento, que este se atenha à temática da Anatomia, deixando a Antropologia para o simpósio no Rio de Janeiro⁷⁶⁷. A sugestão é acatada por Locchi que, entretanto, mantém o cronograma previsto para o simpósio.

Buscando equilibrar de forma diplomática o prejuízo da delonga do Museu Nacional com a realização do evento em São Paulo, Heloísa A. T. felicita seu colega pelo progresso da ideia da Reunião de Anatomia, reiterando seu compromisso de comparecer ao seminário e lamentando “que não estivesse tão adiantada a marcha da Seção que ficara a cargo do Museu Nacional”⁷⁶⁸. De fato, a apreciação da Reunião de Anatomia e das instalações de serviços da Faculdade de Medicina com o trabalho ali desenvolvido surtiram efeito exemplar sobre a diretora, que se despede de Locchi dizendo estar “tremendo de medo pelo que será a Reunião de Antropologia de julho de 1953, depois do modelar exemplo que o Sr. nos deu”⁷⁶⁹. Permeada pela visita a museus e laboratórios e departamentos técnicos das faculdades, onde apreciou as instalações e o funcionamento de tais serviços, a estância de oito dias de Heloísa A. T. em São Paulo incluiu uma reunião para debater questões de interesse geral da RBA⁷⁷⁰. Presidida por Fernando Azevedo e com a participação de técnicos dos Departamentos de Antropologia e Sociologia da USP, do Museu do Ipiranga, da ELSP e do Departamento de Antropologia Aplicada da Prefeitura de S. Paulo, foi constituída a organização da Comissão Paulista da I RBA. Tantas vezes postergada e alterada, a proximidade da Reunião era ansiosamente aguardada pela diretora do Museu Nacional que unia forças com seus colegas de outros

⁷⁶⁷ Junto com Roquette-Pinto, Bastos de Ávila, Fróes da Fonseca e Arthur Ramos, os dois estiveram entre o círculo de pesquisadores e professores que apoiaram, em 1944, a criação da Sociedade Brasileira de Anatomia e Antropologia. MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 132-133.

⁷⁶⁸ Carta de Heloísa A.T. para Renato Locchi, 26 mai. 1952. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c. s/n. SEMEAR.

⁷⁶⁹ Carta de Heloísa A. T. para Renato Locchi, 7 out. 1952. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c. 63. SEMEAR.

⁷⁷⁰ Foram incluídos no roteiro de visitas de Heloísa A. T.: a USP (Departamento de microfilmes, Faculdade de Ciência, Departamento de Zoologia), o Instituto Butantã, o Museu Paulista de Arte e o Museu do Ipiranga. Relatório de avisos e ofícios, RA 147, set-dez 1952, p. 168. SEMEAR.

Estados para consolidar uma das maiores contribuições do seu legado de produtividade no trabalho, segundo ela “o maior bem da vida”⁷⁷¹, à Antropologia brasileira e ao Museu Nacional.

Na delonga em concretizar a I RBA, a geração de antropólogos contemporâneos de Heloísa A. Torres ia se esvaindo. O apelo a Locchi era dirigido em um momento em que “O doutor Roquette não está bem; o Ramos faleceu e o Fróes sumiu ... Da Comissão nomeada pelo Ministro para cuidar do Congresso, resto apenas eu, aguardando uma palavra sua”⁷⁷². Era necessário reformular a composição da Comissão de organização da I RBA, e dessa vez, Heloísa A. Torres sugeria que a sua composição se restringisse aos funcionários e ex-funcionários da DAE do Museu Nacional, a saber: Roquette-Pinto, Galvão, Castro Faria, Pedro de Lima e Tarcísio Messias, além de si própria. Aprovada pelo Ministro da Educação e Saúde em 14 de maio de 1952 e com a sugestão para sua aprovação pelo Presidente da República⁷⁷³, o cronograma do simpósio passa, pela última vez, para o período entre 8 e 14 de novembro de 1953.

4.5 TIRANDO A CONFERÊNCIA DO PAPEL

O desenlace da I RBA no início da década de 1950, uma década após sua formulação, remete ao contexto político que concatena os dois períodos. Em 1941, ano em que Heloísa A. Torres organizou o almoço no Museu Nacional para articular sua organização, o país se encontrava sob a ditadura do Estado Novo, que vigorou entre 1937 e 1945. O fim do regime estado-novista comandado por Getúlio Vargas coincide com o término da Segunda Guerra Mundial, e com a transferência do Museu Nacional do MES para a Universidade do Brasil. Por um lado, o encerramento do conflito armado e o fortalecimento de parcerias e convênios com institutos acadêmicos de pesquisa norte-americanos para o desenvolvimento de pesquisas antropológicas no Brasil viabilizava a presença de antropólogos norte-americanos na I RBA. Por outro, a transferência de autarquia do Museu Nacional derivava na redução do

⁷⁷¹ Carta de Heloísa A. T. para Fernando de Azevedo, 3 fev. 1948. Cartas encadernadas, RA 169, c.19. SEMEAR.

⁷⁷² Carta de Heloísa A.T. para Renato Locchi, 7 fev. 1950. Cartas encadernadas, RA 170, 1949-1952, c. 4. SEMEAR.

⁷⁷³ Carta de Heloísa A. T. para Péricles Madureira do Pinho, 22 abr 1952. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c. 41. SEMEAR.

orçamento do instituto, atrelado às demandas burocráticas da Universidade.

Desta forma, o retorno de Getúlio Vargas à presidência em 1951 dava novo ensejo aos projetos científicos do Museu Nacional. A indicação do Chefe da Casa Civil para que Castro Faria representasse oficialmente Brasil no Congresso Internacional de Americanistas, em Londres, e no Congresso de Ciências Antropológicas e Etnológicas, em Viena, ambos realizados em 1952, e louvada por Heloísa A. Torres na medida em que “restabeleceu uma praxe que, em tempos, marcava o prestígio desta Casa”⁷⁷⁴, coteja as relações pessoais que a diretora do Museu Nacional detinha nas altas esferas do governo Vargas. Parafraseando a marchinha popular, é possível dizer que o Museu Nacional pendurou o retrato do velho outra vez, com gosto. Neste intuito, a retomada da proposta da I RBA no período coetâneo ao início do segundo governo Vargas sugere a dimensão política da *rotinização do carisma* da diretora do Museu Nacional neste período da história política brasileira.

Com o intuito de coletar dados para o simpósio, Heloísa A. Torres viaja a Salvador em abril de 1953. A volta à capital soteropolitana era aproveitada pela antropóloga para dar continuidade às suas pesquisas de etnografia regional baiana, iniciada anos antes. Auxiliada inicialmente pelo cônego Manoel Barboza, da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia⁷⁷⁵, estuda minuciosamente as coleções do Instituto Feminino da Bahia e do Museu do Estado. Atenta aos costumes do cotidiano, analisa os trajes de uso atual “em visitas domiciliares às respectivas portadoras, visitas às casas de penhores, aos antiquários (para os adereços próprios), barracas de mercado, etc.”⁷⁷⁶, sendo auxiliada por duas informantes as quais presenteou com “um corte de vestido” para cada uma, em seu retorno ao Rio⁷⁷⁷. Por fim, aproveita a viagem para cumprir demandas administrativas do instituto, como a

⁷⁷⁴Carta de Heloísa A. T. para Lourival Fontes, 22 jul 1952. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c. 53. SEMEAR.

⁷⁷⁵Carta de Heloísa A. T. para o Cônego Manoel Barboza, 26 abr. 1953. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c.6. SEMEAR.

⁷⁷⁶Relatório anual. Relatório de avisos e ofícios, mai-ago 1951, RA 143, p. 228. SEMEAR.

⁷⁷⁷Carta de Heloísa A. T. ao Tenente Coronel Gerardo Lemos do Amaral, 3 set. 1953. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c. 25. SEMEAR.

compra de uma mobília em jacarandá, modelo Luís XV, para o Museu Nacional, previamente acordada com a Reitoria da UB⁷⁷⁸.

No retorno ao Distrito Federal, retoma as deliberações com a Comissão Organizadora da I RBA acerca do formato adotado para o simpósio, previamente estabelecidos no Ante-projeto de 1952. Como visto, seus objetivos eram “reunir os especialistas brasileiros, professores e pesquisadores, para um amplo e livre debate de todos os aspectos, quer positivos, quer negativos, das atividades de ensino e de pesquisa, no campo das ciências antropológicas, bem como uma tentativa de colaboração de projetos de atividades futuras”⁷⁷⁹. A partir do balanço do que já havia sido feito e do que vinha sendo feito no âmbito da antropologia no Brasil, a Comissão pretendia elaborar um plano de diretrizes e bases para tais atividades com um alcance nacional.

Com vistas a amplificar o interesse dos participantes, o critério adotado foi a divisão em temas antropológicos representativos dos problemas de interesse para os estudos sociais no país. A generalização das pautas privilegiava a reunião de todos os especialistas brasileiros para um debate livre, sincero e espontâneo sobre os problemas relativos ao ensino e à pesquisa nas ciências antropológicas, no Brasil, distanciando o simpósio da rigidez clássica dos demais congressos, como apontou Diegues Junior⁷⁸⁰. O público-alvo eram os professores de Antropologia das Faculdades de Filosofia do país, técnicos de institutos especializados da União e dos Estados, professores de Anatomia das Faculdades e autores de trabalhos antropológicos e anatômicos especialmente convidados. Ademais, poderiam participar da I RBA autoridades federais, estaduais e municipais especialmente convidadas.

De modo a organizar os temas das conferências foram conformadas quatro comissões técnicas respectivas às áreas de interesse antropológico, a saber: Arqueologia, Antropologia Cultural, Linguística, e Antropologia Física e Anatomia. Para cada temário foram convidados relatores que ficaram encarregados de realizar uma exposição das respectivas especialidades, atualizando os participantes sobre os resultados de seus trabalhos e experiências de modo a contribuir para o

⁷⁷⁸Carta de Heloísa A. T. para Pedro Calmon, 28 abr. 1953. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c. 5. SEMEAR.

⁷⁷⁹Carta de Heloísa A. T. para Edgar Santos, 12 out. 1953. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953, c. 37, p. 156. SEMEAR.

⁷⁸⁰JUNIOR, Manuel Diegues. Uma Reunião diferente. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1953a. Suplemento literário, Seção Folclore e História, p. 3.

balanço crítico das atividades científicas de ensino e pesquisa nos diferentes setores. Os trabalhos deveriam ser enviados para a Comissão até o dia 20 de outubro, que também se propunha a receber, até o dia 30 de setembro, as contribuições de estudiosos, técnicos e pesquisadores que quisessem enviar súmulas de até dez páginas com as suas experiências relacionados aos temas do simpósio⁷⁸¹. A entrega dos trabalhos por escrito, bem como a disponibilização de um serviço de estenografia para registro dos debates tinha em vista a reprodução das discussões nos Anais da 1ª RBA⁷⁸².

Aguardado pelos participantes do simpósio⁷⁸³, igualmente cientes da sua importância para a ampliação e valorização do conhecimento acerca dos trabalhos desenvolvidos em Antropologia, os Anais da I RBA jamais foram publicados. Aguardando, todavia a sua publicação, cinco conferências e uma convenção apresentados e debatidos durante a I RBA foram publicados, de forma esparsa, no periódico *Revista de Antropologia*, fundado na USP por Egon Schaden, em 1953⁷⁸⁴. Esta lacuna editorial trazia (e traz) limitações aos pesquisadores e demais interessados em acessar a pauta das discussões travadas durante o simpósio. Em um dos poucos trabalhos dedicados à I RBA, Roberto Cardoso de Oliveira comenta que tomou conhecimento das conferências mediante a circulação de cópias datilografadas em papel carbono dos textos⁷⁸⁵. Compreendemos que os prejuízos advindos da sua não

⁷⁸¹BALANÇO crítico das nossas atividades científicas. **A Noite**, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1953.Primeira Seção, p. 14.

⁷⁸²JUNIOR, 1953a.

⁷⁸³AZEVEDO, Thales de. Um estudo antropológico do homem nos trópicos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1954. Suplemento literário, p. 2.

⁷⁸⁴SCHADEN, Egon. Problemas do ensino da Antropologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.2, n.1, p. 1-10, 1954; MACHADO, O. de Souza. Nota sobre o valor dos caracteres não métricos para o diagnóstico sexual do crânio. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.2, n.1, p. 11-18, 1954; Convenção para a grafia dos nomes tribais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.2, n.2, p.150-152, 1954; NOGUEIRA, 1955; CUNHA, Mario Wagner Vieira da. Possibilidades de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.3, n.2, p. 105-113, 1955; GALVÃO, Eduardo. Estudos sobre a aculturação dos grupos indígenas do Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 64-74, 1957.

⁷⁸⁵Roberto Cardoso de Oliveira comenta que teve acesso às cópias datilografadas dos trabalhos em papel carbono. OLIVEIRA, 2002-2003, p. 13.

publicação corroboraram para a falta de estudos existentes acerca da realização da I RBA, mormente rememorada em livros celebrativos do simpósio⁷⁸⁶ e recuperada de forma praticamente inédita na presente pesquisa.

A análise da programação do simpósio publicada nos periódicos, em especial, pelo Diário de Notícias iniciada em setembro, somada àquela publicada na *Revista de Antropologia* e aos documentos salvaguardados no Serviço de Memória e Arquivo do Museu Nacional – que incluem o folheto original do simpósio – permitiu atualizar os nomes dos especialistas e os temas por eles apresentados e relacionados no artigo que Oliveira dedicou aos cinquenta anos da I RBA⁷⁸⁷.

Dessa forma, o simpósio foi dividido em onze temas, a saber: 1 - *Problemas de ensino da Antropologia*, com **Marina São Paulo de Vasconcellos**, professora de Antropologia da FNFfi da UB, **Egon Schaden**, professor de Antropologia da FFCL da USP, e **Antonio Rubo Muller**, bacharel em Ciências Políticas pela ELSP (1938) e doutor em Antropologia Social pela Universidade de Oxford (1951); 2 - *Possibilidades de pesquisa e exercício de atividade técnico-profissional (instituições oficiais)*, com **Heloísa Alberto Torres**, diretora do Museu Nacional, **Mário Wagner da Cunha**, Diretor do Instituto de Administração da USP, **José Loureiro Fernandes**, professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, e **Donald Pierson**, professor de Sociologia da ELSP; 3 - *O indígena*, com **Herbert Baldus** (Etnologia), chefe da Seção de Etnologia do Museu Paulista e professor da ELSP, **Florestan Fernandes** (Utilização e fontes históricas), então livre-docente da cadeira de Sociologia I na FFCL da USP (1953), **Darcy Ribeiro** (política indigenista), e **Eduardo Galvão** (Aculturação), ambos etnólogos da Seção de Estudos do SPI; 4 - *O negro*, com **Edison Carneiro**, folclorista e jornalista então contratado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (1953), **Roger Bastide**, catedrático de Sociologia da USP e **José Bonifácio Martins Rodrigues**, docente da Escola de Serviço Social do Distrito Federal; 5 -

⁷⁸⁶O conjunto dos trabalhos apresentados na I RBA encontra-se salvaguardado no acervo do PHAB, Coleção Roberto Cardoso de Oliveira, no Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP. Outros trabalhos que abordam de forma breve a I RBA, são: CORRÊA, Mariza. **As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)**. Brasília, DF: ABA, 2003; ECKERT, Cornelia; GODOI, Emilia Pietrafesa (Orgs.). **Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

⁷⁸⁷OLIVEIRA, op. cit.

O branco povoador e imigrante, com **Castro Barreto** (Imigração), **José Arthur Rios**, sociólogo e Coordenador da Seção de Pesquisas Sociais do SESP (1953), e **Manuel Diegues Junior** (Assimilação e Aculturação), sociólogo e folclorista; 6 – *Estudos de comunidade*, com **Luis de Aguiar Costa Pinto**, sociólogo e professor da FNFi da UB, e **Oracy Nogueira**, sociólogo e professor da ELSP; 7 – *Áreas regionais*, com **Thales de Azevedo**, catedrático de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, e **Fernando Altfender**, catedrático de Antropologia Social na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná (1953); 8 – *Cultura e personalidade*, com **René Ribeiro**, médico e antropólogo, chefe do Departamento de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco; 9 – *Antropologia física*, com **Bastos de Ávila e Maria Julia Pourchet** (Antropologia dos escolares), ambos do Serviço de Antropometria do Instituto de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro, **Pedro de Lima** (Antropologia do indígena), naturalista do Museu Nacional, Renato Locchi (Anatomia racial), professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, **Tarcísio Messias** (Mestiçagem), naturalista do Museu Nacional; 10 – *Arqueologia*, com **Heloísa Alberto Torres** (Amazônica), **Luis de Castro Faria** (Litoral sul – sambaquis), naturalista do Museu Nacional; 11 – *Linguística*, com **Joaquim Mattoso Câmara** (Geral), livre-docente de Língua Portuguesa na FNFi (1952), **Plínio Ayrosa** (Americana), professor de Etnografia e Tupi na USP, e **Serafim da Silva Neto** (Dialetoлогия), catedrático de Filologia Românica na UB.

Como se depreende da pauta temática e dos nomes dos especialistas convidados, a orientação do simpósio para um debate amplo extrapolava os problemas teóricos e conceituais da Antropologia *latu sensu*, ou da Antropologia *stricto sensu*, isto é, física, abarcando os limites teóricos e conceituais das ciências sociais. Na nota que publicou no periódico Diário de Notícias por ocasião da inauguração dos trabalhos da I RBA, o folclorista Manoel Diegues Junior atenta para a imprecisão das fronteiras entre as ciências antropológicas e sociais. Diz ele:

Seria também o caso de considerar até onde vão os campos das ciências sociais ou humanas: da Antropologia, da Sociologia, da Etnologia, por exemplo. Onde chegam seus limites, onde cada uma encontra terreno de jurisdição de outra: ou então têm um mesmo campo, agem nos mesmos setores, trabalham os mesmos assuntos? São

problemas teóricos que ainda não é possível definir perfeitamente; mas é possível dizer que são ciências – a Antropologia, a Etnologia, a Sociologia – que se diferenciam apenas por pontos de vistas, os pontos de vista em que se colocam os respectivos especialistas dentro da matéria específica com que cada uma encara o homem. [...] Nada de irreconciliável, nem de antagônico[sic] entre elas, entre as ciências do homem, sociais ou especificamente antropológicas. E se particularizarmos certas situações a discussão prossegue, infundável, rica, belíssima. O caso do Folclore: é uma ciência autônoma ou é elemento integrante da Antropologia Cultural? Admitida como preliminar uma das hipóteses, continua o debate: deverão considerar-se como folclóricos apenas os fatos de cultura espiritual ou igualmente estes e os de cultura material? O assunto é vasto, dividem-se os autores, teorias se formulam⁷⁸⁸.

Polígrafo, Diegues Júnior reflete nesta nota sua própria experiência profissional, caracterizada pela plasticidade e pela indefinição que marcaram esta época das ciências sociais⁷⁸⁹. Generoso ao classificar a obra do bacharel em Direito entre as diversas áreas que então compunham as ciências sociais, Castro Faria atenta para as imbricações e a dependências que as ciências sociais, todavia mantinham com as demais profissões já consolidadas na década de 1940. Diz ele:

Essa pluralidade, de fato não pode ser descartada – ela é marca de um tempo em que, para além dos limites dos saberes rigorosamente profissionais, no sentido das chamadas profissões liberais, com seu exercício fiscalizado pelo Estado, todos os demais saberes tinham que ser construídos segundo cada plano individual de apropriação e uso das fontes de conhecimento – sobretudo as estrangeiras, com alto grau de consagração – pois

⁷⁸⁸JUNIOR, Manuel Diegues. Reunião Brasileira de Antropologia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1953. Suplemento literário, p. 3.

⁷⁸⁹FARIA, 1998, p. 224.

eles não tinham sido ainda acolhidos pela academia. Assim bacharéis em Direito, médicos e engenheiros tornaram-se autores de trabalhos de história, de sociologia, de antropologia, de economia, e certamente os primeiros professores daqueles que se qualificariam mais tarde como historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas. Só as faculdades de filosofia (meados da década de 30 e início da de 40), e bem depois as ciências econômicas formariam estes profissionais⁷⁹⁰.

A porosidade entre os objetos de pesquisa das ciências antropológicas e sociais também foi pontuada por Thales de Azevedo no balanço que realizou sobre as discussões desenroladas na I RBA, porém de forma mais crítica que Diegues Junior. Em suas palavras:

O que se empreendeu até agora é um pouco mais do que alguns supunham embora represente apenas os primeiros passos da autonomia da antropologia, entre nós, em relação a outros ramos dos estudos da sociedade, bastante antigos e desenvolvidos no Brasil. Não importa que isto se verifique no momento em que os cientistas sociais experimentam uma extrema dificuldade em delimitar os campos das suas especialidades. A antropologia não perderá tão cedo, se é que um dia virá a ceder terreno, a sua identidade como ciência que tem, não apenas objeto próprio, a cultura, mas um método que lhe é peculiar, característico, o etnográfico. Mas até onde aceitará a ajuda dos métodos e técnicas de outras ciências e penetrará em campos que foram, até muito pouco tempo, privativos, por exemplo, da sociologia ou da psicologia social, é coisa que não cabe aqui discutir⁷⁹¹.

A I Reunião Brasileira de Antropologia abria o espaço para a discussão dos temários vigentes no meio antropológico, colocando em

⁷⁹⁰ Ibid., p. 224-225.

⁷⁹¹ AZEVEDO, 1953.

pauta também a reivindicação do estatuto da Antropologia enquanto uma disciplina científica autônoma em relação à sociologia.

4.5.1 A Antropologia a meio caminho entre o museu e a universidade

Apenas sei que a autenticidade de interesses e as características pessoais de Heloisa Torres não são muito bem vistas em São Paulo.⁷⁹²

No Palácio da Reitoria da UB, na Praia Vermelha, às 17h do dia 8 de novembro de 1953, era finalmente iniciada a I Reunião Brasileira de Antropologia. Na recepção, com vistas a promover o conhecimento recíproco dos especialistas partícipes do simpósio, foi realizada a apresentação das credenciais dos participantes e a eleição da mesa diretora e das comissões incumbidas das conferências, além da entrega do programa (Figura 3). Essa ficou composta por Herbert Baldus (presidente), Thales de Azevedo e Loureiro Fernandes (vice-presidentes), René Ribeiro e Manuel Diégues Junior (secretários). Como Baldus sofreu um acidente de carro na sua chegada ao Rio de Janeiro⁷⁹³, coube a Azevedo assumir a presidência da mesa diretora. O professor da Universidade da Bahia também seria responsável por convocar a realização da segunda edição da RBA para julho de 1955, em Salvador, conforme ensejado previamente pela Comissão da I RBA.

Cabe aqui fazer um parêntese com relação à composição da mesa diretora, tendo em vista que desses cinco, três eram membros ativos ou presidentes de Comissões Estaduais de Folclore: Thales de Azevedo, René Ribeiro e Manuel Diégues⁷⁹⁴. Em virtude da realização do I Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951, o Museu Nacional sediou a Exposição Nacional de Folclore, ocasião em que também foi inaugurada a sala de Etnografia regional⁷⁹⁵. A referida Exposição foi composta por artefatos etnográficos e folclóricos encaminhados pelas Comissões Estaduais de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba,

⁷⁹²Carta de Donald Pierson para Julian Steward, 1 dez. 1942. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 434.

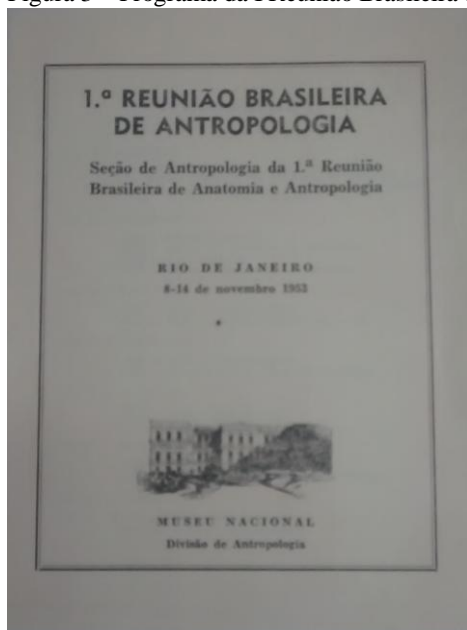
⁷⁹³AZEVEDO, op. cit.

⁷⁹⁴Sobre as Comissões Estaduais de Folclore, seus representantes e representações, ver: VILHENA, 1997.

⁷⁹⁵Relatório das Atividades do Museu Nacional (Universidade do Brasil) em 195, 13 jan. 1952. Cópia de avisos e ofícios, RA 145, D 145, jan-abr 1952, p. 73-79. SEMEAR.

Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, e por colecionadores particulares⁷⁹⁶. Ao término da Exposição em novembro, Heloísa A. Torres escreveu pessoalmente aos representantes das Comissões, alguns dos quais mantinha vínculos de amizade, como Théo Brandão (AL), para agradecer pela colaboração no envio do material e solicitar o acusamento das condições de recebimento em seu retorno e de mais informações com vistas à publicação de um catálogo. As peças que por desatenção ou desinteresse não fossem reclamadas pelas Comissões, eram gentilmente solicitadas por Heloísa para serem incorporadas ao acervo da DAE, na Coleção sertaneja iniciada por Roquette-Pinto, abrindo o caminho para a requisição de duplicatas de algumas delas.

Figura 3 – Programa da I Reunião Brasileira de Antropologia, 1953.



Fonte: DA, Caixa 18, Pasta Primeira Reunião Brasileira de Antropologia SEMEAR/MN.

⁷⁹⁶Alceo Magnani, Alcides Rocha Miranda, Augusto Rodrigues, Edison Carneiro, Maria Starling, Mariza Lyra, Nunes Pereira, Rubem Rosadas e Saul Alves Martins. DA Etnologia, cx. 20, pasta 307 a 315 - Coleções enviadas a exposição de arte popular do I Congresso Brasileiro de Folclore. SEMEAR.

A realização de uma exposição montada, basicamente, com artefatos vindos de outras instituições, demandava uma série de serviços com vistas à sua organização, de modo que foi composta uma Comissão da Exposição por Heloísa A. Torres, Édison Carneiro e Manuel Diegues⁷⁹⁷. A restauração das peças, o arranjo museográfico e as medidas cautelares para a transferência dos artefatos ficou sob a responsabilidade dos naturalistas da DAE – aí incluída a própria Heloísa A. T. –, sendo auxiliados por outros funcionários da instituição no que se refere à execução de gráficos, desenhos e outras tarefas manuais. O acionamento de uma rede de sociabilidade no meio folclorista para a realização da Exposição, ultimada em fevereiro de 1952, parece assentar no papel de destaque assumido por aqueles três representantes das Comissões Estaduais de Folclore na realização da I RBA.

Vindos dos Estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco e Paraná, grande parte dos especialistas inscritos na I RBA se conheciam de aulas, trabalhos e outros congressos nos quais tomaram parte. Sem embargo, era certamente a primeira vez que se reuniam para debater e mostrar as diversas aplicações da Antropologia nas atividades científicas, artísticas e econômicas no Brasil. Distribuída em um folheto aos participantes, a programação da I RBA foi divulgada pelo Diário de Notícias que, ao longo do evento, informou os leitores acerca dos horários das conferências e das demais atividades propostas pelo simpósio, atualizando-os sobre as pautas levantadas nos debates e as deliberações tomadas pelos seus participantes⁷⁹⁸.

⁷⁹⁷MUSEU de Arte popular. Letras e Artes. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1951. Suplemento, p. 9.

⁷⁹⁸A programação da 1ª RBA ficou organizada assim: domingo, dia 8 – 17h recepção aos membros da 1ª RBA na Reitoria da UB; segunda-feira, dia 9 – 8h30min sessão preliminar, 10h30min abertura da Reunião, 14h Comunicações sobre “Problemas de ensino”, 17h visita à Divisão de Antropologia e Etnografia; terça-feira, dia 10 – 8h30min às 12h Comunicações sobre “O indígena”, 14h30min às 16h30min visita ao Museu do Índio; quarta-feira, dia 11 – 8h30min às 12h Comunicações sobre “Antropologia física”, 14h30min Demonstrações e exibições de filmes; quinta-feira, dia 12 – 8h30min às 12h Comunicações sobre “Anatomia” e “Possibilidades de pesquisa”, 14h30 às 17h30min Comunicações sobre “O negro”; sexta-feira, dia 13 – 8h30min às 12h Comunicações sobre “Imigrantes”, “Cultura e Personalidade” e “Áreas regionais”, 14h30min Comunicações sobre “Estudos de comunidades” e “Arqueologia”; sábado, dia 14 – 8h30min às 12h Comunicações sobre “Linguística”, 13h Sessão de encerramento.

Ainda no domingo foram feitos dois votos de homenagem à memória, respectivamente, de Arthur Ramos (1903-1950), por seu ex-aluno e integrante da SBAE, Luiz de Aguiar Costa Pinto, e do médico psiquiatra Ulisses Pernambucano (1892-1943), pelo seu colega de profissão, René Ribeiro. Além disso, a definição de uma comissão para estabelecer a convenção dos nomes tribais duplicava a homenagem feita a Ramos, que na década de 1940 havia manifestado seu desejo de ver debatido entre antropólogos a referida terminologia: “Seria de desejar-se que um futuro congresso ou uma conferência de antropólogos e geógrafos nacionais resolvesse definitivamente a questão da grafia dos onomásticos geográficos e etnográficos no Brasil”⁷⁹⁹.

A partir de segunda-feira, dia 9 de novembro, tiveram início as conferências, visitas e demonstrações previstas no programa da I RBA. A manhã foi dedicada ao tema *Problemas de ensino da Antropologia*, com os relatores Egon Schaden, Rubo Müller e Marina Vasconcellos. Os dois primeiros tinham publicado um breve resumo acerca das atividades e estudos de Antropologia desenvolvidos na USP – aqui compreendido a Seção de Etnologia do Museu Paulista – e na ELSP, respectivamente, na edição de 1950 do *Boletín Bibliográfico de Antropología Americana*⁸⁰⁰. Comparadas com as pesquisas desenvolvidas por Harald Schultz no Museu Paulista, as demais atividades elencadas pelos autores são essencialmente teóricas e didáticas. Junto com Marina Vasconcellos, os três conformavam um grupo de professores de universidades e institutos de ensino superior no Brasil. Esta última havia assumido a cátedra de Antropologia da FNFi da UB em junho de 1950, vaga com a morte de seu mentor na referida instituição, Arthur Ramos, em um concurso em que Heloísa Alberto Torres também se inscreveu⁸⁰¹.

Tendo em vista a atuação profissional dos três relatores, a pauta das conferências fazia com que a discussão recaísse principalmente

⁷⁹⁹RAMOS, 1943, p. 22.

⁸⁰⁰Neste mesmo volume também foi publicado um resumo das atividades desenvolvidas na DAE do Museu Nacional. Foram eles: DIVISÃO, 1950; SCHADEN, Egon. Atividades antropológicas e sociológicas na USP. **BBAA**, v. 13, n. 1, p. 38-40, 1950; MULLER, Rubo. Estudos de Antropologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo – Brasil. **BBAA**, v. 13, n. 1, p. 40-41, 1950.

⁸⁰¹A validação da inscrição de Heloísa A. Torres gerou uma polêmica no meio acadêmico em virtude da sua inconformidade com o estatuto da Universidade que previa a necessidade de diploma de graduação em nível superior para os concorrentes às cátedras. Sobre a disputa, ver: MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015.

sobre os problemas de ensino desta ciência no meio universitário. As universidades brasileiras completavam então duas décadas de funcionamento, o que tornava propícia a discussão acerca dos obstáculos encontrados na aplicação das diferentes disciplinas relacionadas à Antropologia, mas também da demanda pela formação de elites cientificamente preparadas para colaborar no desenvolvimento de soluções que orientassem o país nas questões eminentes. Esta problemática, especialmente encabeçada pela USP, suscitava novas propostas educacionais no país.

No dia 24 de março de 1953 havia sido realizada no saguão do MES a solenidade de instalação da Faculdade de Ciências Sociais⁸⁰². Fundada dois anos antes, a FCS visava preencher uma “lacuna” no sistema universitário oferecendo cursos de graduação e pós-graduação⁸⁰³. Composta por um grupo de sessenta professores sob a direção do Coronel Severino Sombra de Albuquerque, presidente da Associação Brasileira de Planejamento, buscava proporcionar um centro de aperfeiçoamento e especialização no campo das Ciências Sociais ao molde da ELSP e da Escola de Recife. Para Sombra, a restrita variedade de conhecimentos exigidos pelas Faculdades de Filosofia tornava ineficaz o aprofundamento nas diferentes áreas, prejudicando a formação destes profissionais cujo saber científico era essencial para solucionar os problemas sociais e econômicos iminentes. Conforme ressaltava o editorial de 1952, a FCS “pretende inaugurar uma nova fase na história da vida brasileira”⁸⁰⁴ a partir de uma base curricular de graduação e pós-graduação organizada pelo sistema de créditos utilizado pelas Universidades norte-americanas, assegurando uma maior flexibilidade da formação.

Com uma sede provisória na Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, sua proposta inicial era oferecer cursos de extensão universitária com a duração de três meses oferecidos pelos respectivos departamentos, a saber: Sociologia, Antropologia, Economia, História,

⁸⁰²PARA APERFEIÇOAMENTO e especialização no campo das ciências sociais. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 de março de 1953. Terceira Seção, p. 3.

⁸⁰³FACULDADE de Ciências Sociais. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1951. Segunda seção, p.2.

⁸⁰⁴FACULDADE de Ciências Sociais, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 de março de 1952. Segunda seção, p. 2.

Geografia e Administração⁸⁰⁵. Composto pelos professores Heloísa A. Torres, Castro Faria, Tarcísio Messias, Eduardo Galvão e José Bonifácio Martins, o Departamento de Antropologia oferecia seis aulas sobre Populações brasileiras. Formado respectivamente por naturalistas do Museu Nacional, com exceção de José Bonifácio Martins, com e sem diploma de graduação em ensino superior, a proposta da FCS se concatena ao plano de Heloísa A. Torres de transformar o Museu Nacional em um instituto de educação suplementar e de pesquisa, refletindo os limites da sua inserção no âmbito da UB.

Muito comentadas por aqueles que assistiram ao temário, a pauta dos problemas de ensino da Antropologia reverberou nos demais temários, em especial no temário da manhã de quinta-feira dedicado às *Possibilidades de pesquisa e exercício de atividade técnico-profissional*, cujos relatores eram Heloísa A. T., Mário Wagner da Cunha, José Loureiro Fernandes e Donald Pierson. A participação de Heloísa A. T. neste temário, assim como no de Arqueologia, fora sugerida por Castro Faria, tendo a diretora do Museu Nacional se referido particularmente aos trabalhos desenvolvidos no instituto⁸⁰⁶. Desde o início da sua gestão à frente do Museu Nacional a antropóloga se empenhara em ampliar a ingerência científica dos antropólogos no campo indigenista, sendo ela própria exemplo das múltiplas inserções que este profissional poderia ter em prol da preservação da educação, da cultura, do patrimônio e também dos museus. Em um período em que a ampliação do número de antropólogos formados pelas universidades resvalava na insuficiência de

⁸⁰⁵ A abrangência das áreas compreendidas pela FCS no domínio das Ciências Sociais evidencia a concepção mais ampla que esta assumia naquele período. No esforço por recompilar a produção bibliográfica das ciências sociais no século XX (1940-1966), a tese de Gláucia Villas Bôas, defendida na Sociologia da USP, em 1992, considera como domínios das Ciências Sociais a História, a Geografia Humana e a Demografia, além das tradicionais Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Economia Política. Destarte a relevância do levantamento, a compreensão de Villas Bôas das Ciências Sociais como um domínio do conhecimento mais amplo do que o que se consolidou posteriormente, foi considerada “polêmica” pelo historiador José Murilo de Carvalho no prefácio que fez à publicação da tese em 2007, especialmente no que tange à inclusão da História. Ver: VILLAS BÔAS, VILLAS BÔAS, Gláucia. **A vocação das ciências sociais no Brasil**: um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

⁸⁰⁶ Carta de Heloísa A. T. para Luiz de Castro Faria, 23 jun 1953. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953. SEMEAR.

cargos disponíveis para estes profissionais, a pauta proposta abria espaço para a discussão acerca da maleável inserção acadêmica destes profissionais. Neste âmbito, trazia para o debate os conflitos inerentes à especialização de uma ciência a meio caminho entre o domínio das ciências naturais e os museus, e o domínio das ciências sociais e as universidades. Não obstante o nosso desconhecimento acerca da conferência proferida por Heloísa A. T., a publicação das conferências de Egon Schaden e de Mário Wagner na *Revista de Antropologia* permite entrever os interesses em jogo entre duas esferas institucionais que reivindicavam a autoridade sobre a Antropologia enquanto ciência.

Assinalando, logo de início, as limitações dos professores frente aos problemas decorrentes da “estrutura do nosso ensino universitário e da posição da antropologia em face do que dela esperam, de um lado, os estudantes que frequentam os cursos e, do outro, a própria sociedade”⁸⁰⁷, Schaden digrediu sobre os pontos que considerava cruciais para solucionar as dificuldades e as falhas do ensino da Antropologia de modo a equilibrar as diferentes demandas. Sua abordagem incidia basicamente sobre questões de ordem teórica, compreendidas aí as finalidades e a organização dos institutos, sua inserção no conjunto das ciências, e a posição teórica e metodológica do professor. Preocupado eminentemente com a docência, a apresentação refletiu o sistema de cátedras implementado na USP e na UB. Questionando a validade das escolas de antropologia, enfatizava a necessidade de definir caminhos que conjugassem diferentes teorias e métodos na investigação de determinados problemas. Para tanto, as nascentes universidades se mostravam mais vantajosas aos alunos na medida em que, desvinculadas de tradicionalismos, seriam capazes de propiciar uma formação mais crítica da ciência antropológica.

Quanto à delimitação teórica do objeto da antropologia face ao das demais ciências, Schaden advertia estar o problema longe de ser solucionado. A perspectiva de análise da antropologia e seu objetivo, qual fossem a compreensão científica da natureza humana, estavam bem definidos, o que não ocorria com o seu objeto de interpretação, abrangente e uniforme. As múltiplas inserções da Antropologia se refletiam no próprio currículo universitário, divergindo em função da proximidade estabelecida entre as diferentes ciências humanas. Na FFCL da USP, onde Schaden lecionava, a cessão de somente um ano para a cadeira de Antropologia na Seção de Geografia e História

⁸⁰⁷SCHADEN, 1954.

restringia seu ensino à Antropologia física, enquanto na Seção de Ciências Sociais o ensino abrangia também a Antropologia Cultural. Na sua perspectiva, o problema mais amplo incidia sobre a adequação dos cursos aos fins que tivessem em vista de modo que o contato dos licenciados em história, geografia e ciências sociais com uma perspectiva antropológica proporcionasse novas possibilidades no tratamento de seus respectivos campos de pesquisa.

Apesar das vantagens que o desdobramento da Antropologia trazia na ampliação dos horizontes de especialistas ocupados com os fenômenos humanos, Schaden reconhecia que o ensino vigente das Faculdades de Filosofia não era capaz de oferecer uma formação completa em todas as disciplinas da Antropologia. Em outras palavras, não formava antropólogos⁸⁰⁸. As restrições que o ambiente universitário trazia à formação de antropólogos, destarte as múltiplas dinâmicas ensejadas já nos primeiros anos de seu funcionamento, era alvo de críticas de profissionais formados na tradição pré-universitária. Lembrando a inserção das disciplinas de caráter antropológico nas universidades do Rio de Janeiro, Castro Faria destaca a falta de rigor metodológico destas instituições que, ao seu ver, impediam que a antropologia alcançasse relevância nos currículos, figurando de forma “acessória”⁸⁰⁹. Para Castro Faria, cuja formação em Antropologia adveio das classes de Angyone Costa no Curso de Museus e, principalmente, da vivência de trabalho no Museu Nacional, “o ensino de antropologia nas faculdades de filosofia não oferecia condições para a formação de antropólogos”⁸¹⁰.

Frente às colocações feitas por Schaden, Mario Wagner da Cunha complementou na sua apresentação as dificuldades da proposta de expansão da cátedra de antropologia “pois, ainda que se cogite somente da atividade docente dos seus ocupantes, não é fácil, como já foi exposto em outra sessão, a uma mesma pessoa dominar os campos clássicos da antropologia: a arqueologia, a antropologia física, a linguística, a etnologia e a Antropologia cultural ou social”⁸¹¹. Junto com Donald Pierson, que também estava entre os relatores do temário *Possibilidades de pesquisa*, Cunha havia publicado dois trabalhos com os resultados do levantamento sobre pesquisas e suas possibilidades no

⁸⁰⁸ Ibid., p. 5.

⁸⁰⁹ FARIA, 1993, p. 9

⁸¹⁰ Ibid., p. 20.

⁸¹¹ CUNHA, 1955, p. 105.

Brasil, em 1947, e em 1948⁸¹². Na sua perspectiva, a função complementar na formação em Geografia e História tendia a reduzir o ensino da antropologia a um caráter introdutório. Neste sentido, corroborava a crítica feita por Arthur Ramos na conferência que proferiu na Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo, em 1948. Reconhecedor do amadurecimento científico dos métodos e objetivos de pesquisa em Antropologia engendrados pela sua inserção no ambiente universitário, o antropólogo aludia, contudo, ao papel “subsidiário” e “ilustrativo” delegado às ciências do homem enquanto subsidiárias dos currículos de Geografia, História e Sociologia como eixo de formação para a carreira docente⁸¹³. Segundo Ramos,

O estudante passa pelos cursos de Antropologia, num contato rápido e obrigatório que o habilita apenas a completar os seus cursos de geografia ou história que o conduzem ao professorado secundário. E como não há Antropologia nos currículos secundários, como não há aproveitamento de técnicos em Antropologia nas várias instituições que poderiam recrutá-los, o ensino da Antropologia nas Escolas Superiores não encontra uma finalidade imediata ou pragmática⁸¹⁴.

A contemporização de Ramos acerca dos problemas da antropologia brasileira naquele momento se dirige à sua aplicabilidade social e institucional, pauta já reclamada por Heloísa A. Torres na década de 1930 e parcialmente solucionada mediante o acordo com a FBC e o SPI para a cooperação em atividades de pesquisa de campo. Conforme identificou Luiz Fernando Duarte na apresentação que fez à publicação da conferência de Ramos, em 2015, o problema da inserção profissional da Antropologia neste período era de ordem mais ampla. Diz ele: ‘A ausência de um “ambiente universitário” significava, na verdade, a ausência de uma institucionalidade regular para os esforços

⁸¹²PIERSON, Donald & CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Pesquisas e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Sociologia**, São Paulo, s.1, v.9, n.3 1947; PIERSON, Donald & CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Pesquisas e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Sociologia**, São Paulo, s.1, v.10, n. 1, 1948.

⁸¹³RAMOS, 2015, p. 211.

⁸¹⁴Ibid.

reflexivos e etnográficos, esparsos entre as iniciativas individuais e a acolhida por museus públicos de orçamentos e políticas instáveis⁸¹⁵. A consolidação da dimensão organizacional e política das ciências sociais no Brasil assentavam em espaços extra-universitários, e os museus, destarte a instabilidade financeira e política, ainda eram os bastiões da atividade empírica da Antropologia. Neste *modus operandi* a figura dos diretores era essencial para firmar parcerias e lograr o apoio das instituições governamentais responsáveis pela ingerência do campo indigenista no Brasil.

Defensor da fragmentação do ensino enquanto meta para a sua especialização e aprofundamento, para Mario Wagner o ideal de implementação de um doutorado em antropologia coexistia com a realização de cursos de extensão nas universidades e cursos especiais em instituições interessadas, como os museus. Mediante a eficácia da expansão do conhecimento antropológico, promovido ainda mediante palestras e folhetos, o relator assegurava na sua conferência na I RBA que seria possível contribuir ao desenvolvimento de uma mentalidade científica em órgãos como o SPHAN, ou o SPI.

Centrado sobre a docência universitária, para Schaden era necessário elevar o nível de formação, de modo que uma solução possível recaía na criação de uma licenciatura em Antropologia, conquanto descartasse a conveniência da sua inserção no ensino secundário⁸¹⁶. Para o antropólogo, “o ensino deve ultrapassar a transmissão de conhecimentos e técnicas de investigação. Em primeiro lugar, pela formação duma atitude, espírito ou mentalidade antropológica, de compreensão holística dos povos e culturas. Em segundo, pela atenção a possíveis campos de aplicação prática do conhecimento antropológico”⁸¹⁷. Porém, quais eram as possibilidades de atuação do antropólogo em uma sociedade que ainda estava depurando a sua identidade e aplicabilidade? Em sua apresentação, Mario Wagner lembrou que

[...] nesta reunião, o Darci Ribeiro chamou a atenção para o “drama” do aluno formado pela

⁸¹⁵Ibid., p. 196-197.

⁸¹⁶A inclusão das ciências sociais nas escolas primárias e secundárias foi objeto da campanha cultural formulada por Arthur Ramos quando do convite da UNESCO para chefiar o Departamento de Ciências Sociais, em 1949. MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 138.

⁸¹⁷SCHADEN, 1954, p. 5.

ELSP que é barrado da atividade de assistente das cadeiras de antropologia das universidades, como o da carreira, recentemente regulamentada, de economista. Todavia, no que diz respeito ao aluno que se dedicou a Antropologia (...), a sua situação é mais fomentar o aparecimento de campos novos de atividade profissional para os quais o antropólogo *tout court* não teria acesso⁸¹⁸.

Os benefícios da interdisciplinaridade propalada por Schaden resvalavam nas barreiras impostas por uma ciência pretensamente independente.

Conquanto concordasse com a importância das atividades técnico-consultivas para a caracterização de uma profissão como a dos antropólogos, vide a aplicação de técnicas de antropometria e o uso de línguas estrangeiras durante a Segunda Guerra Mundial, Mario Wagner atenta para os limites de uma atividade essencialmente técnica. Utilizando o museu como exemplo de espaço de atuação do antropólogo em contraponto ao universo universitário de Schaden, diz ele: “todavia, tais atividades técnicas não merecem a rigor o qualificativo de antropológicas. Não raro o antropólogo se recusará a exercê-las, com um fim em si mesmas, como se pode observar no caso dos museologistas, auxiliares que vem tomando a seu cargo atividades que, de início, os próprios antropólogos tendiam, em parte, a realizar”⁸¹⁹.

As atividades desenvolvidas por antropólogos nos museus eram relevantes para a sua formação como pesquisadores na medida em que mantivessem o seu caráter científico. Neste sentido, o papel do museu como centro de documentação essencial à atividade de pesquisa poderia ser melhor explorado com vistas a se tornarem centros abertos de estudo, conjugando as funções científicas, de ensino e divulgação às atividades recreativas. Valorizando o potencial do museu no desenvolvimento científico, Mario Wagner sugeria que a complexificação das suas finalidades precípuas fosse promovida por meio da criação de núcleos menores dos museus nacionais espalhados pelo país, incentivando o desenvolvimento de pesquisas locais. Aqui, a alternativa à ampliação das pesquisas dirigia à expansão dos museus, e não das universidades, em um indicativo da importância que tais aparelhos assumiam no meio científico.

⁸¹⁸CUNHA, 1955, p. 111.

⁸¹⁹Ibid., p.110.

No sentido inverso, ao restringir os problemas e as possibilidades da Antropologia aos princípios didáticos o argumento de Schaden se tornava ambíguo: reivindicava uma base de ensino solidamente teórica, mas reconhecia o caráter, todavia empírico da Antropologia, carente de um corpo de ensinamentos sistematizados de antropologia aplicada; almejava o exame das medidas político-técnico-administrativas referentes a população tribais, leis de nacionalização e aculturação, mas por meio de discussões propriamente teóricas; sugeria a multiplicação de cursos e a ampliação dos elementos das disciplinas afins na medida em que não interferissem na autonomia da antropologia; enfatizava a necessidade de especialização do antropólogo, mas propalava uma formação universitária abrangente para os professores de antropologia. Havia, a seu ver, uma diferença de aplicação da antropologia dentro e fora do âmbito universitário, e seu interesse consistia em buscar soluções capazes de dinamizar o ensino da antropologia circunscrito à universidade.

O paradigma de uma universidade autônoma se mostrava, contudo, ineficaz nos primeiros anos. Afinal, como era possível que o catedrático se dedicasse exclusivamente as funções do cargo “sem recorrer a atividades suplementares para equilibrar o orçamento doméstico”⁸²⁰? Assinalando os limites do exercício da Antropologia, Castro Faria diz que “O lugar do professor era na sala de aula – para pesquisas, nem tempo nem dinheiro”⁸²¹. A ausência de segurança quanto a uma estabilidade financeira não se restringia aos catedráticos de antropologia, mas aos antropólogos em geral. No âmbito internacional, os casos de Lipkind e de Jules Henry já indicavam esta fragilidade no final da década de 1930. Quando do impasse entre a ida para a Universidade de Columbia para fazer o doutorado, e a possibilidade de ser demitido do Museu Nacional em 1947, Galvão também se viu diante da condição comum do antropólogo daqueles dias de trabalhar sob mínguo auxílio financeiro. Na carta que Wagley lhe escreveu, ele diz:

Estou mais preocupado com sua posição no Museu do que com outra coisa. Diga para seu [Eurico] Dutra que os antropólogos não podem ser ‘granfinos’ - ‘melhores condições’ não existem, a menos que ele queira fazê-lo Major e lhe dar o pagamento do Exército, caso em que eu não darei

⁸²⁰SCHADEN, 1954, p. 8.

⁸²¹FARIA, 1998, p. 251.

aula por um ano e viveremos todos do seu soldo e bolsa⁸²².

A lógica de financiamentos para pesquisa antropológica continuava insatisfatória, e não somente no Brasil.

No necrológio que Castro Faria dedicou ao magistrado, o autor assinala, entre as suas características, o fato da sua produção estar quase totalmente vinculada à sua carreira acadêmica e a “consciência das falhas do seu procedimento”⁸²³ de campo que, diferente da orientação norte-americana designada por Franz Boas e dominante na época, era determinada pela curta estadia nas aldeias e pela multiplicação de contatos ao invés da sua intensificação. As problemáticas alheias ao ensino da antropologia, porém, vinculadas à sua aplicação na vida real, assumiam pesos distintos na perspectiva de Schaden. Como Mario Wagner reiterou no início de sua apresentação, a discussão não se voltava para aspectos da docência, mas sobre como o antropólogo pode ganhar a vida trabalhando como antropólogo⁸²⁴.

Próximo de concluir sua apresentação, Schaden assera de forma convicta:

Como quer que seja, diante da riqueza de assuntos de investigação, seria imperdoável conferir diploma de especialista em antropologia a quem não tenha escrito dissertação ou monografia, baseada, se possível, em material inédito, e colhido pelo próprio candidato. Formar antropólogos é, antes de mais nada, formar pesquisadores capazes⁸²⁵.

Frase de arremate de uma deambulação nacionalista em defesa da conexão do trabalho universitário com as realidades culturais que formam o ambiente cultural do estudante, o argumento do catedrático se dirigia diretamente à Heloísa A. Torres e a contenda instalada pela obtenção da cátedra de Antropologia e Etnografia da UB, oficialmente vaga com a morte de Arthur Ramos, no dia 31 de outubro de 1949, em Paris.

⁸²²Carta de Wagley para Galvão, 13 ago. 1947. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 381.

⁸²³Ibid., p. 247.

⁸²⁴CUNHA, 1955, p. 105.

⁸²⁵SCHADEN, 1954, p. 9.

4.5.1.1 A falta que nos une

Panema (uma palavra difícil de traduzir, o mais próximo é azar) que encontramos entre os Tenetehara, aqui ainda é mais elaborada.⁸²⁶

Retomado por Miglievich-Ribeiro na análise que empreendeu sobre as atuações de Heloísa A. Torres e de Marina Vasconcellos na institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro, o episódio insinuado por Schaden é elucidativo do grau de tensão e de indefinição que se estabeleceu no meio acadêmico quando as universidades nacionais se tornaram, enfim, debutantes. Por outro lado, a invalidação do museu enquanto espaço de produção científica da antropologia melindra uma linha de raciocínio que estabeleceria uma polarização entre um referencial “pré-científico”, caracterizado pelos institutos tradicionais, em contraposição ao referencial “científico” do projeto enciclopédico e globalizante das universidades⁸²⁷. Conforme assinalou Peirano, o esforço por delimitar uma transição temporal entre o que se refere ao passado e o que se define como o futuro do saber fazer científico⁸²⁸ incide sobre uma tentativa de diagnosticar a reversibilidade do conhecimento antropológico no contexto moderno⁸²⁹.

Sem desejar alongar a discussão acerca do referido episódio sob pena de desvirtuar o foco dos debates travados durante a I RBA, vamos recobrar alguns pontos com vistas a esclarecer as problemáticas decorrentes de um período de transição entre uma lógica acadêmica que privilegiava as relações pessoais, para uma burocracia, todavia incipiente nas universidades. Compreendendo que esta transição se dá no meio acadêmico como um todo, consideramos aqui as semelhanças, mormente apontadas, entre as duas lógicas no âmbito do museu e das universidades.

Relevante para compreender o pleito de Schaden na I RBA, a contenda estabelecida entre Heloísa A. Torres e a FNFi é esclarecedora das *Possibilidades de pesquisa e exercício de atividade técnico-profissional* dos antropólogos e da porosidade científica e institucional

⁸²⁶Carta de Eduardo Galvão para Heloísa A. T., 25 ago. 1948. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 410.

⁸²⁷SCHWARCZ, 1989, p. 71.

⁸²⁸FERNANDES, 1975.

⁸²⁹PEIRANO, 1981, p. 4.

da Antropologia nesta primeira década do século XX. Ademais, resvala no ponto que une a ausência do Museu Nacional entre as instituições integradas ao Projeto UNESCO e a presença massiva dos seus integrantes entre os relatores da IRBA.

Outrora professor de Psicologia Social da UDF, extinta em 1939 em razão de vicissitudes políticas e ideológicas, Arthur Ramos ingressou na cátedra de Antropologia e Etnografia da FNFi da UB como professor interino, no mesmo ano de 1939, com a criação da referida universidade. Enquanto a UDF esteve constituída por departamentos de institutos com o objetivo de formar professores/pesquisadores, se aproximando em certo sentido da proposta do Museu Nacional, a UB estabeleceu o sistema de cátedras em vigor na USP. Nascida a partir da indicação de nomes de docentes aprovados pelo Estado Novo, Arthur Ramos foi indicado pessoalmente por Heloísa A. Torres, que também designou como possíveis candidatos ao cargo, José Bastos de Ávila e José Bonifácio Martins Rodrigues, ambos vinculados ao Museu Nacional. Para Miglievich-Ribeiro, o ato da antropóloga seria uma tentativa de assegurar sua influência no círculo de antropologia que começava a se formar na FNFi⁸³⁰. Em 1946, Ramos prestou concurso para a cátedra efetiva de Antropologia e Etnografia. Com uma banca composta por Faria Góes Sobrinho (FNFi), Emilio Willems (USP), Fróes da Fonseca (Faculdade Nacional de Medicina), Bastos de Ávila e Heloísa A. Torres (MN), esta última como presidente da banca, Ramos cumpriu quatro etapas: prova escrita, com um ponto previamente sorteado; prova prática, que consistiu na identificação de um objeto etnográfico e de uma peça anatômica do acervo de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional; prova didática; e defesa de tese inédita, sendo empossado neste ano.

A contenda pela cátedra de Antropologia e Etnografia teve início em agosto de 1949, quando Ramos partiu para Paris para assumir a chefia do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Embora não tencionasse abdicar da cátedra, o atraso na liberação oficial para o cumprimento da sua missão no exterior deixou sua cátedra vulnerável às acusações de vacância, segundo Miglievich-Ribeiro. Dias antes da sua partida para Paris, Heloísa A. Torres escreveu-lhe uma carta pleiteando a interinidade da cátedra. Na sua resposta, Ramos teria esclarecido a natureza do seu afastamento e a indefinição temporal do mesmo. Conforme salientou Miglievich-Ribeiro, se tratava de um problema

⁸³⁰MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 129.

legal, mas também ético, uma vez que “A cátedra daria continuidade a sua linha de trabalho na universidade, bem como a trabalhos que comprometera a realizar na própria UNESCO”⁸³¹. Com o falecimento do catedrático em outubro daquele ano de 1949, Heloísa A. Torres requereu à UB a equivalência de seus títulos ao de livre-docência, medida que uma vez efetivada, dispensava-a da exigência de diploma profissional ou científico para concorrer a sucessão da cátedra. O parecer favorável concedido pelo reitor da UB, Pedro Calmon, encontrou fortes divergências por parte dos membros da congregação da FNFi, incorrendo na volta atrás do reitor que justificou se tratar de um equívoco, onde na verdade reconhecia o mérito da candidata, mas não a equivalência de títulos ao de livre-docência.

Inconformada com a revogação do parecer, Heloísa A. Torres continuou a insistir na possibilidade de tomar parte do concurso. Sem desejar alongar a discussão acerca deste episódio, reproduzimos abaixo o requerimento de concessão de notório saber que a antropóloga encaminhou à congregação da FNFi, no dia 23 de janeiro de 1950, e que foi publicado por Miglievich-Ribeiro, por julgar ser este esclarecedor das forças acadêmicas que se encontravam em disputa nesta contenda acerca da docência.

Senhores membros da congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, Heloísa Alberto Torres, desejando inscrever-se no concurso de livre-docência da cadeira de Antropologia e Etnografia desta faculdade e tendo encontrado, entre as condições de inscrição, a exigência de que tenha o candidato:

I obtido o título de doutor no curso respectivo;

II estagiado como auxiliar de ensino, durante um ano, no mínimo, após o doutoramento, ou ter igual tempo no exercício de função de instrutor, ou ainda, ter exercido, por igual prazo, a assistência ou livre-docência de curso de ensino superior em cadeira que o departamento interessado considere como equivalente ou afim (art. 88 do regimento da Faculdade Nacional de Filosofia);

⁸³¹Ibid., p.137.

Vem apresentar à consideração de Vossas Excelências as seguintes ponderações:

a) não existe, no Brasil, curso de Antropologia, datando apenas de 1939 a criação de uma cadeira de Antropologia nos cursos de Geografia, História e Ciências Sociais das faculdades de Filosofia, criadas por Decreto-lei n 1.190, de 4/4/1939.

b) nessa data (1939), a requerente já tinha quatorze anos de exercício como professora (inicialmente, substituta e, em seguida, chefe de divisão) do único instituto oficial de nível superior do Brasil onde se fazia e faz pesquisa antropológica *lato sensu*, e onde se ministra o ensino livre da especialidade desde 1877 (curso dado pelo professor João Batista de Lacerda).

Considerando, portanto,

1) que é professor de Antropologia e Etnografia no Museu Nacional, desde 1925, mediante concurso de provas;

2) que foi professor da primeira Faculdade de Filosofia criada na capital da República, em 1935, a Universidade do Distrito Federal, cargo de que se afastou somente em face da lei, que vedava acumulações: não tivesse existido esse imperativo de desacumulação, a requerente teria sido provavelmente aproveitada na atual Faculdade Nacional de Filosofia, como tantos outros catedráticos da Universidade do Distrito Federal;

3) que é professor catedrático efetivo da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, mediante apreciação de títulos e respectiva aprovação pelo Conselho Nacional de Educação;

4) que, para investidura nesses dois últimos cargos, com inscrição no concurso referido no item I acima, não se exigiu, como aliás não poderia ter sido feito a qualquer candidato, diploma de doutor no respectivo curso, no caso inexistente;

5) que a legislação isenta da exigência de apresentação de diploma, até para provimento efetivo de qualquer [ilegível], os candidatos com

exercício interino de dois anos consecutivos na própria Faculdade Nacional de Filosofia;

6) que essa isenção não se baseia em qualquer prova de título ou de competência, por isso que a investidura iniciada interina é, via de regra, decorrente de prestígio pessoal ou de favor ocasional;

7) que o art. 7 do regimento da Faculdade Nacional de Filosofia, em seu parágrafo 2, estende a isenção a todas as candidaturas de interinos à cátedra, não a restringindo ao primeiro provimento efetivo, como determinava o artigo [ilegível] do Decreto-lei n. 8.195, de 20 de novembro de 1945, no seu artigo 61;

8) que as atividades de ensino exercidas pela requerente, desde há 25 anos, igualam, senão mesmo superam, como demonstração de conhecimento da matéria, “o exercício da assistência ou da livre-docência de curso de ensino superior em cadeira que o departamento interessado considere como equivalente ou afim”;

9) que o Conselho universitário já reconheceu essa equivalência em sua reunião de novembro de 1949;

10) que não seria cabível exigência maior para a livre-docência do que para o provimento efetivo da cátedra;

requer a V. Ex. Que seja aceita a sua inscrição ao concurso de livre docência da cadeira de Antropologia e Etnografia desta faculdade, com isenção das provas documentais exigidas nos itens I e II do artigo 88, do regimento da Faculdade Nacional de Filosofia, tendo em vista seu *curriculum vitae* e o seu título de professor efetivo da mesma cadeira em faculdade de Filosofia reconhecida. Nestes termos, pede deferimento⁸³².

⁸³²RECURSO jurídico de Heloísa Alberto Torres para inscrição em concurso de livre-docência da cadeira de Antropologia e Etnografia da FNFi, seguido de parecer da congregação, assinado por faria Góes Sobrinho, Jorge Kingston e Victor Nunes Leal, Rio de janeiro, 1950. Arquivo IFCS/UFRJ. In: MIGLIEVICH-RIBEIRO, op. cit., p. 143-145.

Protelada durante meses, a contenda terminou com o indeferimento da inscrição de Heloísa A. Torres. Contando com apenas um inscrito, o concurso para livre-docente da cadeira foi realizado no dia 6 de junho de 1950, tendo sido aprovada Marina Vasconcellos, ex-assistente de Arthur Ramos na UDF e na UB. A experiência autodidata perdia valor frente à instauração de uma nova ordem acadêmica, destarte os laços de comunhão necessários à sua estabilidade inicial. Como concluiu Miglievich-Ribeiro, se tratou de uma disputa

[...] entre o corpo acadêmico da FNFi, que se pretendia autônomo, e as pressões externas, fruto de relações pessoais tradicionais que insistiam em ditar os rumos da universidade. Ao mesmo tempo, era uma disputa entre a sua modernização, que passara a ter critérios de seleção fundados na titulação acadêmica, e os perfis autodidatas, que, mesmo após o início dos cursos superiores, ainda eram predominantes⁸³³.

A tensão de convívio e dependência entre dois modos de fundamentação e aplicação do conhecimento que sobressai no argumento de Egon Schaden foi criticada enfaticamente por Mario Wagner em sua apresentação. Reiterando que o problema da formação do antropólogo não existe, diz ele:

Assim, nada julgamos necessário avançar sobre a formação do antropólogo para o exercício da atividade docente. Ele será bom docente na medida em que seja bom antropólogo. E bom antropólogo é quem recebeu o treinamento de cientista nessa disciplina, ainda que venha a ser administrador de museu, professor ou técnico, dentro da especialidade⁸³⁴.

Ao deixar claro que a pesquisa no Brasil não remetia à universidade conquanto estas fossem em sua estrutura predominantemente docentes, Mario Wagner apelava para a inversão da concepção geral de que docência é transmissão de conhecimentos e não elaboração de ciência. Neste sentido, esclarecia que “quando, pois,

⁸³³Ibid, p. 147.

⁸³⁴CUNHA, 1954, p. 107.

pensamos em atividade de pesquisa, ainda somos levados a nos reportar, de preferência, aos institutos de pesquisa, de criação anterior as nossas universidades e que, às vezes, ainda não se integraram de todo nestas. Isto é verdade, especialmente, no caso dos institutos de pesquisa antropológica”⁸³⁵. De fato, a integração do Museu Nacional à UB em 1946 não implicara na integração de seus pesquisadores e técnicos às atividades de docência do ambiente universitário, e vice-versa. Como solução, Mario Wagner propunha a aproximação de ambas as partes, o que implicava, necessariamente, em uma mudança na estrutura atual das universidades que favorecesse o incentivo às possibilidades então existentes de bem atender as necessidades de pesquisa científica, quais fossem: aproveitamento das reais vocações individuais; expansão do ensino mediante a criação de novos cargos e cursos; flexibilização do sistema a fim de criar e extinguir posições para os cientistas; criação de cargos em razão da necessidade de pesquisa, e não de docência; ampliação das bolsas de pós-graduação. O argumento parece certo para deslindar os motivos que levaram Heloísa A. Torres a pleitear a cátedra de Ramos na FNF.

Na análise empreendida por Miglievich-Ribeiro, a resiliência da antropóloga se insere em uma narrativa de pretensa disputa entre as duas personagens. Sob este foco, os trâmites do episódio terminam por ofuscar as motivações que teriam levado Heloísa A. T. a pleitear a cátedra da FNF quando já estava comprometida com a direção do Museu Nacional. Ao enfocar este episódio a partir da instituição, ele parece estar relacionado a uma tentativa da diretora de pleitear pesquisas para o corpo de antropólogos vide um convênio entre a UB e os projetos desenvolvidos no âmbito do programa Columbia-Bahia e UNESCO. Seria nestes termos que a realização da I RBA objetivava “a elaboração de um plano de diretrizes e bases para tais atividades tendo mesmo um alcance nacional”⁸³⁶.

Integrada de fato à universidade, Heloísa A. Torres poderia formar novos assistentes⁸³⁷ para dar continuidade aos projetos

⁸³⁵ Ibid., p. 108.

⁸³⁶ Anteprojeto de Regulamento para a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, Museu Nacional - julho de 1952. Anexo da carta de Heloísa A. T. ao Ministro da Educação, 22 abril 1952. Cópia de avisos e ofícios, RA 145, jan-abr 1952, of. 41, p. 50-5. SEMEAR.

⁸³⁷ A relação entre catedráticos e assistentes nas universidades era semelhante aquela estabelecida entre naturalistas efetivos e os praticantes gratuitos no Museu Nacional. Cabia exclusivamente aos catedráticos/naturalistas a escolha

etnográficos do Museu Nacional, defasados pela demissão forçada de Galvão do cargo de naturalista em 1949, e do direcionamento dos demais técnicos, Tarcísio Messias e Alfredo Azevedo, para a antropologia física. A questão carismática da definição de um sucessor legitimado entre os seus discípulos em reconhecimento à sua qualificação pessoal é tributada a Castro Faria, que também assumiria a direção da instituição entre 1964 e 1967. Afinal, como frisou Diegues Junior, a diretora do Museu Nacional vinha realizando “quase milagre de multiplicação, não de pães, mas de verbas escassas, escassíssimas para manter a velha instituição, pagar seu pessoal, realizar pesquisas, fazer publicações”⁸³⁸. Com a vigência do decreto-lei que vedava o acúmulo de cargos na esfera federal, sua efetivação na cátedra incorria no prejuízo de desvincular-se do museu. Porém, se o Museu Nacional era legalmente parte integrante da UB, quais eram as normas que impediam que Heloísa A. Torres assumisse ambos os cargos?

4.5.2 Projetando a Reunião

Graças à sua localização, o Rio é, na minha avaliação, a escolha lógica na qual alocar a organização que você propõe. Ele é também o centro principal da vida intelectual brasileira.⁸³⁹

Dos onze temários propostos pela I RBA, seis concatenam os estudos desenvolvidos na DAE aqueles desenvolvidos no âmbito dos programas de investigação coordenados pelo Projeto UNESCO, a saber: *Problemas de ensino da Antropologia, Possibilidades de pesquisa e exercício de atividade técnico-profissional, O branco povoador e imigrante, Estudos de comunidade, Áreas regionais e Cultura e personalidade*. Dos cinco restantes, quatro se referem aos domínios da Antropologia desenvolvidos no Museu Nacional, e logo equivalem às

de instrutores e assistentes, sendo de imediata confiança dos professores e com a permanência do cargo dependente destes. Dedicados a cooperar no andamento dos cursos e pesquisas, os auxiliares de cátedra/praticantes gratuitos não eram inicialmente remunerados, mas se tornavam membros do quadro funcional após alguns anos de exercício de sua função, sendo finalmente efetivados mediante a realização de concurso.

⁸³⁸JUNIOR, 1953.

⁸³⁹Carta de Donald Pierson para Julian Steward, 1 dez. 1942. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 433.

comissões instaladas na I RBA (*O indígena, Antropologia física, Linguística e Arqueologia*), e somente *O negro* se vincula a uma temática predominante no Projeto UNESCO, porém pouco apreciada entre os antropólogos do Museu Nacional durante a gestão de Heloísa A. T. Neste sentido, é significativa a presença de integrantes do referido Projeto entre os relatores dos temários da I RBA.

Coordenador do programa Columbia-Bahia junto com Wagley e Costa Pinto, Thales de Azevedo participou como relator nos temários *Áreas regionais* e *O negro*, para o qual foi indicado por unanimidade da comissão organizadora da I RBA como relator oficial representando a Universidade da Bahia⁸⁴⁰. As conferências ficaram a cargo de outros três estudiosos considerados autoridades no “estudo do negro”, a saber: Edison Carneiro, José Bonifácio Martins Rodrigues e Roger Bastide, este último presidente do comitê responsável pelo Projeto UNESCO em São Paulo e que teve o seu trabalho sobre o candomblé⁸⁴¹ lido por Heloísa A. Torres⁸⁴². Composto pelos representantes da FFCL e da ELSP, Mario Wagner, Oracy Nogueira e Octavio da Costa Eduardo, todos os membros do Projeto foram eleitos para serem relatores da I RBA, com exceção deste último. Por fim, a participação do sociólogo José Bonifácio parece estar relacionada aos trabalhos que desenvolveu durante a sua formação na UDF, e que se relacionam à pesquisa das coleções negras do Museu Nacional⁸⁴³.

A sexta-feira foi o dia que concentrou o maior número de conferências, divididas em quatro temários, a saber: *O branco povoador e imigrante, Cultura e Personalidade, Áreas regionais, Estudos de comunidades e Arqueologia*. No primeiro, Castro Barreto dissertou sobre a Imigração e Diegues Junior sobre a Assimilação e Aculturação entre as populações de origem portuguesa e aos imigrantes de várias origens⁸⁴⁴. Apesar da ausência de profissionais vinculados ao Museu

⁸⁴⁰ Carta de Heloísa A. T. para Edgar Santos, 12 out. 1953. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953. SEMEAR.

⁸⁴¹ Carta de Heloísa A. T. para Roger Bastide, 20 out 1953. Cartas encadernadas, RA 171, 1952-1953. SEMEAR/MN.

⁸⁴² PROSEGUE a I Reunião Brasileira Antropologia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1953. Segunda Seção, p. 1.

⁸⁴³ José Bonifácio viria a ser professor do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural instalado por Darcy Ribeiro no Museu do Índio em 1955. OLIVEIRA, 2002-2003, p. 15.

⁸⁴⁴ Diegues Junior havia publicado, em 1952, o livro *Etnias e Culturas no Brasil*, cujas reedições, sempre aumentadas, seriam incorporadas aos cursos

Nacional entre os relatores do temário, a problemática do contato entre imigrantes estava presente nas pesquisas desenvolvidas por Castro Faria e por Pedro Lima. Este havia apresentado um trabalho sobre o contato entre civilizados e populações primitivas na 1ª Conferência de Imigração e Colonização, realizada em Goiânia entre os dias 30 de abril e 7 de maio de 1949, onde ambos estiveram representando o museu⁸⁴⁵.

O temário *Estudos de comunidade* ficou a cargo de e Oracy Nogueira e Costa Pinto, este último representante do Rio de Janeiro no Programa *Columbia-Bahia*. Apesar de Nogueira referir-se em sua apresentação aos estudos de comunidades enquanto um “verdadeiro movimento intelectual, o mais vigoroso, até o momento, na história da pesquisa sociológica no país”⁸⁴⁶, esta modalidade de pesquisa, todavia provocava dúvidas entre os cientistas sociais acerca dos objetivos das suas pesquisas. Thales de Azedo, que conduzia o referido programa de pesquisa em comunidades baianas desde 1949, se dizia intrigado com a frequência com a qual era necessário explicar “em que consistem tais estudos quando em conversa com pessoas cultas, de educação universitária e até versadas em assuntos sociológicos, vejo que poucos atinam, sem uma explicação, com a natureza e o interesse das referidas pesquisas”⁸⁴⁷. Na perspectiva do antropólogo, a diferença entre a antropologia e a sociologia residia na preocupação metodológica que cada ciência detinha naquele momento. Os estudos de antropologia não derivavam em formulações esquemáticas e sintéticas acerca dos problemas analisados, mas requeriam conhecimentos que permitissem enfrentar os problemas humanos verificados. A antropologia de então se dedicava praticamente a trabalhos de natureza empírica, de modo que se ocupava “muito menos que os sociólogos, com expor, desenvolver ou divulgar temas de <ciência pura>, isto é, teorias e doutrinas, cuja importância, aliás, não desconhecem”⁸⁴⁸. A modelagem de uma

universitários de antropologia e sociologia como espécie de compêndio da matéria. FARIA, 1998, p. 229.

⁸⁴⁵Organizada pelo Conselho de Imigração e Colonização com vistas a promover o progresso e a descentralização econômica, social e política, foram aprovadas na Conferência uma série de resoluções e recomendações resultantes do trabalho de seis comissões técnicas. Relatório anual de Pedro Lima 1950. Fundo Diretoria, classe 146.4, cx. 1, Relatórios de Antropologia 1846-1974. SEMEAR; FREIRE, 1990, p. 206.

⁸⁴⁶NOGUEIRA, 1955, p. 97.

⁸⁴⁷AZEVEDO, 1954.

⁸⁴⁸Ibid.

identidade sociológica dos estudos de comunidades reitera o argumento de Cardoso de Oliveira de “que a temática estava mais próxima da sociologia que da antropologia, na medida em que aquela estava importando métodos desta última!”⁸⁴⁹.

Dos dezessete estudos de comunidades elencados por Nogueira em sua apresentação, quatro já se encontravam publicados, três encontravam-se em desenvolvimento pelo programa *Columbia-Bahia*, cinco pelo projeto São Francisco, e outros cinco por outras instituições. Daqueles já publicados, a experiência de pesquisa de Wagley em uma comunidade do Pará na qual também tomaram parte Eduardo e Clara Galvão, e publicada no livro *Amazon Town*, em 1953⁸⁵⁰, seria reconhecida por esse pela importância que teve no refinamento do seu entendimento acerca do estudo de comunidades⁸⁵¹. De fato, Galvão daria continuidade ao estudo de comunidades rurais da Amazônia no estudo piloto que realizou entre a população cabocla do Rio Negro, entre setembro de 1950 e janeiro de 1952, sob os auspícios do Museu Nacional, com vistas ao conhecimento sociológico de uma população em fase de transição de uma cultura indígena para a nacional, como o próprio assinalou⁸⁵².

Alinhado com as preocupações então vigentes sobre áreas subdesenvolvidas, a publicação de Wagley reforçava a ingerência da atividade do antropólogo sobre o conhecimento da sociedade e de sua cultura de forma a otimizar as condições de vida destas populações em prol da civilização. A importância que este estudo assumiu como referência ao nascente estudo de comunidades reitera a falta que seu

⁸⁴⁹ OLIVEIRA, 2002-2003, p. 16.

⁸⁵⁰ Viabilizado por meio da articulação de Wagley com Alfred Métraux, etnólogo e então consultor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, este último estudo de comunidade foi realizado em Gurupá, também no Estado do Pará, e teve como objetivo servir de suporte para pesquisas mais amplas no âmbito da Hiléia Amazônica, projeto da UNESCO então em fase de implementação e sobre o qual discutiremos mais à frente. MAIO, M. C. e SÁ, M. R. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 6 (supl.), p. 975-1017, 2000. p. 1001.

⁸⁵¹ Carta de Galvão para Heloísa A. T., 25 ago. 1948. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 409.

⁸⁵² GALVÃO, Eduardo. La Antropología no Museu Nacional, Rio. **Boletín Bibliográfico de Antropología Americana**, México, v. 14, n. 1, p. 43, 1951.

autor fazia neste temário e, sobretudo, enquanto representante da antropologia norte-americana de Columbia na IRBA.

No último grupo mencionado por Nogueira aparece incluído o projeto desenvolvido por Heloísa Alberto Torres em Arraial do Cabo. Na menção que fez ao projeto, Miglievich-Ribeiro comenta sobre o convite feito pela diretora do Museu Nacional em 1959, a uma equipe de jovens cineastas amadores para que realizassem um filme no local junto com o antropólogo Geraldo Markan, mestre em Antropologia pela Universidade de Michigan, em 1957. Embora a parceria tenha resultado benéfica para os cineastas, do ponto de vista antropológico ela frustrou as expectativas. Proposta com o intuito de registrar “com a câmera os hábitos e os comportamentos de uma comunidade supostamente protegida dos contatos com a *civilização*. Nem tal estado de pureza existia, nem a parceria com Markan foi bem-sucedida”⁸⁵³, como assinalou a autora.

O desajuste do foco proposto por Heloísa A. Torres para o projeto parece estar relacionado à interrupção da sua trajetória de pesquisa em prol das funções administrativas assumidas no Museu Nacional e nos demais conselhos dos quais era membro integrante, e que somente seria retomada no final da década de 1940 com o estudo acerca da indumentária das baianas. Voltada para o estudo do negro em um período em que pleiteava a cátedra de Arthur Ramos na FNFi, o lapso entre as duas pesquisas corresponde ao período de desenvolvimento dos estudos de aculturação, de modo que o amparo em um suposto “estado de pureza” se mostra coerente com as pesquisas desenvolvidas no início da década de 1940. Não obstante os prejuízos de tal desajuste, ele reforça a atuação de antropólogos do Museu Nacional na condução de estudos de comunidades realizados neste período. Neste sentido, corrobora os desígnios da sua diretora de ajustar o tema das suas pesquisas ao sabor das oportunidades e de (re)forçar a integração do Museu Nacional nos projetos então veiculados nas ciências sociais brasileiras sob o patrocínio da UNESCO.

Por fim, a convocação de René Ribeiro, louvado por Heloísa A. Torres como aquele que “se destacou dentre todos os presentes, em questão de sua especialidade”, no *Colloquim Luso-Brasileiro*⁸⁵⁴, como

⁸⁵³MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 93.

⁸⁵⁴Realizado em Washington, entre 19 e 21 de outubro de 1950, por ocasião da comemoração do sesquicentenário da Biblioteca do Congresso, o *Colloquium* Internacional de Estudos Luso-brasileiros teve Heloísa A. T. como presidente da Seção de Antropologia Cultural – seção que ficou a cargo da delegação

único relator do temário *Cultura e personalidade* confirma a defasagem da abordagem, considerada como consumada e passada pelos antropólogos já no final da década de 1940⁸⁵⁵ ao tempo em que também resvala nos interesses escusos da diretora do Museu Nacional de estabelecer um cronograma de atividades junto ao Projeto UNESCO⁸⁵⁶.

4.5.3 A pauta da casa

Desejo apenas que você se familiariza com as minhas questões para recusar tal oferta. Isto significa, claro, que o progresso de nossa antropologia será de algum modo atrasada, mas acredito que algum dia atingiremos nosso objetivo.⁸⁵⁷

Para a tarde de segunda-feira, dia 9, a programação da I RBA previa uma visita à DAE do Museu Nacional. Era uma oportunidade para os antropólogos do museu apresentarem aos demais participantes do simpósio os trabalhos desenvolvidos nos gabinetes a partir das coleções, bem como das possibilidades técnicas passíveis de serem exploradas no que tange às funções de exposição e divulgação do museu. Voltada para os bastidores do Museu Nacional, a atividade

brasileira chefiada pelo Ministro da Educação e Saúde, Pedro Calmon. Patrocinado pela Universidade de Vanderbilt, da Cidade Universitária de Nashville, Tennessee, reuniu intelectuais das Américas e da Europa para discutir os progressos alcançados nas pesquisas antropológicas, de belas artes, história, filologia e literatura. Relatório de avisos e ofícios, jan-abr 1950, RA 139, p.245 de 17 de março de 1950; ESPERAM a Redenção da China. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1950. Primeira Seção, p. 2.

⁸⁵⁵ Na carta que escreve a Heloísa Alberto Torres atualizando-a dos cursos que estava assistindo na Universidade de Columbia, Galvão comenta sobre a popularidade que o curso de Ruth Benedict sobre cultura e personalidade, todavia detinha no meio universitário, embora não entre os antropólogos que além de serem meia dúzia entre cem inscritos, eram todos ouvintes. Carta de Galvão a Heloísa A. T., 15 fev 1948. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 397.

⁸⁵⁶ Ribeiro era chefe do Departamento de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco, órgão criado por Gilberto Freyre em 1949, e incorporado em 1951, ao cronograma de atividades da agência internacional mediante os contatos entre Freyre e Alfred Métraux. MAIO, 1999.

⁸⁵⁷ Carta de Heloísa A. T. para Julian Steward, 19 abr. 1944. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 438.

permitia sensibilizar os acadêmicos, em sua maioria profissionais da universidade, acerca dos conhecimentos produzidos em um instituto acadêmico com mais de cem anos de funcionamento. A imersão museal foi complementada com uma visita na tarde do dia seguinte em outro museu dedicado à etnografia indígena: o Museu do Índio.

Criado pelo SPI e inaugurado em abril de 1953, sob a direção de Darcy Ribeiro, sua instalação teve como objetivo “suscitar sentimentos de simpatia pelos índios, de solidariedade para com suas dramáticas dificuldades de acomodação ao mundo estranho que levamos cada vez mais perto de suas aldeias, e de compreensão dos seus comoventes esforços para resolver, a seu modo, os problemas essenciais de todas as sociedades humanas”⁸⁵⁸. No âmbito da I RBA, a visita ao Museu do Índio incrementou o discurso visual do patrimônio cultural indígena ao trazer a reflexão dos antropólogos e estudantes presentes para o impacto da civilização e dos órgãos indigenistas no processo de aculturação do índio e nas condições de garantia à terra e assistência. Tal qual assinalou a reportagem do periódico *Flan* sobre a visita ao museu, o consenso entre os participantes era de que nas diferentes atuações voltadas para os indígenas, “até agora apenas lhe oferecemos alguns hábitos e idéias[sic] mas sobretudo bacilos”⁸⁵⁹. O indígena reclamava corpo na política indigenista na voz de uma nova geração de antropólogos, mas também, no espaço do museu.

A dinamização do simpósio por meio de atividades educativas interligadas à temática da etnografia indígena foi incrementada com a apresentação de dois filmes produzidos pela Seção de Estudos do SPI, “Os índios Umutina”, do Mato Grosso, e “Os índios Urubu”, do Maranhão, além do filme “Sambaqui de Laguna”, sobre a escavação do sambaqui de Cabeçuda realizado por Castro Faria, em 1950. A inserção de filmes na programação remete à incorporação de dispositivos audiovisuais com fins educacionais pelo Museu Nacional com vistas a favorecer a interação e o aprendizado do público contribuindo para a sua função social.

A fim de embasar a visita ao Museu do Índio, as conferências realizadas na manhã de terça-feira foram justamente as do temário *O indígena*. Compuseram o debate Herbert Baldus, que abordou a bibliografia, temática central da sua *Bibliografia da Etnologia*

⁸⁵⁸RIBEIRO, 1962, p. 169.

⁸⁵⁹ALGUNS hábitos e idéias mas sobretudo bacilos. **Flan: o jornal da semana**, Rio de Janeiro, n. 32, 15 a 21 de novembro, p. 42-43, 1953.

Brasileira, que seria lançada no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo, em 1954, e os dois etnólogos da Seção de Estudos do SPI: Darcy Ribeiro, ex-aluno de Baldus na ELSP, que abordou a política indigenista iniciada com a fundação do SPI, e Eduardo Galvão, então ex-naturalista do Museu Nacional e PhD em Antropologia (1953) que digrediu sobre a aculturação, temática privilegiada desde o início das suas pesquisas na instituição e igualmente abordada na sua tese de doutorado defendida neste ano.

Publicada na *Revista de Antropologia*, em 1957, a conferência de Galvão se baseou em alguns pontos apresentados por Julian Steward na proposta que realizou sobre a divisão geográfica da bacia amazônica em áreas culturais⁸⁶⁰, a saber: intensificação dos estudos monográficos sobre grupos indígenas orientados sobre a reconstrução histórica da cultura; complexificação da caracterização das áreas culturais com atenção a relação entre cultura e ambiente; privilégio da análise das interações de configurações culturais em detrimento da elaboração de um “inventário de traços de cultura”; caracterização das áreas regionais de mudança cultural; e reconhecimento das diretrizes sócio-culturais das áreas regionais enquanto fatores condicionantes da assimilação do indígena⁸⁶¹. Familiar e interessante para Galvão⁸⁶², a seu ver os meios para alcançar tais pontos ficavam sujeitos ao estabelecimento de um trabalho em equipe e com colaboração interdisciplinar, aspectos que reforçam a importância da sua formação no Museu Nacional – ou ainda do museu como o quinto campo da antropologia cultural boasiana.

Assim como nos estudos raciais, os estudos de aculturação tinham um interesse pragmático ao apontar e caracterizar os problemas embora sem uma indicação específica de solução para os mesmos. Ao privilegiar a percepção da dinâmica e do funcionamento de transmissão da mudança cultural, incluindo as flutuações decorridas do ambiente, Galvão reiterava a ampliação da reflexão antropológica em termos de

⁸⁶⁰STEWART, Julian. Cultural areas for the Tropical forest. **Handbook of South American Indians**, Washington, Bureau of American Ethnology, v. 3, p. 883-899, 1948.

⁸⁶¹GALVÃO, 1957.

⁸⁶²Galvão assistiu ao curso de Steward sobre dinâmica cultural como parte da carga horária de disciplinas do doutorado na Universidade de Columbia, tendo se detido sobre os problemas das regularidades e da causalidade do processo cultural no seu trabalho final, em 1948.

assimilação, fase de transição para a aculturação propriamente dita⁸⁶³. O tom moderador permitia ao etnólogo conceber a possibilidade do indígena manter seu status de índio, “categoria sócio-cultural que lhe garante condições de sobrevivência e de status social nas comunidades regionais”⁸⁶⁴. Latente no pensamento social brasileiro, a problemática da aculturação – e/ou assimilação – se tornara obrigatória entre os antropólogos e cientistas sociais no Brasil nas décadas de 1940 a 1960. Segundo Castro Faria, “era tão impositiva essa categoria como instrumento de apreensão dos fenômenos resultantes dos contatos inter-étnicos que praticamente todos os sociólogos e antropólogos, de uma forma ou de outra, a utilizavam”⁸⁶⁵. De fato, embora não tenha constituído um temário específico da I RBA, a categoria perpassou diversos trabalhos apresentados ao longo do simpósio.

Assinalando o espaço restrito do tema da aculturação entre os debates ocorridos no Congresso Internacional de Americanistas realizado em Nova York, em 1949, Galvão apontou para a mudança então em processo na Antropologia com o deslocamento do foco aculturativo do indígena para as sociedades rurais. No Brasil, esta transição se inseria em um contexto de impulso civilizatório para o interior do país como parte da construção da identidade nacional, sendo percebida como um ponto favorável ao aprimoramento do estudo dos “fenômenos de mudanças e transição que sofrem os grupos indígenas em suas relações com nossa frente pioneira”⁸⁶⁶. No seu entendimento, o apego dos indígenas aos padrões tribais estava diretamente associado à expansão da população sertaneja brasileira, sendo tanto mais relevante quanto maior a distância cultural entre ambas. Assim, se “a atual situação de isolamento e relativa estagnação econômica da área é favorável a assimilação das sociedades tribais”⁸⁶⁷, por outro lado a intensificação das frentes de colonização e a introdução de técnicas industriais acarretariam na retração da sua população, movimento que demandaria a criação de “reservas indígenas”. O apontamento feito de Galvão coincidia com as críticas feitas por Darcy Ribeiro à eficácia da

⁸⁶³ Compreendida como fase da aculturação, se caracterizaria pela manutenção de uma configuração cultural distinta dos caboclos, porém onde se percebe o desgaste da cultura tradicional e a substituição de valores por outros advindos dos “brasileiros”.

⁸⁶⁴ GALVÃO, op. cit. p. 131.

⁸⁶⁵ FARIA, 1998, p. 249.

⁸⁶⁶ GALVÃO, op. cit., p. 126-127.

⁸⁶⁷ Ibid., p. 186.

política indigenista no que se refere ao direito dos grupos indígenas sobre a posse de terras⁸⁶⁸.

Como ressaltou Diégues Junior, a realização da I RBA era uma oportunidade de chamar a atenção dos órgãos públicos para a importância do estudo dos problemas do homem e a necessidade de olhá-lo, preservá-lo, conhecê-lo e defendê-lo⁸⁶⁹. No que se refere ao indígena, a necessidade de preservar a sua cultura e a sua terra estava no centro de uma contenda com o Congresso Nacional. Em uma reunião ocorrida em maio de 1952, entre o Vice-Presidente Café Filho e diferentes representantes da política indigenista, entre eles Heloísa A. Torres, Brigadeiro Alboim, Major Souza Leão, Darcy Ribeiro, Noel Nutels, Orlando Villas-Bôas e Itautim, indígena Juruna educado em uma escola agrícola do Espírito Santo, foi debatida a proposta de criação de um Parque Nacional no Xingu sob a proteção do Estado⁸⁷⁰. O entendimento da contribuição indígena à preservação da natureza e a necessidade de protegê-lo da ameaça da perda de terras, vendidas para a colonização e resguardadas por uma frágil legislação sobre a propriedade de terras indígenas, resultaram na ampliação do projeto e na sua redefinição como Parque Indígena do Xingu, primeiro passo para a criação de reservas indígenas. Sem embargo, em novembro de 1953, todavia se encontrava indefinida a sua implantação em virtude do conflito de interesses entre os diferentes agentes do campo indigenista.

Ao abrir espaço para o debate da política indigenista, o Museu Nacional promovia seu papel político dentro da sociedade, fornecendo o subsídio necessário para compreender os eventos do mundo contemporâneo⁸⁷¹. Desenvolvidas sobre a construção histórica da cultura nacional em relação com os grupos indígenas, a apresentação dos três antropólogos na I RBA reflete a preocupação do período com a construção da identidade nacional. Se por um lado ela fundamenta a vivência e a integração destes grupos à sociedade brasileira, por outro ela escande os limites do projeto tutelar no que se refere aos direitos indígenas sobre as suas terras.

O temário *Arqueologia* ficou a cargo de Heloísa A. Torres, que falou sobre a cerâmica Amazônica, temática na qual era especialista, e

⁸⁶⁸RIBEIRO, 1962.

⁸⁶⁹JUNIOR, 1953.

⁸⁷⁰ ITAUTIM, o “Pedra dura”, desconfia mas concorda.... **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1952. Primeira Seção, p. 1.

⁸⁷¹ ZEPP, Erwin C.. The museum and the press. **Museum International**, v. II, n. 4, p. 227-232, 1949. p. 227.

Castro Faria, que abordou os sambaquis do litoral Sul, onde vinha realizando pesquisas desde a década de 1940. A abordagem proposta por ambos também dialogava com pautas políticas de desenvolvimento científico no Brasil na qual se encontravam inseridos. No que se refere à Amazônia, a diretora do Museu Nacional foi uma das incentivadoras da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica⁸⁷². Implementado como parte da agenda científica e política da UNESCO em 1947, sua criação resultou da associação da demanda de pesquisadores brasileiros pela realização de pesquisas ecológicas na Amazônia com diferentes escopos científicos, no qual se incluía a antropologia e o estudo da população indígena da região. Não obstante a sobeja de um projeto patrocinado pela UNESCO, Maio & Sá avaliam a cautela de Heloísa A. T. em assumir de início o IIHA no primeiro plano no cenário científico, sendo aproveitado por ela como mais um canal de ampliação das atividades do Museu Nacional⁸⁷³. De fato, como relatam os autores, em sua participação na quarta sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, em Paris, em setembro de 1949, Heloísa A. Torres logrou obter apoio para a contratação de um etnólogo, o que não se efetivaria. Possivelmente direcionado para Eduardo Galvão, exonerado da instituição em 1947, o pleito é um dos indicadores das suas tentativas para incluir a instituição na agenda científica da UNESCO neste período.

A inviabilização da IIHA em 1951, em virtude das ameaças que representava à soberania nacional, e por outro lado, pela incipiente atuação da UNESCO em projetos internacionais sobeja a complexidade e os matizes de uma trajetória marcada pela dinâmica de compartilhamentos, conflitos e negociações nas esferas nacionais e internacionais, como assinalou Marcos Chor Maio⁸⁷⁴. No que se refere à dinâmica entre o Museu Nacional e a UNESCO, é preciso atentar para a interlocução de Heloísa A. Torres com Alfred Métraux. Consultor do Departamento de Ciências Sociais do órgão a partir de 1946, sendo responsável por viabilizar a pesquisa de Wagley e Galvão em Gurupá, Métraux assumiu em 1950 o recém-criado Setor de Relações Raciais neste mesmo departamento, sendo uma figura-chave para a implementação de parcerias com novas instituições acadêmicas e de pesquisas no Brasil no âmbito do projeto UNESCO. Haja vista o

⁸⁷²MAIO & SÁ, 2000.

⁸⁷³Ibid., p. 1003-1004.

⁸⁷⁴MAIO, 2005.

estabelecimento de parcerias com a UB e com o Instituto Joaquim Nabuco quando da sua vinda ao Brasil, em fins de 1951. É neste contexto que escreve uma carta à Heloísa A. Torres onde trata de novos financiamentos da UNESCO para o Brasil. Diz ele:

Quando voltei do Brasil, procurei completar, na medida do possível, a pesquisa sobre as relações raciais, e dar provas de minha boa vontade em relação a aqueles que negligenciamos por razões independentes da minha vontade. Falei de maneira franca com Paulo Carneiro e ele aconselhou a proceder da seguinte maneira: dividir os novos créditos alocados ao Brasil em dois, de maneira que pudéssemos assegurar, de um lado, o apoio de Roquette-Pinto, e do outro, o de Darcy Ribeiro, representando o Serviço de Proteção aos Índios. Roquette falaria de Rondon, e Darcy Ribeiro, como funcionário do Serviço, falaria das políticas do Serviço e de seus resultados⁸⁷⁵.

Apesar de a proposta se relacionar com o desenvolvimento da etnografia no Brasil⁸⁷⁶, seu viés histórico e memorialista não se adequava aos propósitos do Projeto UNESCO de promoção da pesquisa etnográfica propriamente dita e direcionada do centro para a periferia, frustrando os planos da diretora do Museu Nacional quanto a novos acordos para o desenvolvimento científico da instituição.

No que se refere à temática dos sambaquis, a pauta política em questão dizia respeito à preservação destes sítios arqueológicos. Ao assumir a direção do Museu Nacional, em 1938, Heloísa A. T. liderou um movimento político em favor da proteção dos sítios arqueológicos do Brasil em conjunto com o SPHAN⁸⁷⁷. A iniciativa se conjugava à possibilidade da instituição assumir a fiscalização da exploração em cavernas e sambaquis, proposta em análise quando da realização da I

⁸⁷⁵Carta de Alfred Métraux para Heloísa A. T., 5 mai. 1952. In: CORRÊA; MELLO, 2008, p. 440.

⁸⁷⁶A sugestão de Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro para a destinação dos novos créditos para o Brasil remete à trajetória política de seu pai, o positivista Mario Barbosa Carneiro, que criou junto com o marechal Cândido Rondon, o SPI, tendo o próprio Paulo usufruído da sua colaboração para a realização de pesquisa. MAIO & SÁ, 2000, p. 978-979.

⁸⁷⁷FARIA, 1998, p. 318.

RBA⁸⁷⁸. Mediada com o auxílio de Loureiro Fernandes, professor da Faculdade de Filosofia do Paraná e partícipe da I RBA, a iniciativa antepõe a criação da Lei no 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro⁸⁷⁹.

Organizado com as conferências de Bastos de Ávila, Maria Julia Pourchet (Antropologia dos escolares), Pedro de Lima (Antropologia do indígena), Renato Locchi (Anatomia racial) e Tarcísio Messias (Mestiçagem), o temário de *Antropologia física* contou com uma série de demonstrações realizadas à tarde, a saber: a de Odorico Machado de Souza, sobre caracteres não métricos e diagnóstico sexual dos crânios⁸⁸⁰; de Pedro Lima, “Moldagens de arcadas dentárias para estudos morfológicos”; de Amadeu Fialho, “A estrutura de dentes fossilizados e de restos humanos pré-históricos”; e de Tarcísio Messias, “Observações práticas do fenômeno de siclemização” e “Uso de material de R. Marten – medidas de ângulos de torsão”.

Por fim, as últimas conferências da I RBA foram realizadas durante a manhã de sábado sobre o temário *Linguística*. Mattoso Câmara abordou a linguística geral e a sua relevância para os estudos antropológicos, objeto de estudo de diferentes publicações suas⁸⁸¹, Jörn Philipson, assistente de Plínio Ayrosa na FFCL da USP, abordou a bibliografia dos idiomas indígenas em substituição ao catedrático⁸⁸², e Serafim da Silva Neto digrediu sobre a dialetologia, tema de sua especialidade.

⁸⁷⁸ Carta de Heloísa A. T. a Loureiro Fernandes. 13 de julho de 1951. Cartas encadernadas, RA 170, 1949-1951, c. 54 SEMEAR/MN..

⁸⁷⁹ SALADINO; MACHADO, 2016, p. 120-121.

⁸⁸⁰ Oliveira (2002-2003, p. 17) inclui Machado de Souza entre os relatores do temário Antropologia física, informação que também consta no rascunho do Calendário da RBA, salvo guardado no SEMEAR. Calendário. DA, cx. 18, pasta Primeira Reunião Brasileira de Antropologia. SEMEAR/MN.

⁸⁸¹ Em 1957 publicaria, pelo Museu Nacional, o Manual de Transcrição Fonética, organizado como orientação prática para antropólogos em contato com línguas indígenas. Ver: RODRIGUES, 2005.

⁸⁸² Na programação divulgada antecipadamente pelo Diário de Notícias o nome de Plínio Ayrosa aparece substituindo o de Jörn Philipson. Sem embargo, no rascunho das conferências salvo guardado no SEMEAR/MN e no programa publicado na Revista de Antropologia constam o nome de Philipson, o que sugere uma modificação posterior à programação original. Quanto à temática escolhida, Ayrosa lançaria a segunda edição de *Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guarani*, em 1954.

Ao final das apresentações ocorreu uma demorada discussão sobre o relatório feito pela Comissão para estudar a convenção da grafia dos nomes tribais que, tendo por relator Darcy Ribeiro, decidiu pela aprovação e execução da Convenção a título experimental até a realização da II RBA, quando então seria revista⁸⁸³. Não previstas no programa original da I RBA, foram realizadas ainda na tarde de sábado duas comunicações, a saber: Notas bibliográficas e os estudos antropológicos na Amazônia, pelo diretor do Museu Goeldi, no Pará, Armando Bordalo da Silva, e Problemas metodológicos e de assimilação dos imigrantes italianos no Brasil e nos Estados Unidos, por Camilo Cecchi⁸⁸⁴. A sessão de encerramento ficou a cargo de Thales de Azevedo que falou “conversando sem tremer a voz, nem agitar as mãos, numa verdadeira traição às tradicionais qualidades oratórias da velha e queridíssima Bahia”⁸⁸⁵. Heloísa A. T. foi homenageada em referência à acolhida dada pelo Museu Nacional ao simpósio e aos seus participantes, recebidos “ao calor do carinho, da amizade e da cultura de seus antropólogos, seus botânicos, seus zoólogos”⁸⁸⁶.

A realização da 1ª RBA fora um sucesso, com os temas amplamente debatidos pelos seus participantes. Na nota que escreveu para o Diário de Notícias, Manuel Diegues louvava o êxito do seminário organizado pelos antropólogos do Museu Nacional:

[...] um acontecimento inédito, marcando página diferente na própria história dos congressos no Brasil, acaba de ocorrer, na semana de 8 a 14 de novembro, nesta mui leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: um congresso, uma reunião de brasileiros vindos do Pará, de Pernambuco, da Bahia, de São Paulo, das Minas Gerais, deste Distrito Federal⁸⁸⁷.

O folclorista enfatizava a eleição democrática dos membros da mesa-diretora, a variedade de atividades, a proficiência e a naturalidade das trocas de ideias e a cordialidade do encontro, onde a ausência do

⁸⁸³JUNIOR, 1953a.

⁸⁸⁴ENCERROU-SE ontem a I Reunião Brasileira de Antropologia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1953. Primeiro caderno, p. 3.

⁸⁸⁵JUNIOR, op. cit.

⁸⁸⁶Ibid.

⁸⁸⁷Ibid.

“discurso formal, de frases feitas, do jeito acadêmico”⁸⁸⁸ foi respaldada pela competência e domínio sobre os temas em discussão. A I RBA cumpria seu objetivo de realizar um balanço dos trabalhos já realizados e das atividades em andamento na Antropologia nacional. A presença de profissionais com experiências distintas fora profícua para avaliar as possibilidades de aprimoramento científico e técnico da Antropologia, com vistas a aprimorar a formação dos antropólogos e expandir a aplicação dos seus conhecimentos na sociedade.

Em 1955 se realizaria a II RBA, em Salvador, e a fundação da Associação Brasileira de Antropólogos cujo conselho científico ficou composto por Egon Schaden, Loureiro Fernandes, Eduardo Galvão, Thales de Azevedo, Marina de Vasconcellos, Renato Locchi, Frões da Fonseca e Heloísa A. Torres. Neste mesmo ano a diretora do Museu Nacional deixava o cargo após dezessete anos de dedicação, aprendizado e algumas batalhas vencidas. Ao se desonerar dos compromissos administrativos da instituição pela qual tanto zelara, a antropóloga abria espaço para se dedicar a outros projetos: a pesquisa em Arraial do Cabo, a diretoria do CNPI, a organização do I Congresso Brasileiro de Museus também naquele ano, e a maturação do projeto da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, instalada no sobrado de Itaboraí onde residiu com sua irmã, Marieta, até o fim da vida. A *imaginação museal* de Heloísa A. Torres continuava a circular pelo território nacional, adquirindo contornos de uma memória de si.

⁸⁸⁸Ibid.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como disse sua irmã, Maria Alberto Torres, “Sua vida é Museu, Museu e Museu”⁸⁸⁹. A natureza compósita da trajetória profissional de Heloísa Alberto Torres permite diferentes e variadas abordagens dessa que foi considerada “primeira-dama da antropologia nacional”⁸⁹⁰, “museóloga”⁸⁹¹, mas, sobretudo, uma intelectual compromissada com as questões da etnografia e do patrimônio nacional. Buscamos apresentar nesta pesquisa o lugar que o Museu Nacional ocupou como ponto de convergência da trajetória múltipla e proeminente dessa personagem no cenário nacional e internacional da Antropologia e da Museologia, entre as décadas de 1930 e 1950. Assinalando questões como a percepção do indígena enquanto patrimônio e do museu como um centro de ensino suplementar e de pesquisa e espaço privilegiado de contato com o campo e com o público, buscamos delinear, por meio do processo de musealização no âmbito da etnografia, a *imaginação museal* de Heloísa A. Torres, partindo do conceito de Chagas⁸⁹².

Organizada sob a unificação da etnologia, da etnografia, da antropologia física e da arqueologia, o processo de especialização da Antropologia nos quadros da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional ganhou contornos mais definidos durante sua gestão, com a separação em uma vertente dedicada aos quadros biológicos do homem e outra à sua cultura. Priorizada em função da vertente culturalista da antropologia norte-americana de Franz Boas, esta última embasou um projeto de aperfeiçoamento da etnologia com ênfase sobre a etnografia indígena na SAE.

O anelo positivista em defesa da ciência possibilitou o diálogo com outras frentes caudatárias desse ideário. Por meio da participação em conselhos do campo indigenista, Heloísa A. Torres logrou articular pautas relacionadas ao meio científico e antropológico em um campo predominantemente composto por militares. Atenta às implicações que limites não cientificamente definidos detinham sobre a aculturação das culturas indígenas, contribuiu para ampliar a inserção de antropólogos nos quadros dos órgãos indigenistas, dando maior maleabilidade à profissão assim como consistência heurística à atuação do órgão. Tais

⁸⁸⁹MULHERES, 1952, p. 4.

⁸⁹⁰CORRÊA; MELLO, 2008.

⁸⁹¹MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015.

⁸⁹²CHAGAS, 2009.

medidas tiveram impacto significativo na profissionalização da disciplina, mas, sobretudo, no projeto indigenista levado a cabo por Heloísa A. Torres no MN: são ampliadas as pesquisas de campo em território nacional, a produção científica e o acervo antropológico da instituição. Parafraseando Fonseca, na concepção da diretora do MN, o campo indigenista era um patrimônio em processo.

Não obstante a importância dos resultados obtidos com o projeto indigenista de Heloísa A. Torres e aventados nesta pesquisa, seus desdobramentos na ingerência política de questões como a regulamentação de terras indígenas sofre um revés no momento atual. A autoridade conquistada pelos antropólogos no campo indigenista – reformulado com o protagonismo de grupos indígenas, seus representantes e organizações – e refletida na crescente demanda pela sua expertise em processos administrativos e judiciais envolvendo povos indígenas e outros ditos tradicionais sobre a elaboração de laudos é questionada acerca da sua competência, ética e validade jurídica. O campo indigenista é um patrimônio em processo.

Desde que Heloísa A. Torres assumiu a vice-direção da instituição, abriram-se novas perspectivas ao norte. No cenário internacional, a Política da Boa Vizinhaça implementada pelo governo dos Estados Unidos trouxe novo ensejo à internacionalização da antropologia. O acordo informal com os antropólogos da Universidade de Columbia, Franz Boas, Ruth Benedict e Ralph Linton propiciou, de um lado, a vinda de jovens antropólogos norte-americanos para realizarem pesquisas de campo no Brasil, e também a formação de uma nova geração de antropólogos do Museu Nacional. Ao ritual de formação de novos naturalistas na instituição, definido pela: capacitação teórica, ida a campo, aquisição de coleções e aprimoramento teórico, era acrescido um novo patamar com a implantação de cursos de aperfeiçoamento-técnico e científico. Comparativamente, a conjugação de um período de aulas com outro de treinamento em campo liderado por antropólogos norte-americanos representantes de universidades e com a participação de antropólogos brasileiros assinala o prosseguimento do *modus operandi* de formação de etnógrafos no Museu Nacional representado, na década de 1960, pelo curso de Antropologia Social conduzido por Roberto Cardoso de Oliveira e pelo Projeto *Harvard-Brasil Central*, coordenado por David Maybury-Lewis.

Voltados para as áreas de ciências naturais e antropológicas, museologia, arquivo e línguas estrangeiras, aqueles cursos contribuíram para promover a capacitação do pessoal do MN em um período em que

as universidades começavam a se consolidar no país. O destaque dado à etnografia com a realização de dois cursos de aperfeiçoamento técnico-científico sobre esta especialidade, e outro de linguística, a ela associado, denota o predomínio que os métodos de pesquisa etnográfica adquiriam nos planos de formação dos jovens naturalistas da SAE. A modelagem de um quadro de etnógrafos na instituição estava diretamente relacionada às demandas propriamente museológicas: incremento do acervo com fins de pesquisa e divulgação. Neste sentido, a colaboração de antropólogos com experiência em curadoria de coleções etnográficas e especialistas em museografia estrangeiros contribuiu para a modernização das técnicas museográficas e museológicas da instituição. O reconhecimento do MN nestes quesitos reforçava a demanda pelo aumento de verbas e do corpo de pesquisadores, ensejando seu desenvolvimento enquanto instituto de educação suplementar e centro de pesquisa.

O resultado de todos esses investimentos ganhava visibilidade através dos discursos narrados nas exposições. A celebração do centenário do Museu Nacional em 1918 abria espaço para celebrar, junto aos heróis da história nacional, os naturalistas que contribuíram para consolidar as ciências no Brasil. Em um período em que a construção da nação retomava seus mitos e heróis do passado, Heloísa A. Torres aproveitou as salas do museu para promover a nova geração de antropólogos que estavam construindo, naquele momento, uma tradição de pesquisa etnográfica no país. No quesito museológico, diversas inovações contribuíram para fortalecer uma concepção moderna de museu: melhoramentos museográficos com ênfase no aspecto visual e didático; concatenação do modelo das exposições permanentes ao novo modelo das exposições temporárias e itinerantes; incremento do empréstimo de peças com instituições congêneres e colecionadores particulares como forma de organizar uma exposição totalmente montada com acervo emprestado. A consonância de tais métodos e práticas com aquelas promulgadas pelo ICOM e pelos demais conservadores e diretores de museus internacionais demonstra a atualização e a relevância da museologia fomentada no Museu Nacional neste período. O fortalecimento do papel crítico da museologia brasileira da época – representado nesta pesquisa por Heloísa A. Torres, Edgar Sussekind de Mendonça e Castro Faria – no meio museológico internacional se reflete na realização do seminário *A função educadora dos museus*, no Rio de Janeiro, em setembro de 1958, como parte das iniciativas internacionais da UNESCO.

Desenrolada em dezessete anos, sua gestão logrou pôr em prática uma grande parte dos projetos que delineou para o Museu Nacional. Formulada em 1941, a I Reunião Brasileira de Antropologia foi finalmente realizada em 1953, na instituição. Neste interregno, a definição da comissão, temas e locais para a sua realização variou conforme a movimentação de Heloísa A. Torres no cenário movediço da Antropologia nacional e internacional, demarcando fronteiras, enquadrando tendências e construindo redes. Nessa mobilização da disciplina em prol e a partir do MN, as bordas foram delimitadas pelas tensões: no campo indigenista, no contexto da Segunda Guerra Mundial, na Era Vargas, no meio acadêmico e universitário e, também, no próprio Museu Nacional. O projeto indigenista de Heloísa A. Torres para a instituição resvalou nas dificuldades de absorção de antropólogos aos seus quadros ao tempo em que o campo indigenista se abria para a inserção desses profissionais desvinculada do Museu Nacional. No que tange à salvaguarda do patrimônio indígena, é possível formular a hipótese de que a expansão dessa fronteira foi propícia para a implantação do Museu do Índio.

A *imaginação museal* de Heloísa A. Torres foi a principal responsável por impulsionar a etnografia indígena de vertente culturalista no Museu Nacional, mas ela não foi a única. Antropólogos, indígenas, cientistas, acadêmicos, museólogos, indigenistas, militares, presidentes, intelectuais, burocratas e tantos outros agentes presentes neste percurso contribuíram para que o seu projeto ganhasse corpo, e vida. É certo que o Museu Nacional não foi a única instituição a qual se dedicou, mas, como buscamos argumentar, ela foi o ponto de convergência da visão de mundo de uma intelectual que concatenou, na sua trajetória profissional, patrimônio, positivismo, educação, pesquisa e ciência. O Museu Nacional foi o mote de um projeto científico mais amplo que extrapolava as fronteiras da instituição e da qual Heloísa era apenas parte de uma linha sucessória de naturalistas. Neste sentido, foi figura de destaque de uma geração de intelectuais e cientistas que se encerraria com a consolidação de um novo universo acadêmico pautado pelas universidades. Tal qual a antinomia litoral-sertão, imaginamos que o projeto indigenista de Heloísa A. Torres ficou no Museu Nacional, enquanto seu projeto de escrita de si foi deslocado para Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde seria implantada a Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres. Mas essa é uma história para outra exposição, e para outro arquivo.

REFERÊNCIAS

ACCIAIUOLI, Margarida. **Exposições do Estado Novo: 1934-1940**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. **Mário de Andrade: cartas de trabalho**. Brasília: MINC/SPHAN/Pró-Memória, 1980.

APPADURAI, Arjun. Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas**. Niterói: EdUFF, 2008.

AZEREDO, Paulo Roberto. **Antropólogos e pioneiros**: a história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. São Paulo: FFCLH/USP, 1986.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 32-51, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 1980.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Os museus servem para transgredir: um ponto de vista sobre a museologia paulista. In: SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS (SÃO PAULO, SP) (Org.). **Museus: o que são, para que servem?** São Paulo: ACAM, 2011. p. 29-42.

_____. Processos museológicos: os caminhos para a gestão em museus. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM MUSEOLOGIA. **Fronteiras regionais e perspectivas nacionais: museologia, história, moda, sociologia, educação e turismo** / Coordenação Marília Xavier Cury. Blumenau: Museu Hering; Fundação Herman Hering, 2014. p. 100-105.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Imagens de vida, trabalho e arte. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 12, n. 12, p. 28-30, 1998.

_____. Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória

profissional. v. 2. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 145- 154.

CARVALHO, Bernardo. **Nove noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. A Chapada Diamantina em três registros ou três tempos. In: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Lívio (Org.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007.p. 373-392.

CASTRO, Celso. Franz Boas – Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CASTRO, Celso; CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Quando o campo é o arquivo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 3-5, 2005.

CENTRO Cultural São Paulo. **Catálogo do Arquivo da Sociedade de Etnografia e Folclore**. Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/sef.pdf>. Acesso em: 17/03/2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo Editora Ática, 1992.

CHAGAS, Mario de Souza. Memória e poder: focalizando as instituições museais. **Interseções: Revista de estudos Interdisciplinares**. Rio de Janeiro, ano 3, n.2, p. 5-23, 2001.

_____. **A imaginação museal:** museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mario de Souza; GODOY, Solange. Patrimônio cultural e cidadania: as representações de memória nos museus. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 105-116, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2001.

CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 69-89, 1994.

COLE, Sally. **Ruth Landes:** a life in anthropology. Lincoln e Londres: University of Nebraska Press, 2003

CONSORTE, Josildeth Gomes. Recordações de um aprendizado antropológico. In: PEREIRA, Claudio Luiz; SANSONE, Lívio (Org.). **Projeto UNESCO no Brasil:** textos críticos. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 81-93.

CORRÊA, Mariza. **História da Antropologia no Brasil (1930-1960) – testemunhos.** São Paulo: Vértice, Editora dos tribunais, 1987.

_____. Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos 60. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 6, v. 3, p. 79-98, 1988.

_____. Dona Heloísa e a pesquisa de campo. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 11-54, 1997.

_____. **As ilusões da liberdade:** a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: Estudos CDDAH, 1999.

_____. **Antropólogas e Antropologia.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)**. Brasília, DF: ABA, 2003.

CORRÊA, Mariza; MELLO, Januária (Orgs.). **Querida Heloísa: cartas de campo para Heloísa Alberto Torres**. Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU. Série Pesquisas. Campinas: Unicamp, 2008.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus - ICOM-BR, 2008 (Monografia premiada em concurso).

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a “nação”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 264.

CURY, Marília Xavier. **Exposição – concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Museu comunicação e exposição: o que há de novo? In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM MUSEOLOGIA. **Fronteiras regionais e perspectivas nacionais: museologia, história, moda, sociologia, educação e turismo**. Blumenau: Museu Hering: Fundação Herman Hering, 2014. p. 35-49.

DAMATTA, Roberto. Prefácio. In: LARAIA, Roque de Barros; DAMATTA, R. **Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DAVALLON, Jean. Nouvelle muséologie vs museologie? In: SCHÄRER (Org.). **Museum and Community II. Icofom Study Series (ISS) n. 25, Vevey/Suíça**, p. 99-123, 1992.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Florianópolis: FCC, 2014.

DEVES-VALDÉS, Eduardo. **Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual**. Santiago de Chile: Colección Idea, 2007.

DIAS, Carla da Costa. O Museu Nacional: formando e conformando o patrimônio nacional. **ILHA Revista de Antropologia**, v. 8, n. 1,2, p. 340-357, 2006.

_____. Identificando e construindo coleções: colecionadores em campo. In: 26º Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008.

_____. **Da Sertaneja à Folclórica: a Trajetória da Coleção Regional do Museu Nacional -1920/1950**. 2005.Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DOMINGUES, Heloísa Bertol. Heloísa Alberto Torres e o inquérito sobre ciências naturais e antropológicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 5, n. 3, p. 625-643, 2010.

DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Minas Gerais: Editora da UFMG, 2010.

DUBÉ, Philippe. Exhibiting to see, exhibiting to know. **Museum International**, Paris, v. 47, n.1, p. 4-5, 1995.

ECKERT, Cornelia; GODOI, Emilia Pietrafesa (Orgs.). **Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

EWBANK, Cecilia; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por detrás de uma coleção no Museu Nacional: vozes, silêncios e desafios. **MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares**, Évora, n. 8, 17 p., 2017.

FARIA, Luiz de Castro. **Antropologia**: espetáculo e excelência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **Antropologia**: escritos exumados. Espaço circunscrito: tempos soltos. Niterói: EdUFF, 1998.

FERNANDES, Florestan. “Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil”. In: FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso; FERNÁNDEZ, Isabel García. **Diseño de exposiciones**: concepto, instalación y montaje. Madri: Alianza Editorial, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro nos anos 30. In: MAIO, Marco Chor; VILLAS BÔAS, Glaucia (Orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre (RS): Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 277-299.

_____. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. **Histórias de uma Antropologia da “Boa Vizinhança”**: um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960). 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. Tendências e dilemas da antropologia norte-americana: sobre a história do Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution e sua presença no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USO, v.53, n.1, p. 237-276, 2010.

FILHO, Jayme Moraes Aranha Filho. **Guia da impermanência das exposições**: uma investigação sobre transformações do Museu Nacional do Rio nos anos 1940. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) –

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOSTER, Robert J. Art/Artefact/Commodity: Installation and the exhibition of Oceanic things at New York museums in the 1940s. **The Australian Journal of Anthropology**, Austrália, n. 23, p. 129-157, 2012.

FRANÇOSO, Mariana de Campos. **Um outro olhar:** a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Indigenismo e Antropologia:** O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955). 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

GARFIELD, Seth William. **“Civilized” but discontent:** The Xavante indians and government policy in Brazil 1937-1988. 1996. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Yale University, New Heaven, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GROUPIONI, Luís Donizete Benzi. **Coleções e expedições vigiadas:** os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e científicas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. Africanism and racial democracy: the correspondence between Herskovits and Arthur Ramos (1935 1949). **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, n. 19, p. 1-22, 2007.

HOLLANDA, Guy de. **Recursos educativos dos museus brasileiros**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Organização Nacional do ICOM, 1958.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. **Desastres ambientais no Rio Paraíba do Sul do ponto de vista dos pescadores de Gargaú: Dramas e Ofensas para uma antropologia política**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2006.

JACKINS, Ira. Franz Boas and exhibits: on the limitations of museum methods of anthropology. In: STOCKING JR., George W.. **Objects and others: essays on museums and material culture**. History of Anthropology, v. 3, 1985. p. 75-111.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939)**. São Paulo: Humanitas, 2012.

_____. Entre antropologia e medicina: uma análise dos estudos antropológicos de Álvaro Fróes da Fonseca nas décadas de 1920 e 1930. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 3, p. 687-704, set.-dez. 2012a.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes. O encontro de museus e escolas no Brasil a partir da década de 50 do século XX. **Varia História** [online], Belo Horizonte, v. 27, n. 46, Julio-diciembre, 2011, p. 581-597. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3844/384434839010.pdf>. Acesso em 24 nov. 2017.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008. p. 89-121.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural: determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. Os primórdios da Antropologia Brasileira. **ACENO**, Mato Grosso, v. 1, n. 1, p. 10-22, 2014.

LEITE, Yonne. Joaquim Mattoso Câmara Jr: um inovador. **DELTA**, São Paulo, v. 20, Especial, p. 9-31, 2004.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Aos fetichistas orden e progresso**: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

_____. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da Proteção Fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora Marco Zero, 1987. p. 149-204.

_____. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **O desencanto do Oeste**. Goiânia: Editora da UCG, 2011.

_____. Coleção William Lipkind do Museu Nacional: trilhas antropológicas Brasil-Estados Unidos. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 2017. [no prelo].

LINKEI, Uli. Folklore, anthropology and government of the social life. **Comparative studies in history and society**, v. 32, n. 1, p. 117-148, 1990.

LINTON, Adelin; WAGLEY, Charles. **Ralph Linton**. New York, Londres: Columbia University Press, 1971.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

LOPES, Maria Margaret; MURRIELLO, Sandra Elena. Ciências e Educação em Museus no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 12. p. 13-30, 2005.

LYNN, Nicholas. **Europa saqueada**: o destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As ideias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 621-655, 2010.

MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto Unesco**: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro. 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), Rio de Janeiro, 1997.

_____. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, 1999. p. 146. (p. 141-158).

_____. Abrindo a “caixa-preta”: o projeto Unesco de relações raciais. In: PEIXOTO, F.A., PONTES, H.; SCWARCZ, L.M. (Org.). **Antropologias, histórias, experiências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 143-168.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 6 (supl.), 2000, pp. 975-1017.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELLI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, v. 1, 1989. p. 410-460.

MENSCH, Peter Van. A linguagem de exposições. In: SYMPOSIUM THE LANGUAGE OF EXHIBITIONS. LE LANGAGE DE L'EXPOSITION. Vevey, Switzerland, Oct, 1991. ICOM/ICOFOM. **ICOFOM STUDY SERIES**, n, 19, p.11-12.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, História e Cultura Material, São Paulo, n.2, p. 9-42, 1994.

MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil**: da sistematização a constituição do campo científico. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MICELI, Sergio. Por uma sociologia das Ciências Sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, IDEP, v. 1, p. 5-19, 1989.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos**: pioneiras na formação das ciências sociais no RJ. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

MOURA, Gerson. **Autonomia da dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise**: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). 2005. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília. 2005.

_____. Da coleção impossível ao espólio indesejado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.38, p. 11-31, 2006.

NOMURA, Hitoshi. A obra científica de Antenor Leitão de Carvalho (1910-1985). **Revista Brasileira de Zoologia**, Curitiba, v. 10, n. 3, p.545-552, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81751993000300023. Acesso em: 4 novembro 2016.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de; FURTADO, Lourdes Gonçalves. As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 anos em busca do conhecimento antropológico na Amazônia. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, 1 semestre, p.103-109, 1995.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o Estatuto do Índio. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (org.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Ed. da UFSC/CNPq, 1985, p. 17-30.

_____. O paradoxo da tutela. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **O nosso governo: Os Ticunas e o regime tutelar**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/ CNPq, 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira? **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 85, n. 1, p. 227-266, 1985.

_____. Cinco décadas de reuniões e a consolidação do campo antropológico. **Anuário Antropológico**, Brasília, p. 9-25, 2002-2003.

OLIVEIRA, Sabrina Soares de. A função educativa da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional na gestão de Paschoal Lemme (1943-1946). **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**, 2012.

_____. **A função educativa da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional na gestão do Educador Paschoal Lemme (1943-1946)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PEIRANO, Mariza. **The anthropology of anthropology: the brazilian case**. 1981. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Harvard, Cambridge, Massachussets, 1981.

PINNOW, Rodrigo Vieira. **As inferências da política externa estadunidense sobre a América Latina no século XX: o caso do**

Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano – ICBNA/RS. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

PONTES, Heloísa. A produção estrangeira sobre o país, editada aqui, sob a forma de livro, entre 1930 e 1968. In: MICELI, Sergio (org.). **A História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989. v. 2, p. 441-478.

PRICE, David H. **Anthropological intelligence: the deployment and neglect of American anthropology in Second World War**. Durham: Duke University Press, 2008.

REIS, Elisa Pereira. The nation-state as ideology the brazilian case. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, IUPERJ, 18 set. 1983.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: SIA/Ministério da Agricultura, 1962.

_____. Prefácio. In: GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Confissões**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A obra científica de Joaquim Mattoso Câmara Jr.. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 2, p. 11-28, dezembro 2005.

RÚSSIO, Waldisa. O conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos (IBPC)**, n. 3, p. 7-12, 1990.

SÁ, Ivan Coelho de. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

SALADINO, Alejandra; MACHADO, Guilherme. A Arqueologia na formação do museólogo: um olhar a partir do Curso de Museologia (1932-2010). **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 7, p. 107-128, 2016.

SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e da cultura negra no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 5-14, 2002.

_____. Estados Unidos e Brasil no Gantois: o poder e a origem transnacional dos Estudos Afro-brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 9-29, jun. 2012.

SANTOS, Ricardo Ventura. **Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2006.

SASTRE-JUAN, Jaume. Interpreting Science for a General Public: The Rockefeller Foundation and the politics of science popularization in the 1930s. **Research Reports online**, Rockefeller Archive Center (RAC), Nova Iorque.[s.d.]. Disponível em: <http://rockarch.org/publications/resrep/sastre-juan.pdf>. Acesso em: 23 janeiro 2017.

SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e patrimônio: interfaces disciplinares entre a França e o Brasil. **Ciência & Trópico**, Recife, v.33, n.2, p.313-334, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O nascimento dos museus brasileiros 1870-1910. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP, v.1, 1988. p. 30-90.

SCHWARTMANN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEMEDO, Alice. Políticas de gestão de coleções (Parte 01). **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, série I, v. IV, p 305-322, 2005.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. **Africanos e Afro-descendentes nas origens do Brasil**: raça e relações raciais no II Congresso Afro Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940). 2010. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

STAUFFER, David Hall. **The origin and establishment of Brazil's Indian Service (1889-1910)**. 1955. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Texas, Austin, 1955.

STOCKING JR., George W. **The ethnographer's magic and other essays in the history of anthropology**. Wiconsin: The University of Wiconsin Press, 1992.

TERZIAN, Sevan G. The 1939–1940 New York World's Fair and the Transformation of the American Science Extracurriculum. **Science Studies and Science Education**, p.1-23, 2008. Disponível em: www.interscience.wiley.com. Acesso em: 8 jun. 2017.

TOTA, Antonio. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **O amigo americano: Nelson Rockfeller e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VELTHEM, Lucia Von. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n.1, p. 51-66, 2012.

VILLAS BÔAS, Glaucia. **A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

VITTE, Antonio Carlos. Breves considerações sobre o papel de Pierre Monbeig na formação do pensamento geomorfológico uspiano. **Confins** [Online], n. 11, 2011. Disponível em: <http://confins.revues.org/6954>. Acesso em: 24 nov. 2016.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 2.

FONTES DOCUMENTAIS, JORNALÍSTICAS E ARQUIVÍSTICAS

Fontes documentais

ANDRADE, Mário de. **Cartas a Murilo Miranda (1934-1945)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 26, 1981.

BALDUS, Herbert. *Ligeiras notas sobre os índios Tapirapés*. **Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, n. XVI, p. 103-112, 1935.**

BARROSO, Gustavo. **Introdução à técnica de museus**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Museu Histórico Nacional, v. 1, 1951.

BOAS, Franz. The History of Anthropology. **Science**, v. 21, n. 512, p. 513-524, 1904.

BOAS, Franz. Os métodos de etnologia. In: CASTRO, Celso (Org.). **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: J. Zahar, p. 41-52, 2009.

BOAS, Franz. Introduction to the Handbook of american indian languages. *Handbook of American Indian Languages*, Washington: Bureau of American Ethnology, Boletim 40, v. 1, p. 1-83, 1911.

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928. Regula a situação dos índios nascidos em território nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1928. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>. Acesso em: 19/12/2016.

BRASIL. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm. Acesso em: 30 ago. 2017.

BRASIL. Decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937. Dispõe sobre a acumulação de funções e cargos públicos remunerados, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-24-29-novembro-1937-351813-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 ago 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.794, de 22 de novembro de 1939. Cria, no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção ao Índio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1794-22-novembro-1939-411595-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27/12/2016.

CÂMARA, Joaquim Mattoso. Os estudos lingüísticos nos Estados Unidos da América do Norte. **Publicações Avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n.1, 1945.

CÂMARA. A obra lingüística de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro, **Publicações Avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1959.

CARVALHO, José Cândido de Mello; LIMA, Pedro E. de; GALVÃO, Eduardo. Observações Zoológicas e Antropológicas na região dos formadores do Xingu. **Publicações Avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 5, 1949.

CHILDE, Alberto. A dama Takushit do Museu Nacional do Rio de Janeiro (N. 178, armário n. 121 – Sala Champollion.): algumas considerações sobre a estatuária egípcia. **Archivos do Museu Nacional**, v. XVIII, p. 40-53, 1916.

CONVENÇÃO para a grafia dos nomes tribais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.2, n.2, p.150-152, 1954.

CUMMINGS, Carlos Emmons. **East Is East and West Is West: Some Observations on the World's Fairs of 1939 by One Whose Main Interest Is in Museums**. Buffalo: Buffalo Museum of Science, 1940.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Possibilidades de exercícios de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 105-113, 1955.

DISHER, Kenneth B. Musées d'histoire naturelle. **Museum International**, v. 2, n. 2, p. 54-59, 1949.

DIVISÃO DE ANTROPOLOGIA E ETNOGRAFIA DO MUSEU NACIONAL BRASIL. **Boletín Bibliográfico de Antropología Americana**, México, v. 13, n. 1, p. 36-38, 1950.

ESTADOS UNIDOS, Pacto Internacional Roerich da Paz e Cultura. Proteção de Todas as Instituições Artísticas e científicas e monumentos históricos. Tratado entre os Estados Unidos da América e as outras Repúblicas Americanas. Disponível em: <http://roerich.org.br/portal/pacto-roerich>. Acesso em: 6/08/2017.

FARIA, Luiz de Castro. Garimpos. **Revista do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, dez 1944.

FARIA, Luiz de Castro. Lacerda e a pesquisa antropológica no Brasil. In: LACERDA, João Batista de. Comemoração do centenário de nascimento, 1846-1946. **Publicações Avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 6, 1946.

FARIA, Luiz de Castro. As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional. **Publicações avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 4, 1949.

FARIA, Luiz de Castro. A Antropologia no Brasil e na tradição do Museu Nacional. In: FARIA, Luiz de Castro. **Antropologia**: escritos exumados. Espaço circunscrito: tempos soltos. Niterói: EdUFF, 1998.

FARIA, Luiz de Castro. Dez anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia. In: FARIA, Luiz de Castro. **Antropologia**: escritos exumados. Espaço circunscrito: tempos soltos. Niterói: EdUFF, 1998.

FARIA, Luiz de Castro. **Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte**. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2001.

FREYRE, Gilberto; FONSECA, Edson Nery da. **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

GALVÃO, Eduardo. La Antropología no Museu Nacional, Rio. **Boletín Bibliográfico de Antropología Americana**, México, v. 14, n. 1, p. 43, 1951.

GALVÃO, Eduardo. Estudos sobre a aculturação dos grupos indígenas do Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 64-74, 1957.

GALVÃO, Eduardo. Aculturação indígena no Rio Negro. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, Nova Série, Antropologia, n.7, 1959.

GALVÃO, Eduardo. **Guia das exposições de Antropologia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1962.

GALVÃO, Eduardo. **Diários de campo de Eduardo Galvão: Tenetehara, Kaioá e Índios do Xingu**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Museu do Índio – FUNAI, 1996.

GILLE-DELAFFON, S. The Reconstruction of art museums. **Museum International**. v.2, n. 2, p. 72-75., 1949.

IHERING, Hermann von. A Anthropologia do Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Typ. Cardoso & Filho e Cia, 1907.

LACERDA, João Baptista de. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LACERDA, João Baptista de. Comemoração do centenário de nascimento, 1846-1946. **Publicações Avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 6, 1946.

LÉVEILÉE, André. Crusade for museums. **Museum International**, v. II, n. 4, 1949. p. 198.

LIMA, Pedro Estevam de. Os índios Waurá – a cerâmica. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Série Antropologia, n. 9, 1950.

LIMA, Pedro Estevam de. Grupos sanguíneos dos índios do Xingu. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Nova Série Antropologia, n. 11, 1950.

LIMA, Pedro Estevam de. Deformações tegumentares e mutilação dentária entre os índios Tenetehara. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 16, 1954.

LIMA, Pedro Estevam de. Impressões digitais dos índios Tenetehara. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 7, 1947.

MACHADO, O de Souza. Nota sobre o valor dos caracteres não métricos para o diagnóstico sexual do crânio. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.2, n.1, p. 11-18, 1954.

MARCOUSÉ, Renée. Visual education and the museum. **Museum International**, v. II, n. 4, p. 233-237, 1949. p. 233.

MENDONÇA, Edgar Sússekind de. A extensão Cultural dos Museus. **Publicações Avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, nº2, 1946. p. 49.

MORLEY, Grace. Les Musées et l'Unesco. **Museum International**, v. 2, n. 2, p. 1-35, 1949

MULLER, Rubo. Estudos de Antropologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo – Brasil. **Boletín Bibliográfico Antropológico Americano**, México, v. 13, n. 1, p. 40-41.

NIMUENDAJÚ, Curt. Sugestões para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil. **Sociologia**, v. VIII, n. 1, p. 36-44, São Paulo, 1946.

NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidades no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 3, n.2, p. 95-103, 1955.

PIERSON, Donald; CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Pesquisas e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Sociologia**, São Paulo, s.1, v.9, n.3 1947.

PIERSON, Donald; CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Pesquisas e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Sociologia**, São Paulo, s.1, v.10, n. 1, 1948.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia brasileira**. Rio de Janeiro, Coleção Estudos Brasileiros, 1943, v. I

RAMOS, Arthur. Os grandes problemas da antropologia brasileira. **Mana**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 195-212, 2015.

REDFIELD, Robert; LINTON, Ralph & HERSKOVITS, Melville J.. Memorandum on the study of the acculturation. **American Anthropologist**, v. 38, n.1, p. 149-152, 1936.

RIVIÈRE, Georges Henri. The organization and function of the museums. **Museum International**, v. II, n. 4, p. 206-226, 1949.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Os franco-atiradores da diplomacia. **Diretrizes: política, economia e cultura**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 20-21, maio de 1939.

SCHADEN, Egon. Atividades antropológicas e sociológicas na USP. **Boletín Bibliográfico Antropológico Americano**, México, v. 13, n. 1, p 38-40, 1950.

SCHADEN, Egon. Problemas do ensino da Antropologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.2, n.1, p. 1-10, 1954.

STEWART, Julian. Cultural areas for the Tropical forest. **Handbook of South American Indians**, Washington, Bureau of American Ethnology, v.. 3, p. 883-899, 1948.

TORRES, Heloísa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. **Revista do SPHAN**, n.º 1, 1937.

TORRES, Heloísa Alberto. Prefácio. In: CARVALHO, J.C.M. Notas de viagem ao Rio Negro. **Publicações Avulsas**, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1952. p. 3-4.

TUWAN, Janina. Ethnographical and ethnological museums and the public. **Museum International**, v.2, n. 3, p. 180-188, 1949. p.181.

WAGLEY, Charles. The effects of depopulation upon social organization as illustrated by the Tapirape indians. **Transactions of the New York Academy of Sciences**, Nova Iorque, v. 3, n. 1, série II, p. 12-16, 1940.

WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. O parentesco Tupi-Guarani. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Nova Série, Antropologia, n.6, 1946.

ZEPP, Erwin C.. The museum and the press. **Museum International**, v. II, n. 4, p. 227-232, 1949.

Fontes jornalísticas

A IMPORTÂNCIA dos estudos antropológicos para o planejamento da instrução, da saúde pública e da imigração. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1945. Primeira Seção, p. 3.

ALGUNS hábitos e idéias mas sobretudo bacilos. **Flan: o jornal da semana**, Rio de Janeiro, n. 32, 15 a 21 de novembro, p. 42-43, 1953.

AS COMEMORAÇÕES de hoje ao centenário da morte de José Bonifácio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 6 de abril de 1938. Primeira Seção, p. 1.

AZEVEDO, Thales de. Um estudo antropológico do homem nos trópicos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1954. Suplemento literário, p. 2.

BALANÇO crítico das nossas atividades científicas. **A Noite**, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1953. Primeira Seção, p. 14.

CONFERÊNCIAS. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 jun 1945. Primeira Seção, p. 8.

CONSELHO Internacional de Museus. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1953. Primeira Seção, p. 1.

DEZESSEIS salas reorganizadas no Museu Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1947, Primeira Seção, p. 2.

ENCERROU-SE ontem a I Reunião Brasileira de Antropologia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1953. Primeiro caderno, p. 3.

ESPERAM a Redenção da China. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1950. Primeira Seção, p. 2.

FACULDADE de Ciências Sociais. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1951. Segunda seção, p.2.

FACULDADE de Ciências Sociais, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 de março de 1952. Segunda seção, p. 2.

INVASÃO das terras dos índios na região do Xingu. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1953. Primeira Seção, p. 9.

ITAUTIM, o “Pedra dura”, desconfia mas concorda.... **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1952. Primeira Seção, p. 1.

JUNIOR, Manuel Diegues. Reunião Brasileira de Antropologia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1953. Suplemento literário, p. 3.

JUNIOR, Manuel Diegues. Uma Reunião diferente. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1953a. Suplemento literário, Seção Folclore e História, p. 3.

MULHERES contam sua vida (XVII): com a Diretora do Museu Nacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 6 fevereiro 1952. Segunda Seção, capa.

MUSEU de Arte popular. Letras e Artes. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1951. Suplemento, p. 9.

NO PALÁCIO do Catete. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1951. Primeira seção, p. 4.

O BRASIL e a atual guerra. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 21 dezembro 1941. Seção 1, p. 2.

O CINCOENTENÁRIO da Abolição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1938. Primeira Seção, p. 5.

O CINCOENTENÁRIO da Abolição – como o Ministério da Educação vai comemorá-lo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1938. Primeira Seção, p. 6.

O EXÉRCITO e a Exposição do Estado Novo. **A Noite**, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938. Edição das 11 horas, p. 3.

O ÚNICO parente rico de trezentos canelas pobres. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1948. Segunda Seção, p. 1.

PARA APERFEIÇOAMENTO e especialização no campo das ciências sociais. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 de março de 1953. Terceira Seção, p. 3.

PROSSEGUE a I Reunião Brasileira Antropologia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1953. Segunda Seção, p. 1.

PROSSEGUEM as comemorações da “Semana do Índio”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1945. Primeira Seção, p. 2.

REUNIÕES e conferências. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1940. Primeira Seção, p. 7.

REUNIÕES e conferências. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 22 outubro 1941. Primeira Seção, p. 7.

TORRES, Heloísa Alberto. A obra científica dos museus brasileiros. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1946. Terceira Seção, p. 1.

VISITAS-CONFERÊNCIAS no Museu Histórico Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1952.1 Caderno, p.6.

WAGLEY, Charles. Antropologia aplicada. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 29 abril 1945. Revista do O Jornal, p. 1-2.

WAGLEY, Charles. O Museu Nacional como centro de pesquisas antropológicas. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1946. Terceira Seção, p. 1.

Fontes arquivísticas

AMERICAN PHILOSOPHICAL SOCIETY

Franz Boas Papers

CASA DE CULTURA HELOÍSA ALBERTO TORRES

Dossiê William Lipkind

MAST

Arquivo Castro Faria, CFDA, CFDN

Arquivo Conselho das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil (CFE), Dossiê William Lipkind

MUSEU NACIONAL

SEMEAR

Cartas encadernadas, 1947-1953/ RA 169-171

DA Etnologia

Fundo Diretoria, Relatórios de Antropologia, 1936-1955

Fundo LACED

Ofícios 1953 e 1954

Relatórios Administrativos, Cópias/Relatórios de avisos e ofícios, 1938-1952/ RA 100 – RA 147

Arquivo de Antropologia Biológica

NATIONAL ANTHROPOLOGICAL ARCHIVES

Brazil-General-1942-1951, Box 12, Series 5: Areal Subject File, Records of the Institute of Social Anthropology, National Anthropological Archives, Smithsonian Institution.

PENN MUSEUM ARCHIVES

Vicent Petruzzo expedition records

VASSAR COLLEGE ARCHIVES SPECIAL COLLECTIONS

Ruth Fulton Benedict Papers